

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar

Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGPol

Leandro Garcez Targa

**OS DIPLOMATAS BRASILEIROS SOB A PERSPECTIVA RELACIONAL:
O campo dos diplomatas e o campo político**

São Carlos/SP

2017

Leandro Garcez Targa

**OS DIPLOMATAS BRASILEIROS SOB A PERSPECTIVA RELACIONAL:
O campo dos diplomatas e o campo político**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grün

São Carlos, SP

2017

Targa, Leandro

OS DIPLOMATAS BRASILEIROS SOB A PERSPECTIVA
RELACIONAL: O campo dos diplomatas e o campo político / Leandro Targa.
-- 2017.

196 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos,
São Carlos

Orientador: Professor Dr. Roberto Grün

Banca examinadora: Professora Dra. Simone Diniz, Professor Dr. Mario
Grynszpan, Professora Dra. Maria Caramez Carlotto, Professora Dra. Ana
Paula Hey

Bibliografia

1. Campo dos diplomatas. 2. Campo político. 3. Sociologia de Pierre
Bourdieu. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (Sin).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

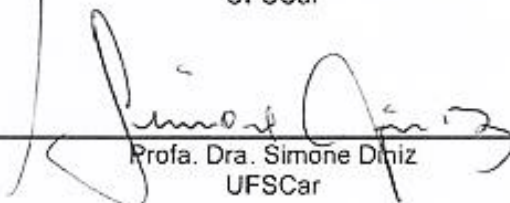
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Leandro Garcez Targa, realizada em 23/08/2017:



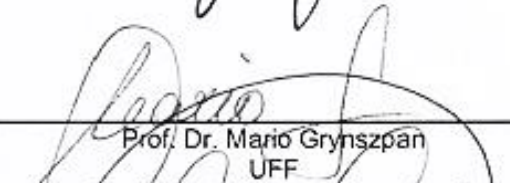
Prof. Dr. Roberto Grun
UFSCar




Profa. Dra. Simone Diniz
UFSCar



Profa. Dra. Ana Paula Hey
USP



Prof. Dr. Mario Grynspan
UFF



Profa. Dra. Maria Carmez Carlotto
UFABC

À Tati “chicuda” e ao Chico, a caminho...

AGRADECIMENTOS

Uma tese nunca é escrita por apenas uma pessoa. Apesar de ser o meu nome que aparece na capa deste trabalho, os créditos deste não devem ser dados apenas a mim. Por isso, ao longo do texto, quando utilizo um pronome pessoal para me referir a autoria deste estudo é o 1º do plural que aparece. Esta seção serve exatamente para que as outras pessoas, autoras diretas e indiretas, apareçam nesta pesquisa e, assim, possam ser agradecidas por mim. Aproveito este espaço também para dedicar este trabalho e, assim, prestar homenagens.

Tinha a noção de que fazer tese de doutorado não seria uma tarefa fácil, mas só me dei conta da real dificuldade quando me propus a fazer uma. Terminei o mestrado sem a certeza de que queria continuar trabalhando como pesquisador. Essa certeza nunca veio completamente, mas eu tentei voltar (e consegui a duras penas), menos de dois anos depois de finalizar a dissertação. Na verdade, no meu caso, essa certeza vem e vai constantemente. Idas e vindas que permaneceram durante os pouco mais de cinco anos que durou o processo de construção desta tese. Desses, os momentos mais difíceis estão todos ligados à condição que temos de fazer pesquisa no país, ainda mais na grande área das Ciências Humanas, certamente a menos valorizada. O primeiro ano e meio de confecção desta tese certamente foram os piores, pois foram feitos sem financiamento de pesquisa e, portanto, tive que dividir as tarefas da tese com outros trabalhos. Tempos difíceis que, por pouco, não inviabilizaram por completo a pesquisa. O divisor de águas desse período foi a aprovação de financiamento desta pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp - processo nº 2013/03048-4). Depois disso, descobri que, mesmo uma das melhores e mais desejadas situações de trabalho que um pesquisador doutorando pode querer, é ainda muito pouco perto do que a pesquisa acadêmica universitária precisa. Contudo, é importante lembrar que se compararmos as condições de trabalho de nós, pesquisadores, com as condições da grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, e até mesmo com as condições de pesquisadores e pesquisadoras de outros países (mesmo os mais ricos), não podemos nos queixar. Mesmo assim, não é por isso que não devemos reivindicar melhores condições de trabalho. Fica o registro! Por isso, esta tese é dedicada também a todas e todos que não conseguem terminar suas pesquisas, principalmente os que encontrei ao longo dessa caminhada e que ainda sofrem, de alguma maneira, por essa condição. Meu mais sincero respeito a estes, tendo a certeza de que essa realidade aumenta ainda mais a minha responsabilidade por conta da minha condição de produto de investimento público (cada vez mais escasso) de formação acadêmica.

Outro registro que precisa ser feito é que os últimos meses dessa pesquisa se passaram em um momento muito delicado da história de formação de nossa ainda jovem república brasileira. O Golpe civil-jurídico-parlamentar deflagrado em 2016, quando foi retirada do centro do poder executivo federal a primeira mulher eleita presidenta deste país, trouxe muitas dificuldades para este trabalho. Dificuldades não apenas relacionadas a procedimentos de pesquisa em si mas também nas condições pessoais e emocionais deste pesquisador (e militante) de assuntos relacionados ao que podemos chamar genericamente de “política brasileira”. Por isso, esta pesquisa também é dedicada a todas e todos que lutam por um país menos desigual. Na mesma medida, dedico este trabalho também àqueles que mais sofrem (e ainda sofrerão) com todos os retrocessos que este Golpe trouxe e ainda trará para a nação. Nunca desistiremos da luta!

Nesse contexto, não posso deixar de agradecer ao conjunto de professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Faço isso em nome do orientador desta pesquisa, o Professor Roberto Grün, sem ele este texto não existiria. Deixo também registrado o agradecimento à dedicação com que a Professora Simone Diniz tratou o momento de Qualificação desta pesquisa, que foi fundamental para sua continuação e finalização. Aos estudantes e pesquisadores do PPGPol, agradeço em nome das companheiras Jorgiene dos Santos e Kátia Fukushima para me referir especialmente aos que dividiram disciplinas comigo e trocaram experiências. Ainda dentro do PPGPol, agradeço a todas e todos os funcionários nos nomes da nossa sempre lembrada Claudinha e ao Raphael, obrigado pelo trabalho sempre atento. Na fronteira entre o PPGPol e o Departamento de Engenharia de Produção (DEP) da UFSCar (e de outras universidades), ficam os agradecimentos ao meu Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFi) e todas e todos os seus participantes. Meu crescimento como pesquisador passa pelo convívio e trocas com todas e todos vocês.

Fora do PPGPol, agradeço primeiramente à já mencionada Fapesp pelo fundamental financiamento a esta pesquisa, aos diplomatas e outros funcionários do MRE que de alguma forma contribuíram para que o trabalho fosse executado. À Professora Ana Maria Almeida que também fez parte do importante momento de Qualificação. Aos professores e estudantes das disciplinas e eventos acadêmicos, para os quais eu apresentei e debati esta pesquisa e, por isso, também contribuíram com o trabalho, principalmente aos envolvidos na ANPOCS e GEBU-Unicamp. Especiais agradecimentos ao grupo GIEID da ALACIP nos nomes de Andrea Ribeiro, Roberta Rodrigues e Flávio Gaitan, também aos estudantes e

professores do IESP-UERJ no nome do Professor Carlos Milani. Agradeço também as ricas trocas de ideias com a Karla Gobo, Dawisson Belém Lopes e Daniel Lopes Bretas.

Outro momento de profundo enriquecimento da pesquisa foi durante o estágio de pesquisa no exterior. Por isso, fica registrada a imensa gratidão ao Professor Frédéric Lebaron, pela generosidade e acolhida de Carine Boulard e, em nome deles, a todas e todos os professores e alunos do *Laboratoire Printemps (Professions, Institutions, Temporalités)* da *Université de Versailles St-Quentin-en-Yvelines (UVSQ)*. Registro também meu muito obrigado à Daniela Ferreira e Lucas Pereira e aos professores e estudantes do *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique de la Sorbonne (CESSP)* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)* e da *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*.

Durante cinco anos de pesquisa muita coisa pode acontecer na vida pessoal de um pesquisador, fatos que, certamente, contribuem para o resultado final da pesquisa. Agradeço nos nomes dos meus compadres Danilo Morais e Camila Sales, à minha família “tsunâmica” são-carlense, que sempre me acompanhou nesses e em outros anos de pesquisa e militância. Meu muito obrigado também à minha família mineira são-joanense, companheiros e companheiras da “UFSJ pela democracia”, de luta por um país melhor, assim como à Ana Paula e ao Gilberto, sempre por perto.

Dedico essa pesquisa e agradeço também a fonte inesgotável de amor e carinho fraternal de meus pais Sandra e Júlio, meus irmãos Daniel e Júlio Jr. e às minhas cunhadas. Aos meus segundos pais, Sueli e Zé e irmão do coração, Bruno.

Finalizo estes agradecimentos e dedico este trabalho principalmente à pessoa que esteve comigo vinte e quatro horas por dia em todos esses anos. Este período de confecção da pesquisa está marcado na trajetória deste pesquisador como sendo o período em que cresceu e se consolidou o companheirismo, amizade, respeito, carinho, dedicação, enfim, o amor entre mim e a Tatiane. Nesses cinco anos, dividimos casa, nos casamos e nos tornamos um pouco mineiros. Ela seguiu o que nasceu para ser, Professora (com “P” maiúsculo mesmo) e eu, sempre a admirando e me espelhando nela. Dedico à ela uma maior capacidade de enxergar criticamente o mundo ao meu redor. Dividimos tristezas e (muito mais) alegrias, dividimos trabalho e, principalmente, luta, militância e inconformismo. Agora dividimos também outro desafio, o de sermos pai e mãe. Chico está chegando... Nascerá e crescerá no seio de uma família composta por avós, tios e amigos queridos e, acima de tudo, de pais que se amam e estão dispostos a amar e educar uma criança para crescer e fazer a diferença coletivamente nesse nosso mundo. Filho, este trabalho também é dedicado a você. Francisco é um nome que nos lembra santidade, ternura e luta. Portanto, só poderia ser nosso filho, produto do nosso

amor. Esta pesquisa é resultado também de muita paz emocional, proporcionada principalmente pela relação que Tatiane e eu construímos e seguiremos construindo, daqui a pouco com a presença do Chico e, quem sabe, de mais alguém...

“De tanto não parar a gente chegou lá
/ Do outro lado da montanha onde tudo começou
/ Quando sua voz falou
/ Pra onde você quiser eu vou
/ Largo tudo”

“Vocês compreenderão, sem dúvida, que quando se está convencido como eu, de que a primeira tarefa da ciência social – portanto, do ensino da pesquisa em ciência social – é a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão de pensamento, a revolução do olhar, a ruptura como o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta, se seja condenado a ser-se constantemente suspeito de exercer um magistério profético e de pedir uma conversão pessoal.” (BOURDIEU, 2011c, p. 49).

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta de análise relacional dos diplomatas brasileiros. Utilizamos o arcabouço teórico de Pierre Bourdieu para analisar, portanto, os agentes do campo dos diplomatas durante o período dos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ou seja, entre os anos de 1995 e 2010. O recorte temporal escolhido aponta para o principal objetivo do trabalho: entender a dinâmica de ação dos diplomatas a partir da relação desta com o processo de alternância entre os dois governos citados. Como estratégia de pesquisa, focamos a análise no “jogo” do campo relacionado ao processo de seleção e formação de novos diplomatas. Isso nos levou ao Instituto Rio Branco (IRBr), instituição ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE, também conhecido como Itamaraty), que detém o monopólio de seleção e formação dos diplomatas brasileiros. Partimos do pressuposto de que os diplomatas são agentes do campo dos diplomatas, portanto, não constituem um grupo homogêneo quanto as suas ações e formas de pensar o campo. São agentes que compartilham o mesmo *habitus* do campo e que, por isso, estão em constante disputa pela dominação simbólica das ações que conduzem o campo. Contudo, esse pressuposto, como exigência do arcabouço teórico, foi testado durante a pesquisa empírica da mesma forma que nossa hipótese inicial de trabalho: a dinâmica de disputas internas do campo, apesar de terem um alto grau de autonomia, principalmente no que se refere ao processo de seleção e formação de novos diplomatas, apresenta a interferência de um fator externo ao campo, importante para entendermos a sua lógica de funcionamento: a ação do campo político. Fizemos um estudo prosopográfico dos agentes envolvidos no jogo descrito. Associamos esse estudo à Análise Geométrica de Dados (AGD) como metodologia estatística, mais especificamente com uma de suas componentes: a Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Procuramos entender a relação do campo dos diplomatas com outros campos sociais além do campo político, como o campo do poder e o campo das relações internacionais, de acordo com o foco da pesquisa. Discutimos também a noção de autonomia no campo dos diplomatas, além de nos propormos a fazer uma análise crítica da ideia de “insulamento do Itamaraty”. Este trabalho procura contribuir com o desenvolvimento da sociologia das elites (ou dos grupos dirigentes) e com a ainda iniciante sociologia das relações internacionais.

Palavras-chave: Sociologia de Bourdieu. Sociologia das elites. Sociologia das relações internacionais. Campo dos diplomatas. Campo político.

ABSTRACT

The thesis presents a proposal of relational analysis of the Brazilian diplomats. We used the theoretical framework of Pierre Bourdieu to analyze, therefore, the agents of the field of diplomats during the period of the governments of the former presidents Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), that is, between the years of 1995 and 2010. The chosen period points to the main objective of the work: to understand the dynamics of action of diplomats based on their relationship with the process of alternation between the two governments. As a research strategy, we focus our analysis on the "game" of the field related with the process of selection and training of new diplomats. This strategy led us to the "Rio Branco Institute" (Instituto Rio Branco - IRBr), an institution linked to the Ministry of Foreign Affairs (Ministério das Relações Exteriores – MRE, also known as "Itamaraty"), which has a monopoly on the selection and training of Brazilian diplomats. We assume that the diplomats are agents of the field of diplomats; therefore, they do not constitute a homogeneous group as their actions and ways of thinking the field. They are agents that share the same *habitus* of the field, so they are in constant dispute for the symbolic domination of the actions that lead the field. However, as a requirement of the theoretical framework, this assumption was tested during empirical research in the same way as our initial hypothesis: the dynamics of internal disputes in the field of diplomats presents an interference from external factor, important to understand its logic of operation, which is the action of the political field. This can be observed even in an internal "game" of the field that shows high degree of autonomy like the process of selection and formation of new diplomats. We did a prosopographic study of the field agents involved in the game described. We associate this study with Geometric Data Analysis (GDA) as statistical methodology, more specifically with one of its components, Multiple Correspondence Analysis (MCA). We seek to understand the relationship between the field of diplomats and other social fields beyond the political field, such as the field of power and the field of international relations, according to the research focus. We also discussed the notion of autonomy in the field of diplomats, in addition to proposing a critical analysis of the idea "Itamaraty insulation". This work seeks to contribute to the development of the sociology of elites (or of the ruling groups) and to the still new sociology of international relations.

Key words:

Sociology of Bourdieu. Sociology of elites. Sociology of international relations. Field of diplomats. Political field.

LISTA DE SIGLAS

AC - Análise de Correspondência

ACM - Análise de Correspondência Múltipla

ACP - Análise de Componentes Principais

AGD - Análise Geométrica de Dados

ALCA - Área de Livre Comércio da Américas

CACD - Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

CAD - Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

CAE - Curso de Altos Estudos

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE - Cursos Especiais

CEx - Cursos de Extensão

CPCD - Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DALCA - Divisão da Área de Livre Comércio das Américas

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DNI - Departamento de Negociações Internacionais

DIR - Divisão de Integração Regional

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FGV- Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

EUA- Estados Unidos da América

Ipri - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

IRBr - Instituto Rio Branco

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NALCA - Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PEB - Política Externa Brasileira

PROFA-I - Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SENALCA - Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas

SG - Secretária-Geral das Relações Exteriores

SGAS - Subsecretaria-Geral da América do Sul

SGIE - Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior

TPS - Teste de Pré-Seleção

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB - Universidade de Brasília

Unicamp - Universidade de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Capa e primeira página da entrevista da revista *Veja* – 7 de fevereiro 2007 ANO 40 N° 5 37
- Figura 2 – Capa da revista Carta Capital – 28 de fevereiro 2007 ANO XIII N° 433 38

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Regras de promoção para diplomatas	61
Quadro 2 - Síntese das principais mudanças promovidas no processo seletivo de entrada no campo a partir da fundação do IRBr	129
Tabela 1 - Anova para tempo de promoção a Segundos(as) Ministros(as)	65
Tabela 2 - Anova para tempo de promoção a Primeiros(as) Ministros(as)	66
Tabela 3 – Sexo dos agentes do campo os diplomatas, por governos 1964 a 2014 (%)	138
Tabela 4 – Contribuições das variáveis ativas no plano fatorial (nuvem) (%)	161
Gráfico 1 – Desvio padrão do tempo de promoção aos três primeiros cargos 1913-2010	63
Gráfico 2 – Desvio padrão do tempo de promoção do topo da hierarquia 1913-1996	63
Gráfico 3 – Número total de inscrições para entrada no IRBr 1946-2014	136
Gráfico 4 – Número total de ingressantes no campo 1964 a 2014	137
Gráfico 5 – Sexo dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 2010 (%)	138
Gráfico 6 – Estado de nascimento dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 2010 (%)	140
Gráfico 7 – Região de nascimento dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 1960 e 2010 (%)	141
Gráfico 8 – Tipo de graduação completa no ingresso ao campo dos diplomatas dos agentes em atividade em 2010 (%)	142
Gráfico 9 – Tipo de graduação completa no ingresso ao campo dos diplomatas dos agentes em atividade em 1960 e 2010 (%)	143
Gráfico 10 – Universidade de graduação completa no ingresso ao campo dos diplomatas dos agentes em atividade em 2010 (%)	145
Gráfico 11 – Distribuição numérica por cargo dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 2010	146
Gráfico 12 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis – gerações	163
Gráfico 13 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis – gerações e cargos	165
Gráfico 14 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis – gerações e cargos, capital escolar de entrada no campo e capital social	167
Gráfico 15 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis completa	170
Gráfico 16 – Nuvem (plano fatorial) de indivíduos – diplomatas responsáveis pelo IRBr entre 1995 e 2010	171

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO I - OS PRINCIPAIS CONCEITOS TEÓRICOS E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	19
2.1. O mundo social é relacional: lutas, disputas e conflitos sociais	20
2.2. Indivíduo ou estrutura? <i>Habitus!</i>	21
2.3. Campo: conceito teórico a ser constantemente testado	26
2.4. Em vez de cálculo racional, <i>illusio</i> .	28
2.5. Capital simbólico: análise multidimensional do mundo social	30
2.6. Análise dos diplomatas a partir da abordagem teórica de Pierre Bourdieu	33
2.7. A construção do problema de pesquisa: disputas em evidência entre diplomatas	35
2.8. Escândalos como instrumento de análise	41
3. CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DOS DIPLOMATAS: HABITUS E CAPITAL SIMBÓLICO DO CAMPO	47
4. CAPÍTULO III - O CAMPO DOS DIPLOMATAS EM UMA PERSPECTIVA RELACIONAL	73
4.1. Para entender o campo dos diplomatas: o Estado como detentor do monopólio da violência simbólica legítima	73
4.2. Para entender o campo dos diplomatas: o Estado como metacampo, o campo do poder e o campo político	79
4.3. A <i>illusio</i> do campo dos diplomatas: sentido de pertencimento do jogo em âmbito nacional e internacional, o campo das relações internacionais	86
5. CAPÍTULO IV – NOÇÃO DE AUTONOMIA DO CAMPO DOS DIPLOMATAS: “INSULAMENTO DO ITAMARATY”?	97
5.1. Autonomia relativa do campo dos diplomatas: uma construção histórica	106
5.1.1. Período anterior a fundação do IRBr	109
5.1.2. Período pós-IRBr	115
5.1.3. Períodos FHC e Lula	119

5.2. As disputas do campo dos diplomatas: o “alto clero” e o “baixo clero” entre as gestões FHC e Lula	131
6. CAPÍTULO V – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM) EM UM DOS JOGOS DO CAMPO DOS DIPLOMATAS	135
6.1. Antes da ACM, caracterização dos perfis dos agentes do campo dos diplomatas	135
6.2. O que é e por que utilizar a Análise Geométrica de Dados?	148
6.3. Bourdieu e a Análise Geométrica de Dados	153
6.4. ACM aplicada ao jogo do IRBr do campo dos diplomatas entre FHC e Lula	157
7. CONCLUSÃO	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve início oficialmente em 2012, com a aprovação do projeto de pesquisa no processo de seleção do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Contudo, assim como ocorre com o objeto de pesquisa desta tese, os diplomatas, uma pesquisa não tem seu início no dia em que recebe o título institucional oficializado de pesquisa, assim como um diplomata não se transforma em “diplomata” no dia em que receber este título. Com isso, não estamos dizendo que ser diplomata é uma questão de “vocação”, ideia bastante difundida, que se tornou senso comum, porém já muito bem desconstruída por Karla Gobo (2016). Ao invés disso, afirmamos que o processo para se tornar um diplomata envolve uma série de rela es sociais complexas, construídas socialmente e localizadas historicamente através de disputas, que ultrapassam o momento em que os indivíduos recebem o título institucional oficializado de “diplomatas”. Embora as solenidades em si que marcam o recebimento da posse institucional deste título sejam rituais importantes de serem analisados e façam parte deste processo como um todo, como chama aten o Cristina Moura (2007).

Situa o análoga a essa pode ocorrer com uma pesquisa acadêmica, que não começa no momento em que se d  a sua aprova o oficial como um projeto de pesquisa. Foi o que aconteceu com esta tese, que apesar de ter começado oficialmente em 2012, teve seu início mais precisamente em 2007. Apesar de nesse ano estarmos iniciando nossa disserta o de mestrado, que enfocou juízes da magistratura¹, nos chamou aten o um conflito entre diplomatas que, na ocasião, publicizavam na média de grande circula o uma disputa interna do Ministério das Rela es Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty. Da curiosidade acadêmica sobre este evento em específico, que será melhor detalhado ao longo da pesquisa, resultou a atual tese de doutorado.

A abordagem teórica utilizada na época para estudar os juízes da magistratura, a sociologia de Pierre Bourdieu, também ajudou a construir as primeiras perguntas de pesquisa sobre os diplomatas. Tomando essa perspectiva teórica, conseguimos primeiramente fugir da armadilha de enxergarmos os diplomatas como uma corpora o profissional, ou o Itamaraty como uma institui o coesa e uniforme. Ao invés disso, a perspectiva teórica bourdieusiana nos

¹ TARGA, L. G. *A politiza o do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos*. Disserta o. (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Gradua o em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

forneceu instrumentos para conseguirmos perceber e objetivar aquele conflito entre diplomatas divulgado na mídia. Com isso, definimos que o objetivo geral da pesquisa seria realizar um estudo relacional sobre a ação dos diplomatas brasileiros. A definição do recorte temporal foi feita a partir do contexto daquele conflito publicizado na mídia: o período de governo dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), entre os anos de 1995 e 2010. A definição do recorte temporal já identificava o principal objetivo específico da pesquisa: entender a dinâmica de ação dos diplomatas a partir de sua relação com o processo de alternância entre os dois governos citados. Ainda, decidimos como estratégia de pesquisa fazer essa análise a partir de um “jogo jogado” pelos diplomatas. Adotamos a princípio dois jogos, mas, como será melhor detalhado ao longo do texto, durante a pesquisa decidimos focar nossa análise no jogo relacionado ao processo de seleção e formação de novos diplomatas. Isso nos levou ao Instituto Rio Branco (IRBr), instituição ligada ao MRE que detém o monopólio de seleção e formação dos diplomatas brasileiros. Em resumo, este trabalho sobre os diplomatas, principalmente os envolvidos com o IRBr durante os anos de 1995 e 2010, foi feita por meio do aporte teórico de Pierre Bourdieu. Nesta pesquisa utilizamos, portanto, conceitos como campo, agentes, *habitus* e capital simbólico, entre outros que compõem a teoria bourdiesiana.

A metodologia de análise relacional do mundo social de Bourdieu conceitualiza os indivíduos como “agentes”, uma vez que parte do princípio de que esses produzem e, ao mesmo tempo, são produzidos pelos espaços sociais – as estruturas sociais – das quais fazem parte. Estes indivíduos (a partir de agora denominados neste trabalho como agentes) agem em espaços relacionais entendidos não como instituições, mas como “campos”. Esses agentes lutam entre si para imporem uns aos outros, principalmente por meio de violência simbólica, os princípios de visão e divisão do mundo social que possuem, portanto disputam para exercerem a dominação simbólica no campo. Fazem isso por meio do uso de seus recursos materiais e simbólicos, os “capitais”. Essas disputas influenciam, assim, a constituição de elementos do campo que são a base da ação social, são as estruturas estruturadas inculcadas nos agentes que possuem o potencial de serem estruturas estruturantes do campo, ou seja, o “*habitus*”. Esses e outros instrumentos conceituais da teoria bourdiesiana, associados à metodologia estatística de análise de dados denominada Análise Geométrica de Dados (AGD), foram o caminho escolhido para desenvolvermos esse trabalho que pode, pois, ser classificado como um exercício de sociologia relacional, sociologia da reprodução social ou sociologia bourdiesiana. Todos esses elementos serão definidos e explicitados ao longo da pesquisa e, mais importante, serão testados empiricamente. Esses não podem ser conceitos

estritamente teóricos de análise do mundo social. Uma condição para a adoção da teoria bourdiesiana em pesquisas acadêmicas é a de que o pesquisador encontre nesses conceitos as pré-noções teóricas necessárias de pesquisa, mas que eles apenas terão validade a partir da pesquisa empírica, num exercício de adaptação da teoria a empiria, e não o contrário:

Gostaria de submeter a uma elaboração e a um controle metódicos o sistema de conceitos que guiou minhas pesquisas e que outorga coerência teórica a trabalhos dedicados a objetos muito diversos na aparência, sem, no entanto, ceder à tentação de transformá-los em axiomas prematuramente, o que poderia tirar desse corpo de conceitos produzido para e pela prática científica a margem de incerteza que constitui frequentemente a virtude heurística (BOURDIEU, 2003b, p. 38).

Com esse arcabouço teórico, partimos, então, do pressuposto de que os diplomatas são agentes do campo dos diplomatas e que estes não constituem um grupo homogêneo quanto às suas ações e formas de pensar o campo. São agentes que compartilham o mesmo *habitus* do campo e que, por isso, estão em constante disputa pela dominação simbólica das ações que conduzem o campo dos diplomatas. Contudo, esse pressuposto, como exigência do arcabouço teórico, foi testado durante a pesquisa empírica da mesma forma que nossa hipótese inicial de trabalho: a dinâmica de disputa interna do campo, apesar de ter um alto grau de autonomia, principalmente no que se refere ao processo de seleção e treinamento de novos diplomatas, apresenta a interferência de um fator externo ao campo, importante para entendermos a sua lógica de funcionamento: a ação do campo político.

Com isso, elencamos alguns objetivos específicos para a pesquisa, a saber: compreender a dinâmica do campo dos diplomatas brasileiros, principalmente a partir do “jogo jogado” no IRBr, no período que compreende os governos FHC e Lula; identificar suas hierarquias e conflitos internos; localizar seus capitais de conversão e a lógica relacional do campo; estudar a influência do campo político sob a dinâmica de funcionamento do campo dos diplomatas; e entender a dinâmica e trajetória histórica do campo dos diplomatas por meio de dois aspectos: as ações referentes à seleção e formação de novos agentes que entram no campo e a noção relacional entre as ações do campo político e as do campo dos diplomatas.

Para alcançar esses objetivos, procuramos utilizar a metodologia da análise prosopográfica dos agentes do campo, associada às ferramentas de análise estatística da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) como maneira de realização do estudo proposto. Entendemos que o método estatístico da AGD (a qual a ACM é uma das componentes) se mostra uma importante ferramenta de auxílio a pesquisas na perspectiva de estudos bourdiesianos. Esse instrumento de pesquisa ajuda ao pesquisador formular análises sobre as

ações dos agentes do campo de maneira tanto multidimensional quanto relacional, trabalhando, ao mesmo tempo, o agente (e seus capitais), o campo (a estrutura) e o elemento que os une, o *habitus*. O uso da AGD é a forma de, na prática, o pesquisador conseguir combinar a construção objetiva de análise quantitativa de dados e informações estatísticas com a noção teórica de campo inserido em um espaço social geral.

Para compormos este trabalho, tivemos contato com algumas importantes pesquisas acadêmicas, referências nas análises sobre política externa brasileira e diplomatas, entre elas: Amado Luís Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), Jeffrey Cason e Timothy Power (2009), Maria Regina de Soares Lima (2006), Tatiana Berringer (2015) Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2011), Camila Risso Sales (2007), Zairo Borges Cheibub (1984, 1985, 1989). Contudo, na medida em que fomos desenvolvendo a pesquisa e, principalmente, divulgando-a em eventos acadêmicos, percebemos que aliar a teoria bourdiesiana ao estudo sobre os diplomatas significava valer-se de instrumental teórico não convencional para análise de um objeto de pesquisa reivindicado principalmente pelas Relações Internacionais. Esta área de produção de conhecimento acadêmico vem se fortalecendo nas últimas décadas a partir da reivindicação sobre o monopólio de explicação sobre “o internacional”. Porém, as tradicionais teorias das Relações Internacionais apresentam limitações em suas análises, que podem ser complementadas e até superadas pela sociologia bourdiesiana. Partimos do princípio de que a mesma metodologia de pesquisa que analisa as relações sociais num âmbito local pode ser utilizada para pensar relações sociais mundializadas (SIMÉANT, 2015).

Desse modo, começamos a definir nossa pesquisa como sendo também o esboço para uma “sociologia das relações internacionais”. Embora não possamos dizer que o presente trabalho tenha sido desenvolvido sob esta área de pesquisa ainda em formação, encontramos aqui elementos de análise que, mesmo focados no campo dos diplomatas, podem contribuir para que o que denominamos de “relações internacionais” em geral sejam entendidas a partir de um olhar sociológico. Sobre autores que também podem contribuir com a produção de conhecimento sociológico sobre as relações internacionais, encontramos apenas algumas referências estrangeiras, entre elas: Pierre Bourdieu (2002), Yves Dezalay e Bryant Garth (2002), Johanna Siméant (2015), Gisèle Sapiro (2013), Didier Bigo (2011), Rebecca Adler-Nissen (2011), Anna Leander (2011), Merand Frédéric (2008), Saurugger Sabine (2008), Florent Pouponneau (2015). Note-se que algumas dessas referências são internacionalistas que utilizam a linha sociológica bourdieusiana em suas pesquisas. No Brasil, encontramos principalmente duas autoras, já citadas, que apresentam olhares sobre os diplomatas diferentes dos internacionalistas, Karla Gobo (2016) e Cristina Moura (2000, 2006, 2007) – apesar de

nenhuma das duas autoras classificarem seus trabalhos como de sociologia das relações internacionais. Nesse contexto, há outras pesquisas que apresentam pontos de vista alternativos para as Relações Internacionais sobre os diplomatas, como as de Maria Mota Monteiro (2007), David do Nascimento Batista (2010), Vera Lúcia Alves Rodrigues Lima (2005), Ana Paula Conceição Oliveira (2011), Paulo de Góes Filho (2003), Lea Maria Tomass (2001), Viviane Rios Balbino (2005) e Cláudia Angélica Vasques Silva (2005), porém nenhuma delas também se apresenta como sociologia das relações internacionais. Podemos inferir com isso que essa perspectiva de pesquisa é um campo ainda a ser explorado.

Esta pesquisa se vincula e pretende contribuir mais especificamente com o desenvolvimento da sociologia das elites (ou dos grupos dirigentes). Esta, porém, já possui uma trajetória acadêmica bem consolidada, com vastas contribuições, como as de Roberto Grün (2015), Ernesto Seidl e Igor Grill (2013), Fabiano Engelmann (2006), Odaci Luiz Coradini (2014), Ana Maria Almeida (2004), Letícia Bicalho Canêdo, Kimi Tomizaki, e Afranio Garcia Jr. (2013), Christophe Charle (1987), Mario Grynszpan (1999), Flávio Madureira Heinz (2006), Maria Rita Loureiro (1992), Sergio Miceli (2001), Monique de Saint-Martin (1992), entre outros.

Este trabalho, então, está composto desta Introdução e por cinco capítulos, além de uma síntese conclusiva. O primeiro capítulo apresenta um resumo dos principais conceitos teóricos que abarcam esta pesquisa. A teoria bourdiesiana apresenta um conjunto de características que procuramos defini-las de maneira sintética no início deste trabalho afim de que fique clara nossa proposta de pesquisa. Além disso, o primeiro capítulo também descreve o início da pesquisa, já citada nesta introdução, e a maneira com que foi construído o problema de pesquisa.

O segundo capítulo traz o início da aplicação empírica do arcabouço teórico da pesquisa, ou seja, apresenta as definições de como entendemos, por exemplo, o campo dos diplomatas, o *habitus* compartilhado no campo e o capital simbólico específico do campo.

No terceiro capítulo discutimos as relações do campo dos diplomatas e de seus agentes com outros campos sociais. Primeiramente, definimos o conceito de Estado a partir da teoria dos campos. Em seguida, definimos e analisamos a relação do campo dos diplomatas com o campo político e o campo do poder. No final do capítulo, descrevermos qual é a relação entre o campo dos diplomatas e o campo das relações internacionais, componente da *illusio* dos agentes do campo.

O quarto capítulo é dedicado a definição da noção de autonomia no campo dos diplomatas, além de propor uma análise crítica da ideia de “insulamento do Itamaraty”. Como

forma de subsidiar esta proposta, traçamos a trajetória histórica das regras do campo com foco no jogo que nos propomos a analisar. Este capítulo contextualiza, ao final, a disputa interna do campo dos diplomatas a partir da disputa do campo político durante os governos FHC e Lula.

O capítulo cinco apresenta as análises finais da pesquisa com base nos resultados obtidos com a ACM, produto de pesquisa de dados em fonte primária (com base em entrevistas com diplomatas e outros funcionários do MRE) e secundária (análises de trabalhos acadêmicos, documentos e arquivos).

A última seção apresenta a síntese conclusiva de todo o trabalho e tem como fim não apenas compor os resultados finais do estudo mas também apontar para possíveis novas agendas de pesquisa sobre o tema.

2. CAPÍTULO I

OS PRINCIPAIS CONCEITOS TEÓRICOS E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Nas ciências sociais, como se sabe, as rupturas epistemológicas são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças fundamentais de um grupo e, por vezes, com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, como o corpo de certezas partilhadas que fundamentam a *communis doctorum opinio*. Praticar a dúvida radical em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei (BOURDIEU, 2011c, p. 38-39).

Anunciamos em nossa introdução que este trabalho se pretende um estudo relacional sobre os diplomatas e que utilizaremos o aporte teórico de Pierre Bourdieu para entendermos a dinâmica de funcionamento do “jogo jogado” por esses agentes. O que se pretende neste capítulo da pesquisa é demonstrar o que significa fazer um estudo relacional tal qual a teoria bourdiesiana aponta. Mostraremos que o uso de conceitos como campo, *habitus* e capital simbólico precisa ser acompanhado de uma estrutura de pesquisa e uma metodologia de trabalho que não os tornem vagos na pesquisa. Em muitas análises esses conceitos são empregados de tal forma como se o pesquisador procurasse um aval científico na “teoria da moda” para validar seus estudos. A utilização sem critérios de conceitos que integram uma ampla e complexa teoria como, por exemplo, a teoria dos campos de Bourdieu, acaba se tornando o ponto de partida para se criticar toda a teoria, ao ponto de desacreditá-la. Isso acontece com o arcabouço teórico bourdiesiano, assim como com outras teorias.

Para evitar esse equívoco precisamos entender, com a maior profundidade possível, os objetivos epistemológicos da teoria bourdiesiana. O autor deixa claro que sua sociologia é uma tentativa (não apenas retórica, artificial ou de compromissos ecléticos) de integrar as tradições de estudos dos “pais fundadores” das Ciências Sociais: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Ele também deixa claro que seu trabalho tem por fim superar oposições “epistemologicamente fictícias, mas socialmente reais” (BOURDIEU, 2003b, p. 32) em pesquisas das Ciências Sociais entre a tradição de pesquisadores “teóricos” *versus*

“empiristas” e, entre os últimos, entre os estatísticos e os etnógrafos. Superar essas oposições historicamente criadas no campo acadêmico é certamente o maior desafio para os pesquisadores que pretendem seguir a tradição bourdiesiana de pesquisa. É preciso, para isso, que o pesquisador mobilize um conjunto específico de instrumentos conceituais, técnicas de pesquisa e, mais importante, um método específico de construção de análise. Bourdieu ainda atribui esse esforço de pesquisa de sua teoria à continuação de um legado dos pesquisadores durkheimianos, mas não exclusivamente a eles.

2.1. O mundo social é relacional: lutas, disputas e conflitos sociais

É importante frisar que um dos principais pressupostos desta teoria é de que o mundo social é constituído a partir da lógica de lutas, disputas e conflitos sociais constantes. Nesse sentido, a sociologia de Bourdieu está intrinsecamente associada à capacidade do pesquisador de apreender o funcionamento da vida social que, segundo o autor:

[...] não é outra coisa senão o conjunto das ações e das reações tendentes a conservar ou a transformar a estrutura, ou seja, a distribuição dos poderes que a cada momento determina as forças e as estratégias utilizadas na luta pela transformação ou conservação e, em consequência, as possibilidades que essas lutas têm de transformar ou de perpetuar a estrutura (BOURDIEU, 2003b, p. 34).

Podemos, então, afirmar que esta é uma sociologia da prática social. O pesquisador que pretende ter na teoria bourdiesiana seu arcabouço de pesquisa precisa ficar atento às lógicas de distribuição de poder do mundo social e as correlações de força e disputas constantes entre agentes que compõem seu objeto de pesquisa. Na citação acima, fica clara a necessidade do pesquisador abandonar a noção academicista de distinção entre a dinâmica e a estática da vida social. A teoria de Bourdieu parte do princípio de que tanto a transformação quanto a conservação das estruturas sociais são produtos das lutas e disputas constantes no mundo social, e que os instrumentos de pesquisa apropriados ajudam o pesquisador a compreender essas dinâmicas e lógicas do confronto.

Entendendo que o mundo social funciona a partir de lutas e disputas constantes, abarcamos a noção relacional do mundo social que a teoria bourdiesiana apresenta. O mundo social precisa, pois, ser visto como um sistema de relações e, dessa forma, o pesquisador precisa adotar a metodologia “que consiste em privilegiar as *relações* antes que os elementos diretamente visíveis” (BOURDIEU, 2003b, p. 35, grifo do autor). Com esse ponto de vista, uma pesquisa pode ter seu objetivo de análise comprometido se for compreendida como

“monografia ou o estudo longitudinal, os mais minuciosos, incapazes, por definição, de apreender e de interpretar os efeitos das estruturas” (*Op. cit.*, p. 35). Essa metodologia de pesquisa relacional parte do princípio de que apenas seja possível compreender as propriedades específicas de cada instituição, de cada indivíduo social se esses forem estudados com base na análise dialética entre eles e suas estruturas de relações objetivas. Ou seja, a teoria bourdiesiana nos convida a privilegiar o olhar sobre as relações que as instituições e os indivíduos exercem entre si, tendo em vista a compreensão de um todo sistêmico composto de situações de conflitos e disputas, das posições que os indivíduos e as instituições ocupam em seus espaços de atuação determinados, e desses espaços em relação ao espaço transversal a todos os outros espaços, nos quais esses indivíduos e instituições exercem a posição de dominados ou dominantes uns em relação aos outros.

2.2. Indivíduo ou estrutura? *Habitus!*

Com essas primeiras noções da teoria bourdiesiana, podemos abordar a posição que esta teoria ocupa perante outras formas epistemológicas de conhecimento do mundo social. Bourdieu demonstrou em diversos trabalhos a preocupação em posicionar sua teoria no campo de produção de conhecimento acadêmico sobre o mundo social, mas talvez tenha sido em “Esboço de uma teoria da prática” (BOURDIEU, 2003a) que isso ocorra de maneira mais sistemática. Para posicionar sua teoria no campo, Bourdieu definiu uma classificação das formas de conhecimento teórico sobre o mundo social em três tipos: o conhecimento fenomenológico – que em vários momentos o autor vai denominar de conhecimento subjetivista (que também pode ser conhecido como interacionista ou etnometodológico); o conhecimento objetivista (que toma de exemplo a corrente estruturalista de pesquisa); o conhecimento praxiológico, no qual posiciona sua teoria.

O autor explica o subjetivismo como a maneira de produção de conhecimento do mundo social a partir do ponto de vista “da experiência primeira” desse mundo social, ou seja, das relações de familiaridade individual, as quais leva muitas vezes à apreensão do mundo social como “mundo natural e evidente”. Em um outro extremo, para o conhecimento objetivista, Bourdieu explica ser o conhecimento do mundo social a partir de “relações objetivas (isto é, econômicas ou linguísticas)”, que estruturam as práticas e as relações de familiaridade individuais. Portanto, o objetivismo propõe uma ruptura com o conhecimento oriundo “da experiência primeira” e, portanto, “com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e de natural” (BOURDIEU 2003a, p.

40). Em resumo, podemos dizer que essa dicotomia entre o conhecimento objetivista e o subjetivista é um dos principais paradigmas que definem historicamente o modo de organização do campo científico de produção de conhecimento das Ciências Sociais. O questionamento que exemplifica essa dicotomia é: as análises sobre o mundo social devem ser produzidas privilegiando-se o ponto de vista do indivíduo ou da estrutura? A partir desse paradigma determinante do campo acadêmico, e na posição de agente pertencente a este campo, Bourdieu elaborou esse sistema de classificação da produção de conhecimento do mundo social para justamente delimitar sua posição no campo.

O conhecimento praxiológico, por sua vez, propõe uma ruptura com a compreensão do mundo social feita a partir das relações objetivas, advindas do objetivismo e também, por consequência, com a baseada na adesão da experiência inicial individual, proveniente do subjetivismo. Essa ruptura de paradigma está proposta pela praxiologia na ideia de produção de conhecimento do mundo social por meio das “relações *dialéticas* entre as estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”. (BOURDIEU, 2003a, p. 40, grifos do autor). Isto é, a praxiologia trata de estudar o movimento dialético entre as disposições estruturais da sociedade e seus elementos de reprodução (transformação ou manutenção). É uma maneira de produzir conhecimento sobre o mundo social, não pelo ponto de vista da estrutura ou do indivíduo, mas da relação entre eles. É essa relação dialética que entendemos como a protagonista da ação do mundo social. Para explicar isso, Bourdieu se utiliza de uma de suas comparações com os estudos da linguística:

Do mesmo modo que a oposição entre língua e palavra (como simples execução ou mesmo como objeto pré-construído) oculta a oposição entre as relações objetivas da língua e as disposições constitutivas da competência linguística, a oposição entre estrutura e indivíduo (contra o qual a estrutura deve ser conquistada e incessantemente reconquistada) obstaculiza a construção da relação dialética entre a estrutura e as disposições constitutivas do *habitus* (BOURDIEU, 2003a, p. 70, grifo do autor).

Percebe-se que, para o autor, a palavra “indivíduo” é concebida como “disposições constitutivas do *habitus*”. O conceito de *habitus* mostra-se, então, como peça-chave na teoria bourdiesiana para superar a dicotomia entre o ponto de vista do indivíduo ou da estrutura na produção de conhecimento sobre o mundo social. Para a teoria bourdiesiana, a palavra “indivíduo” pode trazer uma aparência de “autonomia singular” (reivindicada pelos pesquisadores subjetivistas) aos organismos portadores de *habitus*. Sendo assim, Bourdieu

caracteriza o *habitus* como o “produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que os produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas (por exemplo, da língua, da economia, etc.), consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis” (BOURDIEU, 2003a, p. 70). Entretanto, Bourdieu observa também que a individualidade orgânica “nunca se pode evacuar completamente do discurso sociológico, na medida em que, imediatamente dado a percepção imediata (*intuitus personae*), ela é também socialmente designada e reconhecida (nome próprio, personalidade jurídica etc.) e em que ela se define por uma trajetória social rigorosamente irreduzível a uma outra” (BOURDIEU, 2003a, p. 71). Reconhecendo, portanto, a importância de conceber sociologicamente a construção subjetiva com eficácia sob a realidade social, o autor define o *habitus* como:

Sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção, fundamos, então, a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substituíbilidade perfeita das práticas e das visões singulares (BOURDIEU, 2003a p. 71).

Ao longo de seu trabalho, Bourdieu explica também a ideia de “diversidade na homogeneidade”, uma das principais características do *habitus*. Isso se dá a partir das homologias estruturais existentes nos *habitus* de membros de um mesmo grupo ou mesma classe. Essas homologias são produtos dos processos de interiorização das mesmas estruturas fundamentais, mas por subjetividades com trajetórias de vida diferentes. Portanto, as homologias das visões de mundo dos agentes são importantes para determinar a identidade na diversidade homóloga do grupo. Bourdieu aponta que as diferenças sistêmicas que separam visões de mundo singulares também compõem essa identidade de grupo caracterizada por agentes de mesmo *habitus*. Por isso, dizemos que os agentes que compartilham das mesmas identidades de grupo ou classe apresentam também variantes estruturais do *habitus* (ou diversidade na homogeneidade), que são oriundas das trajetórias de vida diferentes que os uniram. Todos esses elementos (as homologias estruturais, as diferenças sistêmicas e, por consequência, as variantes estruturais do *habitus*) são importantes de serem percebidos por pesquisadores que se propõem a estudar grupos ou classes que são sistematicamente organizados a partir de suas relações entre os “de dentro” e os “de fora”, num constante processo de reprodução (transformação ou manutenção) de seu *habitus* compartilhado no campo. Desse modo, expõe-se a função central que o conceito *habitus* exerce na teoria bourdiesiana quando esta se coloca como praxiológica, ou seja, como alternativa (mais do que

mediadora) entre os paradigmas subjetivistas e objetivista de produção de conhecimento do mundo social.

A praxiologia, segundo Bourdieu (2003a), não pode ser confundida com um retorno simples ao subjetivismo na medida em que critica o objetivismo. Isso porque a praxiologia reconhece como importante o avanço objetivista de superar o conhecimento subjetivista de definição do mundo social a partir do ponto de vista do que ele chama de “experiências primeiras”:

O conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las. (...) na medida em que ele se constitui contra a experiência primeira – apreensão prática do mundo social –, o conhecimento objetivista se afasta da construção da teoria do conhecimento prático do mundo social e dela produz, ao menos negativamente, a falta, ao produzir conhecimento teórico do mundo social contra os pressupostos implícitos do conhecimento prático do mundo social. (...). Assim, o objetivismo metódico que constitui um momento necessário de toda pesquisa, a título de instrumento de ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, exige sua própria superação (BOURDIEU, 2003a p. 40, 53).

Assim, a praxiologia propõe que o pesquisador faça o movimento de abandono da produção de conhecimento do mundo social vindo das “experiências primeiras”, como propõe o movimento metodológico objetivista. No entanto, ela indica que esse movimento não pode parar aí: deve-se continuar esse movimento de voltar às análises vindas das “experiências primeiras”, pois deriva delas a construção dos modelos objetivos do mundo social que, de forma dialética, vai determinar as “experiências primeiras”. Interromper o movimento de ruptura com o subjetivismo pode levar o pesquisador a fixar-se em modelos academicistas que se legitimam e se reproduzem no meio acadêmico, mas que são incapazes de revelar as nuances do mundo social, levando ao conhecimento acadêmico ser, muitas vezes, uma reprodução doura do senso comum. É com essa ideia que Bourdieu critica uma das escolas de pensamento mais antigas e consolidadas do campo das Ciências Sociais:

Marx permite que se arrombem as portas da doxa, da adesão ingênua à experiência inicial; mas, por detrás da porta, há um alçapão, e o meio-hábil que se fia no senso comum dourado esquece-se de voltar à experiência inicial que a construção doura deve ter posto em suspenso (...) E eu não hesitarei em dizer que o marxismo, nos seus usos sociais mais comuns, constitui, frequentemente, a forma por excelência, por ser a mais insuspeita, do pré-construído dourado (BOURDIEU, 2011c, p. 48).

Neste ponto é importante entender a trajetória acadêmica de Bourdieu. No período em que o autor começou a investir na migração de sua carreira acadêmica da Filosofia para as

Ciências Sociais a academia francesa estava muito influenciada pela corrente de pensamento estruturalista dos anos 1960. Alguns dos primeiros trabalhos de Bourdieu são etnografias de inspiração na antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e da linguística estruturalista de Saussure. A partir da influência de outros autores em sua obra, principalmente dos trabalhos do filósofo Ernst Cassirer sobre filosofia da cultura como uma teoria dos símbolos baseada na fenomenologia do conhecimento, Bourdieu passou a empenhar-se a construir sua teoria baseada na oposição entre uma visão “substancial” e uma visão “relacional” de mundo social (LEBARON; LE ROUX, 2015).

Para Bourdieu, o movimento de superação do objetivismo, que significa, então, avançar na superação ao subjetivismo, exige que o pesquisador se empenhe em construir a “teoria da prática”, ou seja, que construa as condições “de uma ciência experimental da *dialética da interioridade e da exterioridade*, isto é, da *interiorização da exterioridade* e da *exteriorização da interioridade*.” (BOURDIEU, 2003a, p. 53, grifo do autor). Como vimos, a ferramenta conceitual que Bourdieu utiliza para isso é o *habitus*. As características estruturais de determinada condição socialmente localizada e que seja passível de ser apreendida pelo pesquisador por meio da formulação de padrões e regras estruturais como, por exemplo, as condições materiais específicas de classe, produzem o *habitus*. Esse conceito é a tradução do movimento dialético que Bourdieu aponta como sendo a superação da oposição entre o subjetivismo e o objetivismo, entre a definição do mundo social a partir do ponto de vista do indivíduo ou da estrutura. O *habitus* é, pois, a condição de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. São as “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2003a, p. 54). O *habitus* é o princípio que gera a ação e as práticas sociais, que podem ser regulares sem ser o produto de obediência a regras pré-definidas, que podem ter um objetivo, mas sem supor a intenção consciente deste, que podem ser coletivamente determinadas, sem a existência de um indivíduo determinador para estas.

O habitus está no princípio de encadeamento das ‘ações’ que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica (o que suporia, por exemplo, que elas fossem apreendidas como uma estratégia entre outras possíveis) (BOURDIEU, 2003a, p. 54, grifo do autor).

Nesse contexto, os agentes que possuem o mesmo *habitus* compartilham das mesmas condições interiorizadas das estruturas historicamente construídas no mundo social em que agem. Isso significa que esses agentes agem e reagem de acordo com as relações que possuem entre si (por interação direta ou indireta) e que são capazes de prever ações e reações uns dos outros, de maneira não consciente. Da mesma forma, esse movimento de previsão não

consciente de ação e reação se torna mais dificultado na situação em que agentes não compartilham o mesmo *habitus*. Ou seja, quando agentes não compartilharem as mesmas condições de interiorização da exterioridade, fica dificultada a previsão não consciente de suas respectivas exteriorizações da interioridade. É nesse movimento relacional e conflituoso entre agentes que compartilham ou não de mesmo *habitus* que as estruturas sociais se reproduzem nos indivíduos e que, ao mesmo tempo, os indivíduos atualizam essas estruturas (seja para manter as características das estruturas, seja para modificá-las), em um movimento dialético. Desse modo, os indivíduos são conceituados como “agentes” por serem portadores de *habitus*, pelos quais cabe ao pesquisador entender e produzir uma teoria da prática para estabelecer compreensões sobre o mundo social.

Portanto, já que, por “prática”, entendemos ser o “produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*” (BOURDIEU, 2003a, p. 57), cabe ao pesquisador “explicar estas práticas se colocarmos em relação a *estrutura* objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a *conjuntura* que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura” (BOURDIEU, 2003a, p. 58, grifo do autor).

Esse movimento pode ser aprendido na vida cotidiana, por exemplo, quando observamos o conflito de gerações. Agentes sociais de gerações diferentes se opõem, não por meio de classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas por meio de *habitus* diferentes, pois eles são produtos de diferentes condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns entenderem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros entendem como impensáveis ou escandalosas e inversamente. Assim,

O *habitus* é a mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, ‘sensatas’, ‘razoáveis’ e objetivamente orquestradas. A parte das práticas que permanece obscura aos olhos de seus próprios produtores é o aspecto pelo qual elas são objetivamente ajustadas às outras práticas e às estruturas; o próprio produto desse ajustamento está no princípio da produção dessas estruturas (BOURDIEU, 2003a, p. 65).

2.3. Campo: conceito teórico a ser constantemente testado

Bourdieu desenvolveu o conceito de campo no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, e este se tornou fundamental em sua teoria ao explicar a ideia de espaços sociais

em que se dão as relações de disputas entre agentes que compartilham de mesmo *habitus*, assim como para definir os limites de interação entre espaços sociais de agentes de diferentes *habitus*. Campos são espaços sociais específicos inseridos em um espaço social maior, geral. Considerando-se que o mundo social só pode ser apreendido do ponto de vista das relações que estão contidas nele, um campo é definido, ao mesmo tempo, por sua relativa autonomia em relação ao espaço social maior ao qual está inserido, assim como por suas relações com esse espaço maior e os outros campos que compõem esse espaço social maior.

Sendo assim, os campos se caracterizam como espaços sociais mais ou menos autônomos, espaços com propriedades estruturadas pela configuração específica das disputas travadas pelos seus agentes. Os agentes no campo, mesmo que não tenham uma interação direta, são colocados em relações objetivas por intermédio da principal característica dos campos: a distribuição desigual de recursos (materiais e simbólicos) específicos de cada campo. Essa distribuição desigual gera uma situação de hierarquia e dominação desse espaço (que não pode ser reduzido à ideia de “dominação de classes”), assim como de conflitos e lutas constantes. Assim, os campos se caracterizam por representar espaços de relações sociais entre agentes em constante disputa pelas lógicas de distribuição de recursos, sobretudo, simbólicos, específicos do seu campo, que determinam a posição que o agente terá naquele espaço (posição de dominante ou dominado) e sua consequente possibilidade de ação.

Campo, então, é definido sendo “ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo, assim, para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 2011a, p. 50). Portanto, compreendemos que o uso do conceito campo nos remete à ideia de investirmos nossos olhares sobre as relações dos agentes que fazem parte do campo como sendo relações estruturadas e, ao mesmo tempo, estruturantes do campo. Entendendo que os campos são caracterizados pelas suas lógicas internas e dinâmicas de funcionamento, é necessário que o pesquisador use técnicas de pesquisa diferentes se quiser analisar campos diferentes. Em outras palavras, campo não é um conceito *a priori*, este conceito apenas existe se comprovado na prática de pesquisa. É um ponto de partida teórico de apreensão do mundo social a ser feito empiricamente pelo pesquisador. Por isso não existem regras pré-estabelecidas de estudos dos campos, já que cada campo apresenta sua lógica de funcionamento mais ou menos autônoma em relação aos outros. O pesquisador deverá definir na prática de pesquisa como trabalhará os diversos campos que compõem o mundo social, tendo a preocupação de analisar tanto as relações

internas do campo específico que seria objeto de pesquisa quanto as relações deste campo com outros campos.

Ao longo de sua carreira, Bourdieu exemplificou em suas obras análises de diversos campos a partir tanto de suas relações internas quanto externas, por exemplo, as análises do campo artístico, campo religioso, campo acadêmico, campo econômico, campo político, etc. O autor sempre deixou claro que seu método de análise pressupõe que o pesquisador teste na prática de pesquisa a teoria empregada. Portanto, não existe modelo estanque de análise dos campos, a estratégia de pesquisa utilizada para estudar o campo acadêmico francês da década de 1990, por exemplo, não deve ser “copiado e colado” para se estudar o campo político brasileiro dos anos 2000. Contudo, o estudo dos campos, por mais diversos que sejam, possui um mesmo objetivo: entender as leis gerais e dinâmicas dos universos sociais que funcionam nos campos.

Bourdieu, mais uma vez posicionando sua teoria em oposição à concepção de produção de conhecimento do mundo social vinda do subjetivismo e do objetivismo, afirma que é necessário que o pesquisador se preocupe com as “condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição, de um lado, aos simples agregados amorfos de elementos (indivíduos, instituições, etc.) simplesmente coexistentes e, de outro, aos aparelhos (ou instituições totais), mecanicamente submetidos a uma intenção central” (BOURDIEU, 2003b, p. 38).

2.4. Em vez de cálculo racional, *illusio*.

Outro elemento conceitual fundamental na teoria de Bourdieu é a noção de *illusio*. Com esse conceito, o autor define teoricamente como se dá a ação dos agentes de um campo, que compartilham de um mesmo *habitus*. A compreensão da ideia de *illusio* dá uma noção da dimensão crítica de Bourdieu em relação às teorias que atribuem ao cálculo racional o princípio de ação individual, encontradas principalmente nas escolas subjetivistas de produção de conhecimento do mundo social. Ao mesmo tempo, não é no pensamento objetivista que encontramos os princípios de definição deste conceito. *Illusio* é mais um elemento da teoria bourdiesiana que pretende demonstrar a necessidade do movimento de abandono do conhecimento subjetivista, ou seja, o rompimento do conhecimento proveniente da “experiência primeira”, da percepção do mundo social como “natural e evidente”. Também é um conceito que demonstra que esse processo de rompimento não pode ser interrompido como ocorre nas escolas objetivistas.

Assim, *illusio* representa a ideia de que a ação dos agentes sociais não pode ser explicada apenas pelo viés da razão, ou seja, é possível que um ato socialmente razoável não seja um ato racional. Os agentes apresentam ações que são explicadas pelo viés do cálculo racional sem que essas ações tenham a razão como princípio:

Os agentes sociais não agem de maneira disparatada, que eles não são loucos, que eles não fazem coisas sem sentido. O que não significa supor que eles sejam racionais, que têm razão em agir como agem ou mesmo, de maneira mais simples, que eles tenham razão em agir, que suas ações sejam dirigidas, guiadas ou orientadas por essas razões (BOURDIEU, 2011a, p. 138).

Atribuir sentido racional às ações dos agentes sociais significa, por parte dos pesquisadores, atribuir um sentido lógico às ações que poderiam ser consideradas arbitrárias, incoerentes do ponto de vista acadêmico e que, portanto, não poderiam ser classificadas pelas ciências sociais. Dar o sentido de razão e de cálculo às condutas dos agentes é conseguir classificar, dar sentido lógico, coerente e até previsível às ações humanas que uma ciência do prognóstico não pode se furtar em fazer.

Bourdieu propõem substituir a noção de “interesse” presente na ação social para a noção de *illusio*. *Illusio* significa estar em jogo, jogar e acreditar que vale a pena jogar o jogo. É diferente da noção de interesse, por essa poder ser associada à noção de razão. *Illusio* é o encantamento do agente pelo jogo social que é jogado no campo que ele participa. Esse encantamento se dá de tal forma que se esquece que é um jogo, a ponto de o jogo não ser percebido como tal: “a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 2011a, p. 139-40). Ou seja, *illusio* é parte integrante da relação do agente com seu campo e com o *habitus* que compartilha com outros agentes do campo; é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo.

A ação de agentes com objetivos antagônicos em um campo no qual, por exemplo, uns lutam por manter a doxa enquanto outros por transformá-la, possuem na *illusio* seu ponto em comum: todos reconhecem o jogo como importante, conhecem seus alvos e seus objetivos. Contudo, esse conhecimento e reconhecimento do jogo do campo se dá de forma pré-reflexiva, por meio da *illusio*, produto do *habitus* compartilhado dos agentes do campo. O sentido de coesão a um campo social se dá por meio da noção de compartilhamento de importância do jogo que está sendo jogado ali, da *illusio*. Agentes de fora do campo não compartilham do *habitus* dos agentes do campo, portanto, não compartilham da *illusio* desses agentes, embora sejam passíveis de entendê-la e identificá-la. Isso faz com que “os de fora”

muitas vezes não se interessem, ou não compreendam, ou não consigam participar da evidência do jogo que está sendo jogado no campo e do “interesse” de certas ações dos agentes do campo. Em uma referência à “teoria dos jogos”, Bourdieu explica que a noção de cálculo racional não nos ajuda a compreender a ação social baseada na *illusio* do *habitus* compartilhado dos agentes do campo, uma vez que tende a universalizar todas as diferentes lógicas de ações dos agentes sociais e transformar a *illusio* dos diferentes campos em “interesse utilitário” (muitas vezes a partir de uma única lógica economicista): “A prática tem uma lógica que não é a da lógica e, conseqüentemente, aplicar as lógicas práticas à lógica lógica, é arriscar destruir, através dos instrumentos que utilizamos para descrevê-la, a lógica que queremos descrever.” (BOURDIEU, 2011a, p. 146).

2.5. Capital simbólico: análise multidimensional do mundo social

A noção de *illusio* aponta outra característica importante da teoria bourdiesiana, a ideia de “economia de bens simbólicos”. Esse princípio teórico refere-se às análises de produção cultural que o autor desenvolvera ao longo do início de sua carreira, ou seja, com análises sobre a “lógica específica da *produção do valor dos bens simbólicos*” (BOURDIEU, 2003b, p. 36, grifo nosso). Ao estabelecer o estudo dessa lógica, o autor buscava a superação do que ele denominava de “representação ingenuamente idealista que têm dela seus atores e a redução brutalmente materialista que todo economicismo (marxista ou neoclássico) opera” (BOURDIEU, 2003b, p. 36). Dessa forma, o autor procurou atravessar mais uma fronteira historicamente construída no campo da produção de conhecimento sobre o mundo social. Ou seja, mais uma das oposições “epistemologicamente fictícias, mas socialmente reais” entre as abordagens idealistas/culturalistas e materialistas/economicistas das Ciências Sociais.

Uma das definições que Bourdieu faz de economia de bens simbólicos se dá por meio da crítica à visão economicista do mundo social que, segundo ele, é uma visão que nasceu e se tornou hegemônica historicamente junto com a construção social de hegemonia da lógica burguesa de visão e divisão do mundo social:

As condutas de honra das sociedades aristocráticas ou pré-capitalistas tem como princípio uma economia de bens simbólicos fundada no recalque coletivo do interesse e, de maneira mais geral, da verdade sobre a produção e a circulação, que tende a produzir *habitus* “desinteressados”, *habitus* antieconômicos, dispostos a recalcar os interesses, no sentido estrito do termo (isto é, a busca de lucros econômicos), particularmente nas relações domésticas (BOURDIEU, 2011a, p. 151).

Atribuir a lógica econômica, do campo econômico, a todas as outras lógicas de todos os outros campos é aplicar a lógica hegemônica burguesa de visão e divisão do mundo social. Nesse sentido, o marxismo de viés economicista e a teoria da escolha racional se assemelham diante das explicações economicistas do mundo social, separados pela visão objetivista do primeiro frente a visão subjetivista do segundo. Para fugir dessas generalizações, Bourdieu propõe a utilização da “teoria geral da economia dos campos”:

“[pois ela] permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim toda as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca pela maximização do lucro monetário (BOURDIEU, 2011c, p. 69).

Essa noção remete a outro importante pressuposto da teoria bourdiesiana, a perspectiva multidimensional de análise do mundo social. Esse pressuposto de análise é simbolizado pela referência de Bourdieu aos usos que os agentes fazem, nas disputas dos campos, das diferentes espécies de capitais que possuem: capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico, etc. Por essa análise dos capitais dos agentes e a dos campos, Bourdieu apresenta uma alternativa tanto às perspectivas teóricas que atribuem ao comportamento social um viés puramente econômico, como mencionado anteriormente (que, na década de 1960 se tornava amplamente difundida pelos teóricos da “*rational choice*”, como o economista estadunidense Gary Becker), quanto da visão puramente idealista do mundo cultural nas relações sociais (principalmente ligada à antropologia cultural, à linguística e à antropologia estruturalista, as quais o próprio Bourdieu estava vinculado desde os anos 1950). Foi, então, com a noção de “economia de bens simbólicos” e a de “economia geral das práticas” que o autor visou integrar as visões economicistas e culturalistas do mundo social em uma mesma teoria geral. Nesse contexto, o conceito de “capital” de Bourdieu representa uma transformação progressiva de sua teoria estrutural e sistêmica para uma teoria relacional, geométrica e espacial da sociedade. Com isso, cresceu sua preocupação na objetivação de seus estudos empíricos pelo uso de quantificação matemática, tema que será abordado nos próximos capítulos deste trabalho.

Com a ideia de economia de bens simbólicos, Bourdieu propõe a superação da dicotomia material *versus* espiritual, historicamente construída no campo acadêmico, a qual enquadra os bens simbólicos como pertencentes ao “polo espiritual” das ações humanas, logo, fora do alcance de análise científica. Ao mesmo tempo, como vimos anteriormente, recusa a

ideia de que as ações humanas são guiadas pelo cálculo racional, este, sim, legitimado como objeto de análise científica:

A teoria da ação que proponho (com a noção de *habitus*) implica em dizer que a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo (BOURDIEU, 2011a, p. 164).

Dessa forma, tomamos contato com mais um instrumento conceitual importante da teoria bourdiesiana: a noção de *capital simbólico*. Aqui Bourdieu alia um conceito chave do economicismo com outro também importante para o culturalismo, juntando dois universos de produção de conhecimento presentes no campo acadêmico, separados pelas disputas internas do campo. O capital simbólico está presente nas disputas dos agentes pela posição de dominação do campo em que se relacionam. Os instrumentos disponíveis para os agentes disputarem o campo, os capitais dos agentes, são de diversos tipos, como mencionado anteriormente: capital econômico, capital social, capital cultural, capital escolar, capital de força física, etc. O capital simbólico é a forma que qualquer um desses tipos de capital assume no momento em que é percebido pelos agentes do campo, a ponto de os agentes reconhecerem e atribuírem a isso o valor: “o capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento.” (BOURDIEU, 2011a, p. 150). Cada campo tem seu tipo específico de capital simbólico, que é determinado pelas características e lógica de funcionamento do campo, assim como pela relação entre os agentes e a maneira como está passível de ser alterado, a depender da dinâmica que o campo e seus agentes apresentam ao longo da trajetória histórica de lutas e disputas do campo. Em uma das definições de capital simbólico, Bourdieu se refere a dois outros conceitos importantes em Ciências Sociais:

É o que chamo de capital simbólico, atribuindo assim um sentido rigoroso ao que Max Weber designava pela palavra *carisma*, conceito puramente descritivo, que ele tomava explicitamente (...) como equivalente ao que a escola durkheimiana chamava de *mana*. O capital simbólico é uma propriedade qualquer - força física, riqueza, valor guerreiro - que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira *força mágica*: uma propriedade que, por responder as ‘expectativas coletivas’, socialmente constituídas, em relação as crenças, exerce uma espécie de ação a distância, sem contato físico (BOURDIEU, 2011a, p. 170, grifos do autor) ².

² Outra definição de capital simbólico consagrada, frequentemente citada em trabalhos acadêmicos é: “Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas

Tomando-se essa definição, é necessário que associar a noção de capital simbólico à noção de *violência simbólica*, como sendo aquela praticada nos campos e que não são percebidas pelos agentes como tal. Violência simbólica é produto do trabalho de socialização para que os agentes sejam dotados de esquemas de percepção e expectativas coletivas, em crenças socialmente inculcadas. Um exemplo que Bourdieu apresenta de capital simbólico e violência simbólica é o referente à identidade étnica. Diz o autor que, junto com o nome, a cor da pele é um ente percebido, que funciona como capital simbólico positivo ou negativo (BOURDIEU, 2011a, Cap. 6). A violência simbólica se define, então, por meio da valoração, socialmente construída pelos agentes, do capital simbólico em questão. É importante ainda entender que as relações de violência simbólica “só podem se instaurar com a cumplicidade daqueles que a sofrem, como as relações domésticas. O dominado colabora com sua própria exploração através de sua afeição e de sua admiração” (BOURDIEU, 2011a, p. 181).

2.6. Análise dos diplomatas a partir da abordagem teórica de Pierre Bourdieu

A opção pela teoria bourdieusiana para analisar os diplomatas tem a ver com as ferramentas metodológicas que esta nos disponibiliza, sucintamente descrito anteriormente. É uma perspectiva de pesquisa que visa principalmente a superação das dicotomias indivíduo/estrutura, materialismo/culturalismo em análises das Ciências Sociais. Para começarmos a utilização destas ferramentas teóricas de pesquisa no uso prático de análise do objeto deste estudo, dediquemo-nos aqui a definir os diplomatas. Neste trabalho, refuta-se a noção de “grupo profissional” para definir esses agentes. Para explicar essa opção, recorreremos a Bourdieu e sua análise sobre o caráter fundamental do entendimento do papel da linguagem para um pesquisador do mundo social, da realidade social: “A linguagem levanta um problema particular dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção” (BOURDIEU, 2011c, p. 39).

Um dos exemplos desse “problema particular dramático” que o autor aponta é a palavra “profissão” que, segundo ele, define grupos sociais e suas posições no espaço social, separa e une agentes de acordo com visões e divisões de mundo. Tomar o estudo de uma

classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado” (BOURDIEU, 2011a, p. 149).

determinada “profissão” sem se fazer o necessário trabalho de entendê-la como “campo”, significa correr o risco de naturalizar os processos históricos de construção social e de formação dos valores socialmente partilhados que a determinada “profissão” em questão é classificada dentro do mundo social. Por exemplo, no estudo sobre os diplomatas, tomá-los como “categoria profissional” pode significar entendê-los como “corpo diplomático”, como pertencentes à “Casa de Rio Branco”, que é o “patrono da diplomacia”: categorias socialmente e historicamente construídas que impõem, tanto para os agentes do campo como para “os de fora”, um sentido de unidade e autonomia da “profissão”.³ Dessa forma, corremos o risco de analisarmos a dinâmica de funcionamento do campo pela lógica do campo que pretendemos analisar.

Por isso, analisaremos os diplomatas para além de uma sociologia geral das profissões, da mesma forma que faz Frédéric Lebaron ao analisar o universo dos economistas de forma mais ampla do que a noção de profissão poderia lhe permitir (LEBARON, 2001). O autor mostra que a noção de “profissão” traz uma imprecisão na forma de enxergar e analisar “os economistas”, assim, trata-se de um problema de metodologia de pesquisa. Estudar os economistas ou os diplomatas como profissão remeterá ao pesquisador privilegiar sua análise por meio de elementos de “identidades profissionais”, em vez de elementos de disputa entre os agentes. Isso faz com que os elementos de homogeneidade e harmonia desses universos se sobressaiam sobre os elementos heterogêneos e de conflitos também presentes nesses espaços sociais e que, se negligenciados, podem fazer com que o pesquisador não consiga entender o jogo que é jogado entre os agentes.

Assim, em vez de definir os diplomatas com base na sua “profissão”, toma-se o conceito de “campo dos diplomatas”. O conceito “campo” e o conjunto de todas as outras noções conceituais que “campo” nos remete, descritas anteriormente, obriga-nos a privilegiar na análise de pesquisa tanto os elementos que unem os diplomatas no entorno do mesmo “jogo” quanto os elementos de disputa e conflitos entre eles e entre outros agentes de outros campos. Essa opção nos obriga a fugir de noções cristalizadas e definições *a priori* sobre o que é um diplomata como “profissão”. Entender os diplomatas como campo nos permite entender que, por exemplo, a definição sobre o que é ser um diplomata é o produto de intensas disputas internas do campo, e não um dado “natural” sobre o qual o pesquisador não precise se debruçar sobre. Essa opção metodológica faz com que o pesquisador passe a elaborar

³ Moura (2007) fez uma importante análise antropológica sobre os diplomatas que abarca a relação dos sentidos de “profissão” e “carreira” aos sentidos de “corpo”, “casa” e “patrono / família” entre os integrantes do Itamaraty. Esse estudo será ainda retomado nesta pesquisa.

perguntas de pesquisa como: “Quais são as propriedades desse universo social específico? Em particular, como são definidas e mantidas suas fronteiras? Qual é seu grau de autonomia e em relação a que universos? Qual é a estrutura interna desse campo?” (LEBARON, 2001 p. 10).

O entendimento dos diplomatas a partir da noção de campo leva a pensá-los de forma relacional e multivariada: são agentes em disputa, onde o resultado dessas lutas constantes é a construção historicamente localizada de valores socialmente compartilhados de visão e divisão de mundo social. Nessas disputas pela manutenção ou transformação da estrutura de funcionamento do campo está em jogo o privilégio exclusivo que pertence aos dominadores do campo, ou seja, o domínio do monopólio da violência simbólica do campo. Contudo, é preciso atentar que, de acordo com a teoria bourdiesiana, o conceito de campo precisa ser constantemente testado empiricamente. É apenas um ponto de partida teórico para a análise empírica do objeto de estudo. Por isso, ao longo da pesquisa – por meio de consultas a documentos, a outros trabalhos acadêmicos, a entrevistas com diplomatas e outros agentes – testou-se empiricamente a hipotética existência do campo dos diplomatas, procurando-se compreender a sua lógica de funcionamento, as características do capital simbólico do campo e como se dão os mecanismos e estratégias dos agentes em adquirir e utilizar este capital nas disputas internas e externas ao campo. Procuramos também identificar o *habitus* e a *illusio* do diplomata, construídos, formados e reformulados historicamente a partir das disputas entre os agentes.

2.7. A construção do problema de pesquisa: disputas em evidência entre diplomatas

Nosso problema de pesquisa começou a ser construído a partir da notoriedade de um conflito midiático entre diplomatas, aparentemente em lados opostos nas disputas internas do campo, ocorrido no começo de 2007. Essas disputas internas extrapolaram os corredores do Itamaraty, chegando às páginas de revistas e jornais e ao Congresso Nacional. Analisando esse episódio, que será descrito a seguir, vimos a oportunidade de problematizar nossa pesquisa começando-a “de trás para frente”. Ou seja, começamos nossas análises sobre o campo dos diplomatas a partir da exposição de conflitos entre agentes do campo para, então, analisarmos os bastidores, o funcionamento do campo. Propondo, assim, uma “sociologia dos bastidores”, colocamo-nos a analisar de que maneira o “jogo é jogado”, no caso, o jogo dos diplomatas. Os resultados do jogo do campo dos diplomatas, associados aos resultados de outros jogos de outros campos, se concretizam em tomadas de posição do Estado brasileiro, principalmente em relação a assuntos que envolvem as denominadas “relações internacionais

brasileiras”. É preciso esclarecer que não propomos neste trabalho nos ater as tomadas de posição em si, mas, sim, analisar de que maneira essas tomadas de posição são construídas, qual o percurso percorrido até se chegar nestas, qual a lógica por trás das tomadas de posição do campo dos diplomatas, os bastidores e as regras do jogo que não são explicitadas. O pressuposto teórico metodológico adotado aqui é que qualquer tomada de posição de uma instituição é o produto de conflitos entre os agentes que a constituem, por isso, em vez de “instituição” usamos o conceito “campo” para descrever o espaço de ação social dos diplomatas. Utilizamos uma estratégia de pesquisa que nos permitiu analisar eficientemente os conflitos internos que ocorreram nessa instituição, no caso o campo dos diplomatas. Para aplicarmos essa sociologia dos bastidores e do conflito, escolhemos analisar a ação dos diplomatas começando pelo debate público entre os agentes. São situações como esta descrita a seguir, e que se repetem de tempos em tempos, que deixa claro o caráter heterônimo e não homogêneo do campo dos diplomatas.

No início de fevereiro de 2007, o diplomata Roberto Abdenur (ex-secretário geral de relações exteriores, segundo na hierarquia do ministério, entre setembro de 1993 e janeiro de 1995, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso – FHC), marcou presença no noticiário com uma entrevista de destaque na revista *Veja*, intitulada “Nem na ditadura”, na qual torna público o “inédito caráter ideológico” que a diplomacia brasileira teria adquirido com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Estávamos nas primeiras semanas do segundo mandato do ex-presidente que acabara de ganhar sua segunda eleição nacional seguida, ou seja, estamos falando, portanto, de mais ou menos a metade do período de oito anos que Lula ficou à frente do poder executivo nacional. Em destaque na revista, uma das frases da longa entrevista do diplomata: “Há um sentimento generalizado de que hoje os diplomatas são promovidos de acordo com suas afinidades políticas e ideológicas, e não por competência” (CABRAL, 2007). Abdenur também criticou a política externa do então governo Lula na sua “dimensão exagerada dada à cooperação entre os países menos desenvolvidos” e classificou isso como uma política externa de caráter “anticapitalista, antiglobalização e antiamericano” (ver FIGURA 1). Todavia, o maior destaque da reportagem da revista referia-se ao que, aparentemente, toca em um ponto importante para os princípios morais do campo dos diplomatas brasileiros: a meritocracia como elemento preponderante de ascensão na hierarquia institucional do Itamaraty e o necessário apartidarismo dos agentes da Casa de Rio Branco. O diplomata denunciara como a então direção do Ministério das Relações Exteriores (MRE) estaria desrespeitando tais princípios historicamente consolidados no campo.

Figura 1 – Capa e primeira página da entrevista da revista *Veja* – 7 fev. 2007, Ano 40, nº 5



Fonte: Revista *Veja*, 7 fev. 2007, Ano 40, n. 5.

A entrevista em tom de denúncia surtiu um rápido efeito. No final do mesmo mês da citada publicação, fevereiro de 2007, a revista *Carta Capital*, que na capa perguntava “Quem tem medo da política externa?” (ver FIGURA 2), publicou uma também longa reportagem seguida de entrevista do então ministro das relações exteriores, Celso Amorim (FORTES, 2007). Na reportagem, a revista “denunciou” o protagonista da citada entrevista da *Veja*, Roberto Abdenur, baseando-se em seu suposto ressentimento por ter sido recém-sacado da embaixada em Washington (uma das mais prestigiadas na hierarquia diplomática brasileira) e trocado por Antônio Patriota.⁴ Além disso, a reportagem acusou Abdenur por irregularidades financeiras quando o diplomata fora embaixador em Berlim. A revista também citou outros diplomatas como parceiros de Abdenur, caracterizando-os como “focos da resistência à política externa preconizada no governo Lula”, seriam eles os diplomatas: Luiz Felipe Lampreia (ex-ministro das relações exteriores do governo FHC), Rubens Barbosa, Marcos Azambuja e Sergio Amaral (ver currículos deles a seguir). Segundo a revista, todos seriam “diplomatas ligados aos líderes tucanos da era FHC”. Além do espaço para Celso Amorim defender a então gestão do MRE, a reportagem da *Carta Capital* invocou o

⁴ Antônio Patriota foi nomeado, no final do governo Lula, como secretário geral do MRE, segundo na hierarquia no ministério. No início do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, ele ocupou o cargo mais alto do campo, Ministro das Relações Exteriores.

historiador Moniz Bandeira e o ex-deputado Afonso Arinos para também fazerem tal defesa, figuras com trajetória de envolvimento em assunto referentes à política externa, mas até então aparentemente fora da lógica institucional interna do MRE.

Figura 2 – Capa da revista *Carta Capital* – 28 fev. 2007, Ano XIII, n. 433



Fonte: *Carta Capital*. 28 fev. 2007, Ano XIII, n. 433.

A partir dessas duas entrevistas publicadas em fevereiro de 2007 nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, a “inédita partidarização da política externa brasileira” (e derivados), escandalizada pelo diplomata Roberto Abdenur e prontamente respondida pelo diplomata e ex-ministro Celso Amorim e aliados, tornou-se, na época, o assunto principal das críticas à política externa de maneira geral e aos seus operadores pessoalmente. Para falar sobre esse assunto em alguns dos maiores meios de comunicação do país, não incomum era encontrar diplomatas, na maioria aposentados. Caso de Sergio Amaral, ex-embaixador do Brasil em Londres e Paris e ex-ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento no governo FHC (entrevista ao jornal *Gazeta Mercantil* de 5 de maio de 2007, defendendo o bilateralismo, principalmente com os EUA); Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington entre 1999 e 2004 (em “O formulador emotivo”, revista *Piauí* de março de 2009, referindo-se à Marco Aurélio Garcia, o então assessor especial da presidência da república para assuntos

internacionais; também em “A política externa do governo Lula”, no jornal *O Estado de São Paulo*, de 23 de fevereiro de 2010. Entre outras entrevistas para programas de televisão); Marcos Azambuja, ex-secretário geral do MRE no governo Collor (na revista *Veja*, reportagem de capa “O imperialismo megalomaniaco”, de 30 de setembro de 2009, com referência à então crise política envolvendo o ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya); Celso Lafer, ex-ministro do MRE no governo FHC (no jornal *O Estado de São Paulo*, em reportagem intitulada “Novas variações sobre a política externa”, de 16 de dezembro de 2007 e outra com título “Partidarização da política externa”, de 20 de dezembro de 2009); o próprio Roberto Abdenur voltaria às páginas da revista *Veja* em entrevista intitulada “Diplomacia de Palanque” (edição de 8 de setembro de 2010).⁵

Do outro lado, outros diplomatas, até então na ativa, e outros membros do governo Lula (não necessariamente diplomatas de carreira) também podiam ser encontrados na mídia, ora respondendo às críticas, ora criticando a antiga política externa brasileira do governo FHC. Caso de Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ex-secretário geral das Relações Exteriores entre 2003 e 2010, (na reportagem de título “Para embaixador, política externa é só ‘pragmática’”, entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, em 26 de fevereiro de 2007, entre outras); Marco Aurélio Garcia, assessor especial para assuntos internacionais da presidência da república nos dois mandatos do governo Lula e nos governos Dilma Rousseff (na reportagem “o triste fim de um discurso diplomático” para o *blog Luis Nassif online*, em 17 de setembro de 2010, Garcia respondera às críticas da segunda entrevista de Roberto Abdenur à *Veja*, citada anteriormente); Antônio Patriota, também citado anteriormente (na entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, de 16 de janeiro de 2007); José Maurício Bustani, ex-diretor geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) para o período 1997-2000, e reeleito para o período 2001-2005, porém destituído do cargo pela cúpula do MRE em 2002, segundo ele, em função da pressão do governo dos EUA sobre a cúpula do MRE, então dirigida pelo governo FHC. O próprio Celso Amorim apareceu na citada reportagem de fevereiro de 2007 da *Carta Capital*, assim como em outras (por exemplo, em entrevistas ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 29 de maio de 2009 e 25 de abril de 2010).

⁵ É possível encontrar em arquivos reportagens anteriores a 2007 com tons de crítica à política externa do governo Lula. Talvez um dos casos que tenha ficado mais conhecido foi o da reportagem capa da revista *Veja* “O PT deixou o Brasil mais burro?” (26 de janeiro de 2005). Embora a revista apresentasse críticas a um conjunto de ações do então governo Lula referentes a “políticas de educação”, a reportagem de capa contou com depoimento de agentes do campo dos diplomatas, como o ex-ministro do período FHC, Celso Lafer. Nesses depoimentos, fazia-se referência à retirada do caráter eliminatório da língua inglesa no processo seletivo para ingresso no Instituto Rio Branco (IRBr). Essa crítica específica sobre o processo seletivo do IRBr teve seus desdobramentos em outros veículos da mídia e se tornou também um exemplo das disputas entre diplomatas na mídia. Para uma análise precisa desse caso em específico, ver Moura (2006).

Tendo em mãos este levantamento jornalístico, lembramos que nosso objetivo neste trabalho não é o de fazer uma análise de conteúdo midiático ou análise de discurso dos diplomatas em questão. O levantamento foi feito para demonstrar como o assunto “inédita partidização da política externa brasileira” (e derivados) ganhou grandes proporções nos debates midiáticos da época, a partir das reportagens de *Veja* e *Carta Capital* de fevereiro de 2007. A acusação de Abdenur e a réplica de Amorim poderiam ser classificadas como mais um exemplo do conhecido jogo que rege o campo político: as disputas discursivas públicas entre oposição *versus* situação no governo federal. Portanto, esta situação nos levou a procurar entender melhor a relação que existe entre o campo dos diplomatas e o campo político. Entretanto, esse episódio nos chamou a atenção ainda pelo simbolismo do tema que versou sobre a aparente quebra de um preceito moral do campo dos diplomatas: o desrespeito à meritocracia e a consequente “contaminação” da lógica do campo político no funcionamento do campo dos diplomatas.

Este embate midiático entre diplomatas teve seus desdobramentos para além da mídia. Além de aparentemente incentivarem ainda mais outros diplomatas na ativa e, principalmente, diplomatas já aposentados a constantemente emitirem suas opiniões críticas publicamente (o que não era usual nem fazia parte da “etiqueta” dos membros ou ex-membros do Itamaraty), propiciou a ação do poder legislativo que passou a questionar não apenas os rumos das ações realizadas pelo ministério mas também a atuação e comportamento pessoal dos diplomatas. A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal convocou os dois protagonistas das publicações midiáticas de fevereiro de 2007, Abdenur e Amorim, para uma audiência pública, que foi marcada para dia 27 de fevereiro de 2007 (curiosamente, no mesmo dia em que Antônio Patriota assumiu oficialmente a embaixada em Washington, substituindo Abdenur).

Essa situação nos dá a noção de que “o jogo jogado” no Itamaraty se faz por disputas intensas entre grupos de diplomatas que pensam a ação do campo de pontos de vista diferentes. Ao contrário do caráter homogêneo que as noções de “Casa de Rio Branco” e “Corpo Diplomático” possam passar, os agentes do campo dos diplomatas têm suas diferenças e se organizam em função das disputas intensas pelo domínio do campo. Essas disputas muitas vezes extrapolam o âmbito interno do campo e chegam à mídia, a qual os agentes passam a utilizar como instrumento de suas disputas internas. Quando isso acontece, os conflitos se tornam passíveis de serem compreendidos e aguçam a curiosidade acadêmica para serem interpretados.

Outra característica importante desse embate midiático entre diplomatas foi o caráter pessoal que tomaram as críticas públicas à política externa e, por sua vez, as réplicas públicas na mesma altura às críticas (de diplomata para diplomata, sem intermediários, para quem quisesse ler e assistir). A audiência pública convocada pelos senadores, citada anteriormente, realizou-se apenas com a presença de Abdenur, que continuou as críticas iniciadas na imprensa. Amorim, no entanto, compareceu em outra audiência convocada pela mesma Comissão do Senado no mês seguinte e, entre outros assuntos, continuou respondendo às críticas. As declarações na mídia serviram para que membros do legislativo ganhassem um outro tipo de legitimidade, além da institucional, para interferirem e se inserirem ainda mais nas disputas dos diplomatas. Uma das falas do ex-Senador Pedro Simon (PMDB-RS) – na ocasião, um dos autores do requerimento para as audiências públicas –, ilustra essa situação: “Se esse embaixador [Abdenur] tivesse ficado os dois anos a mais que ele queria ficar nos Estados Unidos, não teria falado o que falou (...) foi só por causa do emprego dele”. (FORTES, 2007).

2.8. Escândalos como instrumento de análise

Uma das falas de Abdenur sobre a situação acima relatada reforça a importância de uma análise mais profunda sobre o assunto. Sobre a repercussão de sua entrevista, que aparentemente disparou toda essa sequência de embates midiáticos e públicos, Abdenur disse que: “[e]sperava que houvesse algum eco, mas não essa polêmica (...). Mas o lado positivo disso tudo é que tornei público o debate sobre política externa” (FORTES, 2007). Tornar público o debate, nesse caso, significou tornar público também a possibilidade de compreensão das lógicas internas de disputas do campo dos diplomatas brasileiros. O episódio abriu espaço para que, por exemplo, agentes do campo acadêmico também pudessem se apropriar de assuntos internos do campo dos diplomatas.

Quando se propõem a análise sobre um campo e que se torna necessário apropriar-se dos valores que o campo compartilha entre seus agentes, à medida em que o pesquisador vai conhecendo a lógica do “jogo jogado” no campo, forma-se uma linha tênue entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Muitas vezes a relação que se cria com o objeto de pesquisa proporciona ao pesquisador sua inserção no “jogo do campo”, situação que interfere decisivamente na análise que se produzirá sobre o objeto analisado. No caso desta análise sobre os diplomatas, nós não tivemos o objetivo de nos inserir nas disputas do campo, mas de compreendê-las para analisá-las. Diferentemente do que fazem os agentes do campo político

como, por exemplo, os senadores neste caso descrito acima, nós tivemos a precaução metodológica necessária para que a análise da atuação dos diplomatas não se tornasse um meio que nos inserisse na lógica da disputa simbólica que rege o campo.

Assim, as atuações dos diplomatas na imprensa suscitou o uso das ferramentas metodológicas da teoria bourdiesiana para construir o exercício epistemológico que esta pesquisa pretendeu desenvolver. Em outras palavras, pretendemos transformar o embate entre os diplomatas sobre “o inédito caráter ideológico que o Itamaraty adquiriu no governo Lula” em um problema sociológico, sem com isso ratificar o problema social do campo dos diplomatas por meio de um trabalho de tradução desse problema para o “sociologuês”. Por isso, nesta pesquisa não nos cabe responder perguntas como: “houve, de fato, quebra de um paradigma histórico do Itamaraty na alternância do governo FHC para o governo Lula?”. Como o objetivo da pesquisa não é nos inserirmos no “jogo jogado” do campo, ou seja, não é traduzir os problemas dos agentes do campo dos diplomatas em problemas de pesquisa, responder à essa pergunta não é uma de nossas preocupações de análise. A preocupação neste trabalho não é investigar o conteúdo do embate midiático descrito em si, mas de entender que ele representa interpretações de uma realidade que está em plena disputa de semântica e que a lógica dessa disputa permeia e influencia as ações e comportamentos dos agentes do campo. A preocupação deste trabalho é compreender e mapear essas lógicas de disputa do campo.

Todavia algumas questões orientam a análise do objeto de pesquisa, a saber: como se deve fazer para não transformar problemas do campo em problemas sociológicos?; como escapar de noções preconcebidas dos objetos de pesquisa? Bourdieu observa que isso se faz em função da preocupação do pesquisado de retomar a *história social dos problemas* (BOURDIEU, 2001c, p. 36). Conhecer essa história não está associado a uma preocupação de “antiquário, mas a compreender porque se compreende e como se compreende. Para se não ser o objeto dos problemas que se toma como objeto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas” (*Op. cit.*, p. 37, grifo do autor). Este é um trabalho de não naturalização dos problemas sociais, “aceite como evidente por um positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador)” (*Op. cit.*), é entender que esses problemas foram “*socialmente produzidos*, num trabalho coletivo de construção da realidade social” (BOURDIEU, 2001c, p. 37, grifo do autor).

Neste sentido, denominamos o embate midiático entre diplomatas em questão de “escândalo”. Nas palavras de Grün (2011):

Os escândalos podem ser utilmente tratados como uma forma de ação, de controle e também, por vezes, como um mecanismo de mudança social. Através dos escândalos, a sociedade abandona, reitera, altera ou cria normas de convívio e de legitimação. Os escândalos fazem transparecer mudanças sociais mais ou menos profundas, que foram gestadas na *longue durée*, sem que a percepção social as tivesse acompanhado e, quando eles explodem, nos damos conta súbita e dramaticamente das transformações em questão (p. 151-52).

Com essa definição, pode-se considerar que os escândalos são pistas empíricas privilegiadas dos embates e disputas internas dos campos, sobretudo os que primam pela rara exposição pública de suas divergências internas, como o campo dos diplomatas. Cabe, então, ao pesquisador reconhecer nos escândalos dados empíricos importantes que possam possibilitar aberturas para análises do campo que pretende analisar. Os escândalos podem revelar lógicas escondidas de funcionamento dos campos, por exemplo, tendências de valorização ou desvalorização dos capitais utilizados pelos agentes em disputas internas.

No caso dos diplomatas, este escândalo descrito acima poderia representar, pois, a eclosão de uma situação de transformação do campo de longa duração, anterior ao escândalo em si. Nesse contexto, nos propomos investigar essa situação do campo dos diplomatas através da procura por objetivar questões que são tidas como morais na lógica do campo analisado como, por exemplo, a postura apolítica que deve tomar o diplomata, a capacidade e necessidade do Itamaraty de ser imune às disputas político partidárias do poder executivo, a meritocracia como valor idealizado para fazer com que o agente ascenda na hierarquia do campo. Entendemos que, para compreender a lógica de funcionamento do campo dos diplomatas, se faz necessário ir além dos problemas produzidos pelos agentes do campo. Por isso, se faz necessário avançar nas análises sobre os diplomatas pelas suas incursões na mídia jornalística, ou mesmo pelas análises acadêmicas pautadas pelos problemas dos diplomatas do Itamaraty, a fim de descrever e interpretar o momento de disputa interna no campo dos diplomatas brasileiros. Não pretendemos, contudo, realizar uma impossível pesquisa científica “neutra”. Tratamos aqui de fazer um trabalho de aplicação de metodologias de pesquisa que objetiva minimizar efeitos normativos em pesquisas acadêmicas, ou seja, efeitos que fazem com que o pesquisador se insira nas disputas do campo, pouco contribuindo para que a pesquisa demonstre um ponto de vista sobre o problema social que não seja o ponto de vista de quem produz o problema, de quem “joga o jogo” do campo.

Usamos nesta pesquisa, portanto, como estratégia epistemológica, não a comprovação ou refutação do fato escandalizado. Nossa estratégia é analisar, por exemplo, os seus efeitos sobre uma realidade que esse escândalo parece apenas descrever ou denunciar. Encaramos o fato escandalizado como um instrumento de interferência na realidade,

instrumento esse utilizado de acordo com as estratégias dos agentes ou grupos de agentes que divulgam o escândalo, assim como dos que o refutam / ridicularizam.

A partir de fevereiro de 2007, o que pudemos acompanhar no noticiário foi uma disputa de valores morais que envolviam a prática “mais correta” de ser e dizer a diplomacia brasileira, que colocava em jogo a capacidade de influenciar e legitimar valores específicos referentes à *expertise* de ser um “bom” diplomata e exercer a “verdadeira” diplomacia. Podemos dizer que o fato escandalizado por Abdenur, “o inédito caráter ideológico que o Itamaraty adquiriu no governo Lula”, foi um típico exemplo de escândalo “reiterador”, ou seja, um escândalo que pretendia “reiterar formas vigentes em alguns segmentos, mas que não estão sendo mais respeitadas pela generalidade do corpo social” (GRÜN, 2011, p. 153). Em outras palavras, o antigo grupo que ocupava o topo da hierarquia do campo dos diplomatas procurava reiterar a “moral do campo” que estava sendo, de acordo com seu ponto de vista, desrespeitada pelos então atuais agentes ocupantes do topo da hierarquia.

Outro fato importante a ser observado é que um escândalo só pode ser caracterizado como tal quando apresenta ou deflagra uma *guerra cultural* entre os envolvidos (BOLTANSKI, 2007). “Nas guerras culturais são confrontados princípios distintos de estruturação de alguma realidade social” (GRÜN, 2011 p. 154). Encontramos, portanto, indícios de guerra cultural deflagrada no escândalo protagonizado pelos diplomatas. A partir disso, levantou-se uma das primeiras hipóteses para este trabalho: o grupo representado por Abdenur caracterizou-se por ser o grupo dos agentes desafiantes do campo, e apresentava como principal arma retórica a lembrança dos princípios morais tradicionais que regiam o campo anteriormente e que estariam esquecidos por seus desafiados, o então grupo de agentes que estavam no topo da hierarquia do campo no período do governo Lula. Por sua vez, a guerra cultural se concretiza quando a outra parte reconhece e aceita os termos do desafiador e entra na disputa sugerida por ele(s). Após a comoção da “opinião pública” para os termos retóricos dos desafiadores, Amorim e seu grupo (os desafiados, identificados como os praticantes do objeto escandalizado) reagiram e rebateram as acusações, propondo explicações conspiratórias para o acontecido.

A hipótese inicial deste trabalho é fundamentada na ideia de que escândalos como os descritos até aqui revelam a ideia de crise nos sistemas de dominação e violência simbólica do campo. Se o sistema de dominação e violência simbólica é percebido pelos agentes, este está em crise. Na época dos eventos analisados aqui, os diplomatas associados à anterior gestão do ex-presidente FHC aparentemente estavam deslegitimados internamente no campo dos diplomatas e, portanto, deslocados do processo de elaboração de mecanismos de

dominação e violência simbólica do campo, processo que é exclusivo para agentes que pertencem ao topo da hierarquia do campo. A ação de ir à imprensa para tornar público críticas não apenas à política externa de maneira geral, mas, principalmente, às condutas de seus desafetos diplomatas posicionados no topo da hierarquia do campo demonstram o fato de estes agentes estarem deslocados da posição de dominantes em que no passado estavam. Isso traz à tona também as suas intenções de retomar seus postos na hierarquia interna.

Os escândalos servem como estratégia para que agentes e grupos de agentes passem a existir socialmente e/ou mudarem sua posição na hierarquia do campo em que atuam (GRÜN, 2011). Para o campo dos diplomatas, o ato de emitir opinião crítica na imprensa (sobretudo referente à conduta de outros diplomatas) pode ser entendido como quebra de regras gerais de convívio entre agentes do campo. Para ilustrar esta constatação, cabe aqui o breve relato de um evento ocorrido em 2001, momento em que os dominantes do campo dos diplomatas eram os dominados em 2007, no período do escândalo analisado aqui. Em 2001, o então presidente do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI –, órgão ligado ao MRE, o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães Neto, publicou um artigo no *site* do IPRI, intitulado “A ALCA e o fim do MERCOSUL”, no qual criticava a possível formação da Área de Livre Comércio da Américas (ALCA), que ainda estava sendo negociada.⁶ Podemos interpretar que a publicação foi encarada como uma afronta pela então chefia do MRE do governo FHC, haja vista seus resultados: remoção de Samuel Pinheiro Guimarães Neto do IPRI, e publicação da Circular Postal 87/96 (documento interno ao Itamaraty), na qual transmitia “novos procedimentos para que os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro solicitem autorização para manifestações públicas sobre matéria relacionada à formulação e à execução da política exterior do Brasil”. O documento ainda dizia que “as manifestações (artigos na imprensa, entrevistas, textos em publicações especializadas e assim por diante) devem, como regra geral, restringir-se a situações em que haja interesse institucional na difusão pública de princípios e posições da diplomacia nacional”.⁷ Em 2003, já no início do governo Lula, o antes renegado Samuel Pinheiro Guimarães Neto foi promovido à secretário-geral (segundo na hierarquia do MRE) e lá permaneceu até sua aposentadoria, em 2010.

⁶ Artigo disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21583-21584-1-PB.htm>>. Mesmo não sendo o *site* do IPRI, a página descreve como “fonte” o *site* <<http://www.mre.gov.br/ipri/salca.html>>. Contudo, o *link* indicado nos conduz ao *site* do MRE, com o recado “Página em desenvolvimento”. Os acessos fora feitos em maio de 2017.

⁷ O texto na íntegra do documento foi publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 17 de fevereiro de 2001. O jornal apelidou o documento de “lei da mordaca”.

A partir dessa situação, vemos que ir à imprensa e criticar a política externa em curso, na época da gestão FHC, foi uma tentativa desafiadora de um agente ligado ao grupo que estava na posição de dominado no campo dos diplomatas. A reação dos então diplomatas dominantes do campo foi clara: reafirmar (dessa vez com instrumento institucional, documento oficial) a regra moral de todo “bom diplomata” de não levar suas opiniões críticas à imprensa, para conhecimento público. No entanto, a prática antes condenada pelo grupo de agentes que estava do topo da hierarquia do campo no governo FHC, mais tarde, já no governo Lula, tornou-se estratégia de atuação usada por eles mesmos, dessa vez na posição de dominados no campo. Se a ação de ir à imprensa e criticar a política externa vigente é uma prática associada ao grupo de agentes desafiante dos dominadores do campo dos diplomatas, então estamos diante do sinal de que ocorreu uma provável alteração na hierarquia do campo com a transição do governo FHC para o governo Lula: os antes dominados no campo no período FHC passaram a ocupar o topo da hierarquia no período Lula. Estamos, portanto, diante da deflagração de uma guerra cultural travada entre agentes do campo dos diplomatas que pensam de modo distinto os mecanismos de visão e divisão do campo.

Porém, essa análise demanda aprofundamento visto que os escândalos são caracterizações de conflitos sociais que existem antes do escândalo em si (BOLTANSKI, 2007). Os escândalos são a eclosão de tendências que estavam por surgir ou já em efervescência, os quais podem extrapolar até as fronteiras do campo em questão e fazer com que agentes e grupos de agentes passem a existir socialmente e/ou mudem sua posição hierárquica no campo. Por isso, para compreendermos a complexidade desse assunto, ou seja, para colocar à prova a hipótese inicial desta pesquisa, compreender quais os conflitos que esse escândalo revela, se fez necessária uma análise referente às características do campo dos diplomatas brasileiros, construídas historicamente, lógica da composição de suas hierarquias ao longo do tempo, as características de seus agentes no contexto proposto pelo recorte temporal (período entre os governos FHC e Lula), as dinâmicas das disputas dos agentes que o compõe: a construção e desconstrução dos códigos de dominação do campo, a análise de trajetórias dos principais agentes do campo e consequente identificação de capitais utilizados nas disputas.

3. CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DOS DIPLOMATAS: *HABITUS* E CAPITAL SIMBÓLICO DO CAMPO

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todo os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar *relacionalmente* (BOURDIEU, 2011c, p. 27, grifos do autor).

Como Bourdieu deixa claro na citação acima, pensar os diplomatas como agentes do campo dos diplomatas remete à toda uma metodologia de pesquisa relacional, que aplicaremos aqui sobre o nosso objeto. Retomando, a noção de campo será utilizada em detrimento da noção de profissão para analisar os diplomatas. Com isso, uma das primeiras etapas de pesquisa que foram cumpridas foi a de definir as fronteiras do campo. Esse problema metodológico, segundo Lebaron (2011), “é, a um só tempo, um problema prático de pesquisa estatística – qual é a população de referência? qual é a amostra considerada? – e uma questão teórica: quem está dentro e quem está fora do campo? O que significa estar no interior ou fora desse campo particular (...)?” (p. 10). Essas questões foram as primeiras a serem feitas em nossa pesquisa e suas respostas só poderiam vir com a prática da pesquisa.

Uma das primeiras orientações que recebemos, logo no início da pesquisa, feitas pelo professor Frédéric Lebaron, foi para adotarmos a estratégia de analisar “jogos” do campo que nos permitissem atingir o objetivo da pesquisa. Com isso, para começarmos a definir as fronteiras do campo dos diplomatas e analisarmos todas as suas outras características, tendo em vista nosso objetivo de pesquisa, escolhemos trabalhar com dois jogos do campo dos diplomatas: as negociações para o avanço e posterior recuo do projeto de formação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e as alterações das normas e regras do processo

seletivo de novos diplomatas feito pelo IRBr (Instituto Rio Branco). Escolhemos esses dois jogos porque são temas que percorreram o período dos dois mandatos dos ex-presidentes FHC e Lula e expuseram de maneira exemplar os conflitos e disputas entre os grupos concorrentes de agentes do campo.

Primeiramente, fizemos uma ampla pesquisa bibliográfica e documental sobre esses jogos. As discussões sobre a proposta de integração econômica do continente americano, por meio da formação da ALCA, foram lançadas em 1994, mas em 2005 evidenciou-se a paralisação do processo negociador (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; SALES, 2007). O processo teve três fases distintas: 1) do estágio preparatório até o lançamento das negociações, que começou na I Cúpula das Américas (dezembro de 1994, nos EUA) e foi até a II Cúpula das Américas (abril de 1998, no Chile); 2) as negociações, que começaram no encerramento da II Cúpula da Américas e foi até a III Cúpula da Américas (abril de 2001, no Canadá); 3) o “arquivamento”, que iniciou com a VII Reunião Ministerial (novembro de 2002) e foi finalizada na IV Cúpula da Américas (novembro 2005, na Argentina). No planejamento inicial, que determinava a data limite para serem concluídas as negociações em 31 de dezembro de 2004, foi acordado que 2005 seria o ano de legitimação da ALCA internamente aos países. Na I Cúpula das Américas, em 1994, os 34 chefes de Estado determinaram que seus respectivos ministros de comércio, ou responsáveis por essa área, assumissem a tarefa das negociações da ALCA. Por isso, entre junho de 1995 e novembro de 2003 ocorreram oito Reuniões Ministeriais sobre Comércio, subsidiadas por nove Grupos de Negociação temáticos, cujas presidências e vice-presidências eram rotativos entre países a cada 18 meses. Portanto, esse jogo do campo dos diplomatas ocorreu durante os governos FHC e Lula.

Em seguida, buscamos as diferentes estruturas administrativas em que a ALCA foi alocada internamente no MRE. Esse exercício revelou parte do processo que o assunto “ALCA” passou no campo entre os governos FHC e Lula. Na gestão do ministro Celso Amorim (1993-1994 – Presidente Itamar Franco), o projeto do Núcleo de Negociação da ALCA estava vinculado à Divisão de Integração Regional (DIR) do Departamento de Integração Latino-Americana da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior (SGIE). Na gestão do ministro Luiz Felipe Palmeira Lampreia (1995-2001 – Presidente FHC), o Núcleo de Negociação da ALCA ganha um outro *status* interno, superior na hierarquia, quando se firmou como Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (NALCA) – Decreto n.º 3.414, de 14/04/2000 – vinculado diretamente à Subsecretaria-Geral de Integração, Econômica e de

Comércio Exterior (SGIE). Além disso, em julho de 2000, foi criada a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (SENALCA), formada por representantes dos Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Agricultura e do Abastecimento, da Saúde, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Câmara de Comércio Exterior e Banco Central do Brasil. Na gestão do ministro Celso Lafer (2001-2002 – Presidente FHC), o Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (NALCA) manteve-se vinculado à Subsecretaria-Geral de Integração Econômica e de Comércio Exterior (SGIE). Já na gestão do ministro Celso Amorim (2003-2010 – Presidente Lula), o Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (NALCA) perdeu força na hierarquia da organização interna do MRE e se transformou em Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (DALCA), vinculado ao Departamento de Negociações Internacionais (DNI) da Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS). Com base nesses dados, começamos a mapear os agentes do campo que estavam responsáveis pelo processo.

O outro jogo do campo que selecionamos, as alterações no processo de seleção para a admissão novos diplomatas, é um tema que já foi abordado em alguns trabalhos acadêmicos. Um dos mais citados que encontramos foi o de Cheibub (1985), que produziu análises com base nos bancos de dados datados da primeira metade dos anos 1980, nas quais o autor faz referência às primeiras provas do processo seletivo de responsabilidade do IRBr, em 1946, até o início dos anos 1980. Outro trabalho mais recente, de Rodolfo Lima (2015), propôs-se a continuar os estudos de Cheibub sobre as análises das alterações do processo seletivo de entrada no IRBr ao longo da história e os resultados dessas alterações na mudança de perfil de diplomatas. Rodolfo Lima (2015) atualizou o banco de dados de Cheibub sobre o perfil dos diplomatas até o ano de 2010. Um outro trabalho bastante referenciado e já citado anteriormente sobre esse tema é o de Moura (2007). Embora a autora não se proponha a fazer uma análise quantitativa como os autores citados anteriormente, sua etnografia aborda, entre outros temas, a questão das regras do processo seletivo de entrada no IRBr e os impactos das suas alterações na dinâmica de organização dos diplomatas. Já o recente trabalho de Gobo (2016), também já citado, é diretamente relacionado ao tema. Ela aliou estratégias de pesquisas quantitativas e qualitativas para também analisar a questão das mudanças do processo seletivo de entrada de novos diplomatas e alterações do perfil dos agentes.

Abordaremos mais adiante especificamente estes trabalhos, as alterações do processo seletivo e seus impactos no campo dos diplomatas. Por ora, sobre esse jogo do

campo, é importante dizermos que uma das alterações mais importantes feitas desde a criação do IRBr foi a realização das provas de seleção em quase todas as capitais do país, não apenas na cidade do Rio de Janeiro, como era feito até pouco antes de 1960. Entretanto, como apontou Cheibub (1985), até a década de 1980, essa medida não trouxera grandes alterações quanto aos aspectos dos perfis dos diplomatas selecionados para o MRE historicamente consolidados: a maioria continuava sendo composta por homens, brancos com graduação em direito e provenientes do estado do Rio de Janeiro. A partir da segunda metade da década de 1990, já no governo FHC, o incômodo da cúpula do MRE com essa questão da pouca variedade do perfil dos diplomatas ficou mais evidente, visto que teve início um período importante de alterações nas regras do processo seletivo, medidas que efetivamente fizeram com que começasse a variar o perfil dos selecionados. Já no começo dos anos 2000, nos primeiros anos do governo Lula, observamos mais uma série de alterações no processo seletivo que intensificaram, aprofundaram e deram novos contornos as mudanças iniciadas nos anos 1990. Estas mudanças na seleção dos agentes geraram impactos no campo dos diplomatas, principalmente em relação a suas disputas internas. Entendemos que as disputas pelos rumos das alterações na seleção dos novos agentes ingressantes no campo significam uma importante estratégia de dominação do campo (essa ideia também será detalhada adiante).

Para analisar o processo seletivo do IRBr, utilizamos a mesma metodologia descrita anteriormente para a ALCA: procuramos fazer a identificação dos diplomatas que participaram desse processo pelas estruturas administrativas em que o IRBr foi alocado internamente no MRE. Encontramos informações que mostram que o IRBr esteve alocado, ao longo das gestões dos ministros Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Celso Lafer e Celso Amorim, junto à Secretária-Geral das Relações Exteriores (SG), ou seja, a posição administrativa do IRBr no organograma do MRE seguiu sem alterações importantes ao longo do período dos governos FHC e Lula. A hierarquia interna do IRBr esteve composta por: Direção geral, Direção assistente, Coordenação-Geral de ensino e Secretaria. Desde dezembro de 1998, o diretor geral do IRBr é assessorado pelo Conselho Consultivo do Instituto Rio Branco formado por membros de todo o MRE (Gabinete do Ministro e do Secretário-Geral, assim como de algumas Subsecretarias) e um representante da sociedade civil (designado a partir de decisão consensual do Diretor e dos Gabinetes do Ministro e do Secretário-Geral). O Conselho fazia ao menos 2 reuniões anuais.

Na segunda gestão do ministro Celso Amorim à frente do MRE, no período dos dois mandatos do governo Lula (2003 a 2010), foi criada uma nova estrutura interna para o

IRBr, responsável pela Concessão de Bolsas de Estudo à Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática. O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, criado no final de 2002, constava do oferecimento de ajudas de custos no valor de R\$ 25 mil para afrodescendentes que queriam concorrer ao processo seletivo do IRBr, chamadas “Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”. A oferta era feita em parceria do Instituto Rio Branco com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a participação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fundação Cultural Palmares. O objetivo da ajuda de custo para que os candidatos negros tivessem condições financeiras para estudar para os concursos do IRBr é “ampliar as condições de ingresso de brasileiros negros na carreira de diplomata e com isso ampliar a diversidade étnica do Serviço Exterior Brasileiro”.⁸

As análises iniciais desses dois jogos apontaram que a definição das fronteiras do campo dos diplomatas, definição dos agentes que fazem parte do campo, precisaria ser feita levando em conta não apenas a noção institucional que define quem é ou quem não é denominado “diplomata”. Nesse sentido, Bourdieu diz que “um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele produz” (BOURDIEU, 2011c, p. 31). Como citado anteriormente, levando em conta a preferência metodológica pela noção de campo, definimos que o espaço social de ação dos agentes do campo dos diplomatas está definido para além da definição institucional sobre a noção de profissão. Portanto, trabalhamos com a ideia de que as ações dos agentes do campo dos diplomatas não se limitam as ações dos agentes que são aprovados no concurso público anual do IRBr, ou seja, as ações dos agentes do campo estão para além das ações dos que detém a posse legitimada institucional e socialmente do título de diplomata. Sobre isso, mostraremos nesta pesquisa que a própria institucionalização do centro de excelência acadêmica que atualmente determina quem é e quem não é “diplomata” no Brasil, o IRBr, é produto de disputas e conflitos que envolvem os diplomatas e outros agentes de outros campos, principalmente os do campo político.

Em nossas primeiras análises sobre o jogo da ALCA ficou claro que estudar esse jogo na sua complexidade significaria analisar as ações de outros muitos agentes que não carregavam o título de diplomatas, mas que produziam efeitos decisivos naquele jogo. Estamos falando de empresários, economistas, jornalistas, sindicalistas, políticos e outros agentes que não necessariamente compartilham do *habitus* do campo dos diplomatas, nem

⁸ Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml>. Acesso em: 3 jun. 2017.

disputam a acumulação do capital simbólico do campo (definiremos esses conceitos em seguida), mas que produzem efeito sobre o campo. Com isso, determinamos nossa primeira definição de pesquisa: pertencem ao campo dos diplomatas os agentes que compartilham o *habitus* do campo e disputam a acumulação do capital simbólico do campo. Esses agentes não necessariamente são intitulados “diplomatas”, porém os que recebem esse título institucional estão inseridos em uma complexa dinâmica de relações sociais que produzem e reforçam o *habitus* e a acumulação do capital simbólico do campo. São agentes que se posicionam no centro do campo, são protagonistas das disputas internas do campo. Veremos adiante que a *illusio* do campo dos diplomatas, o sentido do jogo jogado no campo, é composta pelos vários espaços sociais de ação dos agentes do campo. Essas ações, portanto, são feitas em vários âmbitos, por exemplo, no espaço dos economistas, dos empresários, dos jornalistas, das universidades, etc., mas, principalmente, nas relações como o campo do poder e do campo político, tanto em nível nacional quanto internacional. Isso faz com que, nos jogos do campo dos diplomatas, outros agentes participem de forma decisiva. No entanto, a autonomia relativa do campo em relação a outros campos é de grau elevado, como será demonstrado mais adiante da pesquisa.

O problema inicial da pesquisa, que nos fez definir as fronteiras do campo dos diplomatas, nos levou também a descartar a tarefa de análise sobre o jogo da ALCA. Nos demos conta que analisar a complexidade do jogo na sua totalidade ampliaria o escopo de trabalho para além das ações dos protagonistas do campo dos diplomatas e suas relações com o campo político. Teríamos que analisar também vários outros espaços sociais em que os agentes do campo agem. Sem dúvida essa seria uma análise interessante, mas que nos faria provavelmente tirar o foco do nosso objetivo principal de pesquisa: entender a lógica de funcionamento do campo, suas dinâmicas de disputas internas e sua relação com o campo político. Mesmo que essa análise nos fizesse chegar ao nosso objetivo de pesquisa, percorreríamos caminhos provavelmente longos para tal. Por isso, procuramos focar nossas análises no segundo jogo, sobre o processo seletivo promovido pelo IRBr. Este jogo nos permitiu ter foco na análise que precisávamos: é um jogo com dinâmica centrada nos embates internos dos protagonistas do campo, de disputas sobre aspectos relacionados ao “perfil ideal de diplomata”. Para além da lógica do campo dos diplomatas, interferiram decisivamente nesse jogo principalmente as lógicas de funcionamento do campo político, fato que nos permitiu atingir o objetivo de entender a relação entre os dois campos.

Em resumo, pelo recorte temporal estabelecido, a principal fronteira do campo dos diplomatas é a das ações dos agentes que estão vinculados institucionalmente ao MRE e, na

sua maioria, carregam o título de diplomatas. No espaço de tempo analisado, eles são os que possuem maiores condições sociais para reforçar e manter o *habitus* do campo consolidados em suas ações, bem como para disputarem o acúmulo do capital simbólico do campo. Entendemos que estes agentes estão no centro do campo no período analisado e suas disputas determinam grande parte dos rumos que o campo terá. Todavia, é importante ressaltar que essa condição não é estática e sim dinâmica: a própria definição socialmente aceita do que é ou não “o verdadeiro diplomata” é o resultado de disputas historicamente localizadas entre os agentes desse campo. Assim, essa condição de protagonista do campo não é um dado “natural”, mas construído socialmente. É uma condição dinâmica do campo, podendo variar a depender das configurações do campo em outros períodos que não os analisados neste trabalho, ou seja, a depender dos resultados das disputas internas do campo historicamente localizados. Este estudo não é, pois, uma análise de todos os âmbitos e dimensões das relações do campo dos diplomatas, para esse tipo de estudo seriam necessários outros investimentos de tempo e recursos de pesquisa. Nesta pesquisa nos debruçamos sobre a análise de um dos aspectos do campo dos diplomatas: as relações dos protagonistas do campo, os diplomatas, entre si e com o campo político. De acordo com a noção de campo adotada, compreendemos que essas fronteiras são completamente fluídas, pois são formadas justamente pelas relações intensas dos agentes do campo com agentes de outros espaços sociais, as quais nos interessa aqui apenas as relações com os do campo político no período definido do recorte temporal.

A importância de analisarmos as disputas acerca das regras que definem a entrada de novos diplomatas no campo passa pela ideia de que o perfil dos novos agentes do campo interfere na dinâmica das disputas internas do campo. Para entender essa dinâmica, é preciso entender o *habitus* compartilhado no campo dos diplomatas. O *habitus*, como vimos, é a ferramenta conceitual que nos permite entender a relação dialética entre, de um lado, as estruturas objetivas do campo interiorizadas nos agentes e, de outro, a apropriação destas pelos agentes e exteriorizadas em suas ações no campo. Ou seja, é “o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”, como define Bourdieu. As entrevistas feitas para esta investigação, além do acesso a outras entrevistas de diplomatas, principalmente do acervo bibliográfico digital do CPDOC,⁹ dos trabalhos de Moura (2006, 2007) e Gobo (2016), das análises documentais do MRE, chegamos a condição de traçar as principais características do *habitus* compartilhado no campo dos diplomatas.

⁹ Abertos a consulta em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

O *habitus* do campo dos diplomatas é materializado por conta de três elementos chave presentes no ideário do campo: a ideia de Corpo Diplomático, filhos da Casa de Rio Branco e a figura do próprio Barão de Rio Branco como patrono dos diplomatas. Segundo Moura (2006, 2007), as metáforas parental, doméstica e biológica presentes nesses três elementos determinantes da moral diplomática brasileira, amplamente divulgados e inculcados tanto nos agentes internos ao campo quanto nos “de fora” causam dois efeitos: a noção de coesão interna dos agentes do campo e a percepção externa de que se trata de um grupo homogêneo. Isso equivale dizer que há um *habitus* compartilhado no campo bem definido e formado a ponto de seus elementos serem percebidos e compartilhados até fora do campo. Como aponta Karla Gobo (2016), esse *habitus* percebido e reconhecido pelos “de fora” transforma-se em capital simbólico do agente do campo dos diplomatas para fora do campo.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, eleito patrono da diplomacia, é elemento chave nesse ideário. Ele foi o ministro que por mais anos esteve à frente da chefia do Ministério, entre 1902 a 1912. Esse foi um período da história do Brasil em que se firmavam os princípios da então recente república, principalmente em função da negação dos grupos dirigentes do país a suas raízes portuguesas (CARVALHO, 1996, 2012; FREYRE, 2010). Nesse ponto, os diplomatas do Palácio do Itamaraty, liderados pelo Barão de Rio Branco, serviram de instrumento fundamental na tentativa de atrelar a imagem dos agentes dominantes do campo do poder brasileiro aos elementos das culturas legítimas internacionalmente na época, sobretudo as de origem inglesa e principalmente francesa da *belle-époque*. O Palácio do Itamaraty promovia, então, recepções e festas de luxo da elite carioca para representantes estrangeiros.

Cabe dizer que se atribui-se ao Barão do Rio Branco a reforma urbanística do centro do Rio de Janeiro (início do século XX), planejada por Pereira Passos. O Itamaraty funcionava não apenas como um Ministério de Relações Exteriores mas também como uma instituição responsável por construir a imagem do Brasil no exterior, imagem esta que procurava ser a mais próxima possível da legítima imagem consagrada socialmente da época: o Brasil branco, europeu e civilizado (GOBO, 2016, p. 164-65). Inúmeras biografias foram feitas sobre o Barão,¹⁰ sua figura tornou-se emblemática no imaginário geral do campo dos diplomatas, especialmente para se criar um personagem que servisse de emblema para “a diplomacia”. Ele encarna os princípios que, hoje, mostram-se muito valorizados no campo: a

¹⁰ Para citar apenas algumas delas: Pereira (2012); Ricupero (1995); Santos (2012); Vasconcellos (s/d); Viana Filho (2008).

dedicação intensa e visceral às atividades da diplomacia, fazendo dela não apenas uma atividade laboral para quem resolve se dedicar e ela, mas, sobretudo, um “estilo de vida”. Ao Barão são vinculadas ações heroicas de dedicação de uma vida ao trabalho de diplomacia, por exemplo, residir no próprio ambiente de trabalho, o Palácio do Itamaraty, protagonizar uma ampla reformulação do ministério, arriscar-se pessoalmente e usar de suas habilidades para negociar as atuais fronteiras do país, trabalhar pelo ministério até dias antes de sua morte, entre outras. Na mesma medida, o Barão torna-se modelo de conduta para os diplomatas no tocante a outras características amplamente conhecidas de sua personalidade, por exemplo, seu posicionamento claramente monarquista em uma recém proclamada república brasileira, sua característica de sempre reforçar a hierarquia e o centralismo de tomadas de decisão sobre o conjunto de atividades do ministério, o caráter personalista e excludente em relação a mulheres, negros e membros de famílias pouco nobres quando das suas escolhas pessoais para os que pleiteavam a entrada e queriam trabalhar no ministério.¹¹

Segundo Moura (2006, 2007), o Barão de Rio Branco é o recurso simbólico produzido no campo dos diplomatas que une os sentidos de Casa, de nação e de identidade de diplomata. A autora usa o sentido de Casa, de Lévi-Strauss, para dizer que a “Casa de Rio Branco” representa a coletividade dos diplomatas, é o patrimônio tanto simbólico quanto material do campo. Essa situação pode, por exemplo, ser percebida por meio do prédio histórico do Palácio do Itamaraty, localizado no Rio de Janeiro, primeira sede própria do MRE e, de fato, a Casa de Rio Branco. Esse edifício, após a transferência oficial do MRE para Brasília, foi destinado oficialmente, por um decreto presidencial, aos desígnios da cidade do Rio de Janeiro como patrimônio histórico da “diplomacia brasileira” (diplomacia aqui entendida como coletividade simbólica).¹² Pertencer à Casa de Rio Branco, ser parte dessa coletividade simbólica designada como “a diplomacia brasileira”, significa uma forma de distinção em relação aos “de fora”, os filhos da Casa são, antes de tudo, os representantes legítimos do Brasil no exterior. Essa legitimidade socialmente construída é reforçada, especialmente por meio do Estado e do capital estatal, que será abordado adiante.

A distinção que possuem os “membros do Corpo Diplomático” é concretizada através também de regras institucionais: os diplomatas quando assumem seus cargos passam a ser munidos de documentos exclusivos de diplomatas, seus registros civis documentais

¹¹ Sobre detalhes das interferências do Barão de Rio Branco nos processos de seleção dos diplomatas, ver Cheibub (1985, p. 122-123) e Carlos Alves de Souza (1979, *apud* KOIFMAN, 2002).

¹² Decreto nº 66.281, de 17 de fevereiro de 1970: Art. 1º – O Palácio do Itamaraty, com todas as suas dependências, patrimônio da diplomacia brasileira e da cidade do Rio de Janeiro, não poderá ser, em caso algum, utilizado por órgãos ou serviços não dependentes diretamente do MRE.

anteriores ao ingresso no campo são substituídos por outros documentos “de diplomata”, como passaportes, carteiras de identificação, etc. Essa dimensão simbólica do sentido de “ser diplomata” no âmbito total da vida do agente que pertence ao campo é verificada nas ações sobre os familiares diretos (cônjuges e filhos), que também passam a portar documentos próprios de “parentes de diplomatas”. Há ainda restrições legais para que diplomatas solteiros se casem, por exemplo. Eles passam também a ter acesso a informações sigilosas do Estado e muito frequentemente precisam se mudar de cidade, assim que assumem a função no MRE, com perspectivas iminentes de mudanças de país também.

Portanto, para entrar para “a Casa de Rio Branco”, o agente precisa ajustar sua trajetória da vida e a de familiares próximos, de acordo com enquadramentos que não são expressos apenas nos padrões e regras institucionais explícitas. Essas regras institucionais são produto de relações histórica e socialmente construídas que são evidenciadas por (e expressas sobretudo nas) experiências cotidianas relacionais dos agentes entre si, por conta de suas convivências e experimentações diárias como os agentes superiores hierarquicamente, com as formalidades sutilmente exigidas nos tratos orais, gestuais e nas maneiras de se vestir. Experiências que são principalmente vividas nos espaços de inculcação do *habitus* do campo, como os períodos que passam nas salas de aula do IRBr. Ao novo agente do campo espera-se que faça ajustes em sua visão de mundo e nas experiências para futuro, que se interioriza o *habitus* do campo num processo dialético que pressupõe, ao mesmo tempo, a exteriorização desse *habitus*, por meio das ações dos agentes, guiadas pelas trajetórias de vida anteriores a entrada do agente no campo. É nesse processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade que as características do *habitus* do campo se reforça e se adapta ao decorrer do tempo e pelas configurações e hierarquias dos agentes no campo, condicionando suas disputas internas. A manutenção e/ou transformação das características do *habitus* do campo será sempre o produto desse processo dialético e dinâmico, que antes de tudo é relacional dos agentes do campo entre si – por conta de seus embates, conflitos e cooperação –, dos novos agentes que estão entrando no campo e também dos agentes do campo com outros de outros campos e outros *habitus*.

Para Moura, o MRE é um misto de organização racional e estamental, nos moldes de Weber, no qual a noção de parentesco ajuda a entender o caráter simbólico da formação do *habitus* do campo. Para a autora, é uma carreira profissional racional-burocrática do Estado, ao mesmo tempo que apresentam elementos simbólicos de estamentos, como em Weber: “Se os diplomatas estão ‘separados’ dos meios materiais de sua organização, eles representam a própria instituição e suas instalações materiais como um ‘patrimônio’. O que é separação no

plano material passa a ser uma reapropriação no plano simbólico” (MOURA, 2006, p. 22). É assim que a autora define os diplomatas:

O corpo diplomático brasileiro é, portanto, uma coletividade que se define em termos profissionais, através da noção de carreira e categoria funcional. É também um grupo de status que se distingue por um *ethos* e visão de mundo compartilhados. Finalmente, a auto-representação desse grupo é feita através de imagens que remetem à linguagem de parentesco e o fechamento da instituição faz com que as próprias relações de “parentesco real” sejam englobadas pela Casa (MOURA, 2006, p. 22).

Outro elemento que forma o *habitus* do campo é o sentido de distinção social dos diplomatas. Gobo (2016), Moura (2007) e outros relatos e entrevistas com diplomatas apontam para o sentido de *status* social privilegiado na sociedade brasileira, num imaginário coletivo de que “ser diplomata” é quase sempre associado a elogio ou orgulho, pessoa culta, inteligente e refinada. De fato, desde o princípio da formação histórica do campo, os agentes se caracterizam por critérios de distinção em relação aos “de fora” do campo que passam pelos critérios de “fluência em línguas estrangeiras, conhecimentos estabelecidos de arte e cultura, naturalidade no uso das etiquetas e nas formas de se vestir” (GOBO, 2016, p. 15). Estamos falando de características de acumulação principalmente de capital cultural e escolar por parte dos agentes do campo que estão reservados a uma pequena parcela da população brasileira quando temos em mente um sistema de distribuição desigual desses tipos de capital no espaço social.

Por essas características comuns aos agentes do campo, não raro temos lido e presenciado a ideia amplamente vinculada sobre o caráter “aristocrático” aos agentes do campo dos diplomatas. Atualmente, ao contrário do que a ideia de aristocracia remete, esse caráter não passa necessariamente pela ideia de hereditariedade dos agentes, ou seja, pelo fato de que “a maioria dos diplomatas são filhos ou parentes de diplomatas”. Essa percepção aristocrática dos agentes do campo atualmente está vinculada as “capacidades intelectuais” dos que compõem o Corpo Diplomático, ou seja, pelo acúmulo que os agentes possuem de capital cultural e escolar, pré-requisito para um agente fazer parte do campo dos diplomatas. Contudo, ao mesmo tempo que a ideia de recrutamento por mérito individual existe, existe também a característica de que esse mérito individual é apenas encontrado em “famílias de bem”. Mesmo que o campo tenha passado por um processo de variação do perfil agentes do campo, este é relativamente recente, de meados da década de 1990 e intensificado no começo dos anos 2000. Até meados dos anos 1950-60, de fato, os que se tornavam diplomatas eram de famílias pertencentes às antigas cortes imperiais brasileiras.

Essa distinção “aristocrática” do campo impacta até nos espaços de funcionamento do MRE. Gobo (2016) fez um interessante relato do Palácio Itamaraty em Brasília. Segundo a autora, sinais de distinção, composição do *habitus* do campo, não devem ser apreendidos apenas em regras e ação dos agentes, mas também nas materializações dos espaços de representação desses agentes (GOBO, 2016 p. 36). O palácio é um dos poucos prédios ministeriais abertos à visita turística. Seu projeto arquitetônico é diferente de todos os outros prédios ministeriais e considerado em si uma peça arquitetônica valiosa. Seu interior é composto por obras de arte, tapeçarias e objetos valiosos, jardins de projetos botânicos, salas e salões que são usados para a recepção de autoridades internacionais e onde a chefia do executivo recém-eleita participa de cerimônia de posse do cargo. Nesse prédio ministerial, denominado oficialmente de “Palácio”, há inúmeras referências ao período imperial brasileiro, desde nomes de salas e salões de recepção, passando por objetos dos antigos palácios imperiais brasileiros e a bustos de membros da família real. O MRE não figura entre os maiores orçamentos dos ministérios federais, mostrando que o sinal de distinção se explica para além o fator econômico. Certamente uma visita ao espaço de trabalho dos diplomatas brasileiros, o Palácio do Itamaraty em Brasília, apenas reforça a ideia do senso comum de atribuir aos agentes do campo o caráter de “último reduto da nobreza no Brasil”.

Também em países europeus, modelos para a diplomacia brasileira, a atividade diplomática consolidou-se por ser exercida por nobres ligados aos antigos reinos (MOURA, 2006). No Brasil, historicamente, a capacidade de acúmulo de capital cultural e escolar esteve limitado a poucas famílias. À medida que os agentes do campo dos diplomatas determinam que esses são pré-requisitos para a entrada de novos no campo, existe, então, uma limitação da possibilidade de variação do perfil de novos agentes: será sempre uma variação entre os que portadores de grande capital cultural e escolar.

Esses princípios de distinção do campo atrelados às características do *habitus* compartilhado são explicados por Karla Gobo a partir da ideia de que a ação dos diplomatas se dá também em um espaço social internacionalizado, em que os elementos de inserção são bem definidos:

Ao passo que a diplomacia brasileira era muito diferente dos seus representados, era também muito semelhante às demais existentes pelo mundo, constituindo uma ‘unidade global que compartilhava estilos e práticas’. Em outras palavras, independente das diferenças culturais ou de nacionalidade, cultivam-se traços distintivos capazes de unir os ‘diplomatas do mundo’, ou do mundo que importa: aqueles que dentre outras coisas, têm em comum o culto e a valorização dos signos mais consagrados nas sociedades ocidentais, sobretudo de origem europeia com acento francês. (GOBO, 2016, p. 15).

Pode-se dizer, então, que a “união de diplomatas do mundo” a qual a autora se refere é um dos espaços sociais em que os agentes do campo dos diplomatas estão inseridos. Esta ideia será melhor abordada adiante.

Como mencionado anteriormente, todas essas características do *habitus* do campo, por serem percebidos e reconhecidos também pelos “de fora”, acabam se convertendo em **capital simbólico** para os agentes do campo dos diplomatas usarem em suas disputas com agentes de outros campos. Esta noção relacional do campo dos diplomatas com outros campos será melhor abordada adiante, contudo é importante mencionarmos agora como se caracteriza o capital simbólico para dentro do campo dos diplomatas. Ou seja, precisamos definir os tipos de capital que os diplomatas possuem, que são percebidos e reconhecidos por todos os agentes internos do campo, que são distribuídos de maneira desigual entre os agentes e que, por isso, são os definidores dos agentes dominados e dos dominantes do campo, portanto, produtores de desigualdades e disputas internas.

Para definirmos as características do capital simbólico do campo dos diplomatas, além de dados qualitativos da pesquisa – entrevistas de fontes primárias e secundárias com os agentes do campo, as observações dos espaços de convivência dos agentes, acesso a etnografias e outros trabalhos qualitativos já mencionados–, recorreremos aos trabalhos quantitativos de Lima e Oliveira (2015) e Lima (2015). Os autores utilizaram o Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 (acesso público e apenas impresso, disponível na biblioteca do IRBr) para analisar 1.466 currículos de diplomatas ativos na carreira entre 1961 até 2009. Como mencionado, o objetivo do trabalho do autor foi continuar e ampliar as pesquisas de Cheibub (1985, 1989) que se tornaram uma referência nas análises quantitativas sobre os diplomatas brasileiros. As fontes qualitativas de dados de nossa pesquisa e estas pesquisas de Lima e Oliveira (2015) e Lima (2015) nos auxiliaram para entender o capital simbólico do campo dos diplomatas, pois os elementos de análise dos currículos feitos por Lima e Oliveira (2015) e Lima (2015) foram, principalmente, elementos de ingresso e promoção da carreira (inscrições, aprovados, idade de entrada e progressão profissional) e características em geral dos agentes do campo (origem nascimento, gênero, raça, formação educacional).

Antes de caracterizar o capital simbólico do campo, cabe destacar alguns elementos importantes da organização institucional de funcionamento do campo. A hierarquia interna dos diplomatas é organizada de forma piramidal, ou seja, para a ascensão de cargos existe um “funil” em que os agentes do campo disputam o topo da hierarquia entre eles.

Portanto, na base da hierarquia estão o maior número de agentes do campo e no topo o menor número. Aos agentes do topo da hierarquia são destinados os maiores privilégios do campo como, por exemplo, salários mais altos, possibilidade de moradia e prestação de serviço em países centrais na hierarquia do sistema mundial e maiores possibilidades de ocupar cargos internos ao MRE que dão aos agentes poder de decisão sobre os rumos do campo. Lembramos que uma das principais características da lógica de funcionamento do campo é a presença de um forte sentido de obediência à hierarquia. Essa característica é amplamente conhecida e reconhecida dentro e fora do campo, fazendo com que os diplomatas sejam vulgarmente conhecidos como “militares de terno e gravata” (MOURA, 2007; GOBO, 2016; CHEIBUB, 1984).

Assim que passam no concurso público (Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata - CACD), os diplomatas são nomeados automaticamente para o cargo de Terceiro Secretários no MRE e passam pelo treinamento no IRBr denominado “Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco”. No final de dois anos de curso, apresentam uma dissertação de pesquisa acadêmica e passam por uma banca de avaliação (esse curso é equivalente a um mestrado acadêmico, reconhecido pela CAPES). Esse é o primeiro degrau do percurso de ascensão na hierarquia do campo, que passa pelos cargos de Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe (coloquialmente conhecido como “ministro”) e Ministro de Primeira Classe (coloquialmente conhecido como “embaixador”). Monteiro (2007) mostra que, para cada uma desses cargos, há um número fixo de vagas a serem ocupadas. Para que os agentes do campo assumam essas vagas, existem dois métodos de seleção: a promoção por “merecimento” e por “antiguidade”. Há variações, ao longo dos anos, do número de vagas que são preenchidas pelos métodos de merecimento e antiguidade para cada um dos cargos, porém, após 2006, as regras se estabilizaram e foram compostas da seguinte forma: o preenchimento das vagas de Segundo Secretário é todo feito por antiguidade e tem preferência na promoção os primeiros colocados no concurso público de entrada no MRE, o CACD. Para o cargo de Primeiro Secretário, o agente do campo precisa cumprir três anos no cargo de Segundo Secretário, ter feito ao menos dois anos de serviço no exterior e passar pelo CAD (Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas), ou seja, precisa voltar para o IRBr para cumprir carga horária de aulas e palestras, além de fazer provas de conhecimento. Esses são os pré-requisitos para que os agentes possam pleitear uma vaga de Primeiro Secretário, que são todas preenchidas pelo método de merecimento. O merecimento também é a maneira de preenchimento da maior parte das vagas do cargo de Conselheiro, porém sem a necessidade de passar por cursos de capacitação. Nesse caso, os pré-requisitos

são dez anos de exercício no MRE, cinco deles no exterior. Já para chegar a ser ministro, o agente do campo precisa fazer o CAE (Curso de Altos Estudos), de volta ao IRBr, além de precisar cumprir quinze anos de exercício (sete anos e seis meses deles no exterior) como pré-requisitos para ocupar uma vaga que também é preenchida na sua maioria por merecimento. O preenchimento das vagas de embaixador, o topo da hierarquia, também se dá por merecimento na maior parte das vagas, com os pré-requisitos de vinte anos de exercício (dez no exterior) e tempo de função em cargos de chefia no MRE. O Quadro 1, elaborado por Lima (2015), apresenta essas regras do campo.

Quadro 1 – Regras de promoção para diplomatas

Promoção Cargo	Merecimento	Antiguidade
De 3º Secretário para 2º Secretário	----	3 anos efetivo exercício, Ordem na classificação do CACD
De 2º Secretário para 1º Secretário	3 anos na Classe / 2 anos de exterior; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD)	----
De 1º Secretário para Conselheiro	10 anos efetivo exercício / 5 anos de exterior Curso Atualização em Política Externa (CAP)	Quadro Especial, havendo vaga: 2 vagas (por semestre). A promoção ocorre a critério do Presidente da República
De Conselheiro para Ministro de 2ª Classe	15 anos efetivo exercício / 7 anos e 6 meses de exterior; Curso de Altos Estudos (CAE)	Quadro Especial, havendo vaga: 1 vaga (por semestre). A promoção ocorre a critério do Presidente da República
De Ministro de 2ª Classe para Ministro de 1ª Classe	20 anos efetivo exercício / 10 anos de exterior; Tempo de função de chefia nível igual ou superior a DAS-4 (SERE) ou no exterior	Quadro Especial, 1 vaga para Ministro de Primeiro Classe (por semestre). A promoção ocorre a critério do Presidente da República

Fonte: LIMA (2015).

De acordo com esses dados, percebe-se que o principal método para ascender na hierarquia do campo é por “merecimento”. A única exceção é a primeira ascensão na hierarquia, de Terceiro para Segundo Secretário, que é feita pelo critério objetivo de tempo de prestação de serviço, o método da “antiguidade”. O método de “merecimento” de ascensão na hierarquia é feito pelo julgamento dos próprios agentes do campo por votações horizontais (pelos pares de mesma classe hierárquica) e verticais (pelos pares de hierarquias superiores). Os mais votados são os que ganham o direito de serem avaliados por comissões, formadas pelas chefias do ministério, que decidem quem serão os promovidos. A decisão final sobre os nomes dos promovidos sempre passa pela Presidência da República, que dá a palavra final sobre o assunto, ao menos institucionalmente. Há também um certo número de vagas para

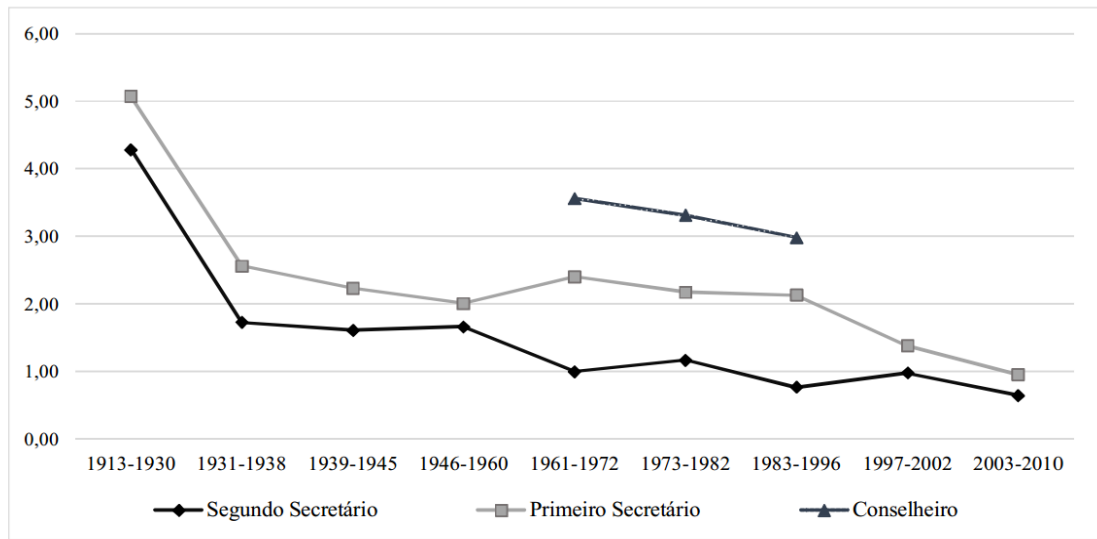
cada um dos três cargos mais altos da hierarquia do campo, que são preenchidas por antiguidade e todas elas são de interferência direta da Presidência da República.

As nomeações para as embaixadas também são feitas pela Presidência da República. Não raro é ver as chefias de embaixadas brasileiras pelo mundo sendo ocupadas por agentes de fora do campo dos diplomatas, ou seja, por não diplomatas de carreira. A nomeação para as chefias das diversas divisões internas do MRE também passa, ao menos institucionalmente, pela Presidência da República. Para a maioria delas, existem regras institucionais de nomeação que garantem exclusividade para os cargos mais altos da hierarquia do campo, ou seja, existe a obrigatoriedade de a Presidência da República nomear diplomatas de carreira, da alta hierarquia, para as chefias internas do MRE. A exceção é o cargo mais alto da hierarquia do campo, o de Ministro de Estado das Relações Exteriores, que pode ser ocupado por não diplomatas de carreira.

Identificar e caracterizar o capital simbólico do campo dos diplomatas, que se destaca por ser um campo de regras de organização institucional e de relações entre agentes definidas e hierarquizadas, passa necessariamente pela identificação dos capitais que os agentes acumulam e dos elementos do campo relacionados à ascensão dos agentes na hierarquia. Essa identificação se justifica ainda pela característica do principal método de ascensão na hierarquia do campo, o “merecimento”, que se resume pelo reconhecimento entre pares dos agentes internos do campo acerca do mérito de ascensão na hierarquia.

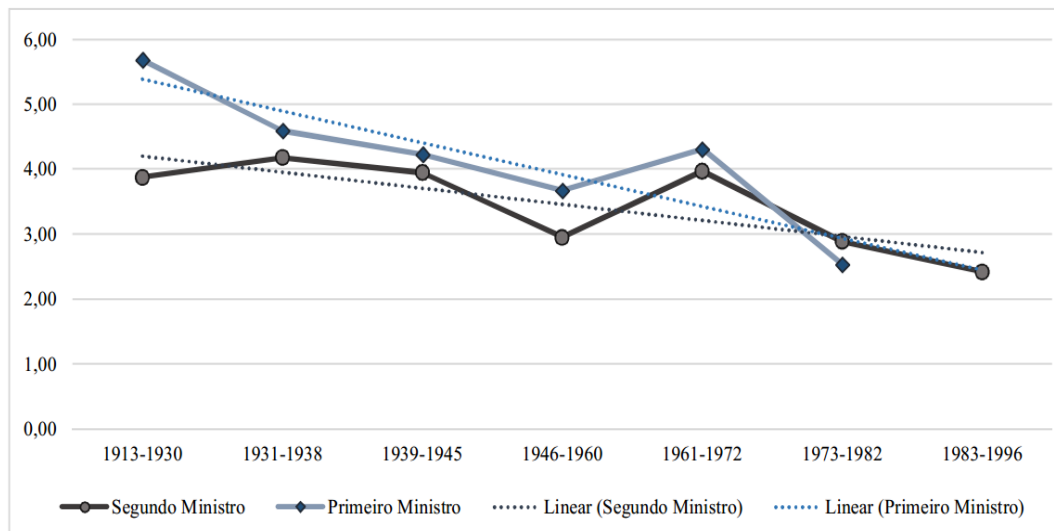
Os levantamentos quantitativos dos agentes do campo feitos por Lima (2015) com os dados do Anuário Pessoal do MRE para Diplomatas 2010 é um trabalho que mostra um retrato das características dos diplomatas que entraram no MRE e continuaram na ativa entre 1961 e 2010. O autor ainda acrescentou aos seus dados quantitativos os de Cheibub (1989), que fez levantamento parecido com diplomatas na ativa no campo entre 1913 e 1960. Entre várias medições, Lima (2015) realizou cálculos referentes ao tempo médio, em anos, em que os agentes do campo demoram para serem promovidos. Com base nisso, calculou o “desvio padrão” desse tempo médio de promoção dos agentes. Esse cálculo do desvio padrão serve para evidenciar o modelo de comportamento dos dados, no caso, se existe uma variabilidade grande ou pequena em relação à média de anos que o conjunto dos agentes do campo demora para ascender na carreira. O autor separou os cálculos em dois gráficos diferentes, um para os três primeiros cargos (Segundo Secretário, Terceiro Secretário e Conselheiro), Gráfico 1, e outro para os dois cargos mais altos da hierarquia (Ministro e Embaixador), Gráfico 2.

Gráfico 1 – Desvio padrão do tempo de promoção aos três primeiros cargos 1913-2010



Fonte: Lima (2015).

Gráfico 2 – Desvio padrão do tempo de promoção do topo da hierarquia 1913-1996



Fonte: Lima (2015)

A análise dos gráficos permite observar uma tendência de queda do desvio padrão do tempo de promoção tanto para os cargos iniciais da hierarquia do campo (GRÁFICO 1) quanto para os dois cargos mais altos da hierarquia (GRÁFICO 2). Isso significa que, ao longo das décadas, existe uma tendência de diminuição da variabilidade em relação à média de tempo que os agentes do campo precisam para ascender na hierarquia, ou seja, é um indicativo de padronização do tempo de promoção da carreira para todos os cargos.

Entretanto, chama a atenção a diferença dos patamares do desvio padrão entre os cargos da base da pirâmide e os do topo. Enquanto o desvio padrão do tempo para se atingir os cargos de Segundo e Primeiro secretários se mantém entre 0,0 e 2,0 (no corte temporal entre 1983-1996) – e caindo para 0,0 e 1,0, entre 2003 e 2010 –, o desvio padrão do tempo para se atingir os cargos de Conselheiro, Ministro e Embaixador se mantém entre 2,0 e 3,0 (no corte temporal entre 1983-1996). Isso denota que a padronização do tempo de promoção da carreira é maior na base da pirâmide do que no topo.

Essa situação pode ser explicada pelas constatações de Lima e Oliveira (2015). A partir dos cálculos mostrados anteriormente, focando no tempo médio para os agentes do campo ascenderem aos dois cargos mais altos da hierarquia (Ministro e Embaixador), os autores identificaram os elementos que caracterizam a trajetória dos agentes do campo que contribuem para o desvio padrão do tempo de ascensão aos cargos. Em outras palavras, os autores mostraram os elementos que contribuem para que se diminua a quantidade média de anos para os agentes ascenderem aos cargos mais altos na hierarquia, os “atalhos” que estão disponíveis no campo para que alguns agentes ascendam na hierarquia antes que outros.

A Tabela 1 apresenta elementos que se destacam no desvio padrão do tempo de promoção de agentes para o cargo de Ministros, lembrando que estes dados referem-se ao retrato dos agentes do campo que eram Ministros ou Embaixadores em 2010. A tabela mostra que as características dos agentes mais valorizadas no campo, as que fazem os agentes conseguirem chegar antes do que a média geral ao segundo cargo mais alto da hierarquia do campo são: ter nascido em capitais do país, ser homem, possuir publicação de livros ou artigos e ganhar o Prêmio Rio Branco (prêmio dado ao primeiro e segundo colocados do Curso de Formação de Diplomatas do IRBr, o mestrado acadêmico de duração de dois anos para os que passaram no concurso, no início da carreira).

Tabela 1 – Anova para tempo de promoção à Segundos (as) Ministros (as)

	Partial SS	df	MS	F	Prob > F
Model	568.442536	16	35.5276585	3.49	0.0000
Estado Nascimento (RJ)	1.6536936	1	1.6536936	0.16	0.6869
Região de Nascimento (Sudeste)	2.97423555	1	2.97423555	0.29	0.5889
Local de Nascimento (Capital)	42.4328166	1	42.4328166	4.17	0.0417
Sexo (Masculino)	45.9199569	1	45.9199569	4.52	0.0342
Graduação (Direito)	16.6533476	1	16.6533476	1.64	0.2013
Natureza da Universidade (Pública)	4.80327626	1	4.80327626	0.47	0.4922
Publicação de livros ou artigos	48.2783429	1	48.2783429	4.75	0.0299
Prêmio Lafayette	4.26782883	1	4.26782883	0.42	0.5174
Prêmio Rio Branco	70.7766064	1	70.7766064	6.96	0.0086
Medalhas/Ordens/Condecorações	15.2871132	1	15.2871132	1.50	0.2208
Pós-Graduação	8.61135065	1	8.61135065	0.85	0.3579
Chefia de Delegação	9.53307437	1	9.53307437	0.94	0.3334
Embaixada ou Consulado (Classe A)	21.1824387	1	21.1824387	2.08	0.1496
Presidência da República	6.40467984	1	6.40467984	0.63	0.4278
Burocracia Nacional	34.9995401	1	34.9995401	3.44	0.0642
Organismo Internacional	32.3480173	1	32.3480173	3.18	0.0752
Residual	4106.84487	404	10.1654576		
Total	4675.28741	420	11.1316367		

Number of obs = 421

R-squared = 0.1216 / Adj R-squared = 0.0868

Root MSE = 3.18833

Fonte: Lima e Oliveira (2015).

A Tabela 2 indica o mesmo exercício para o cargo de Embaixador. Dessa vez, as características determinantes dos agentes que chegam antes do que a média geral ao cargo mais alto da hierarquia do campo estão concentradas em duas ações: ter prestado serviços à Presidência da República e terem atuado em organismos internacionais. Segundo Lima e Oliveira (2015), “sugere-se uma diferença de aproximada e respectivamente 2 e 1 ano a menos, em média, para o tempo de promoção, entre aqueles que estão alocados no topo da pirâmide”.

Tabela 2 – Anova para tempo de promoção a Primeiros(as) Ministros(as)

	Partial SS	df	MS	F	Prob > F
Model	419.065456	16	26.191591	2.33	0.0039
Estado Nascimento (RJ)	5.75380322	1	5.75380322	0.51	0.4754
Região de Nascimento (Sudeste)	5.73865685	1	5.73865685	0.51	0.4760
Local de Nascimento (Capital)	1.93979466	1	1.93979466	0.17	0.6784
Sexo (Masculino)	.185711939	1	.185711939	0.02	0.8979
Graduação (Direito)	5.8542856	1	5.8542856	0.52	0.4716
Natureza da Universidade (Pública)	.634813935	1	.634813935	0.06	0.8125
Publicação de livros ou artigos	11.9919544	1	11.9919544	1.07	0.3032
Prêmio Lafayette	23.4916785	1	23.4916785	2.09	0.1502
Prêmio Rio Branco	24.1797839	1	24.1797839	2.15	0.1444
Medalhas/Ordens/Condecorações	.487558584	1	.487558584	0.04	0.8353
Pós-Graduação	4.65705987	1	4.65705987	0.41	0.5207
Chefia de Delegação	6.90987111	1	6.90987111	0.61	0.4342
Embaixada ou Consulado (Classe A)	1.39684815	1	1.39684815	0.12	0.7249
Presidência da República	140.123362	1	140.123362	12.46	0.0005
Burocracia Nacional	23.1576135	1	23.1576135	2.06	0.1531
Organismo Internacional	78.3271846	1	78.3271846	6.97	0.0091
Residual	1900.39691	169	11.2449521		
Total	2319.46237	185	12.5376344		

Number of obs = 186

R-squared = 0.187 / Adj R-squared = 0.1031

Root MSE = 3.35335

Fonte: Lima e Oliveira (2015)

Identifica-se, então, a composição do capital simbólico do campo, ou seja, os tipos de capital que são conhecidos e reconhecidos pelos agentes do campo como valorativos. O predomínio do método de merecimentos (reconhecimento dos pares, principalmente os da alta hierarquia do campo) para as promoções e ocupação das vagas destinadas aos diferentes cargos, associado com a identificação dos elementos que caracterizam os agentes que saem na frente nas disputas pelo merecimento e reconhecimento entre pares, revela os tipos de capital que são valorizados e reconhecidos na dinâmica do campo dos diplomatas. A começar, o capital social dos agentes é dos elementos mais importantes na dinâmica de funcionamento do campo, haja vista que é o reconhecimento dos pares e, principalmente, da alta hierarquia do campo que dá sentido ao jogo jogado pelos agentes. Vimos que um dos pré-requisitos para que os agentes ascendam a todos os cargos da hierarquia é o tempo de serviço, ou seja, é valorizado o investimento de tempo e, conseqüentemente, na imersão dos agentes no sentido de pertencimento do campo. Nenhum agente atinge o topo da hierarquia com menos de 20 anos de exercício efetivo, compartilhando e construindo o *habitus* do campo, participando de suas lutas internas e externas com outros campos.

O acúmulo de capital social – conseqüentemente de capital simbólico, ou seja, de imersão nos valores compartilhados e reconhecimentos dos pares do campo – é ação comum para todos os agentes. Percebe-se, no entanto, que há variações da fonte de acumulação desse

capital social a depender do estágio da carreira que os agentes se encontram. Para chegar ao cargo de Ministro, segundo maior na hierarquia interna, as fontes do capital social e simbólico dos agentes são diferentes em relação às do cargo de Embaixador.

Para o cargo de Ministro, essas fontes passam pelas características de origem social dos agentes: o fato de terem nascido em capitais do país e serem do sexo masculino são fatores decisivos para atingirem mais rápido o cargo. Essas características de origem dos agentes se traduzem em maiores condições de acesso ao capital cultural (principalmente uma de suas derivações, o capital escolar) e ao capital econômico específicos que proporcionam aos agentes tanto as condições ideais de ingresso no campo quanto as condições de acumulação de capital social valorizada no campo. Os agentes que são do sexo masculino e têm origem nas maiores cidades do país estão imersos num conjunto de valores socialmente aceitos e valorizados no campo dos diplomatas. Esses valores passam pela socialização de origem masculina, desde a infância, e pelos privilégios que o papel social do homem possui em sociedades patriarcais (BOURDIEU, 2003c). Associado a isso, existe a rede de oportunidades que as grandes cidades do país proporcionam para o acesso a instrumentos de inculcação dos valores culturais dominantes no espaço social e que são valorizados no campo dos diplomatas, desde o acesso às melhores escolas e universidades públicas e privadas do país passando por museus, teatros e cinemas. A partir disso, apontamos também o capital econômico como fonte importante de capital simbólico e social do agente do campo dos diplomatas, já que não basta o agente ser originário de grandes cidades para ter acesso aos instrumentos citados. O acesso a esses instrumentos de inculcação dos valores culturais dominantes, assim com a manutenção de práticas dos gostos socialmente construídos como dominantes, têm no acúmulo de capital econômico um pré-requisito indispensável. Embora seja importante deixar claro que o acúmulo apenas desse tipo de capital não garante o acesso aos valores culturais dominantes do campo dos diplomatas. Não necessariamente os agentes que mais acumulam capital econômico estão presentes no campo dos diplomatas.

Esta constatação reforça a ideia de que o capital escolar seja a mais importante fonte de capital simbólico do campo: além de ser um pré-requisito para os agentes ingressarem no campo, o fato de terem de ser graduados (principalmente vindos de grandes universidades públicas, mais adiante abordaremos os mecanismos de ingresso no campo), os agentes que possuem investimentos acadêmicos ao longo de suas trajetórias, principalmente por meio de publicações de livros ou artigos, os faz acumular capital simbólico no campo; ou seja, é um dos fatores que fazem com que os agentes sejam valorizados entrepares. A necessidade institucionalizada como regra de passarem e retornarem constantemente ao IRBr

como pré-requisito para ascenderem na hierarquia demonstra também que o capital escolar seja valorizado no campo.

É bastante emblemático também o fato de o prêmio Rio Branco ser importante na ascensão ao topo da hierarquia, reforçando a ideia de que o capital social e o capital escolar sejam fundamentos da lógica de funcionamento do campo dos diplomatas. Esse prêmio é dado aos primeiros colocados das turmas que se formam no mestrado acadêmico oferecido pelo IRBr quando ingressam na carreira. Portanto, é um reconhecimento simbólico do campo dado aos agentes iniciantes. O prêmio é resultado de um *ranking* elaborado para cada turma de iniciantes na carreira e determina vantagens, estabelecidas em regras institucionais, aos seus portadores: os primeiros colocados das turmas do IRBr têm prioridade na escolha dos postos de trabalho no exterior e acesso às vagas de Segundo Secretário, cujo método de promoção é por antiguidade, como já vimos. Contudo, as vantagens que os agentes primeiros colocados de suas turmas de formatura conquistam não são apenas os institucionalmente expressos nas regras do MRE. A posição no *ranking* da turma de formatura do começo da carreira marca o agente ao longo de sua trajetória e é uma fonte importante de capital social e simbólico do campo. O curso de formação no princípio da carreira dos diplomatas é o espaço inicial de socialização dos novos agentes no campo. Durante os dois anos dessa formação, os agentes passam por um processo intenso de inculcação do *habitus* do campo. Assim, o *ranking* dos melhores agentes do curso demonstra reconhecimento entre os pares dos agentes novatos que melhor começaram a carreira, isto é, que se destacaram em seus processos de inserção e de inculcação dos valores do campo.

Mais adiante demonstraremos com mais detalhes o significado desta iniciação que o curso de formação do IRBr proporciona aos novos agentes do campo e a importância disso na formação e na reprodução do *habitus* do campo. Por ora cabe dizer que esta importância disso não se limita ao início da trajetória do agente, vai ser uma fonte determinante de acumulação de capital social e simbólico do campo até a sua ascensão aos mais altos cargos da hierarquia, depois de mais de quinze anos de trajetória no campo. Essa constatação não está apenas nos dados quantitativos demonstrados anteriormente, pode ser constatada também em entrevistas de agentes do campo e nos trabalhos sobre os diplomatas (MOURA, 2007; GOBO, 2016). Nas entrevistas de alguns diplomatas aposentados, por exemplo, eles dão detalhes de nome e sobrenome, na ordem do *ranking* do IRBr, de todos os seus colegas que se formaram com eles, mesmo após décadas da formatura. Esse elemento está presente também nas falas dos mais novos do campo, como pudemos observar em entrevistas realizadas para esta pesquisa. A noção da importância de estar entre os melhores de sua turma de formatura é

passada aos mais novos do campo desde o início da formação no IRBr. Além disso, o curso do IRBr mede não só o volume mas também o tipo de capital cultural (principalmente o escolar) acumulado pelos agentes ingressantes no campo. Os agentes precisam frequentar aulas, confeccionar trabalhos de conclusão de curso e apresentar uma dissertação de pesquisa acadêmica para se formar, o equivalente a um mestrado acadêmico. São agentes que, ao ingressarem no campo, têm trajetórias de vida diferentes e que precisam passar por um processo de ressocialização que os adapte ao *habitus* do campo. Portanto, agentes que, antes de ingressarem no campo, apresentam acumulação de capitais mais favoráveis à adaptação aos valores do campo, saem na frente no processo de socialização que o IRBr oferece e, como vimos, é um processo que os marca ao longo da carreira.

Já para o cargo mais alto da hierarquia, o de Embaixador, os agentes precisam buscar em fontes de outros tipos o acúmulo de capital social e simbólico do campo. Tendo em vista que para chegarem ao cargo de Ministro os agentes consolidaram seu capital social e simbólico de origem nos capitais econômico e cultural (principalmente o escolar), para ascenderem ao topo da hierarquia precisam ter acumulado, ao longo da carreira, outros tipos de capitais para reconvertê-los em capital social e simbólico, de acordo com a lógica de funcionamento do campo.

Em primeiro lugar, o capital político. Como vimos, esse é o elemento de maior impacto na diminuição do tempo médio de ascensão ao cargo mais alto da carreira é a aproximação do agente a presidência da república em algum momento de sua trajetória no campo dos diplomatas. Isso se torna um dado importante de pesquisa, já que demonstra o impacto da lógica do campo político no campo dos diplomatas (ver a definição de campo político adiante). Revela ainda uma das características da dinâmica de funcionamento do campo que nos auxilia a objetivar um dos princípios tidos como morais, divulgado dentro e fora do campo: o caráter “apolítico da diplomacia”. Veremos adiante que um dos elementos simbólicos que favorecem a consolidação da autonomia relativa do campo dos diplomatas perante outros campos é o caráter de descolamento “da política” que seus agentes reivindicam. Esse elemento está presente nas falas dos diplomatas entrevistados, tanto dos aposentados quanto dos que ainda estão na ativa. Como mostraremos ainda neste trabalho, os agentes que contrariaram abertamente esse princípio moral do campo logo recebem sanções de outros agentes. Além disso, como vimos anteriormente, esse princípio moral já serviu de instrumento em embates midiáticos entre diplomatas, em escândalos que revelaram elementos da guerra cultural identificada no campo. Este princípio moral é consolidado a ponto de ser conhecido e reconhecido por agentes de outros campos, até mesmo do campo acadêmico, que,

muitas vezes, reforçam esse princípio reivindicado pelos agentes do campo dos diplomatas. Um dos exemplos disso é o conceito de “insulamento do MRE”, amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas com a ideia de objetivação dos princípios morais do campo. Nesse conceito está embutida a ideia de que o Itamaraty seja uma “ilha”, isolada das disputas político partidárias, na qual os rumos da política externa dependem unicamente da competência meritocrática de seu corpo de técnicos diplomáticos bem formados nas principais universidades do país e, principalmente, no próprio Itamaraty, no IRBr. A noção de que o acúmulo de capital político por parte do agente do campo dos diplomatas seja uma importante fonte de conversão desse em capital social e simbólico abre espaço para se observar o quão imbricadas são as lógicas de funcionamento dos campos dos diplomatas e político. O agente do campo, para estar próximo da Presidência da República e, assim, acumular o capital político valorizado no campo dos diplomatas, precisa entender, estar apto e se inserir no jogo jogado no campo político. Ao mesmo tempo, essa situação proporciona a ele o reconhecimento entre os pares no campo dos diplomatas que o habilita a ascender na hierarquia do campo. Portanto, a partir da constatação de que o capital político é um dos mais importantes elementos que compõem o capital social e simbólico do campo dos diplomatas, justifica-se a importância de, ao analisar a lógica de funcionamento do campo dos diplomatas, levar em consideração também a lógica de funcionamento do campo político.

A partir disso, não nos parece possível analisar a dinâmica de funcionamento do campo dos diplomatas em sua complexidade sem entender a relação deste com o campo político. Essa noção ficou mais clara durante a prática desta pesquisa quando encontramos dificuldades para que os diplomatas da base da hierarquia falassem abertamente sobre a relação deles e do Itamaraty com “a política”. Intensificamos a realização das entrevistas previstas no período que compreendeu o segundo semestre de 2016, período em que a presidenta Dilma Rousseff foi destituída do cargo, momento crucial de toda uma série de desencadeamentos das disputas travadas no campo político que desestabilizaram as regras institucionais do Estado que garantiam certa previsibilidade no funcionamento ordinário das instituições ligadas a ele, como o MRE. Nesse contexto, encontramos agentes do campo dos diplomatas que nos alegavam que a situação de “crise política”, ou seja, desestabilização a qual o campo político passava, os impedia de tocar em certos assuntos, como as questões que se referiam às relações dos agentes do campo com “a política”. Alguns nos confessaram que tinham receio de que fossem prejudicados em seus processos de ascensão na hierarquia do campo caso fossem reveladas suas opiniões sobre o assunto. As atitudes eram diferentes

quando esse tipo de questão era dirigido para outros agentes mais próximos do topo da hierarquia ou já aposentados.

Sobre essa questão, nos parece importante citar a fala de um dos diplomatas pesquisados neste trabalho. Pedro Nicolau Moura Sacco, que entrou no MRE em 1994. Ainda no começo de sua carreira, atuou na administração do IRBr. Em 2005, desligou-se do Itamaraty e entrou para o Ministério Público Federal, tornou-se Procurador da República. A seguir parte de uma entrevista que o ex-diplomata deu a um blog, publicada em fevereiro de 2011:

DIARINHO – O senhor já foi diplomata e abandonou a carreira em busca de mais liberdade de atuação. Sentiu essa mesma dificuldade da carreira diplomática no MPF?

PN – A carreira diplomática é hierarquizada, tem uma hierarquia quase militar, então você tem que cumprir ordens, e muitas vezes as ordens não são bem aquilo que você gostaria que fossem. Mas é a política do governo e você é um advogado daquele governo que está ali. Se muda o governo, muda a política externa, você vai defender com muito ardor aquela outra política externa, seja ela qual for, concorde ou não com ela. Ao menos como procurador da República você tem um pouco mais de independência, liberdade de ter suas próprias opiniões, de defender suas próprias opiniões. Pra (sic) mim isso é importante. Tem pessoas que se importam pouco com o fato de defenderem algo com o qual não concordam. Eu me importo com isso.¹³

Outro exemplo é do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores durante os governos Lula:

Princípios básicos são de Estado, estão na constituição: não intervenção, autodeterminação dos povos, respeito aos direitos humanos, etc., etc., etc. Agora a política, política é governo, como você vai executar esses princípios, de que maneira, você não pode ser contra eles, mas como você vai executar é política, isso é governo! (GOBO, 2016, p. 173. Trecho de entrevista de Celso Amorim concedida a autora em julho de 2015).¹⁴

Por último, destaca-se outro elemento que também é fonte de capital social e simbólico para os agentes atingirem o topo da hierarquia do campo: o serviço prestado em organismos internacionais. Quando o agente do campo dos diplomatas está em exercício no exterior, principalmente em serviço para organismos internacionais, está acumulando capital internacional do tipo diplomático, um tipo específico de capital que é acessível apenas a agentes que fazem parte de campos de diplomatas. Esse capital internacional diplomático é parte integrante do tipo de sociabilidade reservada a esses agentes, nos diversos países que

¹³ A entrevista na íntegra pode ser acessada em: <<https://danielviccari.wordpress.com/2011/02/15/entrevista-dr-pedro-nicolau-moura-sacco/>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

¹⁴ Celso Amorim também deixa claro este ponto de vista em seu livro “Conversas com jovens diplomatas” (AMORIM, 2011).

possuem seus campos dos diplomatas. A ação dos agentes do campo dos diplomatas se dá em vários âmbitos e o jogo jogado no âmbito internacional, pela relação dos agentes do campo com instituições que promovem as relações como outros agentes do campo dos diplomatas de outros países, se mostra elemento que determina o princípio de atuação do agente no campo dos diplomatas brasileiros. Nesse contexto, fica claro que existe um espaço social internacionalizado e que este também é um espaço de atuação do agente do campo dos diplomatas e compõe o sentido do jogo jogado no campo. Como visto, a inserção do agente do campo nesse espaço social internacionalizado representa um dos elementos do *habitus* do campo dos diplomatas. À medida que os agentes do campo se inserem na lógica desse espaço social internacionalizado – incorporam características que os aproxima de outros agentes dos campos dos diplomatas de outros países, integram as hierarquias e compõem as disputas próprias desse espaço internacionalizado, colaboram para a reprodução ou transformação de sua lógica de funcionamento–, estão também acumulando um tipo de capital importante para suas disputas internas do campo. O Capítulo 3 tratará de uma descrição mais apurada das características desse espaço social internacionalizado e, principalmente, da sua relação com o campo dos diplomatas.

4. CAPÍTULO III

O CAMPO DOS DIPLOMATAS EM UMA PERSPECTIVA RELACIONAL

As disputas dos campos é a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão de mundo social e dos princípios de divisão deste mundo (BOURDIEU, 2011c, p. 174).

4.1. Para entender o campo dos diplomatas: o Estado como detentor do monopólio da violência simbólica legítima

Estudar o campo dos diplomatas e sua dinâmica de funcionamento, as características de seu capital simbólico e do *habitus* do campo passa também pela necessidade de se compreender como foi historicamente constituído esse campo. O início das atividades de representação diplomática do Brasil no exterior é datada mesmo antes da declaração da independência da colônia brasileira perante Portugal. Em 1808, com a mudança da família real portuguesa para o Brasil, o então príncipe regente D. João VI criou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o embrião do serviço diplomático brasileiro. Portanto, a história de formação do atual Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty confunde-se com a história de formação do próprio aparato do que denominamos de Estado brasileiro.

Contudo, como afirmamos anteriormente, nesta pesquisa o Itamaraty é compreendido como o campo dos diplomatas. A partir da noção de campo, resta o questionamento: como, então, perceber a noção de Estado? Analisar o campo dos diplomatas depende da apreensão dos elementos que estruturam o campo e que estão para além do campo em si. As características do capital simbólico e do *habitus* do campo já foram descritas para esse fim, mas essas noções só se tornam completas com a compreensão da lógica das relações que o campo dos diplomatas possui como outros espaços sociais, já que essas relações interferem e compõem a dinâmica de funcionamento do campo em si. Nesse sentido, entender

a dinâmica do Estado como campo (ou metacampo, como veremos adiante) é o ponto de partida para compreender as relações que fundamentam o campo dos diplomatas.

Apesar de tratar indiretamente sobre o Estado em boa parte de sua obra, foi apenas no começo dos anos 1980 que a palavra “Estado” apareceu nos livros de Bourdieu. Em 1984, em “*Homo academicus*” (BOURDIEU, 2011b), o autor definiu Estado como “instância oficial, reconhecida como legítima, isto é, como detentora do monopólio da violência simbólica legítima”. Mais tarde, em 1989, publicou “A nobreza de Estado” e assumiu de vez “o Estado” como conceito em sua obra. Em 1993, publicou “A miséria do mundo”, obra em que o conceito é mais frequentemente utilizado (BOURDIEU, 2014 p. 490). Dez anos após a sua morte, em 2012, foi lançado o livro “Sobre o Estado: curso no *Collège de France* (1989-92)”, uma coletânea de transcrições de suas aulas sobre o assunto, obra que traz a linha de pensamento do autor sobre a gênese e formação do “metacampo Estado” e suas implicações na vida social.

Para entender a noção de Estado a partir da teoria dos campos, principalmente para se entender como este é um campo peculiar se comparado a outros campos sociais, é emblemático o alerta que Bourdieu faz quando se pretende fazer uma sociologia do Estado: pensar o Estado é aplicar categorizações ao Estado que são produzidas pelo próprio Estado desde os primeiros anos da socialização dos agentes sociais, principalmente via escola. O Estado tem a capacidade de “produzir e impor (especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado” (BOURDIEU, 2011a, p. 91). Corre-se o risco de sermos pensados por um Estado que acreditamos pensar. O Estado se pensa por intermédio daqueles que se esforçam para pensá-lo. Para se analisar o Estado, portanto, é necessário que se coloque em questão todos os pressupostos e todas as pré-construções inscritas na realidade que se trata de analisar, e no próprio pensamento dos analistas.

Um exemplo do quão difícil é a ruptura com o pensamento de Estado, presente no mais íntimo de nossos pensamentos, é a aplicação das “reformas ortográficas” que ocorrem de tempos em tempos em vários países: mudanças promovidas pelo Estado que regulam, ou pretendem regular, a maneira de as pessoas se relacionarem com a linguagem/língua/o idioma do dia a dia. Nesses momentos, não raro é encontrar opiniões de críticos ortodoxos da ortografia que classificam as mudanças impostas pelo Estado como um atentado à maneira “natural” de se relacionar com a linguagem. Entretanto, suas críticas quase nunca levam em conta que, em algum tempo passado, essa maneira que classificam como “natural” de se relacionar com a linguagem já havia sido formulada pelo próprio Estado. É uma ação

proveniente do Estado sendo tratada como “natural” aos indivíduos. “As coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). O Estado, nesse ponto, é um instrumento de consolidação de características culturais no dia a dia dos indivíduos, transformando em “natural” atitudes arbitrárias da cultura, fruto de disputas historicamente contextualizadas. Em outras palavras, o Estado tem o poder de conferir o *status* de “natural” às visões e divisões de mundo, hierarquias sociais construídas historicamente por meio de conflitos e lutas entre agentes.

Por isso podemos dizer que o Estado é o grande produtor simbólico: seus agentes “são grandes produtores de ‘problemas sociais’ que a ciência social frequentemente apenas ratifica, retomando-os por sua conta como problemas sociológicos” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). Bourdieu traz de Durkheim e Hegel a noção de que o Estado funciona como uma burocracia dotada de representação da “vontade e do interesse coletivo e universal” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). O autor indica que grande parte dos estudos sobre o Estado são estudos que reproduzem o próprio Estado e o constrói, sobretudo os estudos dos juristas dos séculos XVI e XVII. Para os que pensam a necessidade de uma ciência social percorrer o caminho em direção à “cientificidade”, ou seja, em direção à sua independência das pressões e demandas sociais, é preciso que se adote a ideia de atribuir ao Estado e reforçar nele o caráter universalizante que ele próprio reivindica. Mas, por isso, correm o risco de ser submissos ao próprio Estado e suas demandas.

Bourdieu definiu o Estado como:

“O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 2011a p. 97 grifo nosso).

O autor recorre a Weber (1999), em uma das definições consagradas e amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas sobre o Estado, no intuito de chamar a atenção para o fato de que a especificidade do Estado não é a acumulação de violência física legítima, mas, num plano anterior e mais abrangente, está posta na monopolização da legítima violência simbólica. O Estado é uma instituição que encarna nas estruturas sociais e mentais da população correspondente, dando a aparência de natural as ações resultantes de longos e complexos processos e dinâmicas de disputas.

O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital da força física ou instrumentos de coerção, capital econômico, capital de

informação, capital simbólico, capital cultural. Essa concentração transforma o Estado no produtor de uma espécie de capital específico, um metacapital, o capital propriamente de Estado, com poder sobre todos os outros tipos de capital e seus detentores. Isso permite que o Estado exerça poder simbólico sobre os diversos campos sociais e diferentes espécies de capital existentes no mundo social.

Para Bourdieu, para tentar escapar do processo de simples legitimação de problemas do Estado, as Ciências Sociais deveriam recorrer à metodologia da reconstituição da gênese de formação do Estado.¹⁵ Em função disso, ele retomou os estudos de Charles Tilly, Max Weber e Norbert Elias e apontou para uma análise do processo histórico de concentração de capitais que o Estado apresenta, ou seja, de como se formou o que chamamos de metacapital do Estado. Em resumo, esse processo é composto de diferentes dimensões, interdependentes entre si, de concentração de capital de violência física (forças armadas), capital econômico (fisco), de informação (recenseamentos) e capital simbólico (principalmente, mas não exclusivamente, o direito). Os dois primeiros possuem uma causalidade circular, pois, à medida que o Estado foi se especializando em garantir a segurança de seus governados, aumentou a necessidade de unificação dos espaços econômicos, ou seja, a criação dos mercados nacionais que garantiam, com o pagamento de impostos, a existência dos instrumentos de segurança de seus governados. Assim, o Estado se especializava e garantia duas ações de monopólio de força física: para fora do Estado (perante outros Estados) e para dentro do Estado (perante seu governados). Essa noção de pagamento de impostos como garantia de segurança coletiva foi a gênese do processo de transformação do Estado dinástico em Estado “impessoal”, no qual as despesas do Estado para assegurar ao príncipe o reconhecimento de competidores potenciais passaram a ser vistas como despesas para uso “burocrático” ou “despesas”.

Bourdieu, todavia, observou que as fraudes fiscais existem ainda hoje para nos mostrar que a legitimidade dos impostos não é dada, assim como o Estado não se apresenta, na prática do dia a dia, como detentor do monopólio do uso da força física, apesar de reivindicá-lo. Por outro lado, tanto as fraudes fiscais quanto a violência física não advindas do Estado são deslegitimadas socialmente por conta de se posicionarem “contra o Estado”, ou seja, são dissidências da norma coletiva, entendidas como impessoais e “universais”. Isso se dá, pois, o Estado se especializou ao longo dos séculos em exercer a concentração de um

¹⁵ Como visto, essa é uma estratégia metodológica que serve para analisar qualquer campo: para fazer um estudo que objetive as concepções morais de um campo e não naturalizar lógicas do campo que são socialmente construídas, deve-se recorrer à análise sócio-histórica da gênese do campo.

capital simbólico com base no reconhecimento, na legitimidade. Sem essa concentração de capital simbólico, nenhuma das outras concentrações de capital (da violência física, econômico, de informação, etc.) seriam possíveis de serem feitos pelo Estado. Ao mesmo tempo que a concentração desses outros capitais são a fonte de legitimação do Estado, do capital simbólico de Estado, concretizando, assim, uma relação dialética entre a legitimidade do Estado e a sua concentração de capitais. É dessa relação que o poder simbólico do Estado é fonte; é dela que advém a violência simbólica legítima do Estado. O Estado é detentor do monopólio legítimo da violência simbólica, tipificada pela relação complexa de muitos outros fatores que constituem o poder simbólico do Estado, e não apenas da violência física. O exemplo mais claro, porém, não exclusivo, da prática estatal de seu poder simbólico totalizador e universalizante materializa-se no exercício do campo jurídico e nos procedimentos e ritos característicos do Estado (comumente entendido como “burocracia”): “o capital jurídico é a forma objetiva e codificada do capital simbólico do Estado” (BOURDIEU, 2001a, p. 108). A gênese do Estado universalizante passa, então, pela concentração histórica do capital simbólico, antes difuso no mundo social (apoiado no reconhecimento coletivo difuso, em títulos de nobreza como antigamente, por exemplo) para um capital simbólico objetivado, codificado, delegado e garantido pelo Estado “burocratizado”.

O capital simbólico do Estado passa também pelo domínio do capital de informação. O Estado concentra a informação, analisa e redistribui, realiza uma unificação teórica baseada em recenseamento e pela estatística, ou pela contabilidade nacional, ou pela objetivação cartográfica do território nacional, ou pelo uso da escrita e acumulação do conhecimento por meio dos arquivos do Estado. O Estado contribui decisivamente para a unificação dos mercados culturais ao unificar os códigos (linguísticos, jurídicos, métricos) e homogeneizar as formas de comunicação burocrática, oficial. Dessa forma, o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de divisões comuns, formas de pensar que estão para o “pensamento culto”, assim como as formas primitivas de classificação de Durkheim e Mauss estão para o “pensamento selvagem” (BOURDIEU, 2011a, p. 105).

O Estado torna-se, então, responsável pela criação da “identidade nacional”, o que acompanha, ao menos, nas sociedades ocidentais, alguns princípios de responsabilização histórico e socialmente construídos: “[a] criação da sociedade nacional acompanha a afirmação da possibilidade da educação universal: todos os indivíduos são iguais perante a lei, o Estado tem o dever de fazer deles cidadãos, dotados dos meios culturais de exercer ativamente seus direitos civis” (BOURDIEU, 2011a, p. 106). A inculcação por parte do

Estado de uma cultura dominante como “cultura nacional legítima”, com base no sistema escolar, faz com que o princípio de “cidadania” seja atrelado ao princípio de acesso e, principalmente, à exigência de acesso dos agentes aos meios culturais. Contudo é na distribuição desigual de capital cultural e capital escolar, aliada à exigência do acesso a esses capitais para que o agente seja um “cidadão”, que reside um dos princípios de desigualdade de distribuição de bens materiais e simbólicos que caracteriza o mundo social: “dado que a universalização das exigências assim instituídas não é acompanhada pela universalização do acesso aos meios de satisfazê-las, ela favorece tanto a monopolização do universal por alguns quanto o esbulho de todos os outros, de certa maneira mutilados em sua humanidade” (BOURDIEU, 2011a, p. 107). Um dos exemplos da violência simbólica presente na prática da “identidade nacional” são os usos dos símbolos patrióticos, onde todo o questionamento crítico sobre suas funções e seus funcionamentos tende a ser percebido como traição e sacrilégio, numa lógica de culto à religião cívica nacional. A unificação cultural e linguística é acompanhada de violência simbólica própria do Estado: a imposição da língua e da cultura dominantes e pela rejeição de todas as outras.

A eficácia simbólica específica do Estado, assim, está associada à concentração que tem de capital simbólico de autoridade reconhecida. Nesse ponto, o Estado é o lugar por excelência da concentração e exercício do poder simbólico, pois dispõe de meios para impor e inculcar princípios duráveis de visão e divisão do mundo social, de maneira mais ou menos universal, sobre os agentes de um certo âmbito territorial. Todavia, o reconhecimento da legitimidade do Estado não é um ato consciente e esclarecido, racional. O reconhecimento é enraizado nas estruturas incorporadas (*habitus*), por exemplo, as que organizam os ritmos temporais (divisão das horas). Essas noções são pré-reflexivas sobre o sentido que os agentes dão ao mundo social, por isso, não são passíveis de serem analisadas a depender da perspectiva epistemológica que se adota:

“Os fenomenólogos, que esclareceram essa experiência, e os etnometodólogos, que se atribuem o projeto de descrevê-la, não oferecem os modos de fundamentá-la, de mostrar sua razão: deixam de colocar em questão a construção social dos princípios de construção da realidade social que se esforçam por explicitar, e de questionar a contribuição do Estado para a constituição dos princípios de constituição que os agentes põem em prática para produzir a ordem social.” (BOURDIEU, 2011a, p. 115-116).

Essa eficácia simbólica atribuída ao Estado é o principal elemento que explica a disputa sobre ele. Dominar as principais áreas de atuação do Estado significa ter à disposição um instrumento importante de dominação simbólica própria do Estado sobre as práticas

sociais enraizadas, já que o poder simbólico de legitimidade do Estado se constrói nas tomadas de opinião. “O Estado não tem, necessariamente, necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando, assim, a crença (...) a submissão dóxica à ordem estabelecida”. (BOURDIEU, 2011a, p. 119). A construção do monopólio estatal da violência simbólica é indissociável da dinâmica do campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas a este monopólio. O domínio do capital estatal por agentes que pertencem à “nobreza de Estado” representa o domínio da universalização que o Estado promove com o monopólio que ele mesmo exerce.

4.2. Para entender o campo dos diplomatas: o Estado como metacampo, o campo do poder e o campo político

A teoria dos campos aponta que para se entender as lógicas de um campo em específico, é necessário entender as relações desse campo com outros campos. Para o campo dos diplomatas, o primeiro vínculo de relação que se faz necessário entender é deste com o campo do Estado brasileiro. Contudo, quando analisamos a noção de Estado pelo viés da teoria dos campos fica clara a ideia de que o Estado não é um campo como os outros, sua dominação simbólica sobre outros campos sociais, em geral, faz dele uma espécie de “metacampo”, transversal a todos os outros campos sociais. Assim, compreender o Estado como metacampo significa entender que o Estado é materializado apenas a partir das relações de disputas e cooperações entre os espaços sociais, os campos, os agentes que reivindicam o Estado e lutam pelo monopólio do capital estatal.

A noção de Estado como metacampo e detentor de um metacapital pode ser entendido a partir da ideia de que o Estado é o produtor e, ao mesmo tempo, produto, de um processo dialético entre, de um lado, os campos e espaços sociais relativamente autônomos (organizados em hierarquias pelas suas próprias dinâmicas) nos quais o mundo social está organizado; e, de outro, a emergência de um espaço que concentra poder simbólico sobre esses últimos. As lutas e disputas pelo domínio desse espaço de poder (o metacampo), que é transversal a todos os outros campos e espaços sociais, são lutas entre os próprios campos: “[a] construção do Estado como metacampo, como poder de construção de todos os campos, [passa pela] construção de cada um dos campos. (...) constrói-se o Estado como instância metacampo contribuindo para a constituição dos campos” (BOURDIEU, 2014 p. 271).

Desse modo, para entender a constituição e condução do Estado, faz-se necessário compreender a constituição e condução dos campos e espaços sociais – mais ou menos autônomos – que formam esse Estado, sem deixar de ter em perspectiva que esses campos também são construídos e conduzidos por esse Estado na forma de metacampo.

Em outras palavras, o Estado é um metacampo resultado das relações de disputas entre diferentes campos e espaços sociais, em que o que está em jogo é o capital específico de Estado. Nesse metacampo de lutas, os campos e espaços sociais que acumulam maior capital simbólico no mundo social são os que estão mais propensos a dominar a disputa pelo capital estatal e conquistar ou manter o monopólio sob o metacampo. Monopólio que, por sua vez, faz com que os campos que o detenham reforcem o acúmulo de capital simbólico nas disputas com outros campos, pois o domínio do capital estatal significa dominar os mecanismos de legitimidade social das fontes de conversão de seus capitais específicos em capital simbólico. Nesse sentido, a constituição do Estado significa a constituição do que Bourdieu chama de *campo do poder*:

“Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do *campo do poder*, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam *particularmente* pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar).” (BOURDIEU, 2011a, p. 99-100, grifos do autor).

As disputas internas que delineiam o campo do poder são disputas em torno do controle simbólico do Estado, ou seja, do capital estatal que permite aos agentes dominantes do metacampo manejar os mecanismos de imposição simbólica sobre as práticas sociais amplamente enraizadas por todos os agentes que são regidos por aquele Estado. Dessa maneira, para entender a dimensão simbólica do efeito do Estado (principalmente o efeito universal que o Estado reivindica), é preciso entender o funcionamento específico do microcosmo do campo do poder: a reunião dos agentes dominantes dos diversos campos e espaços sociais em disputa pelo monopólio do capital estatal. O campo do poder é o espaço social em que está em jogo a disputa pela produção e reprodução da doxa através, principalmente, do uso do capital estatal.¹⁶ Em outras palavras, o monopólio do capital estatal é o produto das disputas do campo do poder, entre os grupos dirigentes.¹⁷

¹⁶ Doxa pode ser entendida como o princípio de visão e divisão do mundo social universalizado pelos dominantes de um campo a partir de lutas e disputas com outros princípios de visão e divisão do mundo social, presentes no campo. A consequência dessa disputa é a “naturalização” do princípio dominante, transformando-o em doxa, e o Estado é o instrumento mais eficaz desse processo (BOURDIEU, 2011a, p. 119-120). Os agentes

Neste sentido, *o campo político* é um importante elemento para entendermos como se operacionaliza a disputa pelo capital estatal. É um campo em constante relação com o campo do poder. A relação do campo dos diplomatas com o metacampo Estado brasileiro é, portanto, a relação desse com o campo do poder, ou seja, a relação dos agentes dominantes do campo dos diplomatas com os agentes dominantes de outros campos que disputam o monopólio do capital estatal. Defendemos a ideia de que a atuação do campo dos diplomatas nas disputas sobre o capital estatal, sua inserção no campo do poder, ocorre também por meio do vínculo que o campo dos diplomatas possui com o campo político.

O campo político, assim com todos os campos sociais, é caracterizado por ser um campo de força e, ao mesmo tempo, campo de lutas que objetivam transformar ou manter a correlação de forças que existe no campo em determinado momento (BOURDIEU, 2011c, p. 164; BOURDIEU, 2000). Assim como aponta a teoria dos campos, ao analisar o campo político e as lutas políticas, é necessário levar em conta as condições históricas, econômicas e sociais dos participantes desse campo para que a análise não seja levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a condição do sistema de disputa do campo.

Os agentes que fazem parte do campo político precisam ser preparados para que adquiram o *habitus* do campo político:

“O *corpus* do saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável na relação com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais.” (BOURDIEU, 2011c, p. 169 , grifos do autor).

O “jogo” do campo político se caracteriza pela disputa do monopólio da elaboração e da difusão dos princípios de visão e divisão legítima do mundo social. Na prática, este jogo se operacionaliza através das disputas pelo monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados, ou seja, os “poderes públicos” (as administrações do Estado). Nesse sentido, podemos dizer que o campo dos diplomatas é parte integrante do jogo jogado no campo político.

que lutam pela transformação do princípio dominante de visão e divisão do mundo no campo são caracterizados, portanto, como heterodoxos. Da mesma forma, os que lutam pela manutenção desse são ortodoxos.

¹⁷ A produção de conhecimento em Ciências Sociais sobre elites foi por muitos anos genericamente representada pela chamada “teoria das elites”. Com a difusão da teoria de P. Bourdieu, os estudos sobre elites ganhou novos contornos, fazendo com que os pesquisadores bourdieusianos passassem a abordar esse objeto de estudo pela “sociologia do poder”. Nessa perspectiva, “as elites” (que remetem o sentido de unidade e não multidimensionalidade desse grupo) passa a ser entendida como “grupos dirigentes”. Sobre isso, ver Seidl e Grill (2013).

Outra definição importante para se entender a lógica de funcionamento do campo político é a de *capital político*, que “é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 2011c, p. 187-88). O poder simbólico presente no capital político é um poder que existe porque aquele que é sujeito a ele crê (coloca crédito, processo não consciente) que ele existe. O capital político do agente do campo político vem da confiança que um grupo põe nele. Como seu capital específico vem da crença e da confiança de agentes inclusive de fora do campo político que, por sua vez, dependem da representação e da opinião, o agente do campo político está constantemente vulnerável a suspeitas, calúnias e escândalos – tudo que ameace sua fonte de capital político. Seu trabalho é constante, tanto na acumulação de crédito quanto para evitar o descrédito, que são fontes de seu capital político. Nesse sentido, compreendemos a importância da relação dos agentes do campo político como os agentes de outros campos, por exemplo, do campo dos jornalistas, dado que no campo dos jornalistas um dos jogos de disputa entre seus agentes é o monopólio do poder sobre todas as espécies de capital simbólico: o poder de “fazer e desfazer reputações”.

Dessa forma, retomamos um dos princípios da teoria dos campos que diz que no campo político, como em todos os campos sociais, em maior ou menor intensidade, a organização interna do campo passa necessariamente pela interferência de lógicas externas ao campo. No caso do campo político, o efeito das interferências e necessidades externas ao campo se dá pela composição do capital próprio do campo político, o capital político: capital simbólico de crença/confiança, descrito anteriormente. As relações entre o campo político e os agentes de fora se dão, principalmente, na relação que os dominantes do campo possuem com os dominados e estes últimos com suas organizações.

Nesse sentido, Bourdieu define o campo político como

“O lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidade de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.” (BOURDIEU, 2011c, p. 164).

Entende-se, então, que a principal característica do campo político é a relação dos seus agentes como os “de fora” do campo. É nessa relação que reside a fonte do capital simbólico do campo político, o capital político, que os agentes do campo procuram acumular

para fazer parte das disputas do campo. No entanto, essa relação dos agentes do campo com os “de fora”, ao mesmo tempo que é o fundamento do “jogo jogado” no campo, apresenta uma característica peculiar. Os agentes externos ao campo político, para Bourdieu, são comparados a agentes que não necessariamente entendem a lógica do campo por não estarem inseridos em seu jogo, mas que são levados a manter relação com o campo político, em maior ou menor grau. Isso porque uma das características que compõem a lógica de funcionamento do campo político é o constante estímulo e instigação dessa relação com os “de fora” do campo, fonte de acúmulo do capital político.

Sendo assim, entendemos uma das lógicas de funcionamento do campo político: o contato com os “de fora” do campo, principalmente com os que também se encontram fora do campo do poder, é geralmente uma ação destinada aos dominados do campo, e não aos dominantes. A busca de acúmulo de capital político é maior entre os agentes que menos possuem esse capital, ou seja, os que estão na posição de dominados do campo. Ao passo que os que já possuem um acúmulo grande de capital político, os dominantes do campo, geralmente se preocupam com a função de manutenção de seu volume. As estratégias para a manutenção e para o acúmulo do volume de capital político são diferentes, mas ambas passam pelo processo de estímulo da relação dos agentes do campo com os “de fora”: geralmente a manutenção do capital político, feita pelos dominantes do campo, tem a ver com o maior investimento de aproximação com os “de fora” do campo do poder, enquanto que, para acumular capital político, o investimento dos agentes passa não apenas pela aproximação com os agentes do campo do poder mas também com os de fora deste. Nesse sentido, os agentes novatos no campo que herdam capital político, por relações familiares ou não, saem na frente dos novatos no campo que precisam passar pelo processo de acúmulo do capital político.

Tomando-se a noção relacional e multidimensional das análises que os campos demandam, Bourdieu aponta que

[...] para se compreender uma tomada de posição política, programa, intervenção, discurso eleitoral, etc., é, pelo menos, tão importante conhecer o universo das tomadas de posições propostas em concorrência no interior do campo como conhecer as pressões dos laicos de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários declarados (a “base”): uma tomada de posição, como o nome diz às mil maravilhas, é um ato que só ganha sentido relacionalmente, na diferença e pela diferença, do *desvio distintivo* (BOURDIEU, 2011c, p. 172, grifos do autor).

Dessa maneira, estudar o campo político sem ter em conta a metodologia relacional é correr o risco de não perceber as ações dos agentes nem a lógica de funcionamento do campo.

No campo político, assim como em outros, a dinâmica de acirramento das lutas internas pode levar ao processo de monopólio do campo pelos “agentes profissionais”, ou seja, o processo de especialização (gerado principalmente pelo acúmulo de capital escolar pelos agentes dominantes do campo político) pode produzir obstáculos morfológicos no campo e dificulta a interferência externa a sua lógica de funcionamento. Essa tendência no campo político está diretamente ligada ao desapossamento econômico e cultural dos “de fora” do campo: “a concentração de capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo o *tempo livre* e o *capital cultural*” (BOURDIEU, 2011c, p. 164, grifos do autor). Logo, os agentes “de fora” do campo que possuem, principalmente, a disposição de tempo livre (disposição essa diretamente ligada ao acúmulo de capital econômico) e capital cultural (principalmente do tipo capital escolar) são os que possuem mais condições de inserção num campo político que passa pelo processo de monopólio dos agentes profissionais.

Como mostrado acima, os produtos gerados pelo campo político são instrumentos de percepção e expressão do mundo social, princípios de visão e divisão do mundo social que afetam direta ou indiretamente os agentes pertencentes a outros campos sociais. Retome-se aqui as características do campo dos diplomatas, já vistas, quando entendemos o processo de monopólio do campo político por “agentes profissionais”. Esse processo tende a aumentar o desapossamento de capacidade de inserção e de interferência no campo pelos “de fora”, uma vez que ganha, segundo Bourdieu (2011c),

“autonomia com o aparecimento de grandes burocracias políticas de profissionais a tempo inteiro e instituições (...) encarregadas de selecionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, homens políticos (...) ao mesmo tempo de codificar as regras do funcionamento do campo de produção ideológica o *corpus* de saberes e de saber-fazer indispensáveis à respectiva acomodação.” (p. 170, grifos do autor).

Tendo em vista essas características e definições do campo político, entendemos o campo dos diplomatas como um subcampo do campo político, uma vez que é um campo de agentes encarregados de representar e agir em nome do conjunto de “desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política” (*Op. cit.*, p.

164) – no caso dos diplomatas, da política externa do país. O capital político de crença/confiança está presente na ação dos agentes do campo dos diplomatas, já que são os legítimos operadores das relações internacionais do Brasil, representantes de uma “identidade nacional” universalizada pelo Estado brasileiro (metacampo em que sua constituição histórica se confunde com a formação do campo dos diplomatas). Uma das explicações para a consolidação construída historicamente da fonte de capital político dos agentes do campo dos diplomatas pode ser observada nas ações de instituições escolares, como o IRBr (como veremos adiante). Essa legitimidade consolidada historicamente pelo campo faz com que seus agentes não precisem se preocupar com o processo de acúmulo de capital político, mas com a manutenção de seu volume. Isso os coloca como agentes dominantes do campo político, a ponto da sua relação com os “de fora” do campo ser caracterizada, sobretudo, com os agentes do campo do poder. Todavia, como um subcampo do campo da política, a lógica de funcionamento do campo dos diplomatas influencia e é influenciada diretamente pelo jogo de força do campo da política, nas lutas dos agentes pela manutenção ou transformação do campo da política. Essa dinâmica pode ser constatada empiricamente, haja vista as características do capital simbólico do campo, vistas anteriormente.

Campo político e campo do poder não são o mesmo campo, porém estão em constante relação devido ao fato das disputas de seus agentes girarem em torno do monopólio do uso do capital estatal. A principal diferença entre os dois campos é que o capital simbólico do campo político, o capital político, é fundado na crença e no reconhecimento, o que gera as disputas dos agentes pela representação dos “de fora” do campo. Contudo, à medida que os agentes do campo político alcançam o topo da hierarquia e/ou ocorre o processo de monopólio do campo pelos “agentes profissionais”, pode-se observar o afastamento desses agentes das disputas de representação, ou seja, eles se afastam da característica própria do campo político que o distingue do campo do poder. Por isso, nessas duas situações, o campo político se funde ao campo do poder.

Um exemplo empírico desse processo é o campo dos diplomatas: o afastamento de seus agentes da disputa pela preferência dos “de fora” do campo político, desde a sua formação como campo, mais o caracteriza ao campo do poder. Podemos verificar esta caracterização dos agentes do campo dos diplomatas ao campo do poder a partir do conceito que Monique de Saint-Martin (1995) e Bourdieu (2007) chamam de “*pantouflage*”: a passagem de antigos altos funcionários estatais para lugares de direção ou presidência de empresas privadas. Trata-se de um movimento de “reconversão dos recursos administrativos, sociais e culturais acumulados no exercício da função pública de alto nível em recursos

econômicos (com efeito, as empresas privadas propõem aos antigos altos funcionários posições de poder muito mais bem remuneradas do que os altos cargos da administração pública).” (SAINT-MARTIN, 1995, p. 1.025). É necessário deixar claro que *pantouflage* entre os agentes do campo dos diplomatas necessita ser melhor estudado, o que não é foco desta pesquisa. Entretanto, convém dizer que esse movimento é comum entre os agentes do campo dos diplomatas e pode ser considerado uma demonstração de como o campo se caracteriza como próximo ao campo do poder.¹⁸ O sentido de não pertencimento do campo dos diplomatas ao campo político faz parte da “moral sacralizada” dos agentes desse campo, é componente do *habitus* do diplomata, como vimos anteriormente. É um modelo de visão e divisão de mundo que se reproduz não só internamente no campo dos diplomatas mas também na produção de conhecimento sobre os diplomatas. Contudo, como afirmamos anteriormente, entendemos que o campo dos diplomatas se apresenta como um subcampo do campo político que possui a característica de ocupa um lugar no topo da hierarquia do campo político e que, por isso, está muito próximo ao campo do poder. Essa ideia será retomada e mais bem trabalhada adiante, quando descreveremos o grau de autonomia do campo dos diplomatas.

4.3. A *illusio* do campo dos diplomatas: sentido de pertencimento do jogo em âmbito nacional e internacional, o campo das relações internacionais

Como visto, identificar agentes de algum campo em específico passa por identificar se esses agentes apresentam “interesse” de praticar a dinâmica própria do jogo do campo. Nesse caso, o sentido de “interesse” é melhor definido pelo conceito de *illusio*, que nos remete à ideia de “interesse desinteressado”. É o contrário da ideia de interesse da teoria da escolha racional como mostrado. Estamos falando do interesse do agente pelo campo simbólico, construído socialmente pela trajetória do agente, por meio do *habitus*. Logo, *illusio*, como subproduto do *habitus*, é o que estrutura os campos e a ação dos agentes.

Nesse sentido, após termos estabelecido as relações entre o campo dos diplomatas com os campos do poder e da política, temos condições de nos debruçar sobre o sentido de *illusio* do campo dos diplomatas. O “sentido do jogo jogado” no campo é definido pela sua relação com outros campos, ou seja, pela proximidade de ação de seus agentes em outros

¹⁸ Talvez um dos principais e recentes exemplos de *pantouflage* no campo dos diplomatas seja a do embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, ex-ministro do MRE entre 1995 e 2001, maior parte do governo FHC. Ao deixar o cargo, o ex-ministro assumiu a presidência do Conselho de Relações Internacionais da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), além de cargos como membro de conselho de administração de empresas internacionais de consultoria, como *McLarty Associates* e *Oxford Analytica* e de empresas industriais, como *Partex Oil And Gas*, *Coca-Cola Co.*, *Souza Cruz*, entre outras.

campos sociais. No caso dos agentes do campo dos diplomatas, identificamos que suas lutas internas e dinâmica de funcionamento têm a influência das lógicas de outros campos, como o campo político e campo do poder tanto em âmbito nacional quanto internacional. O sentido da prática na ação dos agentes do campo dos diplomatas se faz para além da noção “nacional”, o campo dos diplomatas é um campo internacionalizado por concepção. Dessa forma, retomamos as discussões sobre a noção de campo aplicada em situações de estudos de práticas sociais para além da noção de localização nacional. Bourdieu iniciou essa discussão em 2002, no ano de sua morte, em *Les conditions sociales de la circulation internationale des idées*.¹⁹ Discussão continuada e desenvolvida por outros pesquisadores bourdieusianos, principalmente Yves Dazalay (2002, 2011, 2013), Frédéric Lebaron (2008), Gisèle Sapiro (2013), entre outros.²⁰ Além dos sociólogos, mais recentemente, pesquisadores ligados à disciplina de “Relações Internacionais” apoiaram-se na teoria bourdieusiana para apontar alternativas metodológicas de análise sobre “o internacional”, agenda de pesquisa que procura se diferenciar das tradicionais teorias dessa disciplina. Entre os internacionalistas que usam a teoria bourdieusiana, destacam-se Didier Bigo (2011), Rebecca Adler-Nissen (2011) e Frédéric Mérand (2008).²¹

A lógica do campo político e do campo do poder, como já visto, tem influência decisiva na composição da *illusio* do campo dos diplomatas. Neste sentido, cabe, então, abordar a necessidade de compor um olhar para esses dois campos, o político e do poder, para além da noção nacional. O campo dos diplomatas é uma das formas mais claras do sentido internacional de ação dos campos político e do poder. Analisar o campo dos diplomatas passa pela necessidade, portanto, de lançar um olhar para além da noção nacional aos campos político e do poder.

Vimos anteriormente que a ação dos agentes do campo dos diplomatas em organismos internacionais representa importante fonte de capital social e simbólico para disputas internas do campo. Entendemos, portanto, que a inserção do agente num espaço social internacionalizado ajuda a compor seu *habitus* e, conseqüentemente, a *illusio* do campo. É preciso entender agora do que se trata esse espaço social internacionalizado, quais

¹⁹ Bourdieu (2002).

²⁰ Sobre esse assunto, destacamos a edição de n. 200 da *Actes de la recherche en sciences sociales*, de 2013, dedicada às discussões atualizadas sobre a teoria de campo. Ainda a recente publicação sobre a direção de Johanna Siméant: *Guide de l'enquête global em sciences sociales*, de 2015, que faz um levantamento completo sobre os usos internacionais da teoria de campo e propõe uma sociologia sobre “o internacional”.

²¹ Destacamos aqui a edição n. 5 da revista *International Political Sociology*, de 2011, dedicada à “sociologia política de Pierre Bourdieu para os estudos internacionais” (tradução livre). Nela um conjunto de pesquisadores debate os avanços e limites da teoria bourdieusiana para análises de objetos de pesquisa tradicionalmente vinculados à disciplina Relações Internacionais.

são suas características, sobretudo, qual a influência que este possui sobre o campo dos diplomatas.

Para isso retomamos a ideia de Siméant (2015) quando questiona o fato de uma disciplina, as Relações Internacionais, reivindicar o monopólio da interpretação sobre “o internacional”. A autora propõe a não diferenciação entre as ciências sociais que tratam sobre “o internacional” e “o local”. O objetivo de Siméant é mostrar que as mesmas ferramentas de pesquisa que tratam das relações sociais numa escala local também podem ser usadas para analisar as relações sociais em escalas internacionais. Podemos dizer que esta ideia está presente no sentido de se fazer uma “sociologia das relações internacionais”. Trata-se de adotarmos metodologias de pesquisa que não façam diferenciação das análises das práticas sociais realizadas em escala nacional e internacional, ou seja, trata-se de entendermos as conexões entre os jogos jogados pelos agentes dos campos em âmbito local e global, ao mesmo tempo, partindo do princípio que não são ações limitadas por fronteiras artificialmente estabelecidas de análises teóricas que não conseguem enxergar essas conexões. Neste sentido, Bigo (2011) levanta questões como: existe um campo político global?; se existe, de que forma isso interfere nos campos políticos locais para a formação e condução dos Estados?; esse campo político global possui o formato de cada campo local ou molda o campo local?; qual a fronteira entre a local e o global na formação do Estado? Estas questões do autor nos remete a ideia de que para entender este espaço social internacionalizado é importante partirmos do conceito de Estado como metacampo, como vimos anteriormente.

Adler-Nissen (2011) descreve as relações internacionais entre Estados pelo viés do conceito de campo. Ele observa que, no encontro e relação entre Estados, um único Estado não consegue estruturar o significado das interações sociais feitas. Dessa forma, a autora define o que, segundo ela, seria o “campo da diplomacia”: quando representantes nacionais se encontram, seja em contexto bilateral, seja multilateral, o Estado não é mais o campo de poder estruturante e dominante da vida social. Em vez disso, existiria um campo distinto no qual esses encontros se realizam e estruturam as posições dos Estados. Lutas particulares emergiriam nesse campo da diplomacia quando representantes nacionais se encontram. Lutas que, porém, seriam relativamente autônomas de lutas internas nos Estados. Nesse contexto, a autora define “diplomacia” como a gestão de relações entre Estados soberanos. A diplomacia, portanto, se desenvolveria em um campo específico, no campo próprio da diplomacia, diferente dos campos dos Estados nacionais, porém estruturado por e estruturante destes campos representados pelos Estados nacionais. Contrário a essa linha de pensamento, Bigo (2011) argumenta que esse campo (que o autor prefere chamar de “campo transnacional”)

existiria apenas em função dos campos nacionais e não como um “nível superior”, com sua própria personalidade e características. O que existiria, portanto, seriam campos sociais locais com relações estendidas para além das fronteiras nacionais.

Nota-se que a partir da noção bourdieusiana de campo extrapolada para além dos limites e fronteiras dos Estados nacionais, Bigo e Adler-Nissen descrevem características diferentes do que seria o campo de relações entre Estados, características que, no nosso entendimento, são contraditórios em princípio, mas que, de certa forma, se complementam.

Tomaremos essas definições desses dois autores na tentativa de se iniciar um exercício analítico de definição do espaço social internacionalizado. Somaremos as posições de Bigo e de Adler-Nissen às ideias de outros sociólogos como Yves Dezalay e Brian Garth (2002) e Johanna Siméant (2015), principalmente. Entendemos que Bigo e Adler-Nissen (talvez por serem internacionalistas) deram demasiada ênfase às relações institucionalizadas pelos Estados em suas definições sobre o espaço social internacionalizado (Adler-Nissen mais do que Bigo). Enquanto os sociólogos acima citados, por sua vez, entendem o Estado como metacampo, logo as relações em um espaço social internacionalizado ultrapassam a noção de Estado como “instituições burocráticas oficiais”. As relações internacionalizadas são, antes de tudo, entre campos e espaços sociais em que há a circulação internacional de agentes e, principalmente, de ideias e práticas sociais. Essa circulação segue fluxos de importação e exportação de lógicas de funcionamento desses campos e espaços sociais. Um movimento de trocas simbólicas e de práticas e comportamentos de agentes que é definido segundo hierarquias próprias dos campos e espaços sociais, configurado nas lutas e disputas dos agentes envolvidos. Logo, está em jogo a disputa pelo monopólio de interferência nos padrões de comportamento, visão e divisão do mundo social internacionalizado. Esse processo de fluxo de relações entre campos e espaços sociais que ultrapassam a noção do que vem a ser o “nacional” teria como protagonista as relações entre agentes e instituições que se legitimam socialmente como “porta-vozes dos Estados”, ou seja, que são embutidos do sentido de “identidade nacional” universalizada e naturalizada nas relações sociais. Contudo, esses são fluxos que não são exclusivos desses agentes detentores do capital estatal, mas, sobretudo, dos que disputam o monopólio desse capital estatal nas “guerras palacianas” (DEZALAY; GARTH, 2002).

Apesar de fazermos um exercício de definir o espaço social internacionalizado segundo os trabalhos de Bigo e Adler-Nissen, o produto deste exercício representa uma noção diferente de espaço social internacionalizado trabalhado pelos dois autores. Assim, não chamaremos este espaço que estamos definindo nem de “campo da diplomacia” (como em

Adler-Nissen), nem de “campo transnacional” (como em Bigo), mas, sim, de “campo das relações internacionais”. Contudo, é importante deixar claro que as definições que fazemos a seguir são fruto de exercício preliminar de análise que realizamos ao longo desta pesquisa. Os estudos sobre o “campo das relações internacionais” precisam ainda passar por melhores verificações teóricas e, principalmente, empíricas mais profundas para se tornarem conclusivas. Lembramos ainda que este não é o objeto central da análise desta pesquisa, por isso não procuramos desenvolver essa análise na sua total complexidade (abrindo caminho para futuras agendas de pesquisa). Entendemos que a exposição neste trabalho sobre a noção de campo das relações internacionais, mesmo que de forma preliminar, ajuda a compreender um dos aspectos importantes da dinâmica de funcionamento do campo dos diplomatas.

Em analogia à ideia de Estado como metacampo, ou seja, como um campo transversal aos campos sociais, um campo estruturante e, ao mesmo tempo, estruturado por estes campos sociais e suas relações, definimos o campo das relações internacionais também como um metacampo: transversal a todos os outros campos que têm relações que excedem o nível local ou “nacional” – e que interferem no funcionamento dos que não têm relações internacionalizadas –, um campo estruturante e, ao mesmo tempo, estruturado por outros campos internacionalizados e suas relações.

O campo das relações internacionais é, principalmente, o espaço de interação entre os diversos campos do poder que disputam os capitais estatais locais. Essa interação ocorre em muitos âmbitos, por meio de agentes que atuam em diversos campos sociais locais com relações estendidas para além das fronteiras nacionais, por exemplo, o campo das finanças, o das leis internacionais, o da guerra, o da produção científica acadêmica, o das religiões, entre muitos outros. Esses campos que se relacionam e possuem, ao menos, um ponto em comum: esta relação entre eles ocorre a partir dos campos do poder locais, que disputam o monopólio sobre os Estados locais, o capital estatal. Sendo assim, a inserção dos agentes desses campos na hierarquia e nas disputas próprias do campo das relações internacionais significa fonte de capital simbólico para que se invistam nas disputas locais e, ao mesmo tempo, suas posições nas disputas locais define seus lugares de dominantes ou dominados no campo das relações internacionais.

Os agentes dos diversos campos dos diplomatas, distintos a partir de suas diversas identidades nacionais, estão presentes como protagonistas – mas não exclusiva – na relação entre os campos do poder locais e o metacampo das relações internacionais. A autonomia relativa dos campos do poder locais sofre a influência da relação que exercem entre si, no campo das relações internacionais. Essas relações normalmente contam com (começam ou

terminam com) negociações diplomáticas, ou seja, têm neles a ação dos agentes do campo dos diplomatas. Isso acontece porque os agentes dos campos dos diplomatas são os responsáveis, socialmente legitimados, pelas negociações entre agentes e instituições de diferentes identidades nacionais. No campo das relações internacionais, o campo dos diplomatas é apenas mais um dos campos sociais que nele atua. Porém, diferente dos outros campos, o dos diplomatas é aquele em que os agentes são originariamente detentores da legitimidade de representação e gestão dos “interesses do Estado”, reconhecida por todos os outros agentes do campo das relações internacionais. Logo os diplomatas são os agentes que estão presentes, mais ou menos intensamente, nas ações de interação de todos os outros campos que compõem o campo das relações internacionais. Conseqüentemente, as ações do campo dos diplomatas colaboram para estruturar a dinâmica de interação dos outros campos que fazem parte do campo das relações internacionais, enquanto o campo dos diplomatas é estruturado pelas dinâmicas de todos eles também, numa relação dialética.

Neste ponto é importante entender como os universos nacional e o internacional se conectam na dinâmica de ação do campo das relações internacionais. Essa conexão ocorre segundo a ação de agentes que funcionam como verdadeiros tradutores de valores internacionais em nacionais e vice-versa. Esses agentes praticam importação e exportação de capital simbólico, usados internamente no campo de disputa em que atuam, interferindo na dinâmica de funcionamento dos campos do poder nacional e, ao mesmo tempo, no campo das relações internacionais. São agentes que praticam papel duplo e sabem jogar nos diferentes jogos de diferentes campos e espaços sociais, nacionais e internacionais. A principal característica desses agentes é de possuírem um considerável acúmulo de capital econômico, capital político e capital cultural (principalmente escolar). Esse princípio sustenta o conceito de “circulação internacional de ideias”, o qual nos remete à existência de um complexo movimento de importação e exportação de valores e concepções de principalmente “gerência do Estado” que circulam entre campos do poder local e definem as disputas dos agentes pelo monopólio do capital estatal. Essa dinâmica é análoga à dinâmica dos campos: agentes em constante disputa pelo domínio simbólico do campo, nesse caso, o campo das relações internacionais. As maneiras em que os campos do poder locais disputam o capital estatal e, dessa forma, determinam a condução das ações do Estado são também produtos dessas disputas em âmbito internacional.

Por se tratar principalmente de uma dinâmica de importação de exportação de “concepções de Estado” originários em contextos sócio-histórico-material-cultural específicos, para serem importados e exportados com sucesso, precisam que existam

similaridades estruturais entre a origem e o destino, assim como possíveis adaptações a serem feitas de contexto do importador em relação à ideia importada, ou ao produto simbólico intercambiado. Um dos principais instrumentos que cumpre essa função de proporcionar similaridades estruturais do produto simbólico exportado para o contexto importador são as instituições de ensino superior. Seja na promoção de intercâmbios de alunos e professores com instituições de outras nacionalidades, seja na adaptação de seus planos curriculares a modelos internacionalizados, essas instituições estão imersas no contexto hierarquizado de fluxo de produtos simbólicos que determinam o sentido da circulação de ideias que influenciarão, sobretudo, as disputas no campo do poder pelo capital estatal. Por exemplo, no contexto latino-americano, o fluxo de importação de produtos simbólicos é originário principalmente de instituições de ensino superior centrais de países europeus e dos Estados Unidos. Entretanto, não apenas as instituições de ensino superior são instrumentos de promoção de similaridades estruturais nesse fluxo de produtos simbólicos. Outros exemplos disso são as editoras de livros, as instituições religiosas, as instituições financeiras, entre outros.

A circulação internacional de ideias possui dois aspectos principais: as adaptações de contexto do importador em relação à coisa importada e as simetrias estruturais existentes entre importadores e exportadores. Estes aspectos são produtos da ação de agentes que funcionam como “pontes” entre as realidades importadoras e importadas; entre as realidades exportadoras e exportadas. Para que essas similaridades estruturais existam, assim como para que essas adaptações de contexto sejam feitas, é necessária a existência atuante de agentes que as execute. Esses agentes as fazem em um contexto de disputa interna de seus próprios campos, nos quais a importação do capital social internacionalizado se torna fonte de recursos reconvertida em capital simbólico para uso nas disputas internas ao campo. Por exemplo, o destino no exterior em que o(a) estudante de doutorado poderá fazer seu estágio de pesquisa será determinante para sua imersão na disputa interna no campo acadêmico. O estágio de pesquisa no exterior representa uma importante fonte de capital simbólico para agentes do campo acadêmico participarem de suas disputas internas no campo, porém a variação do volume de capital simbólico que esse estágio de pesquisa no exterior proporciona ao agente do campo está diretamente relacionado ao local e à instituição de ensino desse estágio de pesquisa. Nesse caso, a lógica que define o local que proporcionaria a maior fonte de capital simbólico ao agente é determinada segundo a hierarquia do campo que, por sua vez, é determinada pelas disputas tomadas historicamente entre agentes do campo e que compõem a dinâmica da circulação internacional de ideias. É importante entender também que a definição

dos que importam ou exportam os produtos simbólicos é feita de acordo com a hierarquia própria do campo das relações internacionais: os dominantes do campo conseguem exportar mais do que importar expertises de “gerência de Estado”, por exemplo, enquanto os dominados no campo detêm a capacidade inversa.²²

Alguns agentes ou grupos de agentes que compõem os campos do poder locais, principalmente os que ocupam a posição de dominantes desses campos, são chave para entendermos um dos processos que denotam a conexão entre a lógica nacional e internacional de circulação de ideias: o processo de legitimação simbólica de agentes “profissionais da política” por meio de suas ações de conversão de valores dos campos do poder locais em valores dominantes do campo das relações internacionais. Esse processo se dá principalmente pela formação de redes internacionalizadas entre agentes e instituições de difusão de lógicas jurídicas, lógicas de segurança militares, lógicas de seguridade social, lógicas de funcionamento de mercados, entre outras. Essas lógicas são, muitas vezes, criadas pela hibridização internacional das burocracias dos Estados, que ocorre de acordo com a ação de violência simbólica dos dominantes do campo das reações internacionais sobre os dominados. Esse processo faz com que “políticos profissionais” que focam em ações apenas em estratégias internas aos Estados fiquem para trás nas disputas do campo do poder. O capital internacional é importante fonte de capital simbólico para as disputas pelo monopólio do capital estatal nas lutas internas dos campos do poder locais.

Uma das maneiras de compreender a lógica de funcionamento de um campo, como já visto, é procurar entender as características de seu capital simbólico. Para entender preliminarmente o que corresponderia ao capital simbólico do campo das relações internacionais, recorreremos à produção de conhecimento de algumas teorias da disciplina de Relações Internacionais. Para estas, as fontes de poder dos Estados passam pelos seus poderios militares, dimensão da economia, posição geopolítica, expertise de negociação e atratividades culturais. De acordo com a teoria bourdiesiana, os agentes do campo das relações internacionais se mobilizam em torno do acúmulo de capitais que vão compor o capital simbólico do campo e, conseqüentemente, determinar a hierarquia do campo. Esses

²² Existem trabalhos que descrevem e analisam a atuação desses agentes e o sentido desse fluxo de circulação internacional de ideias. Um dos mais completos é Dezalay e Garth (2002), sobre as ações dos agentes do campo do direito e do campo da economia em alguns Estados latino-americanos, entre eles o Brasil, nos anos da década de 1990. Os autores descrevem a lógica de gerenciamento desses Estados que estavam, naquele período, alternando entre a dominação de uma expertise de agentes vindos do direito de tipo europeu (historicamente consolidados segundo as relações de colonização na região) passando para a dominação da lógica dos agentes do campo dos economistas vindos dos Estados Unidos. Fizemos também uma análise nessa perspectiva, porém mais específica, sobre a atuação de agentes da magistratura brasileira ligados a movimentos associativistas (Cf. TARGA, 2010).

capitais podem ser de tipo militar, econômico, de território, diplomático e cultural. Todos esses tipos de capitais seriam fontes de reconversão para formarem o que podemos chamar de capital simbólico internacional. Isso significaria dizer que esses capitais são aceitos e valorizados pelos participantes do “jogo jogado” no campo das relações internacionais, portanto, são características legitimadas de poder do campo.

Contudo, esse trabalho de identificação do capital simbólico do campo das relações internacionais precisa passar por um processo mais profundo de estudos e análises teóricas e, sobretudo, empíricas. Para entender como esse processo de legitimação e reconversão dos capitais acontece se deve examinar os micros processos ao longo do tempo que legitimam os poderes e contribuem para fazer as ordens sociais-históricas parecerem inevitáveis e naturais. Por isso, a análise do campo das relações internacionais deve passar pelo estudo de sua gênese e formação, que passa por estudos sobre as relações historicamente construídas entre os campos do poder locais (que foram denominados “Estados” em determinado momento da história) desde, por exemplo, suas relações de colonizações e fluxos econômicos mercantis até chegar nas ações contemporâneas das mídias internacionais, as ONGs e Côrtes internacionais de justiça. Aliás, estes últimos são importantes agentes que, nas últimas décadas, inseriram-se definitivamente no campo das relações internacionais ao ponto de conseguirem mudar as regras e desafiar as estruturas historicamente consolidadas do campo.

Logo o campo das relações internacionais, assim como o metacampo do Estado, geralmente reproduz desigualdades, sem exercer violência física aparente, ou seja, por conta da violência simbólica. A atuação da produção de trabalhos acadêmicos nessa reprodução de violência simbólica internacional é decisiva (cf. o conceito de circulação internacional das ideias visto aqui). As tradicionais teorias das relações internacionais muitas vezes reproduzem esse tipo de violência simbólica visto que, de maneira implícita ou explícita, tornam-se instrumentos das disputas do campo, ajudando a manter ou transformar uma determinada organização hierárquica global específica.

Nossa pesquisa não se propõe a fazer um debate crítico sobre as pesquisas e teorias das relações internacionais. Embora entendermos ser importante nos inserirmos em uma agenda de pesquisa de Sociologia das Ciências aplicada à produção de conhecimento das relações sociais internacionalizadas, esse esforço não caberia nos objetivos deste trabalho. Entretanto, nos faz importante resgatar, em poucas linhas, os trabalhos de Bigo (2011), Leander (2011) e Adler-Nissen (2011) que concordam sobre os avanços que a utilização da perspectiva teórica bourdieusiana pode trazer às tradicionais análises sobre “o internacional”

vindas da disciplina das Relações Internacionais, que tem se consolidado nas últimas décadas em função da reivindicação (com sucesso) do monopólio de produção de conhecimento sobre as “relações internacionais”.²³

Os autores ainda apontam que pela teórica bourdiesiana é possível diagnosticar um dos principais problemas presentes nos estudos contemporâneos da disciplina das Relações Internacionais: a relação fraca entre teoria, metodologia e pesquisa empírica (BIGO, 2011). Como Adler-Nissen (2011) mesmo observa, um olhar bourdiesiano sobre “o internacional” confronta as teorias tradicionais de relações internacionais de modo radical. Por exemplo, enquanto os neorrealistas dizem que o sistema internacional é anárquico, um olhar bourdiesiano vai dizer que é hierarquizado. Enquanto a Escola Inglesa defende que “Estados párias” e “Estados falidos” podem ser vistos como fora da sociedade internacional, relegados ao mais abstrato sistema internacional com interações menos densas, uma abordagem bourdiesiana argumentaria que processos de exclusão são intrínsecos nas sociedades internacionais em que, por exemplo, os Estados só se tornam “párias” por meio de suas relações intensas com o resto do mundo. A anarquia não é própria das relações entre Estados, porque o campo das relações internacionais está estruturado pela própria relação histórica que os Estados (agentes dos campos do poder) têm entre si. A marginalização de alguns Estados, grupos ou agentes pode ser explicada pelas mudanças de padrões de formas culturais e simbólicas de dominação e de competição por poder e prestígio (ADLER-NISSEN, 2011).

Assim, o Estado, na perspectiva bourdiesiana, não pode ser um “ator racional” detentor do “interesse nacional”. É um metacampo, o produtor do metacapital estatal, como já descrito. Grande parte das pesquisas tradicionalmente vinculadas às Relações Internacionais, sobretudo as que compõem a parte hegemônica da disciplina, rejeita a ideia de que o Estado não seja um ator. No entanto, a maneira como se conceitua o Estado é determinante na forma com que se analisa as “relações internacionais”. Com a perspectiva sociológica bourdiesiana, passamos a ter à disposição análises sobre “o internacional”, um método de pesquisa relacional e multidimensional que versa sobre as dinâmicas de ação que determinam o que é o Estado: grupos dirigentes dominantes e dominados – e suas disputas historicamente localizadas. O Estado é construído segundo suas lutas, por isso, não é um campo composto por agentes homogêneos e unitários; o Estado não é uma instituição com sentido único, uniforme e singular.

²³ Sobre a história da formação da disciplina “Relações Internacionais”, tanto no campo acadêmico brasileiro quanto internacional, ver Salomón e Pinheiro (2013), Pinheiro e Vedoveli (2012), Pinheiro e Milani (2012), Hirst (1992).

Esse cenário é indicativo de como são negligenciados nos trabalhos vinculados às tradições dos estudos das Relações Internacionais o entendimento de como as práticas sociais emergem, persistem e constroem comportamentos de agentes, suas imaginações individuais e crenças (LEANDER, 2011). Isso ocorre principalmente pela adoção de procedimentos metodológicos de análise das Relações Internacionais, que distinguem as práticas sociais em âmbito nacional e internacional, criando um deslocamento teórico e artificial entre “o local” e “o global”, o qual impede que tenhamos análises precisas sobre essas práticas sociais. A preferência pela metodologia relacional de Bourdieu (que versa pelo estudo, ao mesmo tempo, da estrutura e do indivíduo) pode fazer o pesquisador fugir de algumas armadilhas que certos estudos das relações internacionais trazem: essencialização e ahistoricismo; um falso dualismo entre construtivismo e pesquisa empírica; e uma oposição absoluta entre o coletivo e o individual. As ferramentas de análise campo e *habitus*, os quais são tanto coletivizados quanto individualizados, são úteis para os pesquisadores fugirem dessas armadilhas (BIGO, 2011). Dessa maneira, para análises sobre “o internacional”, é importante a não universalização de instrumentos de pesquisa como o próprio campo ou o *habitus*. Como afirmamos anteriormente, esses são instrumentos metodológicos que só existem na imaginação do pesquisador e que, por isso, precisam ser constantemente testados na prática de pesquisa. A depender do objeto de análise, os instrumentos devem ser adaptados à realidade pesquisada. Conceitos como violência simbólica, campo e *habitus* não são ahistóricos, devem ser devidamente identificados e especificados. Nesse contexto, os estudos pela perspectiva de Bourdieu devem ser seguidos de um preciso e minucioso exame do objeto, com análises de discursos, prosopografias, entrevistas, etnografias, análises de dados estatísticos e análises sobre formação histórica dos diferentes tipos de capitais utilizados pelos agentes dos campos estudados. Portanto, uma análise mais precisa sobre o campo das relações internacionais carece de mais tempo de pesquisa e outros objetivos de estudo que não cabem neste trabalho. Embutida nesta análise, está aquela sobre os avanços que a proposta metodológica bourdiesiana apresenta para os atuais debates teóricos da disciplina das Relações Internacionais, um exercício de sociologia das relações internacionais que este trabalho pretende fazer parte, assim como propor a abertura de portas para futuras análises.

5. CAPITULO IV

NOÇÃO DE AUTONOMIA DO CAMPO DOS DIPLOMATAS: “INSULAMENTO DO ITAMARATY”?

Reencontramos, aqui, o problema, já abordado, colocado pela explicitação da verdade de instituições (ou de campos) cuja verdade é recusar a explicitação de sua verdade. De maneira mais simples: a explicitação leva a uma alteração destruidora quando toda a lógica do universo explicitado se apoia no tabu da explicitação (BOURDIEU, 2011a, p. 184).

A teoria bourdiesiana, como já visto, define os campos como espaços sociais dotados de autonomias relativas entre si. Da mesma forma, vimos também que o conceito de campo só é válido quando testado empiricamente. Por isso, ao falarmos sobre a autonomia de algum campo social, precisamos lembrar, nas palavras de Lebaron (2001), da “ausência de um método simples para determinar se um campo (...) é mais ou menos autônomo, e em relação a que outros campos sociais” (p. 13). A única forma de entender a autonomia relativa de um campo é atentando-se a análises dos dados empíricos que temos do campo em questão.

Um dos dados empíricos que aponta que o campo dos diplomatas apresenta alto grau de autonomia é a constatação da existência de linguagem própria dos agentes do campo em distinção a outros agentes de outros campos. Esse fato está claramente presente no campo, no qual constatamos pelo do acesso a documentos e discursos de diplomatas, acesso a outras análises sobre os diplomatas (Cf. MOURA, 2007; GOBO, 2016), além da experiência de trabalho de campo. O agente do campo dos diplomatas apresenta linguagem própria, na maior parte do tempo erudita e formal, com o uso de conceitos e expressões que circulam em seus círculos de convivência. Fazem uso da norma culta da língua, distanciada do uso coloquial dos que possuem pouco acúmulo de capital cultural. Isso se reflete também nas suas

expressões e comportamentos corporais, como posturas e utilização de roupas e acessórios de vestuário.²⁴

Outro fator que podemos apontar como contribuidor da autonomia do campo dos diplomatas é o caráter internacional que se atribui ao campo. Ao mesmo tempo em que verificamos especificidades que diferenciam o campo dos diplomatas brasileiros dos diplomatas de outras nacionalidades; existem semelhanças específicas entre eles, por exemplo, suas trajetórias históricas de formação. A formação dos campos dos diplomatas de qualquer nacionalidade se confunde com a trajetória de formação e consolidação do campo do poder local em “Estado”. Em outras palavras, a formação do campo dos diplomatas de qualquer país representa um dos requisitos iniciais para a organização institucional do Estado, já que um dos fatores sociais e historicamente estabelecidos para que um “Estado exista” é a relação deste com outros Estados, função “oficialmente” desempenhada pelo campo dos diplomatas. Dessa forma, o fato de o campo dos diplomatas ser um dos campos protagonistas do campo das relações internacionais, como já descrito, faz com que o campo dos diplomatas de diferentes nacionalidades tenha homologias estruturais que os aproximem e permitam sua inter-relação. Mas isso faz com que, ao mesmo tempo, produza distância em relação a outros campos e espaços sociais de âmbito local aos quais o campo dos diplomatas também tenha relações, contribuindo, assim, para elevar sua autonomia.

Mais um dado empírico que aponta para um alto grau de autonomia do campo dos diplomatas é o fato de haver uma definição clara, acordada socialmente, sobre a distinção de quem são os protagonistas do campo, ou seja, de quem são os diplomatas. A autonomia do campo se mostra elevada quando constatamos que essa definição passa, entre outras coisas, por um grande controle dos agentes do campo dos constrangimentos legais sobre as regras de entrada no campo, ou seja, sobre quem pode e quem não pode se dizer um(a) “diplomata”. No campo dos diplomatas, esse processo está atualmente definido pelas dinâmicas próprias do campo, controlado pelos seus agentes. Para qualquer um(a) se dizer ser um(a) diplomata e, portanto, estar imerso em todo o universo simbólico que isso representa, este(a) deve estar ligado(a) institucionalmente ao Itamaraty, o que significa ter passado por uma trajetória definida e controlada quase que exclusivamente pelos agentes do campo dos diplomatas e suas disputas internas.

²⁴ Uma descrição completa e fidedigna sobre os traços comportamentais específicos dos agentes do campo e, principalmente, sobre a transformação que um agente iniciante do campo apresenta ao longo de sua sociabilidade no IRBr, pode ser visto na etnografia de Moura (2007).

Esse elemento aponta para uma distinção do campo dos diplomatas em relação a outros campos, por exemplo, o dos economistas (LEBARON, 2001) ou dos jornalistas (PEDROSO NETO, 2015), para os quais a definição teórica dos que fazem parte do campo é socialmente mais fluída e não necessariamente está ligada a mecanismos institucionais consolidados, como a posse de diplomas universitários ou sentido de pertencimento a alguma instituição em específico. Nesse caso, podemos dizer que o campo dos diplomatas se aproxima de outros campos como o dos médicos ou dos agentes do direito (ENGELMAN, 2006), que têm a autonomia construída histórico e socialmente por meio da lógica própria desses campos. Esses elementos de autonomia são consolidados em função de mecanismos institucionais, materializados em ações de entidades classistas, como a OAB e o Conselho Federal de Medicina. Todavia, as semelhanças do campo dos diplomatas com os campos dos médicos e dos operadores do direito são limitadas, já que o ingresso no campo dos diplomatas passa necessariamente pelo pertencimento institucionalizado a um “poder público”. Além disso, o capital escolar necessário para o ingresso no campo dos diplomatas é diferente, e as regras explicitadas do campo determinam que o agente seja proprietário de um capital escolar acadêmico para ingresso, mas este não precisa ser específico (diferente do advogado que deve ser formado em direito ou o médico, em medicina) – embora vejamos adiante que o processo de escolha dos novos agentes do campo dos diplomatas define na prática a seleção de um *habitus* pré-determinado, não explícito nas regras institucionais, que passa pela posse, entre outros, de específicos diplomas de cursos acadêmicos. Outra diferença é que a inserção no campo dos diplomatas não se dá em função da passagem dos agentes por uma “escola” de formação e capacitação na especificidade da atuação do diplomata; essa passagem acontece imediatamente após a entrada do agente no campo, o IRBr.

Apesar desses dados empíricos fornecerem a noção de que o campo dos diplomatas se caracteriza por ter um alto grau de autonomia, a teoria dos campos indica que essa autonomia é relativa. Ou seja, um campo é sempre mais ou menos autônomo em relação aos outros campos sociais. Para o campo dos diplomatas, entende-se que essa condição de autonomia seja relativa quando se verifica um dado empírico também importante: a lógica de funcionamento do controle e disputas sobre a noção de excelência do campo. Como já visto, a noção de excelência do campo dos diplomatas passa pela dinâmica de definição de ascensão na hierarquia do campo. Em outras palavras, os processos de promoção de cargo são os indícios mais claros de que os agentes conseguem cumprir os requisitos de excelência definidos pela lógica própria do campo. Verificamos que o acúmulo de capital social (convertido em capital simbólico) por parte dos agentes do campo é o principal fator que

define suas ascensões na hierarquia interna. Porém as fontes desse capital social são diferentes à medida que os agentes avançam rumo ao topo da hierarquia. Vimos também que o capital político é a fonte mais importante de capital social para que os agentes ascendam ao cargo mais alto do campo, o que mostra a influência da lógica do campo político sobre o campo dos diplomatas. Essa característica indica que a autonomia do campo dos diplomatas é menor quando verificamos sua relação com o campo político. Nesse caso, o campo dos diplomatas mostra pouca autonomia diante do campo político.

A constatação empírica da característica da relação do campo dos diplomatas com o campo político levou à reflexão, já iniciada anteriormente neste trabalho, sobre o conceito de “insulamento do Itamaraty”. Esse é um conceito presente em vários estudos sobre o MRE²⁵, uma vez que descreve o que seria uma das principais características da formulação da política externa brasileira. Quanto ao insulamento do Itamaraty, entende-se o protagonismo quase exclusivo da instituição segundo sua formulação e aplicação da política externa brasileira ao longo da história. A essa ideia atribui-se a característica do Itamaraty de ser uma “ilha”, isolada do jogo de “disputas ideológicas” que se realizam no âmbito do campo político, no qual os diplomatas estão a serviço do Estado-nação, e não dos governos que se sucedem ao longo do tempo. Segundo essa ideia, “a diplomacia” funcionaria como um corpo ideologicamente homogêneo formado por profissionais técnicos eficientes e bem preparados, selecionados com base em critérios meritocráticos e com atuação independente em relação a disputas político partidárias que podem ocorrer principalmente no âmbito do poder executivo nacional. Ou seja, a diplomacia como instituição singular e uniforme seria inatingível às intempéries próprias dos resultados das disputas eleitorais. Embora outros estudos apontem para um crescimento, desde a década de 1990, da atuação de outros agentes “de fora” do campo dos diplomatas na política externa brasileira, como os agentes ligados ao poder legislativo federal e outros agentes do poder executivo federal (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FARIA, 2008; GOBO, 2010), o insulamento do Itamaraty ainda é percebido como uma “constatação cientificamente provada”.

As justificativas para essa noção de autonomia do Itamaraty, ou do “corpo diplomático” de sentido homogêneo, perante os demais campos sociais, principalmente ao campo político, passam por explicações diversas, como: a falta de interesse dos agentes do poder legislativo pelos assuntos internacionais, já que esses assuntos teriam pouca validade para seu sucesso eleitoral (PINHEIRO, 2004) ou mesmo a Constituição de 1988, que

²⁵ Cf. OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FIGUEIRA, 2010a; FIGUEIRA, 2010b; FARIA, 2008, entre outros.

consolida a predominância do poder executivo para a formulação e implementação da política internacional brasileira (FARIA, 2008). Um contraponto a essas explicações está no trabalho de Gobo (2010). A autora procura encontrar explicações para o insulamento do Itamaraty em elementos que vão além do desinteresse político eleitoral e as regras jurídico institucionais. Essas explicações seriam baseadas na dinâmica da organização do campo dos diplomatas e na formação do *habitus* do diplomata. Segundo Gobo (*Op. cit.*), o *habitus* do diplomata favorece a não apropriação dos assuntos diplomáticos por agentes “de fora” do campo dos diplomatas.²⁶ Nesse ponto, a autora ressalta a importância do papel do IRBr na formação do *habitus* e a determinação do campo dos diplomatas. Para ela, tornar-se diplomata não significa alcançar um cargo público por meio de um concurso, ou aprender determinadas técnicas de uma profissão, mas, sim, fazer parte de um processo de apreensão das regras e participar da formação do *habitus* presente no campo. Contudo, mesmo tendo em Gobo (2010) uma análise mais precisa sobre a noção do alto grau de autonomia que o campo dos diplomatas apresenta, propomos que essa noção seja diferenciada da ideia de “insulamento do Itamaraty”, tal qual é utilizada nas pesquisas sobre os diplomatas. Questionamos, então, a validade empírica do “insulamento do Itamaraty” segundo os elementos de pesquisa já colocados. Nesse contexto, procuramos analisar como se construiu a aplicação desse conceito no meio acadêmico, ou seja, resolvemos iniciar a investigação em uma etapa anterior ao uso deste que é um conceito muito difundido em pesquisas acadêmicas sobre o MRE.

Iniciamos a análise com os trabalhos de Zairo Cheibub (1984, 1985, 1989). Esses são estudos que se tornaram referência em diversos trabalhos acadêmicos sobre os diplomatas, de diferentes abordagens teóricas, alguns até divergentes. Por ser uma fonte de dados quantitativos sobre diplomatas difíceis de serem encontrados e sistematizados, os estudos de Cheibub já se consolidaram no campo acadêmico. De certo modo, tornaram-se ponto obrigatório, mesmo para se assumir uma postura crítica sobre suas análises quando se pretende falar sobre as condições de formação histórica do MRE como instituição, suas transformações ao longo do tempo e os reflexos na política externa brasileira. Cheibub (1984), logo nas primeiras linhas do trabalho, deixa claro uma de suas conclusões, a de que

“a diplomacia brasileira passa por um processo de fortalecimento crescente ao longo da história de formação do Estado Nacional (...) fortalecimento [que] tende a aumentar progressivamente não apenas a capacidade de controle desses atores na condução da política externa, mas também na sua própria formulação. Os diplomatas (...) tendem a adquirir uma autonomia crescente tanto em relação ao

²⁶ Essa ideia também está presente, em partes, em CHARLE (2001), sobre a circulação de informações de ações guiadas pelo *habitus* dos diplomatas europeus nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial.

sistema social quanto a segmentos particulares desse sistema e do próprio aparelho estatal”. (CHEIBUB, 1984, p. 113-14).

O “insulamento do Itamaraty” ganhou força no campo acadêmico com as análises de Cheibub. O autor divide em três fases o processo de formação do Itamaraty, onde se pode notar claramente a influência weberiana do trabalho: 1ª fase: de 1822 até o final do século XIX. Período “patrimonial”, quando, segundo o autor, a instituição que era responsável pela política externa brasileira não se diferenciava aos diplomatas que a faziam, no qual o aparato estatal se confundia com as relações pessoais da elite imperial brasileira; 2ª fase: os primeiros anos do século XX. Período “carismático”, quando, para Cheibub, o Barão do Rio Branco começara a romper, em partes, com as estruturas tradicionais da diplomacia do império e inaugurara uma nova fase na diplomacia brasileira, uma fase de transição e instabilidade que foi caracterizada por sua liderança carismática; e 3ª fase: do final da década de 1910 até a década de 1980. Período “burocrático-racional”, quando ocorrem as reformas administrativas decisivas no Itamaraty, dando à instituição um aparato estatal de impessoalidade técnico-burocrática. Concordamos com as críticas de Gobo (2013) e Monteiro (2007) quando observam, por exemplo, que as análises do autor são focadas mais nas rupturas históricas da formação institucional do MRE do que nas continuidades das dinâmicas simbólicas de atuação inerentes ao campo dos diplomatas ao longo do tempo. Entretanto, não avançaremos aqui nessas críticas. Para esta análise, cabe dizer que a conclusão de Cheibub sobre a crescente autonomia dos diplomatas passaria pelo processo de “evolução” do Itamaraty rumo a um corpo diplomático meritocrático, formado por profissionais técnicos especialistas na execução da política externa brasileira, autônomos em relação as intempéries das disputas político ideológicas – ideia implícita no conceito de “insulamento do Itamaraty”.

De modo geral, os trabalhos de Cheibub representam um importante fator da difusão e consolidação da ideia de “insulamento do Itamaraty” como constatação teórica acadêmica. Precisamos, todavia, compreender esse processo de consolidação do conceito para além de uma produção acadêmica em si, mesmo tratando-se de uma pesquisa “clássica” e muito difundida, que compõe o arcabouço teórico de quase todas as análises sobre os diplomatas brasileiros. As conclusões teóricas que Cheibub ajudou a difundir no meio acadêmico fazem parte de um complexo aparato simbólico de criação e consolidação de um tipo hegemônico, no campo dos diplomatas, de visão e divisão de mundo que se impõe sobre outras formas de visão e divisão a partir das lutas e disputas dos agentes do campo. Assim, a ideia de “insulamento do Itamaraty” é a materialização teórica acadêmica de um dos principais valores morais do campo dos diplomatas. Constatamos empiricamente esse valor

moral do campo no início deste trabalho: as disputas dos diplomatas na mídia, o “escândalo” que revelou a guerra cultural travada nos bastidores do campo e que deram início a esta pesquisa. O fato escandalizado apontado pela revista (Cf. Cap. 1, item 2.7), diz que: “há um sentimento generalizado de que hoje os diplomatas são promovidos de acordo com suas afinidades políticas e ideológicas, e não por competência” (CABRAL, 2007).

O exercício de objetivação dessa moral do campo passa por entender como aconteceu o processo de construção social desse valor, já que tomamos como princípio que esse não era um dado “natural” do campo dos diplomatas. Os trabalhos de Cheibub, sua consolidação no meio acadêmico e sua reprodução da ideia de “insulamento do Itamaraty” ajudam a entender esse processo. Por outro lado, identificamos também que os trabalhos de Cheibub (e de muitos outros depois dele) são elementos derivados das lutas do campo dos diplomatas. Para exemplificar esse ponto, tomamos os eventos datados no início dos anos 1930, período que está relacionado à origem da ideia de “insulamento”, quando Getúlio Vargas assumiu a chefia, de forma centralizada, do poder executivo federal. Nessa época, foram iniciadas reformas no aparato burocrático da administração estatal brasileira. Essas reformas tinham a pretensão de “modernizar” todo o aparato burocrático a partir da criação de “burocracias profissionais e meritocráticas” do Estado (ABRUCIO *et al.*, 2010). Um dos símbolos desse processo foi a criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, que serviu principalmente para centralizar a organização do funcionamento do serviço público federal. Os funcionários do DASP eram técnicos que, em sua maioria, haviam feito intercâmbio em escolas dos EUA e traziam para o país a responsabilidade de “diminuir a ineficiência do funcionalismo público federal e reorganizar a administração pública” (RABELO, 2011). O impacto da criação do DASP para o campo dos diplomatas foi que os concursos públicos para seleção de entrada na carreira diplomática, que eram organizados pelos diplomatas, ficaram sob a responsabilidade do DASP, assim como ocorreu com outros concursos públicos de outras carreiras federais. Esses acontecimentos serão melhor descritos mais adiante neste trabalho, cabendo apontar agora que o resultado disso foi a criação do IRBr, em 1945, como resposta do campo dos diplomatas à intervenção externa ao funcionamento do campo. A dinâmica de acomodação dos diversos grupos de pressão ao governo de Getúlio Vargas estava embutida no processo de “modernização meritocrática do Estado”. A criação do DASP, um órgão que centralizava as regras de nomeação de novos agentes no aparato burocrático administrativo do Estado brasileiro, permitia que Vargas e seu grupo tivessem maior controle sob as indicações dos funcionários dos mais diversos setores da administração pública federal. O processo de “modernizar” a administração do Estado no

período varguista tinha como fim eliminar o “personalismo e clientelismo de modelo patrimonial” que existia nas diversas repartições da administração pública do governo federal brasileiro antes da década de 1930. Após as reformas administrativas varguistas, o modelo patrimonial, antes difuso, foi centralizado, mas não eliminado (ABRUCIO *et al.*, 2010). É a esse contexto que Abrucio *et al.* (2010) atribui o surgimento do conceito de insulamento: “o poder político blindou as agências daspianas, instrumento modernizador do Estado, do clientelismo, criando as ‘ilhas de excelência’ – daí a palavra insulamento – protegidas do jogo político estabelecido com os setores mais atrasados” (p. 42).

Nunes (1997) também colocou que o sentido de “insulamento” é proveniente das “ilhas de excelência” que representavam as agências do DASP. Essas “ilhas” aludiam a um processo de rompimento com os setores que representavam o modelo de clientelismo do antigo Estado pré-Vargas, que atrapalhavam a criação do moderno Estado meritocrático, de inspiração nos EUA, que as reformas varguistas estavam implementando. Com o tempo, os “bolsões de excelência” ou “ilhas de excelência” se referiam à ideia dos aparatos do Estado cujos cargos não estavam à disposição do balcão de negociações do jogo político, estavam “protegidos” ou “insulados”. Entretanto, como já visto, o sentido de “proteção” de negociações do jogo político que a ideia de insulamento acabou difundindo não significa que o objeto “insulado” está fora do jogo jogado no campo político. Logo, a noção de “insulamento” faz parte da disputa semântica embutida na ideia de oposição entre a “política partidária clientelista irracional” vs. “a meritocracia do tecnicismo racionalizado”:

[...] ao contrário da retórica de seus patrocinadores, o insulamento burocrático não é de forma nenhuma um processo técnico e apolítico: agências e grupos competem entre si pela alocação de valores alternativos; coalizões políticas são firmadas com grupos e atores fora da arena administrativa, com o objetivo de garantir a exequibilidade dos projetos; partidos políticos são bajulados para proteger projetos no Congresso (NUNES, 1997, p. 35).

A partir desta análise sobre a difusão da ideia de “insulamento do Itamaraty”, verificamos, portanto, outro dado empírico que se pode atribuir ao alto grau de autonomia do campo dos diplomatas: a capacidade do campo de impor seus princípios hegemônicos de visão e divisão do mundo social para outros campos, como o acadêmico, por exemplo. A origem do pensamento de que “a diplomacia” tem a primazia do pensar e agir a política externa brasileira, independentemente dos jogos do campo político, e de que “o Itamaraty” seja “insulado” e, portanto, “apolítico”, antes de ser de ordem institucional ou burocrática, é de ordem simbólica. A difusão desse pensamento para além das fronteiras do campo dos

diplomatas colabora na consolidação simbólica da autonomia do campo. A maior ou menor capacidade dos agentes do campo dos diplomatas de influenciar e de incorporar seus conceitos e visões de mundo em lógicas de funcionamento de outros campos, como o campo acadêmico, é construída ao longo do tempo de consolidação do campo. Como veremos adiante, os agentes do campo dos diplomatas têm o controle da seleção, recrutamento e treinamento de seus agentes, além disso o campo tem uma grande produção acadêmica e difusão de conhecimento sobre política externa segundo o ponto de vista dos agentes do campo.

Note-se que este trabalho não pretende investigar a fundo a relação do campo dos diplomatas com o campo acadêmico. No entanto, poderíamos sugerir que o conceito de “insulamento do Itamaraty” faça parte do contexto de disputa interna do campo dos diplomatas, que extrapola as fronteiras do campo em si. Como indício desse processo, tem-se a produção recente de trabalhos acadêmicos que versam sobre a negação desse conceito. Nessa produção, a ideia difundida é de que a formulação e execução da política externa brasileira (abreviada doravante por PEB) não seria feita de forma apolítica, muito menos de forma exclusiva pelos diplomatas. A política externa não estaria livre dos jogos político partidários, muito menos, de *lobbies* de grupos empresariais e partidos políticos. A essa ideia aplica-se o conceito “PEB como política pública”, no sentido de que seja necessário “abrir a caixa preta do Itamaraty” para que a política externa seja vista como uma política pública (mesmo que *sui generis*), destinada ao (e passível de interferência do) “público”.²⁷

Pode-se dizer, portanto, que a oposição “insulamento do MRE” vs. “PEB como política pública” é a materialização no campo acadêmico de disputas do campo dos diplomatas. Essas disputas dependem de configurações do campo que estão passíveis de mudanças de tempos em tempos. Entretanto, seriam necessários mais investimentos de tempo e recursos de pesquisa para concluir que as disputas entre grupos de diplomatas estão relacionadas com as disputas entre pesquisadores que analisam especificamente esse par de oposição conceitual do campo acadêmico. Essa abordagem desviaria o foco desta pesquisa, que visa tão somente a relação do campo dos diplomatas com o campo político. Note-se, porém, que a metodologia relacional da teoria dos campos aponta essas relações do campo analisado com outros campos, afinal de contas, o campo é constituído por suas relações com outros campos. Essa característica metodológica leva nossas análises a desvendar um emaranhado de relações do campo analisado para entender sua lógica de funcionamento e

²⁷ Ver PINHEIRO; MILANI (2012, 2013); MILANI (2015), OLIVEIRA; MILANI (2012); e publicações da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip: <<http://www.rebrip.org.br/>> (Último acesso em: jun. 2017).

dinâmica de atuação de seus agentes. A verificação das hipóteses acima citadas poderia ser feita em pesquisas futuras sobre a relação do campo dos diplomatas com o campo acadêmico, contudo podemos apontar (como já o fizemos) que o jogo de disputas do campo dos diplomatas não se restringe apenas à ação dos diplomatas em si, embora esses agentes sejam os protagonistas do campo.

Nesse contexto, propomos que as análises sobre as características de autonomia de ação do campo dos diplomatas não levem à ideia de “insulamento do Itamaraty”. Para que isso não seja feito, é necessário que se aplique a metodologia de pesquisa que compreende os diplomatas como campo dos diplomatas. Dessa maneira, o alto grau de autonomia que o campo apresenta empiricamente não vai ser concluído teoricamente com uma noção equivocada de ação independente de uma “instituição”, que carregue um sentido homogêneo na sua composição. A noção de campo, por ser, na sua essência, relacional, ajuda o pesquisador a enxergar primeiramente os conflitos e contradições internas a uma “instituição”. Isso permite que o pesquisador perceba como relativo o grau de autonomia com que um campo se apresenta, mesmo que seja um grau elevado de autonomia em geral, como do campo dos diplomatas. Como visto, em relação ao campo político, o campo dos diplomatas apresenta um grau baixo de autonomia, diferente da sua relação com o campo acadêmico, por exemplo.

A reflexão sobre o “insulamento do Itamaraty” significou, para nossa pesquisa, encontrar uma relação direta entre nossa pretensão de objetivação de uma questão moral do campo dos diplomatas com a análise sobre o jogo das disputas pela influência nas regras do processo seletivo de entrada no campo. Esse elo está representado pela trajetória de formação do IRBr, que, como vimos anteriormente, está diretamente relacionado a criação do DASP pelo governo do presidente Getúlio Vargas.

5.1. Autonomia relativa do campo dos diplomatas: uma construção histórica

O foco de nossa pesquisa, como já mencionado, é analisar o campo dos diplomatas e sua relação com o campo político. Essa análise apontou a necessidade de se definir a autonomia (sempre relativa) do campo dos diplomatas, principalmente em relação ao campo político. A dinâmica de nomeações para os cargos de alto escalão da hierarquia do campo é um elemento importante desta relação, e nos ajuda a ter a noção da autonomia do campo dos diplomatas. Ainda como foco de análise, há o jogo do campo que envolve as alterações do processo de seleção de novos agentes. “A porta de entrada” do campo que,

como será visto adiante, está sob o controle dos agentes do campo. Esta é uma situação dinâmica que envolve disputas internas e externas ao campo que devem ser situadas de acordo com a perspectiva histórica.

A dinâmica de seleção dos novos agentes do campo dos diplomatas, construída ao longo das décadas junto com o processo de formação e consolidação do campo, foi marcada pela criação do IRBr, em 1945, ano do centenário de nascimento do Barão de Rio Branco. Os objetivos do IRBr são de recrutamento, formação e aperfeiçoamento de diplomatas, além de ser um núcleo de estudos sobre diplomacia e relações internacionais. O processo de seleção de novos diplomatas pela instituição ocorre anualmente desde 1946 e, em algumas ocasiões, aconteceram até mais de uma vez por ano. Além do processo seletivo e formação inicial dos recém diplomatas, o IRBr é responsável pelos cursos obrigatórios para que os diplomatas consigam ascensão na carreira: Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE). O IRBr é responsável também por selecionar anualmente bolsistas para o Programa de Ações Afirmativas: custeio de bolsas para que candidatos afrodescendentes se preparem para participar do processo de seleção.

Antes da criação do IRBr, o processo de seleção de novos diplomatas ocorria sem a centralização de uma instituição específica responsável para tal, com exceção de um curto período de tempo durante o governo de Getúlio Vargas. Como vimos anteriormente, foi no primeiro governo de Vargas que foram criadas as condições para tratar como política pública centralizada o processo de recrutamento de funcionalismo público federal. O marco desse processo foi a criação do DASP, em 1938, que ficou responsável pelo processo de seleção de novos funcionários em vários órgãos ligados à administração pública federal, por exemplo, o MRE. Em 1945, porém, com a criação do IRBr, os diplomatas recuperaram o controle sobre o processo de entrada de novos agentes no campo. O IRBr representa, portanto, a manutenção do monopólio, pelos agentes do campo, do controle pelas definições das regras e dinâmicas que envolvem a seleção de entrada de novos agentes no campo. Esse monopólio não é uma condição “natural” característica do campo dos diplomatas, é uma situação que, quando analisada em perspectiva histórica, mostra-se em constante disputa, principalmente entre o campo dos diplomatas e o campo político. A criação do IRBr ocorreu, talvez, em um momento em que esse monopólio estava mais ameaçado. Pode-se dizer que o IRBr é um dos exemplos empíricos da capacidade do campo dos diplomatas de adaptar-se para se proteger de interferências externas na sua dinâmica de funcionamento, ou seja, na capacidade de “se modificar para se manter”. A interpretação oficial sobre o período anterior à criação do IRBr e

à interferência externa no campo dos diplomatas sobre a entrada de novos agentes pode ser representada por este trecho do Anuário do Instituto Rio Branco 2015 (BRASIL, 2016):

“No caso específico da carreira diplomática, a sistematização de seu recrutamento e treinamento dar-se-ia somente com a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, muito embora a seleção de quadros viesse ocorrendo, decerto com alguma irregularidade, carência de procedimento e fora do âmbito do Ministério das Relações Exteriores.” (p. 14).

Existem alguns trabalhos que contam a história de formação do Itamaraty, entre os mais difundidos estão os de Cheibub (1984, 1985, 1989), já mencionados anteriormente. Monteiro (2007) e Gobo (2016) também contam esta história com a ênfase na capacidade, citada acima, do campo dos diplomatas de “se modificar para se manter”. As autoras mostram como esta capacidade se mostrou mais explícita no período de mudança do Brasil monárquico para o Brasil republicano, no final do século XIX e início do XX, quando os diplomatas se mantiveram muito influentes na determinação dos rumos do Estado republicano, mesmo mantendo características marcantes de uma instituição monárquica.

Outro exemplo desta capacidade é contado por Moura (2007) quando descreve a mudança da sede do Itamaraty do Rio de Janeiro para Brasília, em 1970 – o MRE foi o último ministério a sair da antiga capital do país e se mudar para a nova, que havia sido inaugurada em 1960. A autora mostra que junto à esta mudança territorial e, portanto, impactante para o tipo de trajetória traçada pelo campo e seus agentes ao longo das décadas, observou-se a criação de uma série de rituais e símbolos que foram se consolidando na “tradição” do campo, no sentido de trajetória histórica, identidade e pertencimento, condições que representaram a capacidade de adaptação e a incorporação do campo à mudança de território que passara. Castro (2009) também traz uma detalhada narrativa sobre o MRE a partir de suas mudanças institucionais marcadas nas legislações e regimentos que foram elaborados ao longo das décadas para este que é um dos mais antigos ministérios do Estado brasileiro.

O Anuário do Instituto Rio Branco (2015) também foi utilizado em nossas análises como fonte de dados oficiais da instituição sobre sua própria história. Além de relatar as atividades do IRBr no ano de 2015, o Anuário traz dados complementares sobre a história do Instituto, fazendo parte das comemorações dos seus setenta anos. Esse documento fez parte de continuação dos esforços de se manter regular a confecção de anuários, que foi retomado em 2013 depois de um hiato entre 1991 e 2012. O Anuário do IRBr começou a ser publicado em 1951 e foi regularmente confeccionado até 1990.

A partir destes e outros trabalhos históricos (FREYRE, 2010 e CARVALHO, 1996 e 2012), podemos dizer que o lugar dos diplomatas, tanto em relação ao campo do poder como ao campo político brasileiro, foram de destaque e protagonismo. Em comparação a seus pares responsáveis por postos da administração do aparato estatal brasileiro, os diplomatas, em grande parte da história, foram agentes dotados de prestígio. Isso se deve ao fato de que a formação do seu campo se confunde com a consolidação do campo do poder brasileiro, pelo qual chamamos de Estado brasileiro. Além disso, nas primeiras décadas da história da formação do Estado brasileiro (e ainda hoje), os diplomatas eram agentes que acumulavam raro capital escolar, econômico e familiar entre os que compunham a administração da recém-formada burocracia do Estado.

“A Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos com elevado número de diplomatas entre imortais ou sócios, são espaços de consagração para literatos, historiadores, geográficos, memorialistas, poetas, tradutores, ou seja, para aqueles que, durante o tempo na carreira, também se dedicaram a outras atividades”. (GOBO, 2016, p. 220).

Essa característica dos agentes do campo dos diplomatas ajuda a entender o grau de autonomia que o campo foi construindo ao longo dos anos em relação a outros campos sociais. Já em relação ao campo político, essa autonomia passou por processos dinâmicos de aumento e diminuição, a depender do contexto das disputas entre os campos e de suas lutas internas. Podemos ter alguma noção desses processos pela retomada da trajetória do campo focada aqui em dois aspectos: a formulação das regras institucionais para a seleção de novos agentes (aspecto privilegiado nesta análise) e para a ascensão na hierarquia do campo.

5.1.1. Período anterior a fundação do IRBr

A tentativa de formar um padrão de recrutamento de agentes do campo dos diplomatas é registrada desde a época de início de formação do campo, que se confunde com o início da formação do Estado brasileiro, ainda nos primeiros anos pós-independência, no começo do século XIX. Há registros de que os ministros responsáveis pela então Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros tenham apontado a necessidade de “prover o serviço diplomático do Brasil com pessoal idôneo e capaz” (BRASIL, 2016, p. 14). Em 1834, foi criado o primeiro Regimento Consular,²⁸ que registrava, entre outras normas, a necessidade de o funcionário do serviço diplomático brasileiro se fazer “acreditar por uma conduta regular,

²⁸ Antes dessa data, os cônsules brasileiros seguiam as instruções da junta de comercio de Lisboa, de 1789.

perícia nas línguas francesa e inglesa, conhecimento do direito mercantil e marítimo, e dos usos e estilo do comércio” (BRASIL, 2016, p. 14). Em 1842, registra-se a primeira tentativa de recrutamento de agentes do campo por meio de um processo seletivo. Para ser habilitado, o aspirante ao serviço de diplomata precisava “demonstrar conhecimentos de gramática, ortografia, aritmética, direito internacional, geografia, latim, francês e inglês, para além de uma boa caligrafia” (BRASIL, 2016; CASTRO, 2009). Mesmo assim, antes da segunda metade do século XIX, vale destacar a noção de como eram difusas e não explícitas as regras para fazer parte do campo dos diplomatas e para ascender na carreira naquela época:

Como não estavam ainda perfeitamente regulamentadas as carreiras diplomática, consular e burocrática, o provimento dos cargos ou ‘lugares’ iniciais era, a maior parte das vezes, feito mediante provas de habilitação, mas os de nível intermediário, ou mais alto poderiam ser preenchidos por simples ato do Governo. A hierarquia era rígida e o Governo se fazia presente por atos arbitrários ou de magnanimidade. A ascensão funcional era imprevisível (CASTRO, 2009, p. 94).²⁹

A partir de 1851, as regras começaram a ser estabelecidas por meio de leis e decretos que marcaram a organização interna do campo dos diplomatas. São textos jurídicos que objetivaram organizar sistematicamente a carreira dos agentes do campo, ou do “Corpo Diplomático Brasileiro” – expressão utilizada oficialmente em lei de 1852 (CASTRO, 2009 p. 93). Para os funcionários de nível inicial da carreira, as leis determinavam a preferência aos “bacharéis formados nos cursos jurídicos do Império, e aos graduados em academias ou universidades estrangeiras que mais versados se mostrarem em línguas. Mencionava, ainda, que, para os que não possuíssem aquelas qualificações, dever-se-ia proceder à habilitação por intermédio de exames” (BRASIL, 2016, p. 14). Por conta disso, em 1852 foi criado o concurso público para preenchimento dos cargos da base da hierarquia do campo, lembrando que faziam os exames os que não se encaixavam no perfil de preferência oficial do campo, descrito acima.

Nas décadas seguintes, a trajetória do campo dos diplomatas foi marcada pela proclamação da república (1889) e pela gestão do Ministério pelo Barão de Rio Branco (1902-1912), figura construída como emblemática no campo e que foi uma das responsáveis pelo processo, citado acima, de adaptação do campo dos diplomatas ao modelo republicano de Estado. Ainda em 1859, aplicou-se mais uma série de reformas no Ministério. No que tange

²⁹ A ascensão funcional dos agentes do campo dos diplomatas é classificada como “imprevisível” pelo autor da valorosa fonte de dados citada, pois ele se baseia em uma densa pesquisa de documentos jurídicos sobre a trajetória de organização do campo. Portanto, nesse caso, a “imprecisão” da ascensão dos agentes do campo da época valia-se do ponto de vista burocrático-racional, das regras institucionais. As regras de ascensão na carreira naquela época eram definidas e em outras instâncias que não as jurídicas previstas na burocracia estatal.

às regras de entrada de novos agentes ao campo, foi dispensada a necessidade de realização de concursos públicos. Entretanto, os concursos retornaram em 1862, com a ressalva de dispensa de realização do exame os bacharéis e os graduados em direito nas academias ou universidades estrangeiras (CASTRO, 2009, p. 120). Com a proclamação da república, o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ser denominado Ministério das Relações Exteriores, passando, assim, por mais algumas reformas administrativas ao longo dos anos. O acesso a novos no campo, porém, continuou previsto por concurso, com exceção ainda dos formados em direito. Cabe ressaltar que as regras de nomeação de agentes para ocuparem os cargos mais altos na hierarquia do campo se mantiveram as mesmas em relação à época da monarquia (garantidas na reforma de 1852, mencionada anteriormente): a nomeação era feita por intervenção do chefe do governo federal e previa-se que fosse dada a preferência para agentes do campo, “aos empregados de categoria imediatamente inferior, que fossem mais hábeis e zelosos. Somente no caso da inexistência de empregado habilitado poderia o Governo nomear para o cargo de Diretor de Seção pessoa estranha” (CASTRO, 2009, p. 155). Percebe-se que, em relação às regras institucionais explicitadas, a dinâmica de seleção de novos agentes e o processo de escolha de agente do campo para ascender na hierarquia se manteve a mesma na passagem da monarquia para a república: minimamente um controle interno dos agentes da “porta de entrada” do campo e dependência da relação com o campo político para a definição dos que ascenderiam na hierarquia interna.

Na primeira metade do século XX, o MRE continuou se modificando, acompanhando as transformações no Estado. Em 1920, pela primeira vez, os exames de concursos para a entrada de novos agentes no campo tiveram os mesmos procedimentos para as então três carreiras: na secretaria de Estado e no corpo diplomático e consular.³⁰ Nessa época começou a ser explícita nos textos jurídicos a preocupação com o caráter “meritocrático” dos concursos elaborados:

“O artigo 20 [do referendo de 12 de março de 1920] advertia, entretanto, que estariam incompatibilizados os examinadores que tivessem qualquer parentesco impediente, ligações de dependência ou de notória amizade com algum dos candidatos. Se, por outro lado, revelassem notória parcialidade, exagerada

³⁰ No campo dos diplomatas existiam três carreiras quase distintas aos agentes: as carreiras dos funcionários da Secretaria de Estado e as dos Serviços Diplomático ou Consular. Enquanto aos primeiros cabia o serviço diplomático em território nacional, os segundos eram incumbidos de representar o país no exterior, tendo sua residência fora do país (estes últimos subdivididos em duas carreiras, os cônsules e os diplomatas, porém mais próximos entre si. Essa estrutura de atuação dos agentes continua até hoje, porém, com a fusão das três carreiras em uma única, a partir de 1938. Antes dessa data, os funcionários de carreiras diferentes traçavam trajetórias distintas, com raras exceções.

benevolência ou cometessem atos irregulares ou ilegais, seriam dispensados e substituídos por outros” (CASTRO, 2009, p. 294).

As regras no ministério relativas à entrada de novos agentes ao campo e ascensão na hierarquia interna tiveram importantes modificações no período pós-1930, durante o governo Getúlio Vargas. Foi um período de reformas impactantes na burocracia estatal em geral, e o Ministério das Relações Exteriores não ficou alheio a essa reformulação. Em 1931, entre outras medidas importantes para a reformulação do Ministério, foi o início do processo de unificação das três carreiras do campo. Os exames de concursos para aprovação da entrada de novos agentes no campo foram mantidos, determinou-se que esses novos agentes deveriam fazer um estágio preparatório de dois anos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Com isso, em 1934, foi criado o “Curso de Aperfeiçoamento nos Serviços Diplomático e Consular”, condição que se mostraria favorável para a criação do futuro IRBr. Além dos novos agentes, o curso deveria ser frequentado também pelos que almejavam promoção na carreira. Vale destacar ainda outro ponto das reformulações de 1934, referente às mudanças de regras para escolha de membros do alto escalão do Ministério: “O cargo de Embaixador passou a ser provido, em comissão, por livre escolha do Poder Executivo, por Ministros Plenipotenciários de 1ª Classe³¹, ou por pessoas não pertencentes à carreira, maiores de 35 anos, de notória aptidão e que houvessem prestado serviços notáveis ao Brasil. Estes últimos teriam sua missão terminada com o mandato do Chefe de Estado que os houvesse escolhido” (CASTRO, 2009, p. 337). Portanto, ao mesmo tempo que se consolidava institucionalmente o controle por parte do campo da porta de entrada e formação para novos agentes, consolidava-se institucionalmente também a interferência do campo político na dinâmica de promoção na carreira, com a possibilidade do chefe do poder executivo escolher alguém “de fora” do campo para ocupar o cargo mais alto da hierarquia.

O processo de centralização e controle sob o funcionalismo público por parte do governo federal aumentou. Em 1936 foi criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil e reajustado os quadros, funções e vencimentos de todo funcionalismo público. Adotando conceitos da ciência administrativa, as medidas adotadas pelo governo Vargas representaram uma completa reestruturação das carreiras, quadros e cargos dos Ministérios. Castro (2009) observa que

“[o] Conselho Federal do Serviço Público Civil, formado de cinco membros, com conhecimentos especializados em matéria de organização científica do trabalho e de

³¹ Na época, esse era o cargo logo abaixo do Embaixador, portanto, segundo na hierarquia da carreira.

administração em geral, e as Comissões de Eficiência, criadas em cada Ministério para estudar, permanentemente, a organização dos serviços a fim de aumentar-lhes o rendimento, propor movimentação nos quadros e promoções, constituíram órgãos básicos responsáveis pelas modificações de estrutura na máquina administrativa do Poder Executivo” (p. 352).

O processo de fusão das carreiras de secretaria de Estado que fora iniciado em 1936 estaria completo em 1938: carreiras diplomáticas e consular foram unidas em uma única carreira, a diplomática. Como consequência, uma grande reorganização administrativa aconteceu no Ministério. Essa reorganização representou um aumento da necessidade de preferência que teria que ser dada aos agentes do campo sobre as nomeações e promoções aos cargos mais altos da hierarquia que estivessem dependentes de negociações com o campo político. Essa preferência, entretanto, ficou estabelecida institucionalmente apenas para os cargos do segundo escalão da hierarquia do ministério:

“A designação dos Chefes de Departamentos e de Divisões continuaria a ser feita por Decreto, conforme a tradição, e deveria recair em funcionário da nova carreira de Diplomata (art. 10). Os auxiliares do Ministro só poderiam ser escolhidos do Quadro Único e, em nenhum caso seriam aproveitadas pessoas estranhas ao Ministério (art. 11)” (CASTRO, 2009, p. 371).

Já para o primeiro escalão: “[a]s funções de Embaixador seriam exercidas por funcionários (...) da carreira de Diplomata ou, excepcionalmente, por brasileiros natos, maiores de 35 anos, de reconhecido mérito e de serviços notáveis prestados ao país” (CASTRO, 2009, p. 371). As regras para a entrada de novos na carreira de diplomata foram mantidas: deveria ser feita por concurso ou prova de títulos, elaborados pelos agentes do campo. Destaca-se também a norma explicitada em lei de que poderiam concorrer ao cargo apenas candidatos do sexo masculino, brasileiros natos e que só poderiam se casar com brasileiras natas mediante prévia autorização do Ministério. Estavam abolidos também o uso de uniformes diplomáticos e consulares (espécie de “fardas” utilizadas pelos diplomatas e cônsules desde os tempos da monarquia), os quais seriam retomados em 1946.

Em 1938 também foi criado o já mencionado Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que reorganizou as Comissões de Eficiência dos Ministérios, descritas acima. O DASP, subordinado diretamente a Presidência da República, tinha o objetivo de analisar, “do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos; organizar a proposta orçamentária e fiscalizar a sua execução; selecionar os candidatos aos cargos públicos federais e fixar padrões do material para o serviço público” (CASTRO, 2009, p. 388). O DASP substituiu o Conselho Federal do Serviço Público Civil e as Comissões de Eficiência, criadas dois anos antes. Do

ponto de vista dos agentes do campo dos diplomatas, o DASP representou a mais forte ameaça de perda do monopólio sobre as regras e procedimentos de escolha de novos agentes. As negociações e embates entre os agentes do campo dos diplomatas e os agentes do campo político, que até então era determinante nos processos de ascensão dos agentes da carreira, passaram também a ser determinantes no processo de seleção de novos agentes para o campo.³²

Em 1945, o IRBr foi criado com a responsabilidade de “formação, aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores” (BRASIL, 2016, p. 16). Como descrito acima, desde 1934 era obrigatório para os novos ingressantes na carreira, assim como os diplomatas que almejavam promoções, passar por cursos de formação. Quando da inauguração do IRBr, o DASP estava responsável pelos exames do concurso de novos agentes do campo havia seis anos. Contudo, os novos diplomatas selecionados pelo DASP já eram obrigatoriamente convocados a passar pelo curso de formação oferecido pelos diplomatas. O IRBr fora criado para tentar centralizar no controle dos agentes do campo, ao menos, a formação dos novos agentes do campo: “As primeiras atividades do Instituto tiveram a forma de cursos de extensão destinados ao aperfeiçoamento dos funcionários da carreira de diplomata e à difusão de conhecimentos relativos à geografia e à cartografia do Brasil” (ANUÁRIO, p. 17).

Entretanto, já em 1946, menos de um ano após a inauguração do IRBr, os diplomatas retomaram o monopólio não apenas da formação, mas da seleção de novos agentes. Monopólio este que mantinham desde a formação do campo mas que havia sido temporariamente perdido na Era Vargas. O IRBr passou a ser o responsável exclusivo pela determinação das regras de ingresso na carreira de diplomata no lugar do DASP, que passou por um processo de reestruturação (que resultou no seu parcial esvaziamento) com a queda de Vargas em 1945. Com o IRBr, esse monopólio dos agentes do campo sob a seleção de novos foi institucionalizado e consolidado a partir de regras jurídicas estabelecidas. Ao contrário da situação que tinham antes, com a criação do IRBr, os agentes do campo começaram a exercer

³² Exemplo desses embates entre agentes do campo dos diplomatas e do campo político em torno do processo de seleção de novos diplomatas após a criação do DASP pode ser encontrado neste relato: “Em 1941, ocorreu o embate dessas duas forças. Foram abertas diversas vagas com aposentadorias e afastamentos de servidores e iniciou-se a discussão sobre qual processo seletivo deveria ser utilizado para seu suprimento. [Oswaldo] Aranha conseguiu que o DASP promovesse o concurso de títulos, mas não contou com o resultado. Ao aplicar um alto padrão aos candidatos, o DASP inabilitou todos. Simões Lopes, com isso, buscou privilegiar os que passaram no concurso anterior, de provas, mas não nomeados ainda por falta de vagas. O Itamaraty acabou convencendo Vargas de que a seleção fora inadequada e que o próprio órgão poderia escolher os melhores candidatos. O presidente acabou cedendo. O conflito deixou claro para Oswaldo Aranha e seus assessores como era negativo estar à mercê do DASP”. (FARIA, 2014, *apud* GOBO, 2016, p. 62).

esse monopólio de forma centralizada e materializada em uma instituição. As negociações do campo dos diplomatas com o campo político voltaram a ser feitas em maior intensidade em relação ao processo de ascensão dos agentes na hierarquia de carreira, que continuava com as mesmas regras, e menos para o processo de seleção de novos agentes do campo.

5.1.2. Período pós IRBr

Depois da implementação do IRBr, o ingresso à carreira começou a ocorrer por meio de duas metodologias diferentes, alternadas sem padrão e sem critério aparente, ao longo dos anos: aprovação em concurso público direto (criado diretamente pelo IRBr) e seleção dos candidatos aprovados no “Curso de Preparação à Carreira de Diplomata” (CPCD), oferecidos pelo IRBr, cuja entrada se dava por meio de exame vestibular, também a cargo do IRBr. No mesmo decreto de 1946, foi criado também sob responsabilidade do IRBr o “Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas” (CAD), inicialmente obrigatórios aos diplomatas que almejassem a primeira remoção para o exterior e conseqüente promoção. Em 1946, portanto, foi admitida a primeira turma de novos agentes do campo selecionados com base nessas novas regras. Auxiliares que já haviam sido contratados em consulados e embaixadas antes da criação do IRBr retornaram ao país para fazerem os exames finais do CPCD. Se aprovados, não precisariam passar pelo curso em si e já ingressariam na carreira. Foram criados também no IRBr os “Cursos Especiais” (CE) e os “Cursos de Extensão” (CEX). Os primeiros tinham por finalidade “o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Itamaraty, não integrantes da carreira de Diplomata” (CASTRO, 2009, p. 409), e os segundos destinavam-se ao “aperfeiçoamento cultural de pessoas pertencentes ou não aos quadros do Ministério das Relações Exteriores” (*Op. cit.*). O IRBr, então, estabelecia-se como instituição de referência de inculcação de novos e antigos agentes do campo dos diplomatas. A partir de 1946, para se tornar diplomata, o pleiteante precisava: ser brasileiro nato (do sexo masculino); se casado, a cônjuge deveria ser pessoa de nacionalidade brasileira; ter no mínimo 20 e no máximo 35 anos de idade; ter certificado de aprovação no “Curso de Preparação à Carreira de Diplomata” do IRBr; provar quitação com as obrigações militares; apresentar atestado de idoneidade moral, constante de folha corrida ou de cinco cartas de referências de antigos professores, chefes ou empregadores, com firmas reconhecidas; apresentar atestado de vacinação

antivariólica, apresentar prova de sanidade e capacidade física e formulário de investigação social (*Op. cit.*).³³

Em 1948, entrou em vigor o segundo regimento do IRBr, que consolidava a instituição como sendo de controle hegemônico dos agentes do campo dos diplomatas. Esse segundo regimento completou o primeiro no quesito de sua estruturação administrativa. Depois desse regimento, o IRBr ficou organizado com uma direção, uma secretaria e três seções: Administração, Técnico-pedagógica, Pesquisa e Publicações. O cargo de diretor do IRBr deveria ser nomeado pela Presidência da República, com prévia indicação do Ministro de Estado e deveria ser um diplomata de carreira. A secretaria e a seção de administração teriam uma chefia necessariamente de diplomata, a primeira indicada pelo Ministro e a segunda pelo Diretor do IRBr. A seção de Pesquisa e Publicações deveria ter um diretor preferencialmente diplomata, e a seção Técnico-pedagógica deveria ter direção de especialista contratado. Ambas seções também teriam suas chefias indicadas pelo Diretor do IRBr. Nesse regimento foram definidas todas as atribuições da direção e chefia do IRBr, uma delas era a publicação do relatório anual de atividades do IRBr. Como característica da carreira diplomática, esse regulamento era muito explícito quanto à subordinação à hierarquia do campo das ações dos diplomatas ligados ao IRBr, principalmente no que se refere a publicações e emissão de opiniões públicas.

No que se refere à relação do campo com o campo político fora do âmbito do IRBr, é importante pontuar que em 1959 foi criado o Serviço de Relações com o Congresso, que, hoje, é a Secretaria de Assuntos Legislativos. Um braço do Itamaraty no Congresso Nacional, assessorando legisladores em viagens e assuntos relacionados à política externa, assim como aproximando os diplomatas das comissões internas do congresso referentes à política externa. Esse órgão tem seus membros nomeados pelo Ministro e só podem ocupar seus cargos diplomatas de carreira. Em 1960, foi criado no IRBr, o Curso de Altos Estudos (CAE), o qual, mais tarde, se tornaria quesito obrigatório para diplomatas conseguirem a ascensão máxima na carreira, o *status* de embaixadores. Entretanto, o CAE só viria a ser implementado em 1977 quando da criação da carreira de Conselheiro, com intermediária entre as carreiras de secretários e ministros, formando, então, a atual configuração dos cargos que compõem a carreira dos diplomatas.

Em 1961, foi implementada o que ficou conhecida como uma das maiores reformas administrativas no Ministério. Essa reforma foi elaborada por comissões internas ao

³³ Em 1954, foi readmitida a possibilidade de mulheres pleitearem a entrada na carreira. Em 1959, os candidatos casados com estrangeiros passaram a ser admitidos mediante a autorização do Ministério.

Ministério desde 1951 e teve seu relatório final pronto em 1953. Exemplo empírico de imbricação do campo dos diplomatas com o campo político é o fato de que essa reforma só não foi implementada antes de 1961, em função das sucessivas crises vividas no campo político do país, as que levaram ao suicídio de Vargas (1954) e período posterior: “Nessa conturbada fase da vida política da nação, e de mutações na alta administração do país, não poderia haver atmosfera propícia para que prosperasse a tão esperada Reforma do Itamaraty” (*Op. cit.*, p. 457).³⁴

O objetivo dessa reforma era adaptar o Ministério às rápidas mudanças que estavam acontecendo na organização política brasileira e mundial do período pós-Segunda Guerra Mundial. Essa grande reforma administrativa é comparada apenas a outro processo parecido de organização administrativa que o serviço diplomático brasileiro havia passado há então um século, nas primeiras regulamentações administrativas de 1851-1852 (CASTRO, 2009, p. 451-52). O relatório apresentado em 1953 foi a base de várias medidas administrativas adotadas ao longo dos anos que se seguiram, porém o caráter de reforma foi adotado apenas em 1961, com o fim das atividades do “grupo de trabalho da reforma”, comissão montada para essa finalidade. No relatório dessa reforma, quanto ao assunto principal deste pesquisa, estava presente a recomendação de “formação, valorização e melhor recrutamento do diplomata” (*Op. cit.*, p. 454). Com isso, o IRBr se organizou com os seus cinco cursos: CPCD, CAD, CAE, CE, CEx. O acesso ao campo continuou a ser feito por responsabilidade do Instituto e as nomeações de ministro e embaixadores continuaram a ser feitas pela Presidência de República. Nessa reforma também foram criados os cargos de Oficial e Auxiliar de Chancelaria, que ficaram regulados “pelo Estatuto dos Funcionários Civis da União, leis complementares e, subsidiariamente, pelas disposições do Regulamento aplicável à carreira de Diplomata” (*Op. cit.*, p. 476), ou seja, são funcionários do MRE, mas que não fazem parte da carreira institucional da diplomacia.

Em 1975, já em período de ditadura militar, foi elaborado um novo regulamento para o IRBr. Como descrito por Cheibub (1985, 1989) e Lima (2015), a ditadura militar aumentou o protagonismo dos diplomatas na atuação do campo do poder e no campo político, dada a proximidade histórica dos diplomatas com os militares. O novo regulamento do IRBr aumentou o já grande controle do campo dos diplomatas sobre esta que se consolidava cada vez mais como a principal instituição de recrutamento e formação de diplomatas: definiu-se que o Ministro das Relações Exteriores teria a competência de aprovar os novos regimentos

³⁴ A reforma virou lei apenas dois meses antes da renúncia de Jânio Quadros, evento que desencadearia outra sucessão de crises no campo político do país.

do Instituto, não necessitando mais passar pela aprovação da Presidência da República. A partir de então, as novas regras ao IRBr que viessem a ser estabelecidas seriam determinadas via portarias ministeriais. No novo regulamento, vale destacar que ficou estabelecido também que os candidatos à carreira diplomática que fossem aprovados nas primeiras fases do exame de entrada deveriam passar por “exames de sanidade e capacidade física e psíquica, avaliação de costumes e conceito corrente” (*Op. cit.*, p. 605) antes de fazerem as provas finais. No mesmo ano, o ministério da educação reconheceu o CPCD como curso de graduação em nível superior, atribuindo ao IRBr o *status* de estabelecimento de ensino superior.

Em 1976, o IRBr se mudou do Rio de Janeiro para Brasília. Seis anos antes, os diplomatas como um todo já haviam sido alocados na nova capital federal, neste que foi um dos fatos marcantes para o campo dos diplomatas. Nas palavras de Moura (2007):

“Os diplomatas brasileiros deixaram suas casas no Rio de Janeiro, onde tinham relações, parentes, amigos e uma agenda cheia de festas, jantares, idas ao teatro e cinema com membros da ‘elite’ carioca, para morar em Brasília, todos na mesma quadra, longe de seus parentes e amigos de fora da carreira e sem restaurantes, cinemas, teatros ou mesmo uma elite estabelecida. Mais do que isso, o MRE fora retirado de sua casa, o Palácio do Itamaraty, que havia sediado desde 1899. Esse palácio, famoso por suas grandes festas havia ficado conhecido como a ‘Casa de Rio Branco’.” (p. 21-22).

Essa perda de referência territorial – entendendo “território” como a materialização do poder simbólico dos agentes no espaço social³⁵ – para o campo procurou ser suprida com elementos que forjassem a tradição do Itamaraty na nova infraestrutura criada em Brasília. Como já mencionado, Moura (2007) descreve que esse movimento levou a criação de uma série símbolos e ritos que colaboraram para que o campo mantivesse e reforçasse sua identidade em um novo território, um espaço diferente ao qual esteve ligado desde a sua formação. Em sua obra, a autora faz uma descrição etnográfica do Dia do Diplomata, criado no ano em que o Itamaraty se mudou para Brasília, 1970, e comemorado todos os anos desde então, na data de aniversário de nascimento do Barão de Rio Branco. Trata-se, hoje, da mais importante solenidade dos diplomatas, dia da formatura das turmas do IRBr, quando são entregues prêmios e medalhas, sempre com a participação da Presidência da República, repleto de discursos que compõem o imaginário da “tradição da Casa”: “O Dia do Diplomata de 1970 transformou mudança em continuidade, um grande ‘evento cívico’ em uma ‘tradição’, ao mesmo tempo constituindo o que, hoje, é chamado de Palácio Itamaraty e

³⁵ Ver BOURDIEU (2013) e BOURDIEU (2008).

casa de Rio Branco como símbolos da unidade, identidade e posição privilegiada do corpo diplomático brasileiro” (MOURA, 2007, p. 22).

Esta mudança de território foi acompanhada de uma série de alterações na organização institucional do campo. No que se refere às regras de seleção de novos agentes, aconteceu progressivamente à ampliação do número de cidades espalhadas no país onde eram aplicadas as primeiras etapas do processo seletivo. Com isso, o número de candidatos inscritos no processo aumentou de uma média de 218 candidatos, entre 1970 e 1975, para quase 1.000, em 1979, quando as provas eram feitas em dez cidades, além de Brasília. Mais adiante veremos que essa mudança espacial do campo dos diplomatas significou um importante elemento de variação de perfil do agente do campo. Essa variação está ligada também a outros elementos de mudança do processo seletivo.

5.1.3. Períodos FHC e Lula

Já na década de 1990, após o fim do período de ditadura militar, o Ministro das Relações Exteriores, o primeiro diplomata de carreira que permaneceu no cargo por um longo período, foi Luiz Felipe Lampreia (1995-2001), durante quase a totalidade dos dois mandatos do governo FHC. Em 1995, foram implementadas reformas administrativas que consolidaram as principais características de funções da alta hierarquia do campo. Em resumo, definiu-se institucionalmente o que já era uma prática interna do campo: o Ministro de Estado teria suas principais atribuições “para fora” do ministério (sobretudo as funções de ligação da cúpula do campo dos diplomatas com a cúpula do campo político), enquanto o Secretário Geral teria suas principais atribuições “para dentro” do ministério. Ambos os cargos seriam de nomeação exclusiva da Presidência da República, com a diferença que para ministro poderiam ser nomeados agentes “de fora” do campo dos diplomatas, enquanto que para Secretário Geral apenas diplomatas de carreira, da alta hierarquia (de preferência embaixadores). O planejamento da ação diplomática do gabinete do Ministro se referia a assessoria de imprensa e integração do ministério às outras áreas do Estado ligadas diretamente ao campo dos diplomatas: militares e poder legislativo federal, por exemplo. Já para o Secretário Geral, todas as subsecretarias, atividades consulares e de embaixadas ficavam sob sua supervisão direta e indiretamente ao Ministro de Estado. Portanto, era à Secretária Geral que ficava subordinada diretamente ao Instituto Rio Branco. Sua divisão interna ficou composta por: Coordenação Geral de Ensino e Secretaria.

Também em 1995 ocorreu uma alteração importante nas regras de entrada dos novos diplomatas no campo. O CPCD, curso criado no início do IRBr para formar os ingressantes do campo, foi substituído pelo PROFA-I (Programa de Formação e Aperfeiçoamento –Primeira Fase). Ambos os cursos eram estágios preparatórios de dois anos destinados aos novos diplomatas aprovados no processo seletivo, com pequenas alterações de carga horária e conteúdo entre eles. A principal diferença ficava no fato que antes os candidatos que ingressavam no CPCD eram selecionados não em um concurso público, mas em um exame vestibular. Nos primeiros anos do CPCD, exigia-se dos candidatos apenas o Ensino Médio para prestarem a prova e, com o passar dos anos, o grau de escolaridade exigido foi aumentando para o primeiro ano de qualquer curso superior, depois o segundo e, por fim, o terceiro ano. Já para ingressar no PROFA-I, o candidato deveria ter curso superior completo e precisava passar por exames de concurso público (o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, ou CACD).

Outra diferença importante é que os ingressantes no antigo CPCD, depois de serem aprovados nos exames vestibulares, ainda não faziam parte do quadro de funcionários do MRE. Tinham o status de “estudantes do IRBr”, portanto, mesmo depois de serem aprovados nas provas, não recebiam o salário de diplomata durante os dois primeiros anos de dedicação ao curso de formação que recebiam no IRBr. O MRE destinava uma bolsa de estudos para que os estudantes do IRBr fizessem o curso de dois anos. Essa bolsa de estudos começou a ser oferecida a partir de 1947 para que os aprovados permanecessem os dois anos da formação fora de seus domicílios. A princípio, as bolsas eram oferecidas apenas para os estudantes que não residiam na sede do IRBr, ou seja, aos não residentes do Rio de Janeiro e Niterói. Em 1951, as bolsas passaram a ser oferecidas também para os residentes da sede do IRBr, mas apenas para os que não tivessem como custear seus estudos. Em 1959 a bolsa passou a ser oferecida a todos, porém, com preferência aos não residentes da cidade sede. A partir de 1968 a bolsa começou a ser oferecida para todos. Entre 1987 e 1994 (com exceção de 1992 e 1993), o MRE ofereceu, além das bolsas, alojamento ou apartamento funcional aos alunos. Ou seja, antes de 1996, apenas depois de concluído o curso no IRBr, se aprovado nos exames finais, os agentes ingressavam na carreira com os salários e demais benefícios de diplomatas. Os ingressantes no PROFA-I, por sua vez, após serem aprovados no concurso, já eram diplomatas, entravam na carreira como Terceiro-Secretários, com isso, recebiam os salários de diplomata e acesso aos apartamentos funcionais de Brasília. Ainda precisavam passar pelo curso do IRBr, porém agora como diplomatas estudantes.

Essa situação fez com que o período que os novos diplomatas passam no IRBr se tornasse ainda mais relevante para a inculcação do *habitus* do campo. Depois do PROFA-I, tornou-se menor o elemento de distinção proveniente do capital econômico acumulado entre os novos no campo e os agentes já inseridos. Além disso, o fato dos novos no campo passarem a adquirir o título oficializado de “diplomatas”, mesmo antes de ingressarem no IRBr, faz com que esses tomem posse do cargo com a expectativa de serem tratados como iguais perante os agentes já inseridos no campo, já que se colocam na posição de detentores do mérito de aprovados em um concurso difícil, institucionalizado na forma de posse de um cargo público. Moura (2007) relata uma conversa que presenciou entre um embaixador e um candidato: “Embaixador: ‘Depois que você passar no concurso, o que acontece? Candidato: ‘Eu viro diplomata’. Embaixador: ‘Não, você vira Terceiro-secretário. Para ser diplomata ainda vai demorar muito’” (*Op. cit.*, p. 76). O período em que os “Terceiros-secretários” ou “alunos do Rio Branco” passam na socialização de 2 anos no campo (feita no IRBr, em forma de curso), servirá para fazê-los entender seu lugar na hierarquia do campo e, assim, transformá-los em “diplomatas”, enquadrando-os nas regras do jogo jogado no campo. Essa situação é demonstrada nas ocasiões de discursos de formatura das turmas do IRBr, no Dia do Diplomata, ritual que remete à “tradição da Casa”. Nesse dia o Ministro de Estado, em seu discurso, “dirige-se aos formandos pela expressão ‘meus jovens colegas’, presente em quase todos os discursos de formatura desde 1970. A expressão ‘colega’ denota a igualdade na profissão” (*Op. cit.*, p. 31). Os novos no campo vão compreender, à medida que são socializados no IRBr, que a posse “meritocrática” do título oficial de “diplomatas” que adquirem logo após passarem no concurso, serve de capital simbólico para fora do campo, não para dentro. Isso faz do Itamaraty uma instituição diferente de outras: “Por um lado, há as instituições burocráticas que se organizam em torno de cargos e funções. Por outro lado, há instituições, como as Forças Armadas, que se organizam em torno de ‘patentes’. O Itamaraty é uma combinação dos dois tipos de instituição” (*Op. cit.*, p. 75).

Outra mudança importante ocorrida em 1995 foi a eliminação da então tradicional etapa avaliativa de língua francesa com caráter eliminatório no processo seletivo. O conhecimento em língua francesa continuou sendo exigido no concurso, porém, em caráter classificatório ou como segunda ou terceira língua eletiva por parte do candidato. A justificativa oficial para a mudança foi a característica “elitista” que a exigência do conhecimento em língua francesa dava ao processo seletivo, segundo o diretor do IRBr na época, o embaixador André Mattoso Maia Amado (AMADO, 2013, p. 33-35). O IRBr, também em 1995, deixou de oferecer o “Curso de Atualizações de Oficiais de Chancelaria”,

que realizava desde 1988. Com isso, completava-se a separação entre as carreiras de diplomata e oficiais de chancelaria.

No final de 2002, fim do período do governo FHC, foi lançado o programa de ações afirmativas para negros do IRBr, denominado “Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia”. Esse programa consiste em conceder uma bolsa para que o candidato consiga financiar seus estudos para se preparar para o concurso do IRBr: pagar cursinho preparatório, aulas particulares e material didático. São concedidas, em média, doze bolsas por ano desde 2002. Para conseguir as bolsas, os candidatos devem passar por um processo seletivo que compreende duas etapas: uma de provas objetivas e outra de entrevistas em Brasília.³⁶

Destacamos o impacto que o PROFA-I trouxe para a mudança do perfil dos ingressantes no campo dos diplomatas, como relatam Moura (2007), Gobo (2016) e Lima (2015). O fato de os novos ingressantes no campo já serem graduados em algum curso superior e, após serem aprovados nos exames de seleção, já fizerem parte do corpo de funcionários do MRE, incluiu a possibilidade maior de variação no perfil dos novos diplomatas. Essa mudança de perfil significa, entre outras características, agentes ingressantes no campo com idades mais avançada e eventualmente casados e com filhos. Isso se explica, por exemplo, pelo fato de estarem garantidos os salários e benefícios da carreira aos novos agentes do campo. Antes do PROFA-I, o período de dois anos de curso no IRBr a que eram submetidos os aprovados nos exames afastava o perfil de agentes que não tinham condições principalmente financeiras de se mudar para o Rio de Janeiro (e após 1976, para Brasília) e a viverem 2 anos com uma bolsa de estudos que demandava complementação de renda, na maior parte das vezes, de fonte familiar, já que a frequência no curso exigia do agente dedicação quase integral,³⁷ como relata Moura (2007, p. 70-71). Essas condições faziam com que o perfil do diplomata se consolidasse como de maioria jovens, homens, brancos, solteiros, provenientes de famílias ricas e universidades tradicionais, de maioria do Rio de Janeiro. Como veremos adiante, esse perfil de ingressantes no campo dos diplomatas pouco se alterou, mesmo após o PROFA-I, mostrando que se faria necessário adicionar outros fatores nas mudanças das regras do processo de seleção dos novos agentes do campo para se atingir o objetivo de promover uma variação maior dos seus perfis. A implementação do PROFA-I, a

³⁶ Sem a interrupção desse programa, em 2011 foi implementada a reserva de vagas para candidatos negros apenas na primeira fase. Em 2015, foi o primeiro ano em que um concurso do IRBr reservou 20% das vagas para candidatos negros em todas as fases do concurso, seguindo a determinação de Lei Federal 12.990, de 2014.

³⁷ O valor das últimas bolsas de estudos pagas pelo MRE, no início de 1996, para os estudantes do antigo CPCD era de R\$ 600,00 por mês. No mesmo ano, já com a implementação do PROFA-I, os novos ingressantes no campo, já diplomatas de carreira, recebiam R\$ 2.500,00 de salário mais benefícios (MOURA, 2007).

retirada da prova de língua francesa como caráter eliminatório e a criação do Programa de Ações Afirmativas do IRBr, mostraram-se indicativos importantes de que esse objetivo era perseguido pelos dirigentes do campo dos diplomatas ligados aos governos FHC.

A partir de 2003, com o governo Lula, Celso Amorim assumiu o posto de Ministro das Relações Internacionais. Tornou-se um dos diplomatas de carreira que permaneceu no cargo por mais tempo na história do MRE (2003 a 2010).³⁸ Nesse período, o campo passou por outra reforma de sua estrutura organizacional. Nessa reforma, o PROFA-I foi substituído pelo “Curso de Formação do IRBr”. Isso se deve ao fato de, no final de 2002, o Ministério da Educação conceber ao PROFA-I o *status* de mestrado profissionalizante. Portanto, a partir de 2003, os ingressantes na carreira, necessariamente graduados em qualquer curso superior, após serem aprovados no concurso público, já se tornam diplomatas de carreira e, ao mesmo tempo, estudante de mestrado profissionalizante no IRBr. Esta medida aumentou a produção de conhecimento acadêmico vinda do campo dos diplomatas. Com isso, o IRBr aproximou-se da condição de consolidar-se como uma instituição de ensino superior que inclui e valoriza o perfil acadêmico no perfil dos novos diplomatas ingressantes no campo, durante seus períodos de socialização no IRBr. Outras mudanças importantes foram implementadas no processo de seleção de novos agentes do campo dos diplomatas ao longo dos anos do governo Lula.

A partir de 2003, foram abolidas as etapas de provas orais e entrevistas nos processos de seleção de novos agentes do campo. Essas provas orais e entrevistas eram etapas do processo de seleção que se mantiveram constantes ao longo dos anos. Ou seja, até 2003 havia sido garantido o momento em que os selecionadores de novos ingressantes no campo, na maioria das vezes, diplomatas, se encontrariam pessoalmente com os candidatos numa situação de sabatina e questionamentos. Esse momento em seleções de novos diplomatas é relatado desde antes dos tempos do Barão de Rio Branco, muitas vezes como únicas formas de seleção, portanto uma prática integrada e consolidada nos processos de escolha de novos no campo. Derivado principalmente dessa situação, não incomum era encontrar críticas sobre o caráter subjetivo das seleções de diplomatas.

Moura (2006) observa que existe uma “fama” dos diplomatas, consolidada no senso comum, de que são um grupo restrito e elitista, que só conseguem ingressar no Itamaraty parentes ou pessoas bem próximas de diplomatas. Embora a autora atribua essa

³⁸ Se somados os anos em que também foi ministro no governo Itamar Franco (1993-1994), Celso Amorim iguala o tempo de permanência à frente do MRE do Barão de Rio Branco (1902-1912), emblemático para o campo dos diplomatas. Os dois são, portanto, os diplomatas que por mais tempo comandaram o MRE.

percepção do senso comum também a outros elementos do campo dos diplomatas, colaboram para construção dessa noção as conhecidas etapas de entrevistas e provas orais dos concursos do IRBr. Essas etapas alimentavam a ideia de que eram selecionados apenas os candidatos com roupas, posturas, aparências e sotaques de língua estrangeiras que denotassem do agente um acúmulo de capital familiar e social de origem próprios dos que já têm, em sua socialização, contato com o *habitus* característico do campo e apresentam as condições de origem social valorizadas no campo.³⁹

A já mencionada etnografia de Moura (2007) sobre os diplomatas se passou no ano de 1998, portanto a autora fez suas análises sobre os candidatos ingressantes ainda no PROFA-I. As etapas de provas orais e entrevistas eram as últimas do processo seletivo. Ocorriam sempre em Brasília, nos salões do Palácio do Itamaraty, portanto em ambiente característico do universo dos diplomatas. A autora descreve que o tempo total que os candidatos tinham de permanecer na cidade entre a realização de exames e outras provas escritas, com despesas pagas pelo MRE, totalizava um mês. Portanto, nesse período precisavam de se afastar de suas atividades profissionais e, para a maioria dos candidatos, de suas cidades de residência, para se dedicarem exclusivamente ao concurso. Ou seja, além do momento em si, em que os candidatos passavam pela entrevistas e provas orais, estavam postas todas as condições inerentes a esse momento, como afastamento dos candidatos de suas atividades cotidianas, de suas cidades de residência, da convivência com familiares e pessoas do convívio diário, os primeiros contatos deles com o ambiente dos diplomatas, entre outros. Dadas as características das provas orais e entrevistas que os candidatos eram submetidos, a autora as classifica como “ritos de passagem” (MOURA, 2007, p. 61).

Além da eliminação das provas orais e entrevistas para a seleção, a partir de 2005, todas as fases do concurso começaram a ser aplicadas em todas as cidades previstas nos editais (as provas eram aplicadas, na maioria das capitais dos estados, além de Brasília),⁴⁰

³⁹ Em 2013, ficou conhecido o caso de discriminação no Itamaraty ao qual passou o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa, quando ainda não era jurista e pleiteava uma vaga no campo dos diplomatas. Em uma das etapas do processo seletivo do IRBr do qual participou, no exame psicotécnico ocorrido em 7 de julho de 1980, a questão da cor da pele aparece no relatório do avaliador, que relata que o candidato “tem uma autoimagem negativa, que pode parcialmente ter origem na sua condição de *colored*”. Na etapa de entrevista com diplomatas, havia uma avaliação da aparência, a qual Joaquim Barbosa teve a descrição “regular” (Informações disponíveis em: <<https://goo.gl/cAl6sa>>, último acesso em: jun. 2017). Em entrevista publicada em julho de 2013, Joaquim Barbosa afirmou que “O Itamaraty é uma das instituições mais discriminatórias do Brasil. (...) Passei nas provas escritas, fui eliminado numa entrevista, algo que existia para eliminar indesejados. Sim, fui discriminado, mas me prestaram um favor. Todos os diplomatas gostariam de estar na posição que eu estou. Todos.” (Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/joaquim-barbosa-brasil-nao-esta-preparado-para-um-presidente-negro-504975.html>>. Último acesso em: jun. 2017).

⁴⁰ A partir de 2011, as provas começaram a ser aplicadas em todas as capitais dos estados e distrito federal.

além das inscrições serem aceitas apenas pela internet. Com isso, extinguiu-se a necessidade dos candidatos terem de se deslocar até Brasília para fazerem qualquer das etapas do concurso.

A partir principalmente de 2005, ocorreram sucessivos e substantivos aumentos dos salários iniciais da carreira, passando de R\$ 4.555,98, em 2003, para R\$ 7.183,91, em 2007, chegando a R\$ 12.413,03, em 2010:

[...] o salário dos diplomatas da primeira categoria da carreira estava abaixo da correção da inflação, isso muda a partir de 2007. Em 2006, a inflação foi de 3,14% e o reajuste aplicado, em 2007, chegou a aproximadamente 34%. Em 2009, o reajuste foi ainda maior, pouco mais de 40%, com a inflação do ano anterior de 5,9%, sendo o maior reajuste aplicado durante o período (GOBO, 2016, p. 73).

Em 2005, também caiu a exigência da idade máxima em que o candidato precisaria ter para fazer o concurso, ficando em aberto. Enquanto a idade mínima exigida foi fixada em 18 anos, de acordo com legislação federal específica. Os registros históricos dos editais dos concursos apontam que a idade mínima exigida variou entre 19 e 21 anos e máxima entre 30 e 35 anos, até antes 2005.

Outra mudança importante, datada em 2005, foi em relação aos saberes exigidos dos candidatos no concurso. O “Teste de Pré-Seleção” (TPS) era o nome dado, a partir de 1996, à primeira fase do processo de seleção dos novos agentes do campo. Essa fase inicial é a que mais elimina candidatos para as fases seguintes (*Op. cit.*, p. 75). O TPS dos concursos feitos entre 1996 e 2002 (período FHC) foram sempre compostos por uma área do conhecimento denominada “Cultura Geral” (e nomes correlatos, a depender do ano do concurso). Em alguns dos TPS do período, “Cultura Geral” foi acompanhada por outras exigências de saberes dos candidatos, como conhecimentos em “língua portuguesa”, “língua inglesa” e “raciocínio lógico e analítico”, sendo que entre 1998 e 2001 os TPS era composto apenas por “Cultura Geral” como exigência de conhecimento do candidato (*Op. cit.*, p. 81-82). O edital do concurso de 1998, por exemplo, define o TPS, que só continha questões sobre “Cultura Geral”, dessa forma:

“O TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro. As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.” (GUIA DE ESTUDOS IRBR, 1998, p. 12).⁴¹

⁴¹ Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/Guias%20de%20estudo/Guia_de_Estudo_1998.pdf>.

Os candidatos que procurassem saber mais informações sobre essa fase do concurso, por exemplo, quais tópicos exatamente eram necessários estudar, encontravam no “Guia de Estudos” disponibilizado pelo IRBr, em dezembro de 1997, pouco mais de três páginas dedicadas a explicar e descrever o TPS como “*sui generis* dentro do conjunto das provas (...) grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possuem uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. (...) Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo”⁴² (GUIA DE ESTUDOS IRBR, 1997, p. 25-28). Não incomum era encontrar nessas provas questões que exigiam do candidato o conhecimento sobre os acervos de obras de artes de grandes museus europeus, música clássica ou outros temas que eram classificados pelos organizadores da prova, como vimos anteriormente, como muito abrangentes para serem estudados em curto prazo, mas que, ao mesmo tempo, deveriam compor a gama de conhecimentos prévios dos candidatos para que estivessem aptos a seguirem sendo avaliados nas próximas fases dos concursos. Sobre isso, cabe reproduzir a opinião do professor João Daniel, criador de um dos cursinhos preparatórios para o concurso do IRBr mais conhecidos que, em 2008, vinculou-se à aprovação de 98 entre os 109 novos diplomatas:

“Havia perguntas sobre música (dodecafônica, até), literatura, artes plásticas e filosofia grega, que mediam muito mais o verniz do candidato do que sua capacidade de raciocínio e conhecimento real. Levava vantagem, naturalmente, quem vinha de um ambiente mais erudito e sofisticado. A maioria dos aprovados hoje ainda é de classe média alta, mas há um programa de estudos claro, que todos podem seguir.” (GOBO, 2016, p. 71).

Em 2003, além de “Cultura Geral”, o TPS começou a ser composto por outros tópicos mais bem definidos de conteúdo programático para serem estudados pelos candidatos, como “língua portuguesa”, “língua inglesa”, “Geografia”, “Noções de direito”, “Noções de Economia” e “História”. Até que, em 2004, ocorreu o último concurso em que no TPS constava questões de “Cultura Geral”. A partir do concurso de 2008, o nome mudou de “Teste de Pré-seleção” para “Primeira Fase”. A explicação oficial da exigência por muitos anos desses saberes denominados de “Cultura Geral”, assim como a explicação para a sua retirada a partir dos concursos de 2005, pode ser encontrada no Anuário do IRBr de 2015 e dá a noção de que o concurso passou a valorizar mais o capital cultural de tipo escolar do candidato:

⁴² Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/Guias%20de%20estudo/Guia_de_Estudo_1998.pdf>.

“Também a matéria de Cultura Geral (...) com alguma intermitência, dá suporte à **arte diplomática**. De fato, o dito conhecimento de mundo sempre foi e será ferramenta importante para o diplomata na lide com seu interlocutor estrangeiro. É conveniente, e mesmo imprescindível no mais das vezes, saber aspectos culturais de países, regiões, povos, literatura, música, artes plásticas, curiosidades sobre ciências – tudo quanto possa advir da leitura de periódicos, do apreço pelas obras de artistas consagrados, da consulta a dicionários, enciclopédias e obras de referência. Trata-se de elementos que, para além da formação pessoal, auxiliam na interação com a contraparte estrangeira, essenciais no estabelecimento de laços em nível pessoal, no exercício de uma profissão pautada, eminentemente, pela representação e negociação interpares. A matéria deixaria definitivamente de compor exame a partir do concurso de 2005; com efeito, **o aprofundamento do nível de exigência das matérias cobradas nos exames mais recentes faria supor que a formação do candidato seria naturalmente abrangente**, prescindindo-se, assim, de testar-lhe os conhecimentos sobre cultura geral *per se*.” (BRASIL, 2016, p. 22, grifos nossos).

Sobre as alterações do concurso em relação as exigências de saberes dos candidatos sobre línguas estrangeiras, tradicionalmente os concursos do IRBr exigem conhecimentos em língua inglesa como primeira língua estrangeira e línguas francesa ou espanhola como segunda. O concurso de 2005 gerou polêmica quando retirou o caráter eliminatório da prova de língua inglesa. Ou seja, o conhecimento de língua inglesa nesse concurso fazia parte das exigências de saberes nas fases iniciais eliminatórias, mas o candidato poderia escolher outra língua estrangeira que não o inglês como primeira e segunda línguas estrangeiras nas fases eliminatórias finais de prova escrita.⁴³ Nos concursos seguintes, a língua inglesa voltou a ser exigida em caráter eliminatório das provas escritas, como primeira língua estrangeira, sem possibilidade de escolha do candidato. Importante destacar também que o concurso de 2008 foi o único a prever prova escrita de segunda língua estrangeira que não obrigatoriamente os tradicionais francês ou espanhol, ampliou-se o rol de escolha do candidato para outras línguas: Alemão, Árabe, Mandarim, Japonês ou Russo.

Aliadas a todas essas modificações, em 2006, ocorreu uma das principais alterações no processo de seleção de novos diplomatas. Trata-se do número de vagas oferecidas para a entrada de novos agentes no campo. Sobre isso, cabe aqui uma breve contextualização: desde 1946, data do primeiro concurso público de entrada de novos diplomatas no MRE organizado pelo IRBr, a instituição tem oferecido vagas todos os anos de forma ininterrupta. Historicamente, o IRBr oferecia de 30 a 35 vagas, algumas delas permanecendo ociosas (era comum o número de vagas ser maior do que o de candidatos aprovados no concurso). Entretanto, em 2006, foram criadas 400 novas vagas para a carreira, por meio de medida provisória. Com isso, de 2006 a 2010, foram cinco concursos com cerca de 100 vagas cada (de 105 a 115 vagas): 400 vagas da medida provisória e mais de 100 vagas

⁴³ Essa polêmica na mídia é bem analisada em artigo de Moura (2006).

que já eram oferecidas anteriormente pela reposição por aposentadoria (cerca de 30 a cada ano). Já em 2011, o número de vagas oferecidas volta ao patamar de antes. Essas cinco turmas são conhecidas no Itamaraty como “as turmas dos 100”.

Dessa forma, a partir dos dados aqui expostos, elaboramos uma síntese das mudanças promovidas no processo seletivo de entrada no campo a partir da fundação do IRBr. O primeiro marco temporal é exatamente o ano em que o processo de seleção começou a estar sob o controle do IRBr, em 1946. Nesse ano, iniciaram-se os vestibulares e os concursos para entrada no CPCD. O segundo marco temporal é o ano de 1976, início dos processos de seleção com a sede do IRBr na nova capital federal, em Brasília, e não mais no Rio de Janeiro. Foi a partir desse ano que o IRBr foi reconhecido como estabelecimento de ensino superior e que ocorreu a ampliação do número de cidades de aplicação das provas. O terceiro marco temporal é o ano de 1996, já no governo FHC. Foi esse o primeiro ano do PROFA-I e CACD e do fim do CPCD, em que os recém-selecionados nos concursos ingressaram no campo como funcionários do MRE. Essa situação rendia-lhes o título de “diplomatas” e os elementos que derivam disso, já discutidos acima (principalmente o fato de receber os salários e benefícios de diplomatas nos anos de formação no IRBr e não mais bolsas de estudo). Foi também o começo da exigência de nível “superior completo” como escolaridade mínima para se prestar o concurso. Esse ano também representou o fim do caráter eliminatório para exames de língua francesa no concurso. O quarto marco temporal é o ano de 2003, início do governo Lula. Foi também quando o PROFA-I foi reconhecido como mestrado, sendo, portanto, alterado de nome para Curso de Formação do IRBr. Esse ano também representou o fim das provas orais ou entrevistas nos concursos e foi quando se colocou em prática o programa de Ações Afirmativas para candidatos negros, elaborado no ano anterior. Para terminar, o quinto marco temporal é o ano de 2005, quando ocorreram várias outras mudanças impactantes. Primeiramente, todas as fases do concurso começaram a ser realizadas nas cidades de aplicação. Foi também quando começaram os aumentos significativos na remuneração dos cargos iniciais da carreira. Esse ano representou também o fim de “Cultura Geral” entre os saberes exigidos dos candidatos. Não se exigia mais idade máxima para prestar o concurso e todas as inscrições deveriam ser feitas apenas pela internet, além de ter sido aprovada a medida provisória que resultou nos concursos das mais de 100 vagas (concursos de 2006 a 2010). Essa síntese pode ser mais bem visualizada no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Síntese das principais mudanças promovidas no processo seletivo de entrada no campo a partir da fundação do IRBr

Ano	Principais alterações
1946	– Início do IRBr: vestibulares e concursos para entrada no CPCD
1976	– IRBr mudou do Rio de Janeiro para Brasília (o MRE em 1970) – IRBr é reconhecido como estabelecimento de ensino superior – ampliação do número de cidades de aplicação das provas
1996	– início do PROFA-I e CACD (salários e não mais bolsas de estudo) – concurso exige como escolaridade mínima “superior completo” – fim do caráter eliminatório para exames de língua francesa no concurso
2003	– início Curso de Formação do IRBr (reconhecido como mestrado) – início dos concursos sem provas orais ou entrevistas – primeiro ano do programa de ações afirmativas para candidatos negros
2005	– todas as fases do concurso nas cidades de aplicação – aumento significativo na remuneração dos cargos iniciais da carreira – não exigência de idade máxima para prestar o concurso – fim de “Cultura Geral” no concurso – inscrições para o concurso apenas pela internet – concursos das mais de 100 vagas (2006 a 2010)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos principalmente de Brasil (2016) Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e fontes diversas.

Tomando-se essa síntese, primeiramente constatamos que a quantidade e teor das mudanças que ocorreram no processo de seleção de novos agentes do campo durante os governos FHC e Lula (1995 a 2010) justificam o recorte temporal desta pesquisa. Esse foi um dos períodos da trajetória histórica do campo em que mais os agentes intervíram no jogo do campo. Em segundo lugar, entendemos que as mudanças que ocorreram denotam ter existido, ao menos, dois grupos diferentes de diplomatas no campo nos períodos do recortes temporais analisados. Esses dois grupos ocuparam a alta hierarquia do IRBr e do MRE em momentos distintos, marcados pelas gestões dos ex-presidentes citados.

As ações que esses dois grupos protagonizaram, especificamente no jogo do campo analisado nesta pesquisa, foram muitas vezes congruentes. Ou seja, apresentaram-se como ações que continuaram e consolidaram objetivos parecidos dos dois grupos em relação à promoção de mudanças no perfil dos futuros agentes do campo. Como exemplo, podemos citar em comum entre os dois grupos o objetivo de proporcionar menor distinção entre os agentes do campo em relação ao capital econômico. A maior distribuição desse capital aos novos agentes ingressantes no campo também tem como objetivo proporcionar a variação maior no perfil histórico de agentes, seja para atrair o perfil dos que encontravam na falta de acúmulo de capital econômico uma das principais barreiras de entrada no campo, seja para atrair o perfil dos que buscam o acúmulo desse capital em outras instituições estatais ou privadas. Assim, tanto a implementação do PROFA-I pelos diplomatas da gestão FHC quanto os aumentos salariais proporcionados pelos diplomatas da gestão Lula demonstraram que ambos os grupos tinham esse objetivo em comum. Outro exemplo nesse sentido é o programa de Ações Afirmativas para candidatos negros, ação que foi idealizada por um dos grupos e implementado por outro. Podemos dizer também que os dois grupos tiveram em comum o objetivo de caracterizar e fortalecer o IRBr como instituição de ensino superior, promotora de produção de conhecimento acadêmico originária do campo e estimuladora do desenvolvimento do perfil acadêmico dos novos e antigos diplomatas.

Entendemos que a maior parte das ações dos dois grupos são conflitantes entre si e representam seus distanciamentos simbólicos no que se refere às concepções dominantes de visão e divisão do campo, que tentaram transformar em hegemônicas durante o período de suas passagens na alta hierarquia do MRE e, conseqüentemente, no IRBr. Como exemplo, temos o fim do tema “Cultura Geral” nos concursos, promovido pelo grupo de diplomatas da gestão Lula. Essa área do conhecimento não existia nos concursos anteriores a 1996, portanto foi implementada pelo grupo de diplomatas ligados à gestão FHC e retirada pelos diplomatas da gestão Lula. Outro exemplo, foi o fim das provas orais e entrevistas, assim como a promoção de todas as fases do concurso nas cidades de aplicação, implementadas apenas quando o grupo de diplomatas da gestão Lula estavam no topo da hierarquia. Entendemos que essas medidas significaram a priorização, por parte deste grupo, por atrair para o campo um perfil de agentes que teria dificuldades para serem selecionados se fossem avaliados também pela capacidade de enfrentar o “rito de passagem” que representava as últimas fases do concurso em Brasília, no Palácio do Itamaraty, com arguições orais (MOURA, 2007). Por fim, a medida de aumentar expressivamente o número de vagas nos concursos, promovida pelo grupo de diplomatas da gestão Lula, significou um impacto grande no campo, tanto em

relação ao perfil dos novos diplomatas ingressantes quanto em relação às configurações das lutas internas. Esse impacto já atinge a base da hierarquia do campo (e suas consequências precisam ser verificadas mais a fundo em pesquisas futuras), assim como ainda atingirão com maior força o topo da hierarquia.⁴⁴

Dessa forma, a mudança da gestão FHC para a gestão Lula significou, em geral, uma mudança de rumos no que diz respeito à condução das alterações no processo de seleção de novos agentes do campo: importante jogo do campo dos diplomatas que define os perfis dos novos agentes que farão parte das futuras disputas internas pelo domínio do campo. Nossa pesquisa se propõe agora a compreender as características dos dois grupos de diplomatas que protagonizaram essas mudanças, assim como os elementos sociais que os aproximam e os que os distanciam.

5.2. As disputas do campo dos diplomatas: o “alto clero” e o “baixo clero” entre as gestões FHC e Lula

Como vimos, os anos entre 1995 e 2010 são importantes quando pontuamos as mudanças nas regras de seleção dos novos agentes do campo dos diplomatas. Esse período de 16 anos concentrou uma série de alterações desse que é um dos principais jogos internos do campo dos diplomatas. Entendemos que as alterações das regras de entrada de novos agentes do campo significam a tentativa de grupos de diplomatas de influenciar a variação do perfil dos novos agentes ingressantes no campo, os que irão participar das futuras disputas internas.

Essas alterações são demarcadas temporalmente com a alternância no governo federal, entre os governos FHC e Lula. O jogo do campo político tem influência sobre os jogos do campo dos diplomatas, como já visto. Essa influência é dada diretamente pela definição de quem ocupará os cargos do topo da hierarquia. Partindo do princípio de que os diplomatas não são um grupo homogêneo, que são agentes pertencentes a um campo de disputas, a interferência do campo político torna-se instrumento importante das disputas internas. Grupos de diplomatas conflitantes ganham ou perdem força a depender do jogo do campo político.

⁴⁴ Esses impactos na base da hierarquia do campo são parcialmente analisados por Gobo (2016), em que a autora estuda a “Revista Juca”, publicação dos agentes do campo ingressantes nas “turmas dos 100”. Outra análise é de Lima (2015), que cita a carta de representantes das “turmas dos 100” pela qual reivindicam a adequação nos critérios e números de vagas de ascensão na carreira, para que se adaptem a essas grandes turmas. Outros exemplos, como presença inédita de diplomatas nos recém-criados sindicatos da categoria, em *think tanks* ligados a movimentos sociais e partidos políticos, até mesmo, em “*realities shows*” de televisão, são elementos ricos para futuras pesquisas sobre o perfil das novas gerações de agentes do campo.

Mostramos que essa influência do campo político sob o campo dos diplomatas ocorre mesmo quando se analisa as mudanças no processo seletivo de novos diplomatas. Vimos que esse é um dos jogos do campo em que os agentes têm grande controle interno. Assim, mesmo um dos símbolos materializados da autonomia do campo dos diplomatas, o jogo jogado no IRBr, está imerso na influência da lógica de funcionamento do campo político. Nossas análises mostram que, a depender do grupo de diplomatas que assumiu o topo da hierarquia no campo, conduzidos principalmente em função das definições dos grupos que assumiram o topo da hierarquia no campo político, o jogo da definição das regras de seleção de novos diplomatas foi levado para lados às vezes congruentes, mas muitas vezes opostos. Mesmo um campo que apresenta um grau alto de autonomia, como o campo dos diplomatas, não está isolado de influências do jogo de outros campos (e ao mesmo tempo os influencia), principalmente no que se refere ao campo político. Portanto, esta análise do campo dos diplomatas precisa ser associada com análises sobre o campo político entre os governos FHC e Lula. Podemos encontrar um volume realmente grande de trabalhos que se prestam a fazer análises sobre esses períodos do campo político brasileiro. Procuramos, porém, referências nos trabalhos que apresentam propostas de diálogo com a perspectiva teórica que utilizamos aqui.

Em função disso, nos vimos na necessidade de começar a análise desse período de dezesseis anos citados anteriormente, entre os governos FHC e Lula, destacando o ano de 2002 e as eleições presidenciais no país. Esse contexto torna-se pertinente quando se aponta que as épocas de eleições são períodos passíveis de provocar redefinições nas disputas internas do campo político, logo, nos campos que têm relações diretas a este. São períodos caracterizados pelo movimento intenso de agentes e grupos de agentes, conflitantes e cooperantes, que têm nas eleições muitas vezes a possibilidade de aumento de oportunidades para que lutem por melhores posições na hierarquia do campo ou se mantenham no topo desta. A conjuntura de possível reformulação do campo político em momentos de eleições faz com que as estratificações historicamente construídas nos campos de intensas relações com o campo político, como o campo dos diplomatas, também sejam passíveis de alterações.

Nesse contexto, Grün (2013) faz uma análise de como as eleições de 2002 levou a ascensão do “baixo clero” do campo político e, conseqüentemente, representou uma redefinição da ordem simbólica no campo do poder no Brasil. Os efeitos dessa nova composição do campo político, trazida a partir de 2003, representaram uma efetiva distribuição de capital cultural na sociedade brasileira contemporânea. Um exemplo disso, destacado pelo autor, são as medidas econômicas que foram tomadas pelo baixo clero

(principalmente medidas de redistribuição de renda) que foram amplamente criticadas por órgãos de comunicação e de boa parte dos grupos dirigentes do país – agentes e grupos de agentes que sempre foram reconhecidos por exercerem o poder distintivo aos que ocupam a posição de centro no campo do poder historicamente, o “alto clero”. Contudo, a partir de 2008, essas medidas econômicas se mostraram medidas políticas contraintuitivas de enfrentamento da crise econômica mundial e que tiveram sucesso nas urnas desde então. Esses resultados das eleições denotaram indiretamente a aceitação social do ponto de vista contraintuitivo que o baixo clero apresentou, a despeito das críticas do alto clero que perdera (ao menos naquele momento) sua capacidade de imposição de visão e divisão de mundo até então hegemônica (GRÜN, 2013).

Nesse caso, o baixo clero deixou de se comportar como se esperava, de maneira intuitiva, ou seja, não agiu em busca do reconhecimento do alto clero do campo político e do campo do poder. Dessa forma, não obteve como resultado a reiteração e a naturalização da hierarquia cultural e política desses campos, sofrendo, assim, seguidas ações de retaliação e tentativas do alto clero de “voltar as coisas aos seus devidos lugares”. O comportamento do baixo clero naquele momento foi o de reverter a hierarquia dos campos político e do poder a seu favor. Essa atitude dos agentes que compõem o baixo clero, associada à análise que Grün (2013) faz dos diferentes capitais sociais, econômicos e simbólicos que esses detêm em comparação aos do alto clero, retoma o conceito de “grammariens” (BOURDIEU, 2012, p. 548), o qual se refere ao papel dos intelectuais dominados na construção dos Estados nacionais. Para isso, Bourdieu remete à ideia de “proletaroides” (WEBER, 1995, vol. 2, p. 269).

O comportamento do baixo clero do campo político proporcionou (e foi proporcionado por) processos de mudanças no campo do poder. Apesar de muito difundida a ideia de “insulamento do Itamaraty”, já debatida aqui, entendemos que esse movimento do campo político, marcado pelas eleições de 2002, representou um movimento correlato ao campo dos diplomatas. Ações contraintuitivas dos diplomatas que passaram a ocupar o topo da hierarquia do campo durante o governo Lula geraram reações do grupo de diplomatas que representavam o topo da hierarquia do campo no governo FHC, como já visto nas disputas midiáticas entre esses dois grupos. Exemplificamos essas ações contraintuitivas do “baixo clero dos diplomatas” com as análises sobre as mudanças das regras do processo de seleção de novos agentes do campo, porém entendemos que este é apenas um dos jogos do campo pelo qual é possível de se identificar essas ações contraintuitivas.

Essa situação do campo dos diplomatas tem paralelo com o campo dos economistas, analisado por Grün (2013): medidas contraintuitivas implementadas pelo governo Lula de enfrentamento da crise econômica mundial e, mais importante, sua defesa na arena política, também geraram reação do “alto clero” do campo político, ligados ao governo FHC. Tanto no campo dos economistas quanto no campo dos diplomatas a dinâmica da ação contraintuitiva feita por agentes que não representavam os antigos grupos hegemônicos de seus respectivos campos, seguida de reações do lado oposto, revelam a ascensão na hierarquia desses novos grupos em diversos campos. Ascensões essas proporcionadas pelo (ao mesmo tempo que proporcionadoras do) movimento de alternância entre os governos FHC e Lula.

6. CAPÍTULO V

ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM) EM UM DOS JOGOS DO CAMPO DOS DIPLOMATAS

A questão de saber o que é fazer ciência ou, mais precisamente, o esforço dispendido para saber o que faz o cientista, quer ele saiba ou não o que faz, não é somente uma indagação sobre a eficácia e o rigor formal das teorias e métodos disponíveis, mas um questionamento dos métodos e teorias em sua própria utilização para determinar o que fazem os objetos e os objetos que fazem. A ordem segundo a qual deve ser conduzida essa interrogação é imposta tanto pela análise propriamente epistemológica dos obstáculos do conhecimento quanto pela análise sociológica das implicações epistemológicas da sociologia atual que definem a hierarquia dos perigos epistemológicos e, por consequência, das urgências (BOURDIEU *et al.*, 2015, p. 21-22).

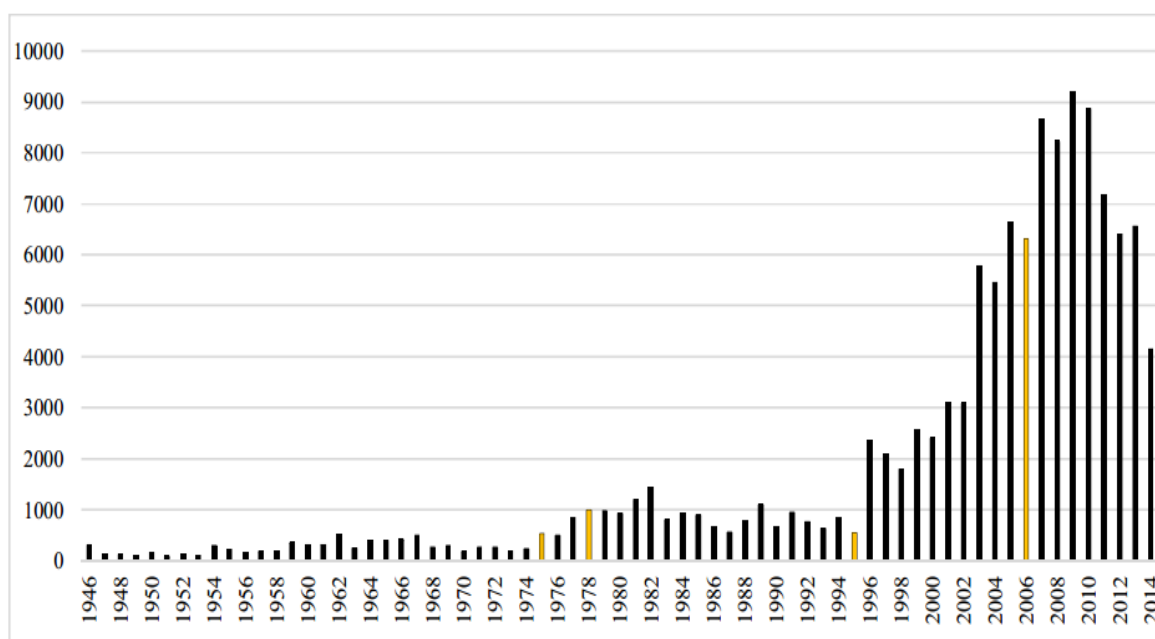
6.1. Antes da ACM, caracterização dos perfis dos agentes do campo dos diplomatas

Após pontuarmos e analisarmos as alterações das regras do processo de seleção de entrada de novos agentes no campo dos diplomatas, cabe agora apresentarmos algumas características do campo segundo o perfil de seus agentes. Escolhemos destacar as propriedades dos agentes do campo que nos permita não apenas enxergar um retrato do campo mas também compreender os impactos que as mudanças do processo seletivo tiveram sobre o perfil desses agentes. Mais adiante nesta pesquisa mostraremos como se configura o campo a partir da representação relacional e multidimensional de seus agentes e suas “distâncias sociais”, por meio de um exercício de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), o qual será mais bem compreendido também com base neste retrato do perfil dos agentes do campo.

A montagem do perfil retoma os trabalhos recentes de Lima (2015) e Gobo (2016). Esses autores sistematizaram informações dos bancos de dados do MRE sobre as características dos diplomatas, principalmente o Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010, em que constam os registros de diplomatas em atividade em 2010, que ingressaram no campo entre 1961 e 2009. Para auxiliar a leitura e interpretação dos gráficos e tabelas, sugerimos que a leitura desses se faça juntamente com o resumo esquemático das principais alterações das regras de seleção e seus marcos temporais, exposto anteriormente.

Começamos com o levantamento sobre o volume de inscrições feitas para o processo de seleção de entrada de novos agentes no campo, pontuado no Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Número total de inscrições para entrada no IRBr 1946-2014



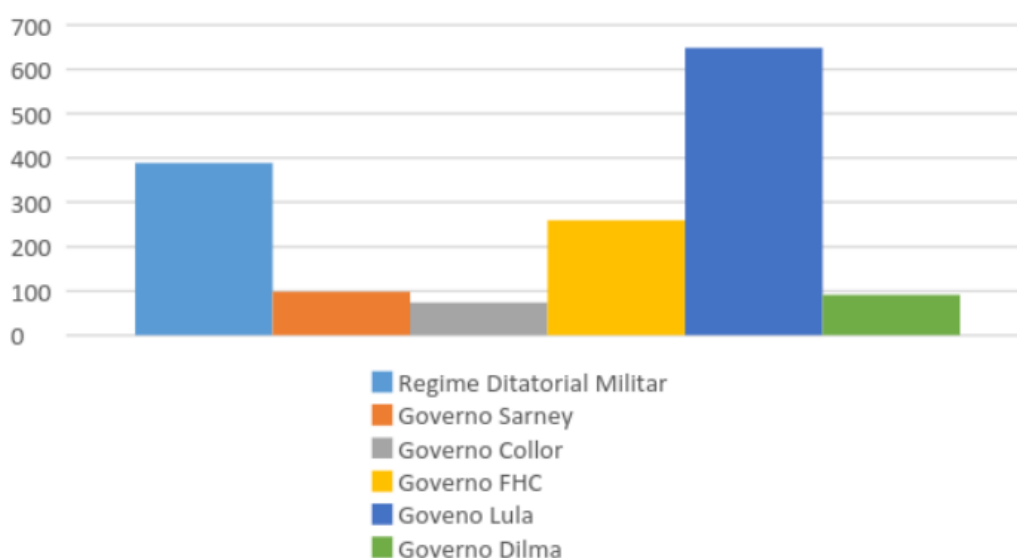
Fonte: Lima (2015).

Percebe-se que o volume das inscrições teve um aumento nos anos seguintes a 1976. Aumentaram consideravelmente no período pós-1996, chegando a dobrar o número de inscrições em relação a anos anteriores. Todavia, depois de 2003, o volume de inscrições mais do que dobra, na maioria dos anos, em relação aos já altos volumes pós-1996. Destacam-se as inscrições dos concursos das mais de 100 vagas (2006 a 2010).

O Gráfico 4 mostra o número de diplomatas ingressantes no campo de acordo com o período de ingresso. Destaca-se esse número de diplomatas que entraram no campo

durante os oito anos do governo Lula (2003 a 2010) que supera até mesmo o número de diplomatas que entraram no campo durante os vinte e um anos de regime ditatorial militar (1964 a 1985).

Gráfico 4 – Número total de ingressantes no campo 1964 a 2014

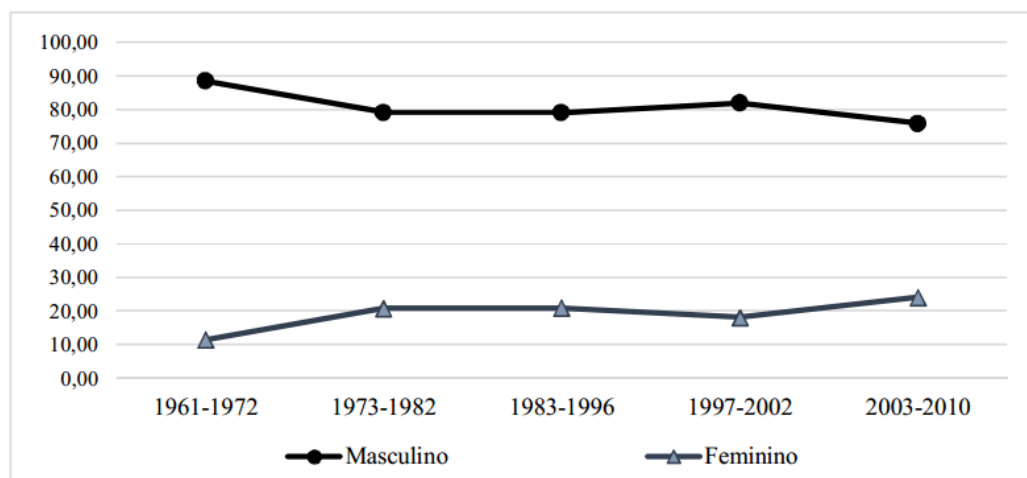


Fonte: Gobo (2016).

A composição de sexo entre os diplomatas na ativa em 2010 pode ser observado no Gráfico 5, em porcentagem (a linha do tempo refere-se ao ano de ingresso dos agentes no campo). Na Tabela 3, tem-se uma noção dessas porcentagens divididas pelos períodos de governos, até 2014. Percebe-se que as porcentagens de mulheres no Itamaraty têm uma tendência de diminuição ao passar dos anos até o início dos governos Lula, em 2003, quando, pela primeira vez, as mulheres ultrapassam os 20% entre os diplomatas.

Apenas em 1918 se tem o registro da primeira mulher diplomata no Brasil. Contudo, como visto, em 1938, foi proibida a participação de mulheres no concurso. Entre 1918 e 1938, 19 mulheres se tornaram diplomatas. Apenas em 1954 a proibição cai.

Gráfico 5 – Sexo dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 2010 (%)



Fonte: Lima (2015)

Tabela 3 – Sexo dos agentes do campo os diplomatas, por governos 1964 a 2014 (%)

SEXO	Governo Militar	Governo Sarney	Governo Collor/Itamar	Governo FHC	Governo Lula	Governo Dilma
Homens	79,4%	80,6%	81,3%	83,2%	75,3%	75,8%
Mulheres	20,6%	19,4%	18,7%	16,8%	24,7%	24,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

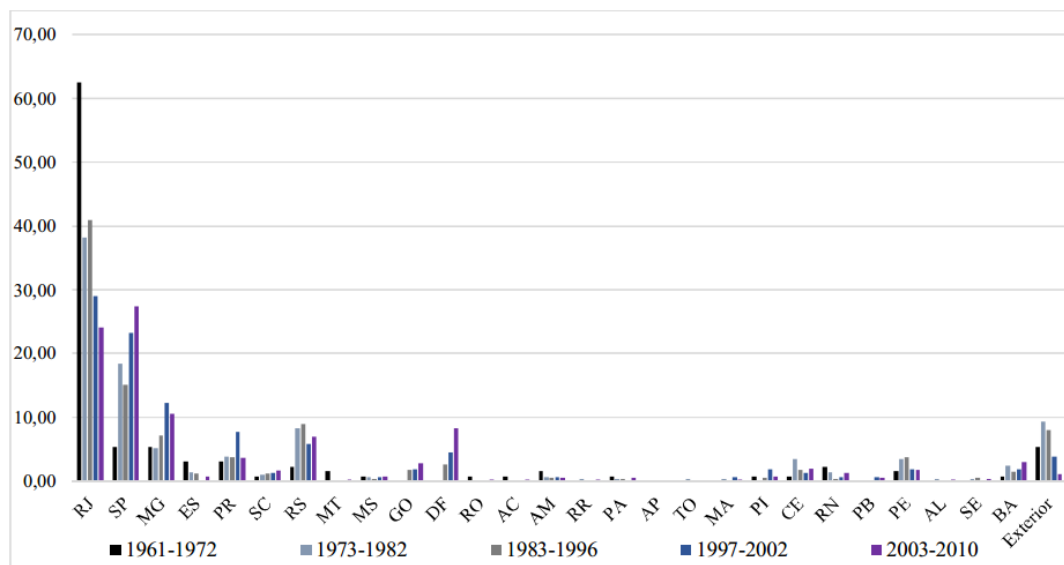
Fonte: GOBO (2016).

Entender a composição de raça no Itamaraty é uma tarefa que apresenta uma dificuldade peculiar. Não há dados oficiais disponíveis sobre a autodeclaração de cor dos diplomatas (GOBO, 2016, p. 128). Por meio de fontes de dados jornalísticos,⁴⁵ Karla Gobo afirma que, em 2003, dos 1.050 diplomatas em atividade, apenas 0,7% não faziam parte do grupo de agentes da cor branca. Informações como essa compõem o imaginário de que o campo dos diplomatas é um espaço historicamente de maioria de brancos. Por outro lado, há ainda recentes esforços de inserção da população negra nesse campo, como a adoção de programa de Ações Afirmativas de iniciativa do MRE, em 2002, implementado a partir de 2003, assim como a reserva de 20% das vagas no concurso para negros desde 2015, seguindo determinação de lei federal. Há trabalhos que versam sobre a inserção de negros no Itamaraty, destaque para Oliveira (2011) e Lima (2005).

⁴⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd060203.htm>>. Acesso em: jun. 2017.

Quanto ao local de origem dos diplomatas na ativa em 2010, o Gráfico 6 mostra uma concentração alta da porcentagem de agentes do campo provenientes dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo se comparados aos demais estados do país. O Gráfico 6 ainda permite a leitura da noção geracional dessa distribuição percentual, de acordo com o ano de ingresso dos agentes no campo. Percebe-se que os agentes provenientes do Rio de Janeiro apresentam uma tendência de queda percentual à medida que as gerações de novos diplomatas vão ingressando ao campo. Destaca-se a queda brusca de cariocas ingressantes no Itamaraty pós-1972, anos de transição do MRE e do IRBr do Rio de Janeiro para Brasília. Percebe-se que, após a mudança espacial dos diplomatas do Rio de Janeiro para Brasília, o percentual de agentes originários do Rio de Janeiro caiu e provocou um aumento de agentes advindos do Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Bahia e, principalmente, de São Paulo. Quanto aos paulistas no Itamaraty, a tendência de aumento da porcentagem desses ao longo dos anos após a mudança da capital federal os confirmaram como grupo majoritário entre os diplomatas no período pós-2003, quando, pela primeira vez, o Itamaraty deixou de ser majoritariamente carioca. Nesse último período analisado, o dos anos do governo Lula, também se destaca o aumento do número de brasilienses ingressantes no campo, que se colocam como quarta maior porcentagem de diplomatas, atrás apenas de paulistas, cariocas e mineiros, à frente dos gaúchos. Nesse contexto, em termos de proporção populacional desses três primeiros estados em relação a Brasília, vê-se que a presença percentual dos diplomatas brasilienses no campo é expressiva para o período pós-2003.

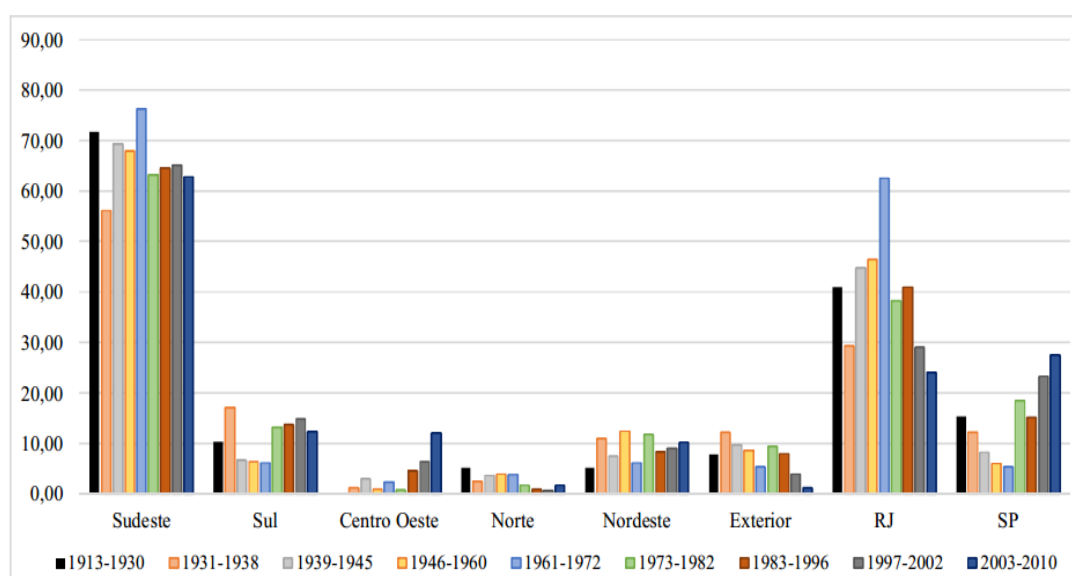
Gráfico 6 – Estado de nascimento dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 2010 (%)



Fonte: Lima (2015).

Já o Gráfico 7 mostra os mesmos dados percentuais do gráfico anterior, porém classificados por regiões do país. Destaque para os estados de Rio de Janeiro e São Paulo que, além de estarem contidos no universo das porcentagens do “Sudeste”, estão também representados em separado. Isso se deve por esses dois estados apresentarem as maiores porcentagens entre todos os estados. Note-se o aumento do recorte temporal que Lima (2015) conseguiu atribuir aos seus dados, adicionando os dados de Cheibub (1989). Este último coletou informações de diplomatas na ativa, entre outras fontes, com base no Anuário do Pessoal do MRE Diplomatas de 1960, portanto, tendo informações de diplomatas que ingressaram no campo desde 1913 até 1960. Interessante notar no Gráfico 7 que, antes da década de 1960, a tendência era de queda da presença de paulistas no Itamaraty, fato que comprova a ideia de que a mudança da capital federal foi um importante fator de entrada de paulistas no campo, acompanhada da queda da presença de cariocas. Outro fator interessante é notar que no último período analisado, entre 2003 e 2010, as regiões Norte, Nordeste e, principalmente, a Centro-oeste (especialmente, Brasília) apresentaram aumento da porcentagem de diplomatas no campo em relação ao período anterior, enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentaram queda. Importante lembrar que um dos fatores dessa situação, entre outros, é o fato de os cursinhos preparatórios especializados em concursos do IRBr terem crescido e se descentralizado do Rio de Janeiro, indo principalmente para São Paulo e por outras partes do país, oferecendo também cursos a distância (LIMA, 2015).

Gráfico 7 – Região de nascimento dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 1960 e 2010 (%)

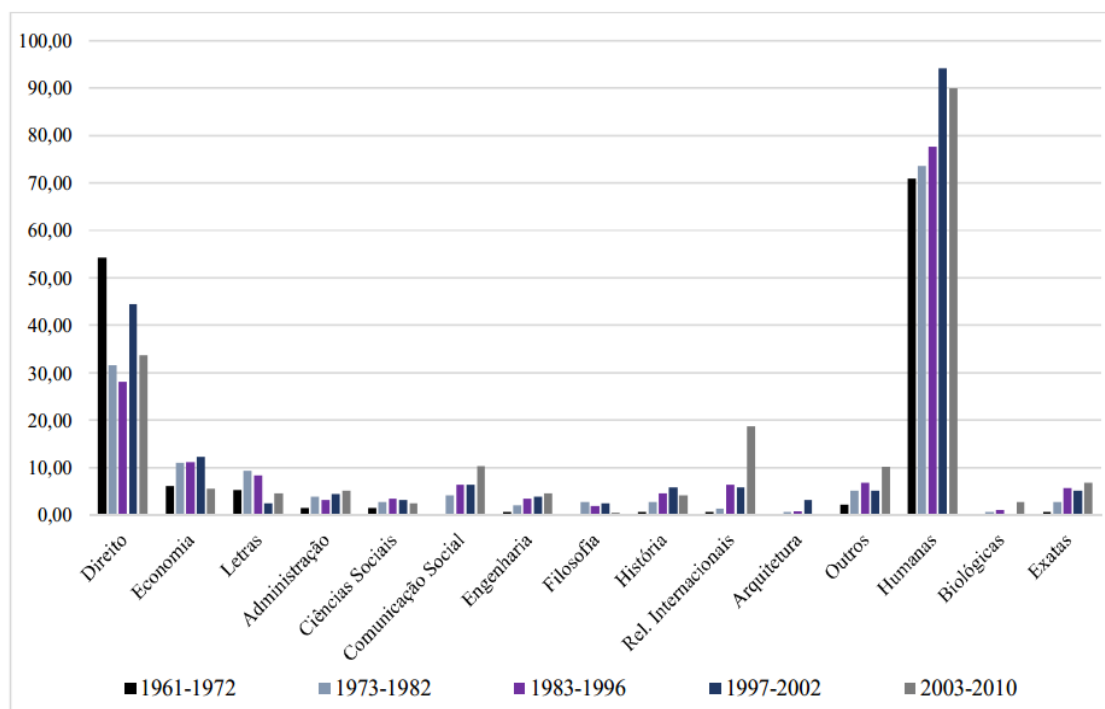


Fonte: Lima (2015).

Quanto ao capital escolar dos agentes do campo, vimos que este se torna cada vez mais valorizado à medida que o IRBr vai se caracterizando ao longo dos anos como uma instituição de ensino superior. A partir de 1996, as regras institucionais do MRE determinam que o candidato a ingressante no campo necessariamente deve ter um diploma de ensino superior, sem distinção, desde que reconhecido como oficial pelo Estado. No entanto, é de se esperar que existam cursos superiores que sejam fonte de capital escolar e simbólico maiores que outros para o agente conseguir entrar no campo. A mesma noção de distinção pode-se esperar para as universidades em que os agentes se formam. Vimos também que o campo dos diplomatas, via IRBr, procura estimular o perfil acadêmico dos novos agentes, aumentando, assim, a produção de conhecimento científico vinda diretamente dos agentes do campo dos diplomatas. Com isso, o capital escolar acumulado pelos diplomatas antes da entrada no campo mostra-se ainda mais importante como elemento de distinção entre os agentes.

Sobre isso, o Gráfico 8 mostra o curso de graduação que os diplomatas na ativa em 2010 tinham quando ingressaram no campo. Assim como nos outros gráficos, neste também é possível visualizar dados geracionais. As informações deste e dos próximos gráficos que apresentam dados sobre o capital escolar referem-se apenas aos agentes do campo que tinham curso superior completo no momento que ingressaram no campo – lembrando que antes de 1996, o IRBr aceitava candidatos que não tinham curso superior completo.

Gráfico 8 – Tipo de graduação completa no ingresso ao campo dos diplomatas dos agentes em atividade em 2010 (%)



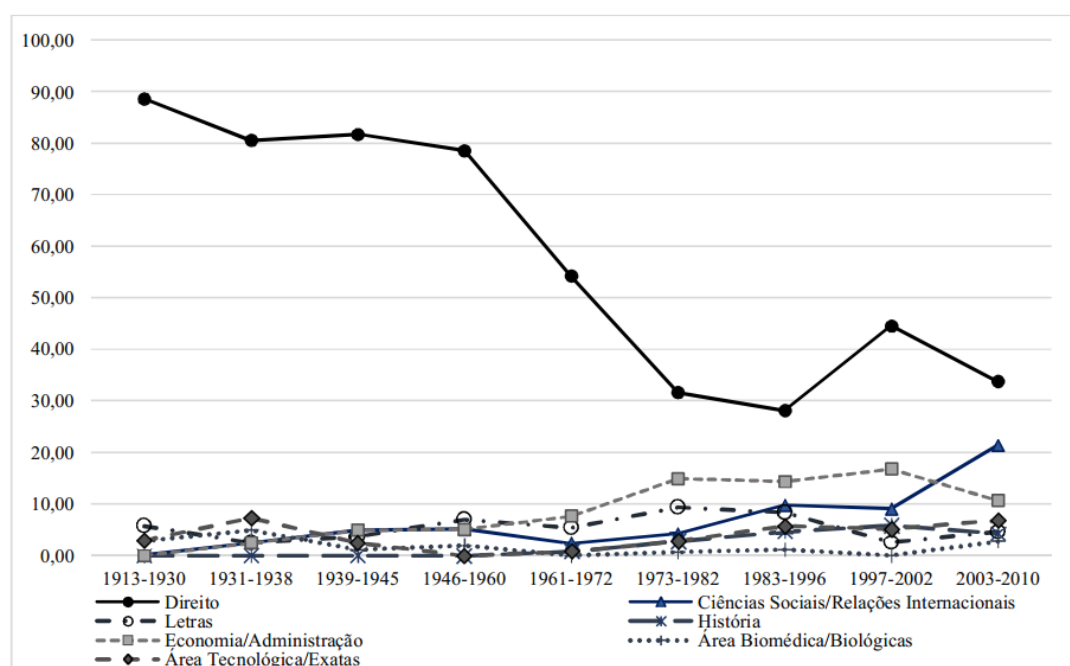
Fonte: Lima (2015).

Primeiramente, percebe-se que os cursos da grande área das Ciências Humanas são os percentualmente dominantes entre os diplomatas do campo, em todos os períodos destacados. Quando o IRBr passou a exigir curso superior completo para os candidatos, a partir de 1996, a porcentagem de diplomatas formados em cursos de Humanas aumentou consideravelmente, passando dos 90%. Num segundo momento, percebe-se que o curso de Direito é o percentualmente dominante entre os diplomatas em atividade em 2010, em todas as gerações. Contudo, quando se observa a trajetória geracional dos agentes, vê-se que a mudança do MRE do Rio de Janeiro para Brasília fez cair a porcentagem de juristas no Itamaraty, assim como já visto aqui que esta mudança também fez cair a porcentagem de cariocas. No mesmo período, cresceram as porcentagens de agentes formados nos cursos de Economia, Letras, Administração, Ciências Sociais, Engenharia, Filosofia, História, entre outros. No entanto, essa tendência de queda dos agentes do Direito no Itamaraty foi revertida no período pós-1996 e durante os dois mandatos do governo FHC quando os agentes formados em Direito voltaram a aumentar sua hegemonia no campo. Nesse período, é possível perceber uma queda percentual grande dos formados em Letras se comparados com o período anterior. Já no período pós 2003, durante os governos Lula, a porcentagem de

formados em Direito volta a sofrer queda, seguida de aumento do percentual de formados em Comunicação Social e, principalmente, em Relações Internacionais, que apresentou crescimento percentual acentuado no período. Esses agentes já ocupam a segunda maior taxa percentual de formados no campo, com quase 20% do total, enquanto os juristas são pouco mais de 30% da mais nova geração de ingressantes no campo.

O Gráfico 9 mostra as mesmas informações, porém com o recorte temporal ampliado, como já explicitado. Neste gráfico, vê-se que, mesmo antes da mudança da capital federal, a tendência era de leve queda dos graduados em Direito no Itamaraty. Ao crescimento vertiginoso da porcentagem de internacionalistas no campo, é preciso entender sobre a difusão dessa disciplina no Brasil. Até o final dos anos 1990, os poucos formados em cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil eram provenientes do curso da Universidade de Brasília (o mais antigo do país, registrado em 1974), da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro (desde 1992), e da pós-graduação da PUC-RJ. Em 2005, o Ministério da Educação já havia registrado 75 cursos novos de Relações Internacionais espalhados pelo Brasil (MOURA, 2007).

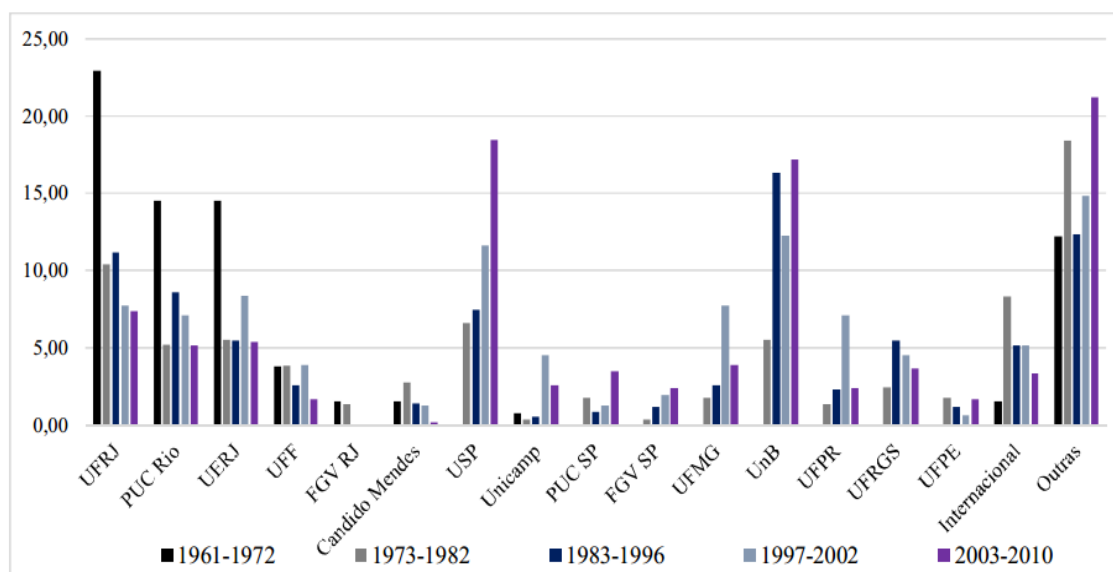
Gráfico 9 – Tipo de graduação completa no ingresso ao campo dos diplomatas dos agentes em atividade em 1960 e 2010 (%)



Fonte: Lima (2015).

Como já mencionado, importante também entendermos em quais universidades são formados os diplomatas do campo. No Gráfico 10, primeiramente vê-se que o capital escolar dos diplomatas vem majoritariamente das maiores e consideradas melhores universidades brasileiras, na maioria públicas, federais e estaduais. Vemos também que a distinção das universidades de formação dos diplomatas é marcada pelo fator geracional. Até a mudança da capital federal para Brasília, as universidades cariocas UFRJ, PUC-RJ, UERJ, UFF, FGV-RJ e Cândido Mendes formavam mais de 85% dos diplomatas que tinham curso superior completo, lembrando que nesse período esta ainda não era uma exigência para entrada no IRBr. Após a mudança do Itamaraty para Brasília, as universidades de outras regiões cresceram seu percentual de diplomatas formados, com destaque para a paulistas USP, a brasiliense UnB, além de agentes formados em universidades internacionais. A tendência de queda da porcentagem de formados nas universidades cariocas e aumentos dos formados em universidades de outras regiões é caracterizado principalmente pelo aumento vertiginoso de participação da UnB, chegando a alcançar a hegemonia entre os formados no Itamaraty no período que compreende o fim do regime ditatorial militar até o início do primeiro mandato do governo FHC. Mas o período pós-1996, até o fim do governo FHC, trouxe mudanças nesse quadro. Nesse período, há a queda da hegemonia de agentes advindos da UnB e o aumento forte da porcentagem dos da USP. Além disso, UFMG, UFPR, Unicamp e UERJ aumentaram consideravelmente suas representações entre os formados do campo no período. Já no período seguinte, pós-2003, até o fim do governo Lula, a UnB volta a aumentar sua porcentagem de representação nos formados, porém a USP se consolida como a universidade que mais forma diplomatas. Interessante notar que, além da USP e da UnB, aumentaram sua porcentagem nesse período apenas PUC-SP, FGV-SP, UFPE e, principalmente, a categoria “outras universidades”, que volta a ser hegemônica entre as porcentagens de formados, à frente até da primeira colocada, a USP. Essa situação de hegemonia da soma das porcentagens de formados em várias universidades pode caracterizar uma tendência de descentralização da representação de poucas universidades entre os formados no campo, situação observada pela primeira vez no período depois da mudança do MRE para Brasília (lembrando que era um período em que não era exigido o curso superior para ingresso no campo). Essa tendência de descentralização das universidades de origem dos formados no campo segue em crescimento forte pós-1996, tanto quanto USP e UnB, as universidades que mais formam agentes no campo.

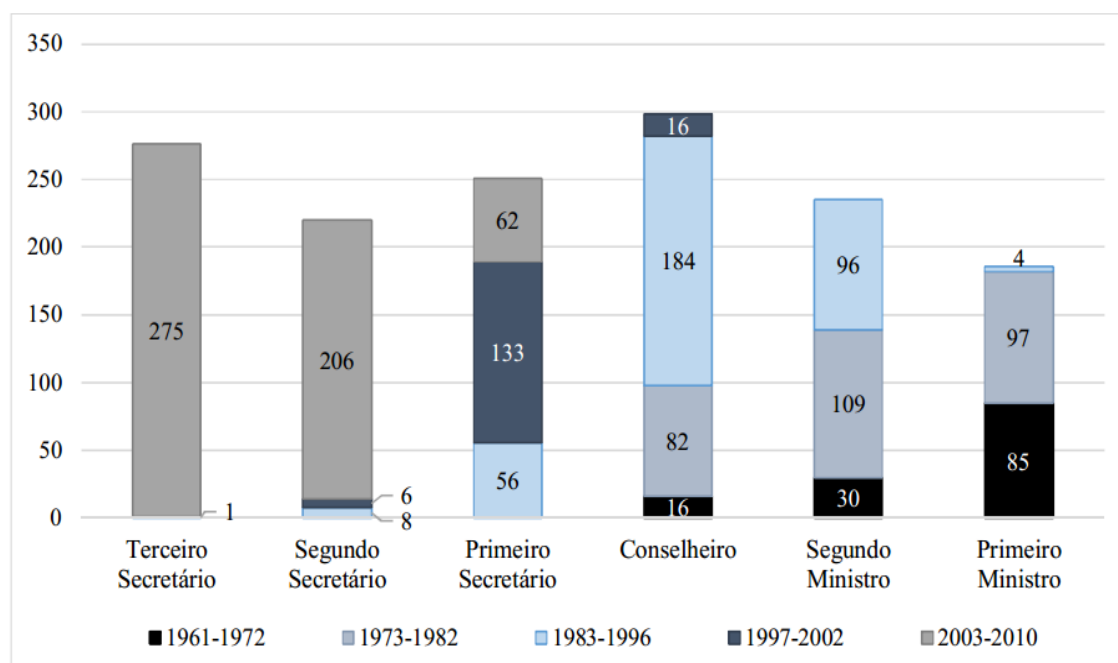
Gráfico 10 – Universidade de graduação completa no ingresso ao campo dos diplomatas dos agentes em atividade em 2010 (%)



Fonte: Lima (2015)

Por fim, o Gráfico 11 apresenta a distribuição numérica dos 1.466 agentes do campo em atividade em 2010, divididos pelos seis cargos que compõem a carreira da diplomacia, categorizados pelos cortes geracionais observados nos gráficos anteriores. Primeiramente, o gráfico mostra que a maioria dos diplomatas em atividade em 2010 são “filhos do Rio Branco brasileiro”, ou seja, entraram no campo depois da mudança do MRE para a nova capital federal. Entretanto, em um campo no qual uma das principais características é a da rígida hierarquia, é importante perceber que os agentes do campo que entraram no IRBr quando este ainda era no Rio de Janeiro ocupam um grande número das vagas do topo da carreira, já que, como esperado, os agentes que estão há mais tempo no campo são maioria nos cargos do topo da carreira. Podemos dividir os seis cargos em dois grandes grupos: os que formam a base da hierarquia, os cargos de Secretários e Conselheiros; e o topo da hierarquia, os Ministros e Embaixadores. A base correspondia, em 2010, a 1.045 agentes (71,3% do total) e o topo 421 agentes (28,7% do total). Assim, os agentes do campo na ativa em 2010 que entraram no período depois de 1996 até o fim do governo FHC eram 156 (10,6% do total). Já os que entraram depois de 2003 até o fim do governo Lula somavam 543 (37,0% do total). Esses dois grupos estão localizados totalmente na base da hierarquia, sendo que os agentes que entraram no campo durante o governo FHC correspondem a 14,9% da base, enquanto os que entraram durante o governo Lula correspondem a 52,0%.

Gráfico 11 – Distribuição numérica por cargo dos agentes do campo dos diplomatas em atividade em 2010



Fonte: Lima (2015)

Nesse contexto, com base nesses dados, pode-se fazer generalizações acerca do perfil das gerações que entraram no campo dos diplomatas, focando as principais mudanças no processo de seleção de novos agentes, representadas pelos períodos de corte que elegemos. A partir disso, vemos que o perfil de agentes do campo sofreu a primeira grande mudança não com a implementação do IRBr, em 1946, mas, sim, com a mudança da capital federal e, conseqüentemente, da sede do campo dos diplomatas, do Rio de Janeiro para Brasília, na primeira metade da década de 1970. Após a mudança espacial, o perfil do agente do campo passou a ser menos carioca e menos jurista, formado nas universidades do Rio de Janeiro. Enquanto isso, cresceu a presença principalmente de paulistas e formados nas universidades de São Paulo (com destaque para a USP), assim como de agentes de outros estados e universidades do país. O perfil jurista do diplomata do campo permaneceu predominante, comum a todas as gerações. Contudo, não mais corresponde a mais da metade dos agentes como antes da mudança espacial do campo do Rio de Janeiro para Brasília. Quanto a isso, é preciso destacar a presença de agentes do campo formados em Relações Internacionais, sobretudo após os anos 2000, quando houve aumento expressivo da presença desses agentes que tiveram acesso ao campo.

Pode-se afirmar com isso que o campo dos diplomatas em atividade em 2010 divide-se genericamente em uma geração mais antiga, que ocupa os postos mais altos da hierarquia, predominantemente carioca e formada nas universidades do Rio de Janeiro; e uma nova geração, base da hierarquia do campo, menos carioca, com maior presença de agentes vindos de outros lugares do país, com destaque para os paulistas e proporcionalmente os brasilienses. Essa nova geração ainda é predominantemente de advogados, mas com uma tendência a se tornar majoritariamente internacionalista, formados em universidades paulistas (com destaque para a USP), na UnB e outras universidades do país. Pode-se afirmar também que essa nova geração possui a maior presença feminina da trajetória histórica do campo, embora o número de mulheres diplomatas seja ainda proporcionalmente pequeno.

Embora essas constatações mais genéricas do campo dos diplomatas já nos permitam ter uma noção de como é composto o campo e seus agentes, ainda não são suficientes para que se caracterize com precisão a sua principal dimensão, a relacional. Segundo a teoria dos campos, as características sociais dos agentes são convertidas em capitais, os quais são utilizados nas disputas internas do campo. A partir da posse e acúmulo de certos capitais, os agentes e grupos de agentes tendem a se aproximar e a se afastar, compondo, assim, as lutas pelo domínio do campo. Para a devida compreensão sobre o que as características sociais dos agentes, descritas acima, significam sobre os elementos que os distanciam ou aproximam, ou seja, para o devido entendimento sobre a composição do campo com base na sua característica principal – seus grupos internos de oposição – faz-se necessária a aplicação das técnicas de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), utilizando os dados sociais dos agentes.

Diferentemente das técnicas estatísticas aplicadas nos gráficos vistos acima, a ACM permite um olhar relacional e multivariado dos agentes do campo, possibilitando a criação gráfica do espaço social em que os agentes atuam. Isso significa não tratarmos de forma isolada os agentes e suas características sociais, já que esses e suas práticas são fundamentados por meio de suas relações. Ou seja, uma análise estatística sobre o campo dos diplomatas fará sentido se trazer à tona a noção de que os agentes e suas características sociais existem a partir das relações as quais constroem entre si e as quais estão condicionados. Isso é possível a partir da técnica da ACM.

6.2. O que é e por que utilizar a Análise Geométrica de Dados?

Ao analisar o campo dos diplomatas com base no referencial teórico de Bourdieu, cabe-nos refletir sobre o que significa, na prática da pesquisa, aplicar conceitos como campo, *habitus*, capital, etc., sucintamente descritos em capítulos anteriores. Neste texto, os agentes do campo dos diplomatas foram estudados aplicando-se sobre eles uma análise prosopográfica transformada em Análise de Correspondência Múltipla (ACM), pela qual foi possível a constituição do espaço social de ação dos diplomatas pela medição das “distâncias sociais” entre os agentes. A ACM é um dos três componentes de um método estatístico de análise de dados denominado Análise Geométrica de Dados (AGD). Esta parte do texto foi dedicada ao detalhamento do que vem a ser especificamente esse instrumental metodológico, assim como para a exposição dos motivos pelos quais empregamos essa metodologia de pesquisa. Fizemos isso principalmente com base nas obras de F. Lebaron e B. Le Roux (2015), F. Lebaron (2009), P. Bourdieu *et al.* (2015), B. Le Roux e H. Rouanet (2010) e J. Duval (2015).

A Análise Geométrica de Dados (AGD) é uma abordagem estatística multivariada, desenvolvida na década de 1960 por Jean-Paul Benzécri, estatístico francês. Nela os dados e suas interpretações são representados na forma de nuvens de pontos. A AGD propõe uma análise de dados que parte do princípio da relação que os “indivíduos estatísticos” (que podem ser pessoas, instituições, etc.) têm entre si e entre suas propriedades (coletadas e qualificadas a partir de variáveis e modalidades de variáveis). Este trabalho trata da descrição da AGD, tendo em vista seu caráter de conhecimento científico que, como tal, está inserido em uma disputa interna no campo científico, mais especificamente no campo dos estatísticos e seus subcampos.

F. Lebaron e B. Le Roux (2015) classificam a estatística como uma metadisciplina, ou seja, ela trabalha com os materiais “exteriores” às disciplinas: os dados. A estatística é um conjunto de métodos utilizados para analisar e interpretar dados. Sua característica de onipresença em trabalhos científicos, em geral, leva os pesquisadores a sempre criarem argumentos em seus trabalhos com base na utilização ou não utilização da estatística. Seu uso frequente e universalizado em várias disciplinas, com os mais diversos objetos, desde as Ciências Biológicas e Exatas, passando pelas Ciências Humanas, em trabalhos acadêmicos pelo mundo, em diversas línguas, contribui fortemente para a construção e reprodução da ideia de que a estatística é um saber pretensamente neutro.

Apesar de não existir um estudo específico do campo dos estatísticos, pode-se dizer que, desde o pós-guerra (a partir de 1945), a estatística anglo-saxônica é posta a uma

situação de quase monopólio no meio acadêmico. No campo dos estatísticos, existem dois subcampos, o da estatística matemática e o da estatística de pesquisas (ou estatística aplicada). O primeiro é o dominante de campo, representado pelos departamentos de grandes universidades e instituições de formação. O segundo é o dominado, representado pelos diversos departamentos de disciplinas empíricas, desde as Ciências Naturais até as Ciências Sociais. Este segundo subcampo da estatística de pesquisa é essencialmente normativo: é considerado a instância legítima que administra as evidências científicas, legitimação que é sustentada (e sustenta ao mesmo tempo) pelos periódicos de publicações científicas de referência no mundo.

Tendo essa composição do campo dos estatísticos como base, entendamos agora a AGD no campo. A Análise Geométrica de Dados (AGD) foi criada por Jean-Paul Benzécri, na França, nos anos 1960. A nomenclatura utilizada para descrever sua metodologia de análise de dados na época era, na língua francesa, “*analyse des données*”, que fazia referência à análise geral de dados estatísticos, como a nomenclatura “*data analysis*”, no inglês. Podemos perceber que nessa época existia uma disputa acirrada no campo dos estatísticos entre a corrente francesa e a anglo-saxã de metodologia de análise de dados, visto que o termo no inglês “*French Data Analysis*” começou a ser conhecido e utilizado para diferenciar as duas formas, muito diferentes, de tratamento estatístico de dados.

O termo “*Geometric Data Analysis*” foi sugerido em 1996, por P. Suppes, para denominar a maneira francesa de análise de dados, criada por Jean-Paul Benzécri. Portanto, estamos tratando de um método estatístico que está, como toda produção de conhecimento científico, inserido em um processo de disputa de legitimidade em seu campo. Nesse caso, trata-se de uma metodologia estatística de origem francesa que se encontra em disputa direta com a hegemônica metodologia anglo-saxã de análise de dados, mais especificamente no que tange a “Análise Multivariada” (*Multivariate Analysis*, no inglês), principalmente da técnica de “regressão”.⁴⁶

Desse modo, os três componentes da AGD são: a Análise de Correspondência, utilizada para tratamento de tabela de contingência (tabela de observações independentes de duas ou mais variáveis aleatórias, normalmente qualitativas); a Análise de Componentes Principais, utilizada para tratamento de tabela de Indivíduos *vs.* Variáveis, com variáveis

⁴⁶ Para mais especificações sobre essa disputa no campo da estatística, ver Le Roux, B. et Rouanet, H. (2004), *Geometric Data Analysis. From Correspondence Analysis to Structured Data Analysis*. Dordrecht: Kluwer. Para uma retomada histórica da trajetória da AGD, ver Lebaron, F. et Le Roux, B. (2015) *La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod. Cap. 1, p. 11-13 e Cap. 2.

numéricas; e a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) – a qual utilizamos neste trabalho – empregada também para tratamento de tabela de Indivíduos *vs.* Variáveis, porém com variáveis categorizadas.

Os três fundamentos da AGD: análise geométrica, formal e descritiva/indutiva dos dados, opõem-se completamente aos três fundamentos da Análise Multivariada: análise numérica, matricial, aleatória dos dados. O modelo geométrico de dados é a essência da AGD. Com uma tabela de dados coletados em campo (seja por entrevistas, seja por análise de documentos), são construídas nuvens de pontos para que as interpretações dos dados sejam feitas. Essas nuvens de pontos podem ser de dois tipos: a representação dos indivíduos estatísticos e/ou das modalidades em que eles se relacionam. Apresentaremos uma descrição específica sobre as etapas de construção de nossa ACM sobre os diplomatas nas próximas partes da tese.

O conceito de geometria de dados é composto de duas etapas: a construção das nuvens e a redução da dimensionalidade do espaço construído. Para a construção das nuvens, precisamos transformar uma tabela de dados em representação gráfica em forma de nuvem. Para isso, é preciso definir as distâncias entre pontos de saída de cada perfil dos indivíduos estatísticos e seus pontos de aproximações e distanciamentos. Essas distâncias, em AGD, são baseadas na métrica euclidiana.⁴⁷ Uma nuvem em AGD pode ser unidimensional, bidimensional, tridimensional, etc. A dimensionalidade do espaço necessário para a construção da nuvem será definida pelo exercício de redução da dimensionalidade. Esse exercício se baseia na procura do melhor ajuste da nuvem para a definição de sua dimensão. Nesse caso, o eixo principal fornece a melhor aproximação unidimensional da nuvem, de acordo com as medições no espaço dos pontos que ela representa. Uma sucessão de ajustes e medições nos fornecem como produto a melhor aproximação razoável da nuvem e distância entre seus pontos representados, definindo, assim, sua dimensionalidade. Portanto, diferentemente da característica numérica na abordagem da Análise Multivariada, a característica geométrica na AGD é essencialmente relacional, apenas existe em função da construção de relações entre os indivíduos estatísticos e/ou as modalidades deles analisadas.

A abordagem formal em estatística consiste em fundamentar os procedimentos por meio das estruturas matemáticas. Formalmente, uma nuvem de pontos em AGD é um apanhado de pontos ponderados em um espaço euclidiano. As estruturas matemáticas são as

⁴⁷ Em matemática, distância euclidiana (ou distância métrica) é aquela entre dois pontos, que pode ser provada pela aplicação repetida do teorema de Pitágoras. Aplicando essa fórmula como distância, o espaço euclidiano torna-se um espaço métrico.

que guiam as escolhas dos procedimentos e, assim, evitam os erros metodológicos, por exemplo, compara nuvens que estão em espaços métricos diferentes. Nesse ponto, a comparação entre nuvens de mesmo espaço métrico permite ao pesquisador, por exemplo, fazer análises de espaços que possam ter homologias estruturais. A essência da AGD é a aliança entre suas características geométrica e formal, que é definida como uma abordagem geométrico-formal da estatística multivariada. A estatística utilizada em pesquisas acadêmicas que ignora a abordagem formal é baseada exclusivamente em cálculos matriciais, os quais reduzem a teoria estatística a uma técnica. Segundo J-P Benzécri (1973), citado por F. Lebaron e B. Le Roux (2015):

“Esta abordagem matricial [amplamente difundida] é o maior obstáculo ao entendimento correto do método de AGD: por um lado, as figuras geométricas desconectadas de suas razões estruturais são criadas apenas para se fazer representações gráficas com estruturas parasitas que podem prejudicar a compreensão total dos procedimentos. Por outro lado, não somente as demonstrações matriciais convencem sem esclarecer (...) como o cálculo matricial não é suficiente capaz de abordar as estruturas geométricas dos dados” (BENZÉCRI *et al.*, 1973, vol. 2, p.58: *Critique du calcul matriciel* – tradução livre).

De acordo com a abordagem indutiva da AGD, o modelo de análise é que deve seguir os dados, e não o inverso. Frequentemente os dados multivariados vão literalmente em todos os sentidos. A construção das nuvens nos leva a dominar essa multidimensionalidade própria da característica relacional dos indivíduos estatísticos e/ou suas modalidades. As nuvens fornecem, então, uma ferramenta que faz emergir padrões com base nos dados multivariados. Nesse ponto, a abordagem indutiva da AGD não se opõe ao princípio da modelização como representação simplificada e inteligível dos dados, diferente do modelo aleatório das Análises Multivariadas. “Análises estatísticas devem ser insensíveis às esperanças e aos pré-julgamentos do pesquisador” (LEBARON; LE ROUX, 2015). A abordagem indutiva livra o pesquisador de se prender a retóricas artificiais de técnicas quantitativas e, no seu lugar, permite ao pesquisador procurar saber o que existe dentro dos dados. Ao proceder uma pesquisa com AGD, não se faz necessário estipular hipóteses de pesquisa, a não ser aquelas estritamente técnicas que servem de guia para início da coleta de dados e construção do escopo de análise. Por isso, a pesquisa feita por meio do uso de AGD faz parte do princípio de livrar o pesquisador de armadilhas e erros de análise típicas de tratos de pesquisa rígidas baseadas em estipulação, teste e comprovação ou não de hipóteses de

pesquisa. Outra característica importante no uso de AGD é que sua abordagem indutiva prioriza a análise descritiva antes da inferência estatística.⁴⁸

Até agora abordamos a AGD majoritariamente sob o ponto de vista da estatística matemática. Contudo, sob o ponto de vista da estatística aplicada, a AGD também é um contraponto à abordagem hegemônica. A AGD é uma crítica à ideia que concebe a estatística como uma instância de controle técnico, isto é, que não tem relação com a problemática da pesquisa realizada. A AGD é concebida a partir do combate à ideia de que a estatística é uma espécie de instância de certificação da pesquisa que está sendo executada, um conjunto de técnicas que servem para verificar “se tudo está indo conforme as regras”. Ideia esta que está presente também na concepção hegemônica da estatística acadêmica. Esse caráter está ligado diretamente à ideologia positivista do modelo quantitativo ligado à produção de conhecimento científico: as variáveis são antecipadamente definidas, que operacionalizam o problema estudado, sobre os quais as hipóteses de pesquisa deverão ser especificadas. Com isso, as conclusões da pesquisa são produzidas a partir das hipóteses e são estabelecidas com base nos procedimentos formais estatísticos, que chancelam a pesquisa, pois são reconhecidos como legítimos em sua “neutralidade” e são legitimados por seu reconhecimento como técnica “neutra”.

Uma alternativa a isso é a concepção da AGD de que a estatística é um guia/instrumento de análise do pesquisador, e que não existe separação entre a etapa de trato dos dados da pesquisa e a etapa de reflexão sobre o objeto de pesquisa. Coloca, assim, um diálogo vivo e estimulante entre os estatísticos e os pesquisadores, uma maneira eficaz de levar a cabo a forma de se fazer pesquisa que não prevê separação entre teoria e prática: a teoria é fundamental para que a prática da pesquisa seja feita, ao mesmo tempo que é na pesquisa de campo que a teoria vai ser renovada e reformulada.⁴⁹ O modelo geométrico-formal de análise de dados multidimensional, por meio de construção de nuvens de pontos e abordagem indutiva, propõe uma sociologia do espaço social em vez de uma sociologia de variáveis. A oposição entre o trabalho qualitativo e o quantitativo é uma barreira a ser superada. A ideia é analisar sociologicamente a construção dos dados quantitativos. Objetificar a pesquisa por meio de dados quantitativos não deve ser uma prática de pesquisa.

⁴⁸ Inferência estatística são os estudos feitos por meio de generalizações de uma população por meio de evidências de que uma amostra retirada desta população forneceu ao pesquisador.

⁴⁹ Apenas no que concerne à ideia de “diálogo vivo entre estatísticos e pesquisadores” talvez devamos considerar que este diálogo, na prática, tenha sido substituído atualmente em grande parte pelos *softwares* e pelos computadores. Contudo, a ideia de tornar a estatística parte atuante da pesquisa se mantém. Sobre a presença da informática na aplicação da AGD, ver Lebaron, F. et Le Roux, B. (2015) *La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod, p. 19.

Não deve existir objetivação de análises a começar por dados estatísticos, mas, sim, pela prática de uma sociologia dos dados. “Uma nuvem de pontos não é uma equação nem um discurso: entre o quantitativo e o qualitativo existe a geometria. Em vez de pressupor a existência de entidades numéricas, nós construímos um espaço multidimensional no qual nós poderemos descobrir as escalas sobre as quais elas existem” (LEBARON; LE ROUX, 2015, p. 16 – tradução livre).

Em resumo, todo estudo empírico implica uma problemática que serve de guia de coleta e de interpretação de dados. A partir do momento que essa problemática é formalizada em termos matemáticos, procura-se aplicar a eles um método de análise. Para dados multivariados, a AGD proporciona um modelo de análise geométrico. Além de funcionar pela redução das dimensionalidades do espaço relacional do objeto de pesquisa, a AGD inclui um processo de classificação. Essa classificação é feita pela caracterização dos indivíduos estatísticos, que são colocados nas mesmas grandezas de medição para que se conheça as semelhanças e as diferenças entre eles. Esse exercício permite que se faça uma medição de distâncias entre os indivíduos; isso leva em conta a aproximação de indivíduos mais semelhantes entre si, por conseguinte, o afastamento de indivíduos menos semelhantes. Dessa forma, faz-se uma construção gráfica do espaço relacional desses indivíduos por intermédio do cálculo de suas “distâncias sociais”.⁵⁰ É possível, assim, classificar os indivíduos pelas suas distâncias sociais e associar essas a análises de eixos de variáveis, a partir da construção de elipses de concentração. Uma aplicação de AGD é muito apta a revelar estruturas complexas de tabelas grandes, porém o método geométrico é inapropriado para a utilização em tabelas pequenas, a saber, tabelas de contingência 5x4 ou tabelas de Indivíduos vs. Variáveis com número de variáveis inferior a dez (LEBARON; LE ROUX, 2015, p. 18).

6.3. Bourdieu e a Análise Geométrica de Dados

“Enquanto vocês tomarem o dado – os famosos *data* dos sociólogos positivistas – tal como ele se dá, dar-se-vos-á sem problemas. Tudo anda por si, naturalmente. As portas abrem-se e as bocas também. Que grupo recusaria o registro sacralizador do historiógrafo? (...) enquanto vocês permanecerem na ordem das aparências socialmente construída, todas as aparências estarão a vosso favor, convosco, - até mesmo a aparência da cientificidade. Pelo contrário, desde que vocês comecem

⁵⁰ A AGD privilegia o método de “classificação ascendente hierárquica” euclidiana. Para mais detalhes sobre esse conceito, ver Le Roux, B. (2014). *Analyse géométrique des données multidimensionnelles*. Paris: Dunod. cap. 10. Assim como Benzécri, J-P (1992). *Correspondence Analysis Handbook*. Dekker, New York.

a trabalhar num verdadeiro objeto construído, tudo se torna difícil: o progresso “teórico” gera um acréscimo de dificuldades “metodológicas”. Os “metodólogos” não terão dificuldade em encontrar o pequeno erro nas operações que é preciso fazer para aprender, assim-assim, o objeto construído.” (BOURDIEU, 2011c. Cap II p. 41).

Frédéric Lebaron (2009, LEBARON; LE ROUX, 2015), descreveu sobre o processo de escolha de metodologia de quantificação que P. Bourdieu utilizou em suas pesquisas, mostrou por que ele utilizou a Análise de Correspondência (AC) e a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) em seus trabalhos e demonstrou que o programa de quantificação dos dados de suas pesquisas foram a consequência lógica de uma experiência crítica e reflexão que teve por meio das práticas e métodos quantitativos que dominavam as Ciências Sociais em sua época (e ainda hoje). A AC e a ACM são métodos que mais se aproximam e permitem melhor apreensão prática da pesquisa empírica da maneira com que Bourdieu construiu sua teoria e visão de mundo social. Frédéric Lebaron (2015, p. 43) cita Bourdieu (Prefácio à edição alemã de “*Métier de sociologue*”):

“Eu utilizo muito a análise de correspondência, porque eu penso que é um procedimento relacional cuja filosofia exprime pleno acordo com minha constituição de realidade social. É um procedimento que “pensa” relacionalmente e é o que eu tento fazer com o conceito de campo.” (tradução livre).

Bourdieu já tinha publicado trabalhos em conjunto com estatísticos quando, entre o final de década de 1960 e começo dos anos 1970, elaborou o conceito de campo. Nesse mesmo período, se difundia e tornava-se hegemônico nas Ciências Sociais o uso da ferramenta estatística da “análise de regressão”. Já em 1966, Bourdieu se juntou a A. Darbel para criticar esse método estatístico empregado em pesquisas em Ciências Sociais.⁵¹ A crítica de Bourdieu a esse tipo de abordagem estatística tinha como referência a abordagem estruturalista da Antropologia e Linguística francesas, correntes de pensamento muito influentes na França dos anos 1960, principalmente com autores como Lévi-Strauss e Saussure, até então referências para Bourdieu. Como mencionado no capítulo I, a essa influência lévi-straussiana, mais tarde se somou ao trabalho de Bourdieu a influência do filósofo Ernst Cassirer, que desenvolveu a noção de oposição entre uma visão “substancial” e uma visão “relacional” de mundo. Essa noção se tornou decisiva para o desenvolvimento dos trabalhos futuros de Bourdieu e, consequentemente, para afinar sua crítica ao método hegemônico anglo-saxão de uso da

⁵¹ Darras (1966). “La fin d’un malthusianisme” in *Le partage des bénéfices*. Paris: Les Editions de Minuit.

estatística em Ciências Sociais. Em “A Distinção”, publicado em 1979, Bourdieu explicita que “a relação particular entre uma variável dependente (por exemplo, uma “opinião política”) e uma variável então denominada independente (como sexo, idade ou religião) esconderia um complexo sistema de relações que poderiam revelar as correlações de forças determinantes que explicassem o fenômeno investigado” (Lebaron, 2009, p. 103, tradução livre).

Tomando-se esse tipo de crítica à análise de dados hegemônica, somando-se ao referencial teórico que o autor estava desenvolvendo com base no refinamento de seus conceitos de campo e *habitus*, Bourdieu consolidava a noção de que os efeitos das interações sociais deveriam ser explicados, tendo em consideração uma complexa estrutura de inter-relações causais. Essas não caberiam em um modelo estatístico em que se parte do princípio da existência de variáveis independentes com “efeito puro”. Por isso, sem abdicar da importância de objetivação empírica de pesquisas teóricas pelo uso da estatística, Bourdieu se colocava sob a necessidade do desenvolvimento de um instrumento matemático permanente que servisse de instrumento de formalização do caráter relacional da realidade social.

“Particularmente significativo é o fato de que a estatística – ciência do erro e do conhecimento próximo que, em procedimentos tão usuais quanto o cálculo do erro ou dos limites de confiança, coloca em ação uma filosofia da vigilância crítica – possa ser correntemente utilizada como álibi científico da submissão cega ao instrumento.” (BOURDIEU *et al.*, 2015, p. 21).

Nesse contexto, Bourdieu juntou-se aos grupos de matemáticos que eram referência para pesquisas na área das Ciências Humanas. Buscava com eles um instrumento de análise estatística capaz de apreender as dimensões relacionais da realidade social, assim como demandava sua teoria baseada em conceitos como campo e *habitus*. Nesse mesmo período, final dos anos 1960, estava surgindo e ganhando força na França a equipe de pesquisa de Jean-Paul Benzécri, estatístico que desenvolvera a “Análise Geométrica de Dados” (GDA). Já na segunda metade dos anos 1960, Bourdieu tomava conhecimento dessa corrente de pesquisa que pretendia renovar o campo de conhecimento da estatística com o uso de sólida base matemática e filosófica. Nesse período, Bourdieu elegeu essa ferramenta estatística como a mais próxima de sua abordagem teórica de análise relacional dos fenômenos sociais. Ele a utilizou em suas pesquisas durante 30 anos, entre as décadas de 1970 e 1990, desde as análises a partir de dados coletados em *surveys* sobre gostos de classe até em análise de dados prosopográficos sobre editoras francesas. Bourdieu dizia que se a análise estatística fosse empregada para ajudar na formulação da explicação sociológica, ela deveria

ser feita de maneira multidimensional, ou seja, deveria permitir a operacionalização das diferentes dimensões fundamentais do espaço social (as diferentes espécies de capitais) para, assim, fornecer um modelo geométrico de dados (um resumo de todo um conjunto de regularidades estatísticas) que permitisse ao pesquisador fazer a construção, a análise e a interpretação do espaço social estudado (DESROSIÈRES, 2008; LEBARON, 2009). O objetivo maior dessa metodologia é estudar o espaço social global e os subespaços que o compõem: os campos e o campo do poder. A metodologia multinacional de análise estatística que condiz com esse objetivo de pesquisa é a Análise Geométrica de Dados (AGD), que, por sua vez, pode ser feita por meio da Análise de Correspondência (AC), Análise de Correspondência Múltipla (ACM) ou Análise de Componentes Principais (ACP), como já visto. O método de AGD é, portanto, muito próximo do uso clássico da análise fatorial.⁵²

A coleta de dados para a utilização da AGD pode ser feita a partir de questionário de perguntas aos agentes, coleta de dados documental e/ou a partir de prosopografia. A prosopografia (coleta de dados biográficos dos agentes do campo estudado) foi diretamente inspirada em práticas crescentes de trabalhos de história social. Depois da etapa de coleta de dados, faz-se necessário definir as variáveis ativas e suplementares para caracterizar o espaço social analisado. As variáveis ativas são aquelas que servirão para construir o espaço, ou seja, vão definir as distâncias entre os indivíduos estatísticos e determinar os eixos da nuvem; as variáveis suplementares são as que caracterizam os eixos.

Bourdieu, em parceria com outros pesquisadores, utilizou essa ferramenta estatística em vários trabalhos, como “*L’anatomie du goût*” (1976), “*Le Patronat*” (1978), “*La Distinction*” (1979), “*Homo Academicus*” (1984), “*La noblesse d’Etat*” (1989), “*Les structures sociales de l’économie*” (1990) e “*Une révolution conservatrice dans l’édition*” (1999).⁵³ A análise de correspondência passou a ser uma importante aliada de Bourdieu no entendimento tanto das posições dos agentes no campo como da lógica de organização desse campo em determinado recorte temporal.

A AGD tem sido utilizada também por pesquisadores que trabalharam com Bourdieu e/ou os que seguem seu método de trabalho, como Luc Boltanski, Remi Lenoir, Patrick Champagne, Monique de Saint-Martin, entre outros, entre as décadas de 1980 e 1990.

⁵² “A análise fatorial tem como objetivo principal explicar a correlação ou covariância entre um conjunto de variáveis, em termos de um número limitado de variáveis não observáveis. Essas variáveis não observáveis ou fatores são calculados pela combinação linear das variáveis originais” (Ver: <<http://arquivo.ufv.br/saeg/saeg43.htm>>. Acesso em: 28 maio 2017.

⁵³ Para uma análise específica sobre o uso do método de AGD nos trabalhos de P. Bourdieu citados, ver F. Lebaron (2009).

Uma nova geração de pesquisadores também se destaca atualmente no uso de AGD, como Gisèle Sapiro, Frédéric Lebaron, Julien Duval, entre outros.

Desse modo, a AGD apresenta-se como uma ferramenta metodológica que permite ao pesquisador descobrir e mostrar a estrutura do campo pesquisado; demonstrar homologias estruturais entre campos diferentes; determinar a autonomia relativa do campo ou espaço social; estudar os subespaços inseridos em um espaço social geral; relacionar agentes e suas propriedades por meio do estudo das nuvens de indivíduos estatísticos e as nuvens de variáveis desses indivíduos; e para analisar as possíveis dinâmicas presentes nos campos e suas classificações.

6.4. ACM aplicada ao jogo do IRBr do campo dos diplomatas entre FHC e Lula

Nosso estudo relacional sobre os diplomatas teve na aplicação da ACM uma importante fonte de análise relacional do campo. Com esse exercício, conseguimos produzir uma ferramenta analítica que permitiu compreender melhor a lógica de funcionamento do campo que determina e conduz a ação dos agentes. A ACM permite ao pesquisador ter um panorama do espaço social analisado pelas posições dos agentes no campo. Dessa forma, o pesquisador pode analisar melhor as hierarquias e lutas simbólicas do campo, os processos de consolidação de novas disputas, os capitais que são valorizados no campo, identificar os agentes que fazem parte dos grupos em conflito, entre outros pontos.

Começamos esse exercício com a definição do universo dos agentes em foco. Como dito anteriormente, definimos que neste trabalho analisaríamos os protagonistas do campo dos diplomatas, ou seja, os agentes portadores do título institucional de “diplomata”, apesar de entendermos que o campo dos diplomatas é composto não apenas por estes agentes. Mostramos também que nesta pesquisa utilizamos a estratégia metodológica de elegermos um “jogo” específico do campo para a análise, definido a partir de um recorte temporal específico, que nos permitisse cumprirmos os objetivos traçados na pesquisa. Dessa forma, essa ACM foi construída para se compreender as ações de mudança do processo de seleção de novos diplomatas do campo durante os 16 anos dos governos FHC e Lula, no período entre os anos de 1995 a 2010.

Uma vez colocadas as definições de pesquisa, primeiramente buscamos informações sobre quem seriam os diplomatas responsáveis pelo IRBr no período, já que essa é a instituição onde se concentra o jogo do campo que estamos analisando. Encontramos no Anuário no Instituto Rio Branco 2015 (BRASIL, 2016), já descrito aqui, listas dos nomes de

todos os diplomatas que passaram pelo IRBr ao longo de sua trajetória. Adicionamos à essa lista os nomes dos Secretários-Gerais e Ministros de Estado que também passaram pelo MRE no período, pois, além dos agentes que compõem o quadro específico do IRBr, os Secretários Gerais e Ministros de Estado também são agentes do campo diretamente ligados ao IRBr, segundo o organograma do MRE e, portanto, são parte direta do jogo. Quando compreendemos que uma das principais características do campo é sua noção de hierarquia institucionalizada, reforçamos a ideia de adicionar os nomes do alto escalão do campo nessa lista. Além disso, esses são os principais agentes responsáveis pelas negociações entre o campo dos diplomatas e o campo político. Por esse motivo, entendemos que esses são agentes com grande peso no jogo analisado. Dessa forma, chegamos a uma lista de 57 diplomatas que passaram pelo IRBr entre 1995 e 2010 e, portanto, operacionalizaram o jogo do campo em questão. Assim, a análise compreenderá uma parte do campo dos diplomatas, um subcampo, responsável pelo jogo jogado no IRBr.

A partir de definição da lista de agentes do campo que participaram do jogo, o passo seguinte foi encontrar o máximo de informações possíveis sobre estes diplomatas a fim de montarmos um banco de dados com as características sociais destes agentes e os capitais que acumulam para atuar no campo. Para isso, foi criada uma tabela na qual as linhas continham as informações dos 57 diplomatas (a partir de agora denominados “indivíduos estatísticos”), e as colunas, as variáveis que representavam as suas características sociais. Primeiramente, definimos com o universo de variáveis, informações que julgamos importante sabermos sobre os diplomatas para entendermos seus capitais. Nessa fase da pesquisa, foi importante nos munirmos do máximo de noção sobre o universo do campo pesquisado. Dessa forma, fomos capazes de elencar variáveis que atendiam à coleta de informações relevantes sobre os agentes para compormos os valores do campo e, assim, construirmos uma ACM que reproduzisse da melhor forma o espaço social analisado. Assim, classificamos nossas variáveis em 5 tipos: 1) propriedades sociais/demográficas e origem familiar dos agentes (8 variáveis); 2) propriedades de trajetória escolar do agente: (7 variáveis); 3) propriedades de trajetória da carreira do agente no MRE (11 variáveis); 4) propriedades de trajetória da carreira do agente no IRBr (10 variáveis); e 5) propriedades de reconhecimento/notoriedade do agente perante os outros agentes do campo (7 variáveis). Assim, nossa tabela restou com 43 variáveis.

Definidas as variáveis e seus indivíduos estatísticos – 57 nomes de diplomatas nas linhas e as 43 variáveis, nas colunas –, iniciamos o preenchimento dos dados. Nossa primeira estratégia de pesquisa foi esgotar ao máximo as fontes de dados secundários, ou seja,

encontrar as informações contidas em documentos do MRE, reportagens jornalísticas, outras pesquisas acadêmicas sobre diplomatas, entre outras. As primeiras informações encontradas foram do próprio Anuário do IRBr 2015 (BRASIL, 2016). Tivemos acesso também aos dados do Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010, já mencionado aqui, do qual retiramos a maior parte das informações para o nosso fim, sobretudo aquelas a respeito dos diplomatas mais novos no campo. Para os mais antigos, os dados foram mais fáceis de encontrar. Há muitas informações sobre diplomatas que são ou já foram embaixadores e cônsules, chefes de missões diplomáticas, ou que ocuparam cargos da alta hierarquia do campo. Muitas vezes, os próprios diplomatas mantêm *sites* na internet com dados pessoais e descrições da sua trajetória de vida. Cabe lembrar também a valorosa fonte de informações do acervo bibliográfico digital do CPDOC, já mencionada anteriormente nesta pesquisa. O que não foi encontrado nas fontes secundárias veio de fonte primária, ou seja, via contato direto com o indivíduo estatístico. Esses contatos foram feitos, na sua maioria, pela *internet* e alguns pessoalmente, para aqueles que se encontravam em Brasília na época da coleta dos dados.⁵⁴

O passo seguinte foi fazer reparos na tabela para que os dados brutos coletados fossem sistematizados. Primeiramente é importante dizer que, mesmo com os esforços de coleta de dados, algumas informações sobre alguns indivíduos não foram possíveis de serem coletadas, deixando a tabela sem informações para algumas variáveis. Esses dados perdidos foram considerados estatisticamente no momento da realização dos cálculos para compor a ACM. Outro procedimento necessário de ser feito na tabela, depois dos dados coletados, são os ajustes nas variáveis. Cada variável possui suas categorias. A quantidade de categorias é diferente a depender da variável. Por exemplo, a variável “sexo” continha duas categorias “masculino” e “feminino”. Essa não é uma variável que nos demandou ajustes depois da coleta de dados. Contudo, a variável “ano de nascimento”, por exemplo, trouxe um número grande de respostas diferentes, e isso demandou agrupá-las em categorias que foram definidas como “década de 1940”, “década de 1950”, e assim por diante. Ao final, essa variável ficou com cinco categorias e, assim, passível de ser sistematizada. Lembrando que os critérios de construção das categorias foram dois: a) conteúdos e valores exclusivos em cada uma delas, não conflitantes umas com as outras; e b) que cada uma delas não representasse menos do que

⁵⁴ Muitas vezes, mesmo sem a necessidade de coleta de dados para a tabela, realizamos contatos com diplomatas para entendermos melhor o universo do campo que não se percebe através da pesquisa em fonte de dados secundários. Procurávamos realizar entrevistas ou mesmo conversas menos formais, de preferência dentro e fora do ambiente do Itamaraty. Este trabalho de campo também foi feito com funcionários do Itamaraty (Oficiais e Auxiliares de Chancelaria).

5% da frequência da variável em questão (PEDROSO NETO, 2015; LEBARON, 2006; LE ROUX; ROUANET, 2010).

Uma vez com o banco de dados pronto, o próximo passo consistiu em anexá-lo a um *software* de análise de dados estatísticos que realizasse cálculos de ACM.⁵⁵ Esse programa de computador permitiu sistematizar os dados e produziu tabelas de porcentagens estatísticas e planos fatoriais, os gráficos de “nuvens”. As nuvens são o formato gráfico que a ACM, como técnica analítica, que permite a visualização do espaço social analisado. A técnica consiste em representar graficamente a medição das distâncias estatísticas (aproximações e afastamentos) dos agentes do campo (indivíduos estatísticos). Essas distâncias são medidas por análises fatoriais a partir da interação de todas as variáveis prosopográficas coletadas sobre os indivíduos. Essas variáveis analisadas de forma conjunta para cada indivíduo e, ao mesmo tempo, para todos os indivíduos em relação, indicam o ponto no plano fatorial em que os agentes se encontram, permitindo a reprodução visual do campo em que atuam.

A representação gráfica da ACM “em nuvem” significa a representação de um plano fatorial cujo eixo principal resultante concentra a maior variância (ou dispersão), e os outros eixos representam os percentuais de variância restantes (PEDROSO NETO, 2015; LEBARON, 2006, 2009). As nuvens da ACM são de dois tipos: nuvens dos indivíduos estatísticos e nuvens das variáveis. Para construí-las, é preciso definir as variáveis ativas, “ou seja, aquelas que contribuem para criar as distâncias entre os indivíduos estatísticos” (PEDROSO NETO, 2015, p. 141), e as variáveis suplementares, “que não contribuem para criar as distâncias, mas são projetadas sobre o espaço criado pelas primeiras e, assim, ajudam nas explicações. Geralmente, são variáveis sobre tomadas de posição, com dados incompletos para todos os indivíduos” (*Op. cit.*).

Nossa ACM foi realizada para os 57 indivíduos estatísticos. Das 43 variáveis que tínhamos, 23 foram selecionadas como ativas e 11 como suplementares, totalizando 70 categorias de variáveis ativas. O percentual de variância do primeiro eixo fatorial é de 13,96% e do segundo de 7,39%, sendo que entre estes dois eixos houve o maior valor limiar de concentração. As contribuições percentuais das 23 variáveis ativas no plano fatorial estão representadas na Tabela 4.⁵⁶

⁵⁵ Utilizamos nessa pesquisa o SPAD (versão 9.0.23), da empresa Coheris (www.coheris.com).

⁵⁶ Uma das variáveis que talvez surtisse mais curiosidade seria a “possui familiares diplomatas ou ligados à diplomacia?”. Contudo, esta variável apresentou um índice grande de dados incompletos para todos os indivíduos, o que nos fez classificá-la como variável suplementar e não ativa.

Tabela 4 – Contribuições das variáveis ativas no plano fatorial (nuvem) (%)

Variáveis	Peso relativo (%)	Eixo 1 (%)	Eixo 2 (%)
Década de nascimento	4,3	9,4	6,5
Período em que entrou no MRE	4,3	11,0	12,1
Cargo mais alto na carreira enquanto servia ao IRBr	4,3	13,8	12,9
Escolaridade quando entrou no MRE	4,3	7,7	3,9
Cargo mais alto que ocupou na administração do IRBr	4,3	10,3	2,6
Medalhas / Ordens / Condecorações?	4,3	5,5	0,0
Atuou em Organismos Internacionais?	4,3	5,9	0,5
Chefiou delegações?	4,3	6,3	0,0
Cidade nascimento	4,3	0,3	11,8
Tipo de cidade nascimento	4,3	0,2	10,6
Curso em que se graduou	4,3	4,6	13,5
Universidade em que se graduou	4,3	3,0	7,7
Atuou no IRBr durante a gestão FHC ou Lula?	4,3	1,0	6,2
Sexo	4,3	0,6	0,2
Atividade acadêmica durante serviço no MRE, em paralelo?	4,3	1,7	0,5
Idade que entrou no MRE	4,3	0,9	1,8
Atuou em acessoria a Presidência da República?	4,3	1,3	0,0
Número de anos que atuou no IRBr	4,3	3,8	0,4
Foi professor(a) do IRBr?	4,3	2,0	2,1
Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva? (1º ou 2º no processo seletivo)	4,3	3,0	2,2
Prêmio Rio Branco? (1º ou 2º na formatura do IRBr)	4,3	2,7	0,7
Locais de serviço no exterior classe A?	4,3	1,6	0,0
Publicou livros ou artigos?	4,3	3,7	3,8
TOTAL	99,4	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados extraídos de Brasil (2016), Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e fontes diversas.

Primeiramente, na Tabela 4, das 23 variáveis ativas, umas têm mais peso percentual no plano fatorial do que outras. As variáveis marcadas na cor laranja são as três que apresentaram maior peso nos dois eixos ao mesmo tempo, ou seja, são as variáveis que mais contribuem para determinar as distâncias estatísticas entre os agentes no campo, nos quatro quadrantes do plano fatorial. Somadas representam 34,2% do peso no eixo 1 e 31,5% do peso no eixo 2.

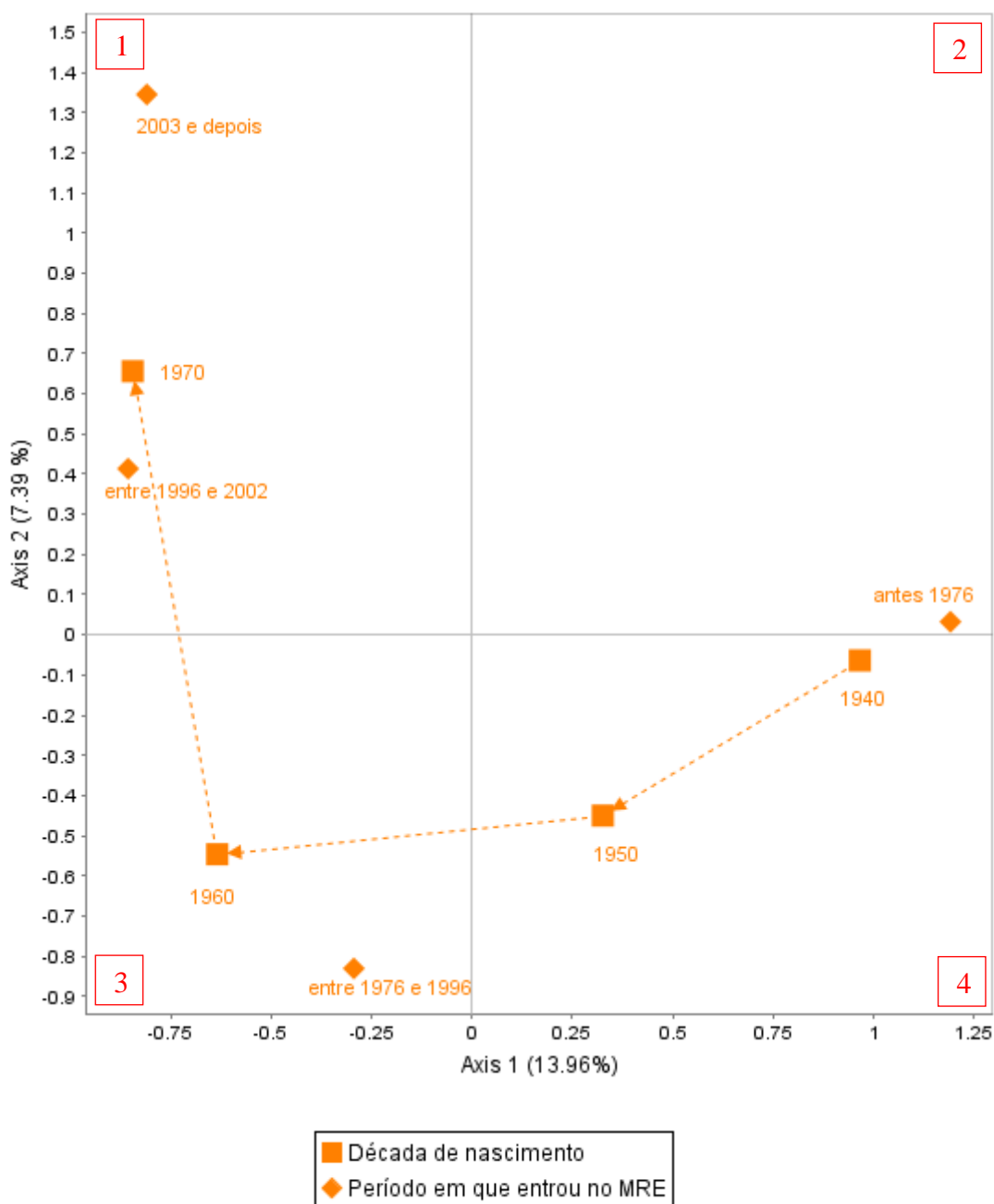
Na cor verde, estão representadas as cinco variáveis que apresentaram maior peso no eixo 1 (eixo com maior percentual de variância do plano fatorial), ou seja, mais contribuíram para determinar as distâncias dos agentes representados nos lados esquerdo/direito do plano fatorial (quadrantes 1 e 3 vs. 2 e 4). Somadas, essas variáveis representam 35,6% do peso do eixo.

Na cor azul, estão marcadas outras cinco variáveis que apresentaram maior peso no eixo 2 do plano fatorial, ou seja, são as que não contribuíram para determinar as distâncias dos agentes do campo representados nos lados acima/abaixo no plano fatorial (quadrantes 1 e 2 vs. 3 e 4). Somadas, essas variáveis representam 49,8% do peso do eixo.

As últimas dez variáveis, que não estão representadas por cores na tabela, apresentaram um peso percentual baixo de representação nos dois eixos, valores de cada variável menores que o peso percentual relativo (4,3%) em cada um dos eixos. Somadas, as dez variáveis representam 21,1% do peso no eixo 1, e 11,7% do peso no eixo 2.

A composição do espaço social fica clara com a representação da nuvem das variáveis. Optamos por construir essa nuvem por etapas para termos a exata noção de como está constituído o espaço social representado. Primeiramente, o Gráfico 12 traz a representação de duas das três variáveis que mais pesam no plano fatorial. Por essas duas variáveis tem-se a noção de quanto esse espaço social é marcado a partir de elementos geracionais. As duas variáveis somadas representam um peso de 20,4% no eixo 1 e 18,6% no eixo 2. Para a variável “Década de nascimento”, construímos 4 categorias: nascidos nas décadas de “1940”, “1950”, “1960” e “1970”. Para a variável “Período em que entrou no MRE”, construímos também 4 categorias, a partir dos marcos temporais das principais mudanças no processo de seleção do IRBr, listadas anteriormente. São as categorias: ingressantes no campo “antes de 1976”, “entre 1976 e 1996”, “entre 1996 e 2002” e “2003 e depois”.

Gráfico 12 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis – gerações



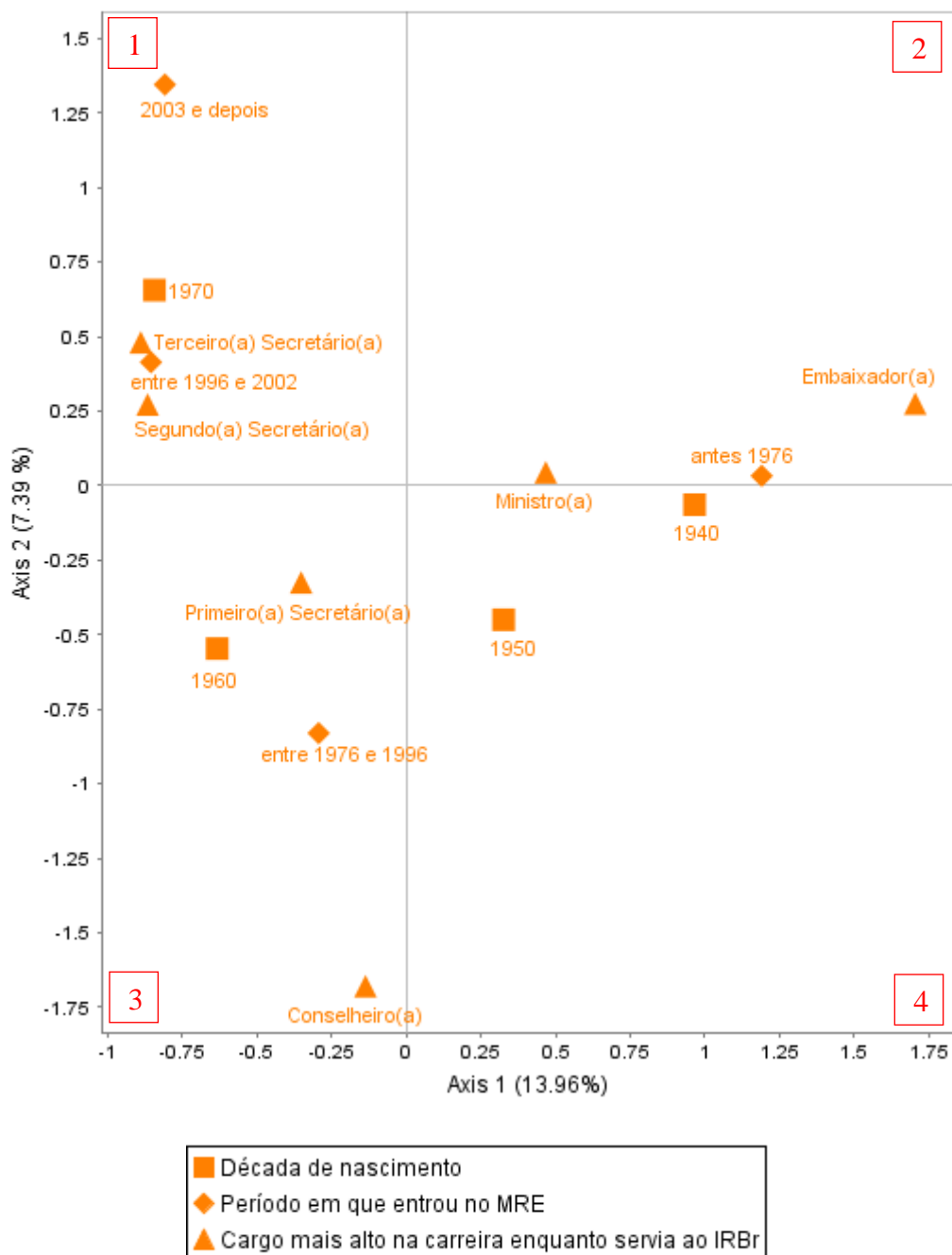
Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos Brasil (2016), Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e outras fontes diversas.

As categorias das duas variáveis seguem padrões coerentes de disposição no plano fatorial. Longe do centro do plano, próximo das fronteiras dos quadrantes 2 e 4, estão localizadas as categorias que representam as gerações mais antigas do campo. Em sentido oposto no plano fatorial, longe do centro e no alto do quadrante 1, encontram-se as categorias que representam as gerações mais novas do campo. Pela disposição das outras categorias no

plano fatorial, pode-se traçar um arco com sentido decrescente de idade dos agentes e de anos de atuação no campo, ou seja, a começar das gerações mais antigas para as mais novas, que vai do quadrante 2, passando para o 4, para o 3, até o 1.

No Gráfico 13, acrescentamos ao plano fatorial a terceira variável que completa as que mais pesam percentualmente no plano fatorial. Dessa forma, vemos que além dos elementos geracionais, marcam o campo o elemento da posição hierárquica que o agente ocupa na carreira. Na variável “Cargo mais alto na carreira enquanto servia ao IRBr”, estão representadas pelas categorias os seis cargos da carreira diplomática. Mais uma vez, percebemos um padrão de posição do plano fatorial convergente entre essas e categorias das variáveis anteriores. Na área em que se encontram as gerações mais antigas, estão também os cargos do topo da hierarquia. À medida que fazemos o mesmo trajeto anteriormente sugerido para as categorias geracionais, passamos pelas categorias de hierarquia: em ordem decrescente dos cargos no mesmo sentido da ordem decrescente de anos de idade e atividade no campo. Assim, já começamos a caracterizar no plano fatorial os quadrantes 2 e 4 como áreas que representam as gerações mais antigas, tanto em idade quanto em tempo de atividade no campo, e do topo da hierarquia; o quadrante 3 de uma geração de transição e nível hierárquico intermediário; e o quadrante 1 como área da nova geração e base da hierarquia do campo.

Gráfico 13 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis – gerações e cargos



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos Brasil (2016) Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e outras fontes diversas.

No gráfico 14, adicionamos ao plano fatorial as cinco variáveis que têm maior peso no eixo 1, ou seja, as que apresentam categorias que determinam as distâncias dos agentes representados principalmente nos lados esquerdo/direito do plano fatorial (quadrantes 1 e 3 *versus* 2 e 4). A variável “Escolaridade quando entrou no MRE” é uma das variáveis que representa o acúmulo de capital escolar do agente antes de entrar no campo. Ela é

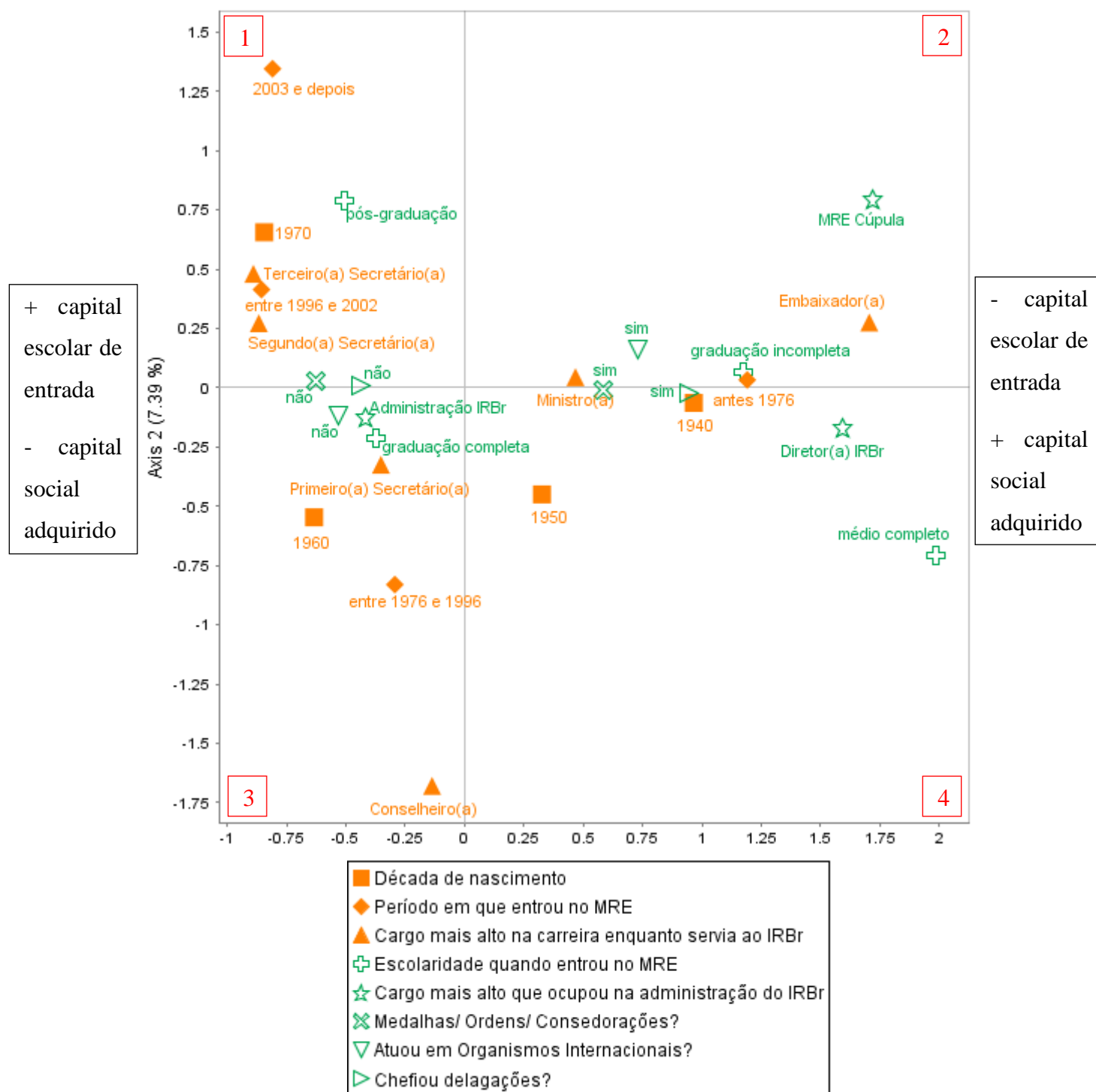
representada por quatro categorias: ensino “médio completo”, “graduação incompleta”, “graduação completa”, “pós-graduação”. A disposição dessas categorias no plano fatorial segue o mesmo padrão apresentado das categorias anteriores, pois estão também relacionadas às exigências determinadas pelas regras do processo seletivo ao longo do tempo.

A variável “Cargo mais alto que ocupou na administração do IRBr” é mais um elemento da posição hierárquica do campo, dessa vez interna ao IRBr. Ela é representada por três categorias: “MRE cúpula” (representando os Secretários-Gerais e Ministros de Estado), “Diretor(a) do IRBr” (cargo mais alto dentro do Instituto) e “Administração do IRBr” (referente aos outros cargos internos). A posição dessas categorias segue o padrão apresentado pelas outras categorias que também representam a posição hierárquica do campo.

As 3 últimas variáveis “Medalhas/Ordens/Condecorações?”, “Atuou em Organismos Internacionais?” e “Chefiou delegações” representam elementos de acúmulo de capital social que os agentes vão adquirindo ao longo da carreira e, como vimos anteriormente, são revertidos em capital simbólico no campo. As 3 variáveis são representadas por categorias binárias simples: “sim” e “não”. Percebemos que as categorias positivas para as três variáveis, assim como as negativas, se encontram próximas umas das outras e em setores opostos esquerda/direita (quadrantes 1 e 3 *versus* 2 e 4) do plano fatorial.

Com essas cinco variáveis e a posição das suas categorias, podemos atribuir uma segunda característica de padrão ao nosso plano fatorial. O lado direito do plano (quadrantes 2 e 4), à medida que vão se afastando do centro, encontram-se as áreas nas quais os agentes apresentam **menos capital escolar de entrada** no campo (ensino “médio completo” e “graduação incompleta”) e **mais capital social adquirido** durante a trajetória no campo (“MRE cúpula”, “Diretor(a) do IRBr”, e os três “sim”). Enquanto o lado esquerdo do plano (quadrantes 1 e 3) são as áreas nas quais os agentes apresentam **mais capital escolar de entrada** no campo (“graduação completa” e “pós-graduação”) e **menos capital social adquirido** durante a trajetória no campo (“Administração do IRBr” e os três “não”).

Gráfico 14 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis – gerações e cargos, capital escolar de entrada no campo e capital social



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos Brasil (2016), Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e outras fontes diversas.

Por fim, no Gráfico 15, nossa nuvem de variáveis está completa, com a adição no plano fatorial das últimas cinco variáveis mais representativas, as que têm maior peso no eixo

2, ou seja, as que apresentam categorias que determinam as distâncias dos agentes representados principalmente nos lados acima/abaixo no plano fatorial (quadrantes 1 e 2 *versus* 3 e 4). As variáveis “Cidade nascimento” e “Tipo de cidade nascimento” representam os elementos dos locais de origens dos agentes. A primeira variável está representada por três categorias: “São Paulo”, “Rio de Janeiro” e “Outras cidades”. A segunda está representada por duas categorias: “capital” e “interior”. Percebemos um padrão coerente de localização das categorias, enquanto “interior” e “Outras cidades” estão na área abaixo do plano, “São Paulo”, “Rio de Janeiro” e “capital” se encontram juntas, na área acima do plano. Importante perceber que as categorias “São Paulo” e “Rio de Janeiro” estão em quadrantes diferentes (1 e 2, respectivamente), e a primeira mais distante do centro do plano e mais próxima da área representada no plano pela nova geração.

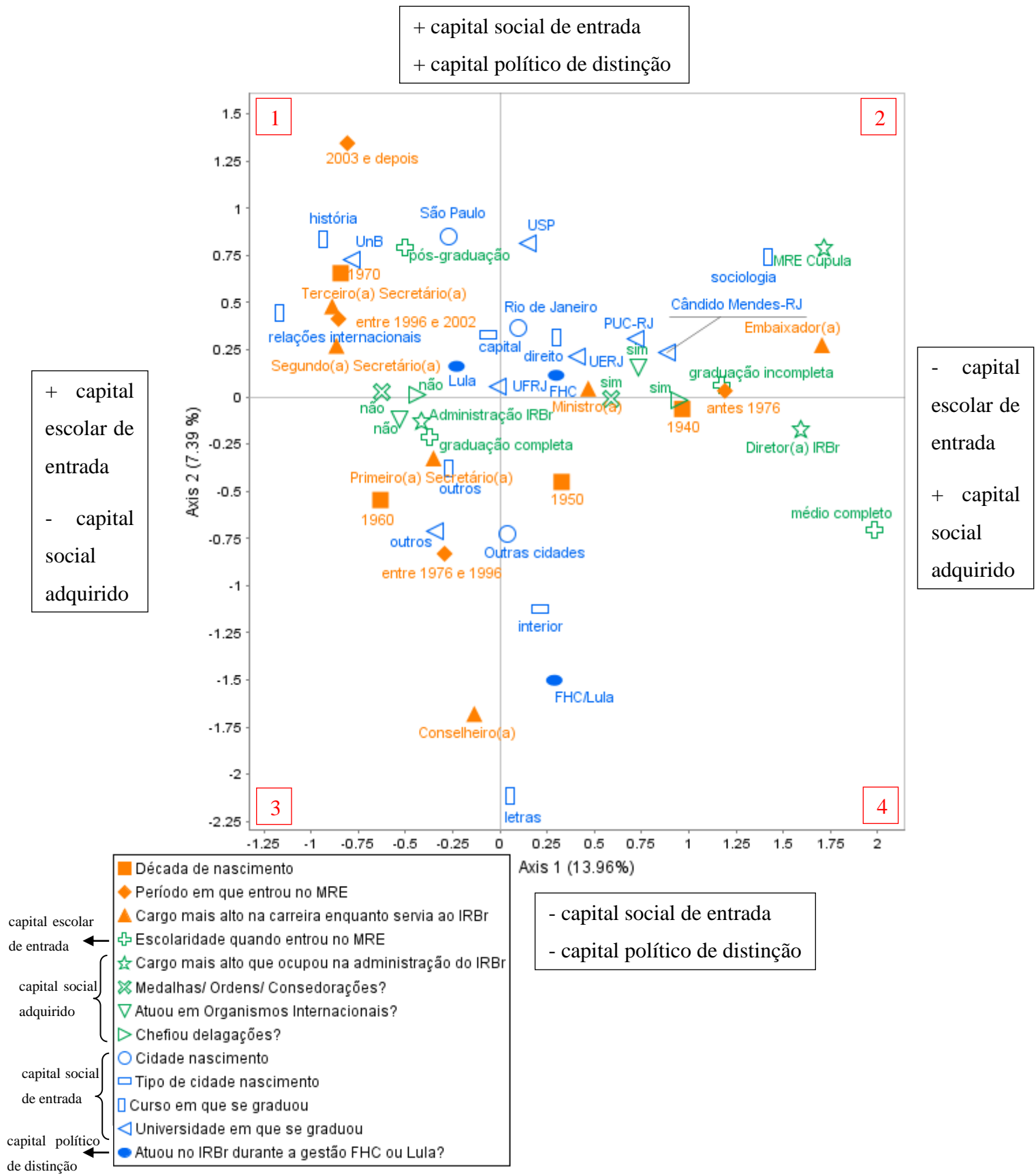
As variáveis “Curso em que se graduou” e “Universidade em que se graduou” são outras duas que representam os elementos do acúmulo de capital escolar dos agentes antes de entrarem no campo. A primeira variável está representada por seis categorias: “Relações Internacionais”, “História”, “Direito”, “Sociologia”, “Letras” e “Outros”. Já a segunda está representada por sete categorias: “UnB”, “USP”, “UFRJ”, “UERJ”, “PUC-RJ”, “Cândido Mendes-RJ” e “outros”. A oposição no plano fatorial nesse caso é clara entre as universidades e cursos representados nas categorias citadas que se encontram na área acima do plano, enquanto as “outras” universidades, os “outros” cursos e “Letras” encontram-se na área abaixo. Importante notar também que entre os cursos e universidades nos quadrantes acima no plano, as universidades cariocas e o curso de Direito se encontram mais próximos do centro do plano e mais distantes de USP e UnB, Relações Internacionais, História e Sociologia. Entre estes últimos, ainda podemos perceber uma oposição sob a perspectiva do eixo 1: “USP” e “Sociologia” no quadrante 2 (mais próximas, portanto, da área representada pelas gerações mais antigas), “UnB”, “História” e “Relações Internacionais” no quadrante 1 (mais próximas das novas gerações).

Por último, a variável “Atuou no IRBr durante a gestão FHC ou Lula” é o elemento de capital político dos agentes do campo. Essa variável está representada por três categorias: “FHC”, “Lula” e “FHC/Lula” (para os agentes que atuaram nas duas gestões). Percebemos a oposição entre os que atuaram nas duas gestões, presentes na área abaixo do plano, e os que atuaram em apenas uma das duas gestões, na área acima do plano. Cabe notar também que entre essas últimas, a distância que as separa também está representada sob a perspectiva do eixo 1: “Lula” no quadrante 1, mais próximo da nova geração do que “FHC”, no quadrante 2.

Com as cinco variáveis e a posição das suas categorias, podemos atribuir a terceira característica de padrão ao nosso plano fatorial. O lado acima do plano (quadrantes 1 e 2) são as áreas em que os agentes apresentam **mais capital social de entrada** no campo. Essa ideia foi construída pelas análises, anteriormente citadas, sobre o perfil das novas e antigas gerações de agentes que entram no campo. São nos quadrantes acima do plano em que se concentram as categorias presentes na maior parte dos perfis de agentes que ingressaram no campo ao longo dos períodos analisados. Essas categorias são representantes dos elementos de locais de origens (“Capital”, São Paulo” e Rio de Janeiro”) e de acúmulo de capital escolar adquirido antes do agente entrar no campo (“Relações Internacionais”, “História”, “Direito”, “Sociologia”, “UnB”, “USP”, “UFRJ”, “UERJ”, “PUC-RJ”, “Cândido Mendes-RJ”). São categorias que se mostraram valorizadas historicamente pelo campo e que ajudam a garantir aos agentes que as detêm, um acúmulo de capital social determinante para seu ingresso no campo. O lado acima é também a área na qual os agentes apresentam **mais capital político de distinção** (atuaram no governo “FHC” ou “Lula”). Essa noção se dá pelo fato de que a atuação dos agentes no IRBr em apenas uma das duas gestões (que apresentaram ações em geral conflitantes em relação ao jogo analisado neste trabalho) distinguem esses agentes do campo em relação a suas fontes de acúmulo de capital político. Entendemos também que essa distinção é maior para os agentes que ocupam os cargos mais altos na hierarquia, pois estão mais próximos, e sob maior influência, da lógica do campo político.

Enquanto o lado abaixo do plano (quadrantes 3 e 4) são as áreas nas quais os agentes apresentam **menos capital social de entrada**, tanto no que se refere aos elementos de locais de origens (“Outras cidades” e “interior”) quanto os elementos de acúmulo de capital escolar adquirido antes do agente entrar no campo (“outros” para universidades, “outros” para cursos e “Letras”). Somado a isso, o lado abaixo é também a área em que os agentes apresentam **menos capital político de distinção** (atuaram ao mesmo tempo nos governos “FHC/Lula”).

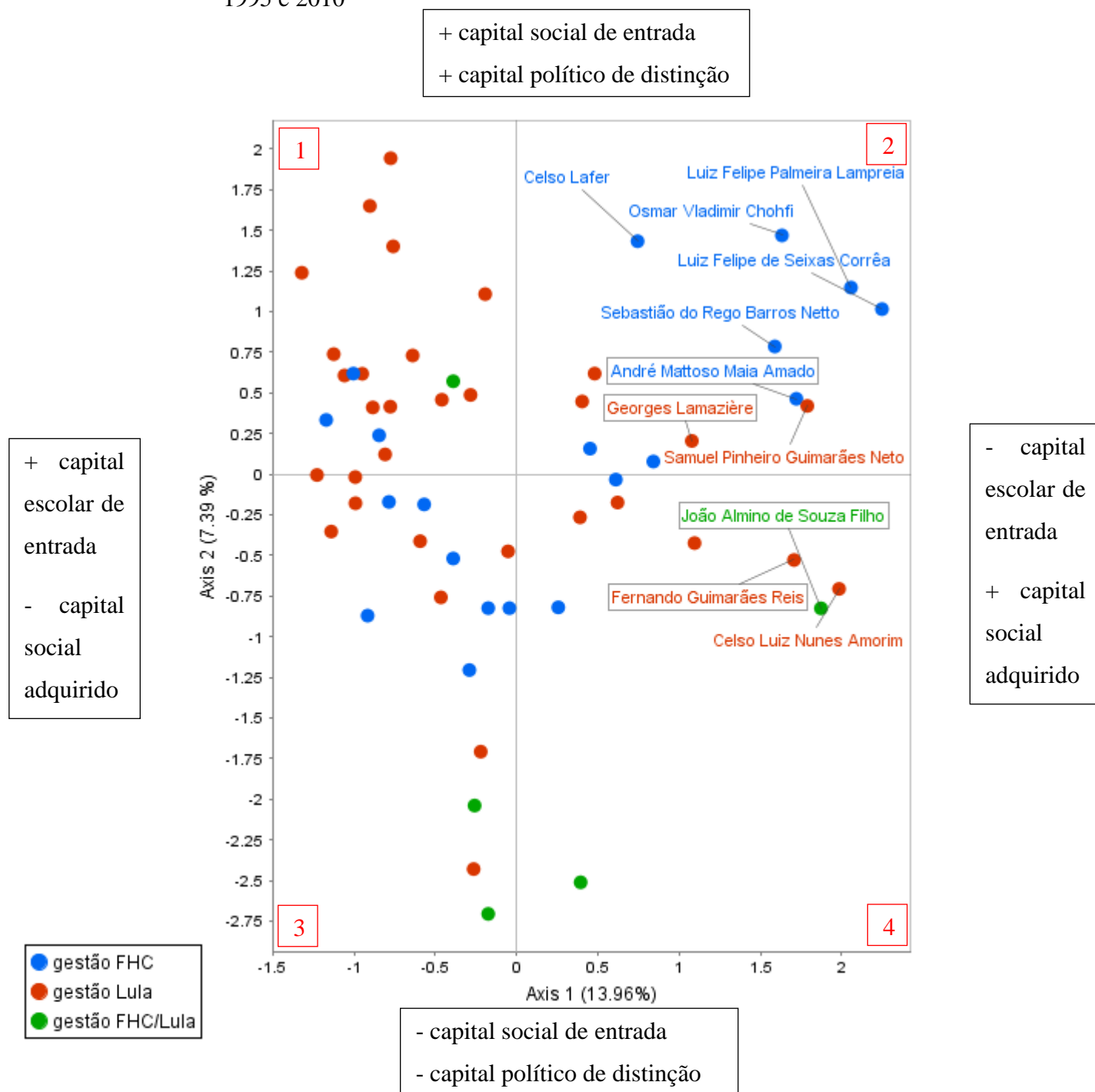
Gráfico 15 – Nuvem (plano fatorial) de variáveis completa



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos Brasil (2016), Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e outras fontes diversas.

Uma vez completa a caracterização do espaço social pela nuvem de variáveis, podemos agora analisar, no Gráfico 16, a nuvem de indivíduos estatísticos. Esse gráfico representa a posição no espaço social dos 57 diplomatas estudados na pesquisa e nos permite entender as “distâncias sociais” entre eles.

Gráfico 16 – Nuvem (plano fatorial) de indivíduos – diplomatas responsáveis pelo IRBr entre 1995 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos Brasil (2016), Anuário Pessoal do MRE Diplomatas 2010 e outras fontes diversas.

Nessa nuvem, as esferas representam cada um dos 57 diplomatas pesquisados, na cor azul são os vinte que atuaram durante a gestão FHC (35,1% do total), os vermelhos são os 32 que atuaram durante a gestão Lula (56,1% do total) e os verdes são os cinco que atuaram durante as duas gestões (8,8% do total). Destacamos ainda os nomes apenas dos diplomatas que ocuparam o alto escalão, tanto do IRBr, especificamente, quanto do MRE como um todo, no período analisado: os três Ministros de Estado (Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Celso Lafer e Celso Luiz Nunes Amorim), os quatro Secretários-Gerais (Sebastião do Rego Barros Netto, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Osmar Vladimir Chohfi e Samuel Pinheiro Guimarães Neto) e os quatro Diretores do IRBr (André Mattoso Maia Amado, João Almino de Souza Filho, Fernando Guimarães Reis, Georges Lamazière).

Com isso, temos uma representação gráfica do espaço social que analisamos nesta pesquisa. Esse é o espaço social representado pelos agentes ligados ao IRBr entre os anos de 1995 e 2010. Lembramos que se trata de uma parte, e não o todo do campo dos diplomatas. Esse é o espaço representado pelos agentes que participaram diretamente do jogo de disputas pelas mudanças do processo de seleção de novos agentes do campo, em um dos períodos em que esse jogo esteve mais ativo. Esse espaço amostral do campo dos diplomatas apresenta características gerais do campo, que nos permite ter uma ideia dele como um todo, sobretudo mostra características específicas dos agentes que atuaram em um jogo específico do campo e que, portanto, não devem ser entendido como um retrato do campo como um todo.

A característica principal desse espaço social, como começamos a ver anteriormente na nuvem de variáveis, é sua divisão em três grandes áreas, em formato de “V”: uma área representada pelas **gerações mais novas e base da hierarquia do campo**, predominantemente no quadrante 1 e fronteira com o quadrante 3. Uma área representada pelas **gerações e hierarquias intermediárias do campo**, região de fronteira entre os quadrantes 3 e 4. Uma área representada pelas **gerações mais antigas e topo da hierarquia do campo**, nas regiões afastadas do centro do plano nos quadrantes 4 e predominantemente no 2.

Primeiramente, quando dividimos o “V” em duas partes a partir do eixo y, podemos dizer que, no lado esquerdo do gráfico (quadrantes 1 e 3), encontramos representada a base da hierarquia e novas gerações do campo, com agentes que apresentavam menor acúmulo de capital social adquirido no campo e maior acúmulo de capital escolar de entrada no campo. Esses são 36 agentes (63,2% do total). Enquanto no topo da hierarquia e gerações mais antigas do campo estão representadas no lado direito (quadrantes 2 e 4), com agentes que apresentavam maior acúmulo de capital social adquirido no campo e menos capital

escolar de entrada no campo. Esses são 21 agentes (36,8% do total). No lado esquerdo do gráfico, predominam os agentes ligados ao governo Lula (23 dos 36 pontos são vermelhos: 63,9%), já no lado direito, os ligados ao governo FHC são pequena maioria (10 dos 21 pontos são azuis, contra 9 vermelhos).

Quando dividimos o “V” em duas partes a partir do eixo x, estamos dividindo o espaço social entre os que possuem maior ou menor acúmulo de capital social de entrada no campo, ou seja, basicamente os que apresentam, ao mesmo tempo, as características de local de origem e acúmulo de capital escolar mais valorizadas no campo historicamente. Vemos que os agentes que acumulam maior capital social de entrada no campo (quadrantes 1 e 2) são maioria, 31 agentes (54,4% do total). São os que entraram no campo vindos principalmente de capitais do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, que se graduaram em universidades e cursos já listados anteriormente. Embora esse grupo de agentes posicionados na parte de cima do gráfico não seja ampla maioria no espaço social, chama a atenção a distância entre o grupo no quadrante 1 e o outro no quadrante 2, separados pelo eixo y. Como mencionado anteriormente, essa divisão é, sobretudo, geracional, as mais novas gerações no quadrante 1 e as mais antigas gerações no quadrante 2. Com isso, percebemos que, mesmo gerações diferentes do campo, possuem características em comum nesse espaço social: o acúmulo maior de capital social de entrada no campo e capital político de distinção. Contudo, essas duas características em comum entre os dois grupos geram uma clivagem clara entre as duas gerações: enquanto antigas gerações são predominantemente originárias do Rio de Janeiro, graduadas em universidades cariocas e na USP e nos cursos de Direito e Sociologia, as novas gerações são na maioria originárias de São Paulo, graduadas na UnB e nos cursos de Relações Internacionais e História. Isso mostra uma tendência de que a fonte de capital social de entrada no campo, que é valorizada entre os agentes do campo, foi alterada com o passar das gerações. Além disso, os primeiros são predominantemente ligados ao governo FHC, enquanto os segundos ao governo Lula.

Chama a atenção ainda o fato de que os agentes que representam o topo da hierarquia ligados à gestão do governo Lula e do governo FHC localizam-se distantes uns dos outros no plano fatorial. Esses agentes estão indicados nominalmente no gráfico e mostram um distanciamento que também separa alguns deles em relação ao eixo x, mostrando serem distintos basicamente em referência ao acúmulo de capital social de entrada no campo.

Essa representação gráfica nos permite perceber, portanto, que os agentes que fizeram parte diretamente do jogo de disputas pelas mudanças do processo de seleção de novos agentes do campo dos diplomatas entre 1995 e 2010 são divididos em dois grupos

distintos. O grupo ligado ao governo FHC era representado por agentes das gerações intermediárias e mais antigas do campo, que apresentavam maior acúmulo de capital social adquirido no campo e menor capital escolar de entrada no campo. Enquanto o grupo de agentes ligados ao governo Lula era representado principalmente por agentes das novas gerações do campo, base da hierarquia e que, por isso, tinham menor capital social adquirido no campo, porém maior acúmulo de capital escolar de entrada no campo. A característica que mais aproxima os dois grupos é que em geral seus agentes apresentam grande acúmulo de capital social de origem, porém, como mencionado acima, é capital social de fontes diferentes.

Associando essas características dos agentes e suas posições no espaço social com as análises sobre as alterações nas regras do processo de seleção, podemos dizer que o grupo dos agentes ligados ao governo FHC, que participou desse jogo no IRBr, foi de diplomatas ortodoxos, ou seja, que lutou pela manutenção da doxa do campo. Isso se expressa tanto nas características de seus agentes e posições no espaço social, expostas acima, quanto nas tomadas de posição que o grupo teve em relação às mudanças das regras do processo de seleção dos agentes do campo, expostas anteriormente. Da mesma forma, podemos dizer que o grupo ligado ao governo Lula foi formado primeiramente por agentes do topo da hierarquia que agiu no sentido da transformação da doxa do campo, portanto, diplomatas heterodoxos. Como esses representavam minoria dentro do grupo dos agentes do topo da hierarquia, eles se associaram às novas gerações do campo para poderem influenciar nas mudanças das regras do processo de seleção que pudessem favorecer a entrada de novos agentes no campo com o perfil que melhor representasse a heterodoxia do campo, ou seja, a transformação de sua doxa historicamente constituída.

Derivações dessas conclusões iniciais serão mais bem expostas e justificadas adiante, no último tópico deste trabalho. Por ora, já podemos dizer que essa representação gráfica do espaço social dos agentes do campo vinculados ao IRBr no período entre 1995 e 2010 reforça nossa constatação de que esses são agentes que representam grupos distintos e conflitantes no campo dos diplomatas. A ACM expôs as “distâncias sociais” desses agentes, as quais nos ajudam a entender melhor suas diferenças sociais e simbólicas no que se refere às concepções de visão e divisão do campo. Explicita também que os diplomatas não são um grupo homogêneo e que os grupos internos conflitantes apresentados aqui tentaram transformar em hegemônicas suas concepções de visão e divisão do campo durante o período em que foram dominantes, quando ocuparam principalmente a alta hierarquia no MRE e, conseqüentemente, do IRBr. Portanto, no que se refere ao jogo do IRBr, o grupo ligado à

gestão FHC era diferente social e simbolicamente em relação ao grupo ligado à gestão Lula. Constatação feita anteriormente com base nas análises dos resultados das disputas do jogo e, agora, confirmada e melhor caracterizada na representação da posição social que os agentes ocuparam no espaço social.

7. CONCLUSÃO

As verdadeiras revoluções simbólicas são, sem dúvida, aquelas que, mais do que o conformismo moral, ofendem o conformismo lógico, desencadeando a repressão impiedosa que suscita tal atentado contra a integridade mental (BOURDIEU, 2011a, p. 93).

Este trabalho de doutoramento procurou fazer um estudo bourdiesiano sobre os diplomatas brasileiros, portanto, sobre o campo dos diplomatas. O uso do arcabouço conceitual de Bourdieu para definir o olhar epistemológico que colocaríamos sobre os diplomatas nos mostrou ser uma contribuição desde o princípio da construção do problema de pesquisa quando identificamos na mídia impressa, ainda em 2007, as disputas internas deste campo entre grupos de agentes concorrentes. Isso nos levou, primeiramente, a entender que seria equivocado tratar os diplomatas como “a diplomacia”, uma instituição homogênea. À medida que íamos nos aprofundando no universo simbólico dos diplomatas, procuramos identificar e definir no campo o *habitus* dos agentes do campo, os capitais que acumulam para disputarem o campo, o capital simbólico próprio do campo e sua *illusio*, enfim, sua lógica própria de funcionamento.

Para isso, utilizamos a estratégia de analisar um dos jogos do campo por meio de um recorte temporal específico. O período escolhido foi do contexto daquele fato escandalizado na mídia: os dezesseis anos dos mandatos dos ex-presidentes FHC e Lula, de 1995 a 2010. Portanto, já iniciamos a pesquisa interessados em entender a relação do campo dos diplomatas com o campo político. Durante a produção do texto, compreendemos que estudar o campo dos diplomatas pelas mudanças das regras do processo de seleção de novos agentes no campo nos permitiria focar na análise da relação do campo com o campo político.

Entretanto, fomos identificando muitas outras relações importantes que o campo dos diplomatas faz e que poderiam ser exploradas em trabalhos futuros. Entre essas relações estão as com o campo acadêmico, com o campo econômico, com o campo das relações internacionais, com outros campos de diplomatas de outros países. Identificamos também que aplicar a teoria bourdiesiana em análise sobre os diplomatas significava valer-se de instrumental teórico não convencional para análise de um objeto de pesquisa reivindicado principalmente pelas Relações Internacionais, área do conhecimento acadêmico que vem se fortalecendo nas últimas décadas, em função da reivindicação sobre o monopólio de explicação sobre “o internacional”. No entanto, as tradicionais teorias das Relações Internacionais apresentam limitações em suas análises, que podem ser superadas pela sociologia bourdiesiana, a mesma metodologia de pesquisa que analisa as relações sociais num âmbito local pode ser utilizada para pensar relações sociais mundializadas. Por isso, começamos a definir nossa pesquisa como sendo também uma potencial contribuição para a “sociologia das relações internacionais”. Embora não possamos dizer que este trabalho seja uma análise sociológica sobre o que chamamos de “relações internacionais” em geral, esta pesquisa focada sob a análise do campo dos diplomatas trouxe importantes elementos que podem contribuir para o desenvolvimento desta ainda recente área de pesquisa. Mesmo não sendo um dos objetivos deste trabalho, com base nele poderíamos desenvolver uma melhor definição sobre do que se trata essa recente área de pesquisa e suas possibilidades de avanço sobre as teorias internacionalistas. A sociologia das relações internacionais ainda se mostra uma área de pesquisa a ser desenvolvida no Brasil, embora existam também poucos trabalhos europeus (principalmente franceses) sobre o tema. Certamente, essa seria outra agenda profícua de pesquisa futura.

Uma vez definido o foco da pesquisa, encontramos no IRBr o espaço social dos diplomatas no qual se concentra o jogo a ser estudado. A pesquisa sobre a trajetória histórica desse jogo do campo nos permitiu identificar a importância do recorte temporal definido para esta pesquisa. Aplicamos uma análise prosopográfica sobre os agentes envolvidos nesse jogo, seguida de estudo de Análise de Correspondência Múltipla. Como resultado, obtivemos um retrato preciso da lógica de funcionamento desse importante espaço social dos diplomatas. Deixando claro que essa foi a análise sobre uma parte do campo dos diplomatas, a parte envolvida no jogo em questão neste trabalho, e não sobre o campo como um todo. Ainda, em se tratando de um retrato do campo, este texto previu o estudo com base em um recorte temporal específico, cabendo as análises sobre as dinâmicas vivas de funcionamento do campo, e desse jogo em específico, para futuros estudos.

Logo, podemos dizer que o campo dos diplomatas é um subcampo do campo político. Isso significa que sua lógica de funcionamento interna é, em grande parte, atrelada à lógica de funcionamento do campo político. Isso se explica na sua definição institucional – o MRE é um órgão ligado ao poder executivo federal –, mas, principalmente, pela dinâmica de organização simbólica do campo. O Itamaraty, antes de ser uma “instituição”, é o campo dos diplomatas e um subcampo do campo político. Contudo, é um subcampo que apresenta como principal característica uma relação inerente ao grupo dominante do campo do poder. Ou seja, os agentes do campo dos diplomatas são uns dos protagonistas nas disputas com outros agentes de outros campos sociais pelo domínio do metacampo Estado, ou pelo monopólio do capital estatal. Esse protagonismo dos agentes do campo se dá, em grande medida, pelo acesso e atuação que têm no campo das relações internacionais. Essa característica faz com que os agentes do campo dos diplomatas ocupem um dos lugares do topo da hierarquia do campo político.

Os diplomatas apresentam características consolidadas de um grupo dirigente: o pré-requisito para fazer parte do campo é ter um acúmulo acima da média de capital econômico, capital social e, principalmente, capital cultural (especialmente do tipo escolar, sobretudo nas últimas décadas, depois das modificações do campo). Essa característica do campo dos diplomatas está presente desde sua formação como campo, portanto inerente a sua constituição. O serviço diplomático brasileiro, ao longo da história, foi reservado a agentes pertencentes a grupos dirigentes ou, para utilizar um conceito mais recorrente, pertencentes a “elites”. Por isso, esse campo é imbricado ao topo da hierarquia do campo do poder, apresentando também casos frequentes de *pantouflage* entre os agentes do campo, como vimos anteriormente. Contudo, ao mesmo tempo que a constituição do campo dos diplomatas não possa ser dissociada do campo do poder, este também não pode ser dissociado do campo político, já que é um campo de agentes encarregados de representar e agir em nome do conjunto de “desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política” (BOURDIEU, 2011c, p. 164) – no caso dos diplomatas, da política externa.

Por essa constituição ambivalente, o campo dos diplomatas é um subcampo do campo político com um grau elevado de autonomia. Podemos dizer que o processo de monopólio do campo político por “agentes profissionais”, descrito por Bourdieu (BOURDIEU, 2011c, cap. VII), define em grande parte o subcampo dos diplomatas. Esse é o processo de especialização (gerados principalmente pelo acúmulo de capital escolar pelos agentes dominantes do campo político) que gera obstáculos morfológicos no campo e dificulta a interferência externa a sua lógica de funcionamento. O campo dos diplomatas

apresenta alto grau de controle sobre o processo de seleção de novos agentes do campo a partir da existência de uma instituição de ensino própria, o IRBr; apresenta *habitus* característico do campo e elevado controle também sobre os contínuos e dinâmicos processos de formação e inculcação deste *habitus* do campo, tanto nos novos quanto nos antigos agentes por meio também do IRBr; *illusio* formada não apenas no campo da política, mas em outros campos, como o campo das relações internacionais; capacidade de impor seus princípios hegemônicos de visão e divisão do mundo social para outros campo, como o acadêmico, por exemplo. Como agentes dominantes do campo político, a principal fonte de capital político de crença/confiança que os agentes do campo dos diplomatas têm não está na dinâmica de buscar legitimidade fora do campo político.

Nossas análises sobre o processo de seleção de novos agentes mostram que o acesso ao campo está circunscrito numa dinâmica que vai além da escolha em si dos novos agentes, determinado por um ou outro modelo de procedimentos de seleção. Em outras palavras, o acesso ao campo está inserido numa dinâmica que permite aos agentes já pertencentes do campo determinarem que seja necessário que os candidatos apresentarem elementos que ultrapassem a preparação para o concurso em si, isso devido ao grande controle interno do processo de seleção que estes agentes exercem em detrimento a influências externas ao campo. É necessário que os agentes postulantes a ingressar no campo já participem de alguma maneira da *illusio* do campo, ou seja, apresentem um grau mínimo do *habitus* do campo dos diplomatas para ser selecionados e pertencer ao campo. Esse grau mínimo de *habitus* que o campo exige não está explícito nas regras institucionais de seleção, mas aparece nas análises de perfis dos agentes que, historicamente, tiveram/têm acesso ao campo. Por exemplo, no início da década de 1960, ser homem, carioca e ter cursado Direito não eram pré-requisitos de seleção explícitos nas regras institucionais para que os agentes do campo selecionassem seus novos agentes, mas vimos que cerca de 80% dos diplomatas que tinham acesso ao campo nessa época apresentavam esse perfil. Ao mesmo tempo, entendemos que esses quesitos de seleção não explícitos do campo são determinados exclusivamente pelas intensas disputas internas entre agentes pleiteantes ao topo da hierarquia do campo.

Esta pesquisa analisou um dos períodos mais intensos dessas disputas. A depender do grupo de diplomatas que estavam no topo da hierarquia do campo, esse jogo poderia tomar rumos diferentes ao longo do tempo, como demonstrado. É por isso que o campo dos diplomatas não pode ser analisado de maneira desvinculada do campo político. Vimos que a definição dos que assumem o topo da hierarquia do campo está determinada pela lógica de funcionamento do campo político. Atestamos, portanto, análises conclusivas sobre a simbiose

entre os dois campos. A lógica de funcionamento e disputas internas no interior do campo político são componentes estruturais do campo dos diplomatas, definem as disputas internas dos diplomatas e determinam os rumos dos jogos internos do campo.

Em função dessa constatação, ao analisar a trajetória histórica desse jogo específico do campo, vimos que a criação do IRBr foi o resultado de disputas intensas entre os agentes do campo dos diplomatas e do campo político a partir do final dos anos 1930. Na ocasião, os agentes do campo dos diplomatas reagiram à ameaça de perda de monopólio sobre as regras e procedimentos de escolha de seus novos agentes ingressantes no campo. As influências do campo político sobre esse jogo no seu subcampo com alto grau de autonomia, o dos diplomatas, não geram reação conflituosa entre quando feita de forma indireta, como aconteceu durante os governos FHC e Lula. Mas pode gerar conflito se feita de maneira direta, como durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, por conta da ação do DASP.

Esse é um dos fatores que explicita, por exemplo, que seja datado do período do governo Vargas o processo de intensificação de uma das estratégias simbólicas de construção e manutenção da ideia de independência do campo dos diplomatas, a disseminação do ideário “apolítico” para o campo dos diplomatas. Esse processo se intensificou após o período do governo Getúlio Vargas e a construção das “ilhas de excelência do Estado”. Caracterizar os diplomatas como apolíticos, o corpo diplomático como descolado da disputa político partidária e declarar o “insulamento do Itamaraty” tornaram-se, portanto, uns dos princípios morais do campo. Como já visto, esse foi um dos componentes da guerra cultural que se verificou no campo dos diplomatas: a escandalização do caráter politizado que o Itamaraty ganhara durante o período do governo Lula, ferindo, então, a essa moral do campo, construída socialmente. Esse é um indicador de choque entre agentes ortodoxos e heterodoxos do campo: a visão de mundo que questiona a doxa é encarada como estranha, fora do padrão, portadora de ações de “sacrilégio” e atentado à moral do campo. Fato consumado quando Celso Amorim, em 2009, ainda Ministro das Relações Internacionais em exercício, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores. O ex-ministro também fez inúmeras declarações públicas dizendo que a política externa tem as características do governo do período que ela age, ações que só poderiam ser esperadas de um heterodoxo do campo.

Definimos, portanto, que a influência indireta do campo político sob o jogo do processo de seleção de novos agentes do campo dos diplomatas é o produto de uma construção social histórica da relação entre esses dois campos. Dessa forma, com noção de que o campo dos diplomatas é uma parte integrante do campo político, ou um subcampo do campo político, vemos que a influência apenas indireta do campo político especificamente

nesse jogo é um dos principais símbolos de autonomia que o campo dos diplomatas possui, materializado em uma instituição, o IRBr. Ao mesmo tempo, quando analisamos o grau de influência do campo político sob a dinâmica de nomeação da alta hierarquia do campo dos diplomatas, vemos que a autonomia do campo dos diplomatas é apenas relativa e construída pela interação entre o campo político e outros campos sociais.

Ainda sobre o IRBr, a criação deste significou também a materialização dos esforços dos agentes do campo em aplicar uma metodologia “impessoal” e “meritocrática” na seleção de novos agentes no campo. Esses esforços condiziam, na época, com a necessidade de adequação do campo ao processo de “modernização” ao qual deveriam passar as instituições ligadas ao Estado brasileiro. Lembremos que esse foi um dos casos historicamente localizados de processos de adequação a modelos de gestão estatal que principalmente Estados periféricos sofrem constantemente. Nesses casos, a definição do padrão sobre o que é ou não “moderno” é um processo circunscrito pelas disputas sobre os princípios de visão e divisão de mundo social hegemônicos no âmbito do campo das relações internacionais, determinados pela lógica da circulação internacional das ideias. Contudo, os esforços de aplicação, por parte dos diplomatas, dessa “moderna” metodologia ao processo de seleção de novos agentes não resultaram na entrada de um perfil de agentes ao campo diferente de quando a “modernização” não havia sido feita. Ou seja, a criação do IRBr não alterou o perfil histórico do agente no campo. Isso se explica pelo fato de que a definição e aplicação de quaisquer metodologias de seleção de novos agentes, sejam estas baseadas em regras “impessoais” e “meritocráticas” ou “personalistas” e “clientelistas”, não saíram do controle nem do monopólio interno dos agentes do campo; isto é, mesmo com a mudança de metodologia, o processo continuou sendo definido pela lógica de funcionamento do campo. Somado a essa situação está o fato de os agentes do campo terem criado, com o IRBr, um método eficiente de inculcação do *habitus* do campo nos novos agentes logo após suas entradas.

Assim, a variação do perfil de novos agentes do campo não é definida pelos procedimentos de seleção em si, mas antes pela lógica interna de disputa dos agentes, com influência indireta da ação do campo político. Vimos que os grupos de agentes do campo que compunham o campo dos diplomatas (principalmente a cúpula da hierarquia), durante dos governos FHC e Lula tinham diferenças sociais estruturais entre si. São as variantes estruturais do *habitus* (ou diversidade na homogeneidade), uma das principais características do *habitus*. Como vimos, esta se dá pelas homologias existentes nos *habitus* de membros de um mesmo grupo ou mesma classe. Essas homologias são produtos dos processos de

interiorização das mesmas estruturas fundamentais, mas por subjetividades com trajetórias de vida diferentes. É esse processo que ajuda a explicar a formação de grupos de agentes que disputam a hegemonia do campo.

Na prática, isso significou para o campo dos diplomatas a consolidação de mudanças nas regras do processo de seleção de novos agentes. Essas mudanças possibilitaram um grau de influência dos que as promoverem sobre a definição dos perfis dos novos agentes ingressantes no campo e, posteriormente, seus processos de socialização no campo. Essa influência tinha como objetivo o fortalecimento de um ou outro lado da disputa interna do campo. Apesar disso, ficou claro também que as ações dos grupos de diplomatas ligados tanto ao governo FHC quanto ao governo Lula tiveram o objetivo comum de proporcionar mudanças que gerassem rupturas com o antigo perfil de agentes que ingressavam no campo. Logo, apesar desse objetivo semelhante, afirmamos conclusivamente que as ações dos dois grupos foram diferentes quanto aos rumos que essas rupturas deveriam seguir. O grupo ligado ao governo Lula teve maior incidência nessa ruptura. Isso em função tanto da constatação da quantidade e qualidade de alterações que conseguiu gerar nas regras do processo seletivo quanto na estratégia de promover a ocupação do campo com uma grande quantidade de novos agentes já selecionado com base nessas novas regras, com um novo perfil. Já o grupo de diplomatas ligados ao governo FHC, ao mesmo tempo em que proporcionaram alterações nas regras de seleção que contribuíram com as rupturas, também mantiveram e até criaram outras regras que reforçaram a conservação da doxa historicamente construída no campo.

Concluimos, com isso, que tanto a estratégia quanto as propriedades de composição do grupo de diplomatas ligados ao governo Lula são características de agentes heterodoxos do campo, aqueles que lutam pela transformação, e não conservação da doxa historicamente construída do campo; enquanto o grupo ligado ao governo FHC apresentou estratégias e características de agentes ortodoxos do campo, embora estivessem envolvidos em algumas ações de ruptura com antigas características historicamente consolidadas no campo. Essa clivagem no interior do campo dos diplomatas faz parte das disputas pelas concepções de ação do Estado brasileiro durante a alternância dos governos FHC e Lula. Assim como observamos essa clivagem de agentes do campo dos diplomatas que disputavam a concepção de ação do Estado, outros trabalhos já citados a observaram em outros campos, como o econômico, por exemplo.

Importante dizer também que mesmo a ação do grupo heterodoxo do campo não representa alterações significativas nas características gerais dos diplomatas, sobretudo em relação a se manterem como representantes de um grupo dirigente atuante no campo do poder,

topo da hierarquia do campo político. O pré-requisito para a entrada no campo se mantém sendo marcado pela necessidade de acúmulo de volume acima da média de capital econômico, social e principalmente cultural do tipo escolar. Contudo, embora essa necessidade de acúmulo de altos volumes de capitais tenha se mantido, as características específicas dos capitais deste grupo dirigente, a composição socialmente construída de seu *habitus*, esteve em disputa intensa durante o período analisado entre dois grupos que tinham diferentes concepções de visão e divisão de mundo para o campo e para o Estado. Essas disputas resultaram em alterações principalmente da fonte de capital social que os agentes precisam acumular para entrar no campo, que pode resultar em alterações futuras de composição do *habitus* e características das disputas internas do campo. O capital social de pré-requisito para os agentes entrarem no campo é importante para a determinação dos laços que serão criados internamente ao campo. Caso as características desse capital social de entrada mudem, como pudemos comprovar neste trabalho, elas podem interferir na formação de laços internos do campo, condição que modifica a correlação de forças e disputas internas do campo. Contudo, apenas conseguiremos compreender se os objetivos perseguidos por ambos os grupos concorrentes serão alcançados com as estratégias analisadas e expostas aqui a partir da continuação destes estudos em pesquisas futuras, já que a presença substancial no topo da hierarquia do campo dos novos agentes formados nesta disputa ainda não ocorreu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. G.; PACHECO, R. (Org.). *Burocracia e Política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ADLER-NISSEN, R. Inter and Transnational Field(s) of Power: On a Field Trip with Bourdieu. *International Political Sociology*, v. 5, p. 327-345, 2011.
- ALMEIDA, A. M. F.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- ALMEIDA, A. M. F. et al. (Org.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- ALMEIDA, P. R. Os partidos políticos nas Relações Internacionais do Brasil, 1930-90. *Contexto Internacional*, v. 14, n. 2, 1992.
- _____. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do Governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 87-102, 2003.
- AMADO, A. *Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2013.
- AMORIN, C. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- BADIE, B. *O diplomata e o intruso: a entrada das sociedades na arena internacional*. Salvador: Edufba, 2009.
- BALBINO, V. R. *Diplomata: substantivo comum de dois gêneros – um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira*. Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
- BARROSO, G. *História do Palácio Itamaraty*. Museu Histórico Diplomático do Itamaraty: Rio de Janeiro, 1968.
- BATH, S. *História do Instituto Rio Branco*. MRE, IRBr, 1991.
- BATISTA, D. N. *Habitus Diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985)*. 2010. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2010.

- BENZECRI, J-P. *et al. L'Analyse de Dones. 1 La Taxinomie, 2 L'analyse des correspondences*. Paris: Dunod, 1973.
- BENZÉCRI, J-P. *Correspondence Analysis Handbook*. Dekker, New York, 1992.
- BERRINGER, T. *A burguesia e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BIGO, D. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, v. 5, p. 225-258, 2011.
- BOLTANSKI, L. (Ed.). *Affaires, scandales et grandes causes: de Socrate à Pinochet*. Paris: Stock, 2007.
- BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État: Grandes écoles et de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____. A ilusão biográfica. Apêndice 1. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papius, 1996.
- _____. *Propos sur le champ politique*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- _____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 5, p. 3-8, 2002.
- _____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: Ortiz, R. (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003a.
- _____. Trabalhos e projetos. In: Ortiz, R. (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003b.
- _____. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003c.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis-RJ, Vozes, 2008.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 2011a.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b.
- _____. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011c.
- _____. *Sur l'Etat: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Raisons d'agir & Seuil, 2012.
- _____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, v. 27, n.79, 2013.
- _____. *Sobre o Estado: Curso no Collège de France 1989-1992*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P.; CHMABOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. *Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2015.

- BRASIL. Anuário do Instituto Rio Branco / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Instituto Rio Branco, 2016. 402p.
- CABRAL, O. Entrevista: Roberto Abdenur Nem na ditadura O diplomata diz que a política externa do governo Lula é contaminada pelo antiamericanismo e pela orientação ideológica. *Revista Veja*, 7 fev. 2007.
- CANÊDO, L. B.; TOMIZAKI, K.; GARCIA JR., A. (Org.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. Relume-Dumará, 1996.
- _____. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CASON, J.; POWER, T. Presidencialization, pluralization and the rollback of Itamaraty: explaining change in brazilian foreign policy making in Cardoso-Lula era. *International Political Science Review*, v. 30, n. 2, p. 117-140, 2009.
- CASTRO, F. M. O. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. v. I e II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 644p.
- CERVO, A. L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 5-35, 2002.
- CERVO, A.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, UNB, 2002.
- CHARLE, C. *Les Elites de la République 1880-1900*. Paris : Fayard, 1987.
- _____. *La crise des sociétés impérialies*. Allemagne, France, Grande-Bretagne (1900-1940). Paris : Ed. du Seuil, 2001.
- CHEIBUB, Z. B. *Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. 1984. Dissertação. (Mestrado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984.
- _____. *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica*. *DADOS*, n. 28, p. 113-131, 1985.
- _____. *A carreira diplomática no Brasil: O processo de burocratização do Itamaraty*. *Revista de Administração Pública*, n. 23, p. 97-128, 1989.
- CORADINI, O. L. *Estudos Sobre Elites Políticas e Culturais*. São Luís: EDUFMA, 2014.
- DARRAS. *La fin d'un malthusianisme. Le partage des bénéfices*. Paris: Les Editions de Minuit, 1966.
- DESROSIÈRES, A. *Pour une sociologie historique de la quantification: l'argument statistique*. Paris, Presses des Mines, 2008.
- DEZALAY, Y. O big bang e o direito: internacionalização e reestruturação do espaço legal. In: FEATHERSTONE, M. *Cultura global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Les usages internationaux du concept de champ juridique. Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 200, p. 56-69, 2013.

- DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *RBCS*, v. 15, n. 43, 2000.
- _____. *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- _____. Hegemonic Battles, Professional Rivalries, and the International Division of Labor in the Market for the Import and Export of State-Governing Expertise. *International Political Sociology*, v. 5, p. 276–293, 2011.
- DUVAL, J. Analisar um espaço social. In: PAUGAM, Serge (Coord.). *A Pesquisa Sociológica*. Trad.: Francisco Morás. Petrópolis: Editora Vozes, p. 218-237, 2015.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- ENGELMANN F. *Sociologia do campo político: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.
- FARIA, C. A. P. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.
- FIGUEIRA, A. C. R. Mudando de rumo: um debate acerca do padrão decisório em política externa no Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, 7. *Anais...* Recife-PE, 2010a.
- _____. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 5-22, 2010b.
- FORTES, L. A ideia da independência Por que a política externa brasileira ainda provoca reações iradas de certos setores, dentro e fora do Itamaraty. *Carta Capital*, 28 fev. 2007.
- FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores, 2010.
- GOBO, K. O Ministério das Relações Exteriores pelos seus atores: uma análise sobre o insulamento burocrático. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, 2010.
- _____. O Instituto Rio Branco como espaço de produção e reprodução dos diplomatas brasileiros: uma análise da Revista Juca. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Águas de Lindóia, SP. *Anais...* São Paulo, 2013.
- _____. *Noblesse d'État: do campo ao habitus da diplomacia brasileira*. 2016. Tese. (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- GÓES FILHO, P. *O Clube das Nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- GRÜN, R. *A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política*. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 5-47, 2004.

- _____. Escândalos, Tsunamis e marolas Apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 151-248, 2001.
- _____. A vingança do baixo clero: O desafio ao “PiG” e o conflito cultural no tratamento da crise financeira. *MANA*, v. 19, n. 2, p. 303-340, 2013.
- _____. *Decifra-me ou te devoro*. O Brasil e a dominação financeira. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2015.
- GRYNSZPAN, M. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- HEINZ, F. M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HIRST, M. Relações internacionais no Brasil como área de pesquisa. In: MICELI, S. (Org.). *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Idesp, 1992.
- KOIFMAN, F. *Quixote nas trevas: o Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002.
- LE ROUX, B. *Analyse géométrique des données multidimensionnelles*. Paris: Dunod, 2014.
- LE ROUX, B. e ROUANET, H. *Geometric Data Analysis*. From Correspondence Analysis to Structured Data Analysis. Dordrecht: Kluwer, 2004.
- _____. *Multiple correspondence analysis*. London: Sage, 2010.
- LEANDER, A. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. *International Political Sociology*, v. 5, p. 294–313, 2011.
- LEBARON, F. O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura. *Mana* v. 7, n. 1, p. 9-29, 2001.
- _____. *L'enquête quantitative en sciences sociales*. Paris: Dunod, 2006.
- _____. Central bankers in the contemporary global field of power: a ‘social space’ approach. *The Editorial Board of the Sociological Review*, 2008.
- _____. How Bourdieu “quantified” Bourdieu: the geometric modelling of data. In: ROBSON, K. SANDERS, C. (Org.). *Quantifying theory: Pierre Bourdieu*. Toronto: Springer, 2009.
- LEBARON, F. LE ROUX, B. (Org.) *La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod, 2015.
- LESSA, A. C.; COUTO, L. F.; FARIAS, R. S. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 1, p. 89-109, 2009.
- LIMA, M. R. S. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.
- _____. Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro: Funcex, 2006.

- LIMA, R. C. *Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um Perfil*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.
- LIMA, R. C.; OLIVEIRA, A. J. S. N. O Ministério das Relações Exteriores em dois tempos: Perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. In: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2015, Caxambu. *Anais...* Caxambu, MG.
- LIMA, V. L. A. R. *A inserção do negro na carreira de diplomata: ação afirmativa para o Instituto Rio Branco*. 2005. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- LOUREIRO, M. R. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *RBCS*, n. 20, 1992.
- MÉRAND, F. Les institutionnalistes (américains) devraient-ils lire les sociologues (français)? *Politique européenne*, n. 25, p. 23-51, 2008.
- MESQUITA, L. R. Hipóteses para a mudança comportamental dos partidos políticos em Política Externa. *Carta Internacional*, v. 7, n. 2, p. 149-162, 2012a.
- _____. O pensamento internacionalista do PSDB: da adoção neoliberal à crítica ao Lula. *Textos & Debates*, Boa Vista, n. 18, p. 39-56, 2012b.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MILANI, C. Política Externa é Política Pública? *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. XVIII, p. 56-75, 2015.
- MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, jun. n. 12, p. 83-98. Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 1999.
- MONGIARDIM, M. R. *Diplomacia*. Coimbra: Edições Almedina, 2007.
- MONTEIRO, M. M. À sombra do Barão: Por uma sociologia da carreira diplomática brasileira. 2007. Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- MOURA, C. P. Herança e Metamorfose: a Construção Social de dois Rio Branco. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 81-102, 2000.
- _____. O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco. *Cena Internacional*, ano 8, n. 1, 2006.
- _____. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.
- NEVES, J. A. C. O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA. *Contexto Internacional*, v. 25, n. 1, p. 103-138, 2003.
- NUNES, E (1997 *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 / 2003.
- OLIVEIRA, A.; ONUKI, J. Eleições, partidos políticos e política e externa no Brasil. *Revista Política Hoje*, v. 19, n. 1, 2010.

- OLIVEIRA, A. P. C. *Diplomatas Negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)*. 2011. Dissertação. (Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.
- OLIVEIRA, I; MILANI, C. Atores Não Estatais e Trade Policy-Making no Brasil: Análise dos Interesses e das Estratégias da CEB e da REBRIP. *DADOS*, v. 55, n. 2, p. 367-402, 2012.
- OLIVEIRA, R. R. *O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira*. Posicionamento dos senadores frente as negociações para a formação da ALCA (1994-2005). 2011. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.
- PEDROSO NETO, A. J. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros: gerações, origem social e dinâmica profissional. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 12, p. 133-152, 2015.
- PEREIRA, M. G. P. (Org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília, FUNAG, 2012.
- PINHEIRO, L. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PINHEIRO, L.; MILANI, C. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, PUCRJ, v. 35, p. 11-41, 2013.
- _____. (Org.) *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- PINHEIRO, L.; VEDOVÉLI, P. Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na Construção do Campo de Estudos de Política Externa Brasileira. *Política Hoje*, UFPE, v. 21, p. 211-254, 2012.
- POUPONNEAU, F. *La politique française de non-prolifération nucléaire : de la division du travail diplomatique*. Enjeux internationaux, v. 34. P.I.E. PETER LANG, Bruxelles, 2015.
- RABELO, F. L. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3 n. 6, p. 132-142, 2011.
- RAMANZINI JR., H. Uma análise da política externa do governo Lula da Silva. *Revista Debates*, Porto Alegre-RS, v. 4, n. 2, p. 60-60 80, jul.-dez. 2010.
- RICUPERO, R. *Barão do Rio Branco: Uma biografia fotográfica (1885- 1995)*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- SABINE S. Avons-nous besoin d'une sociologie des relations internationales pour analyser l'intégration européenne? *Politique européenne*, n. 25, p. 193-216, 2008.
- SAINT-MARTIN, M. de. A nobreza em França: a tradição como crença. *RBCS*, n. 20, 1992.
- _____. *L'espace de la noblesse*. Paris: Métailié, 1993.
- _____. Reversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França. *Análise Social*, v. XXX, n. 134, p. 1023-1039, 1995.

- SALES, C. R. *Relações Internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Dissertação. 2007. (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2007.
- SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.
- SANTOS, L. C. V. G. *O Evangelho do Barão*. São Paulo: UNESP, 2012.
- SAPIRO G. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 200, p. 70-85, 2013.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Org.) *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- SILVA, C. A. V. *O vestibular para embaixador e os quartos-secretários: estudo sobre o concurso de admissão à carreira diplomática*. Dissertação. (Mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco, Brasília, DF, 2005.
- SIMÉANT, J. (Org.) *Guide de l'enquête globale en sciences sociales*. Paris: CNRS Editions, 2015.
- TARGA, L. G. *A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos*. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2010.
- TOMASS, L. M. *Diferença e igualdade entre Estados: uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas*. 2001. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001.
- VASCONCELLOS, M. de B. *O Barão do Rio Branco*. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s/d.
- VIANA FILHO, L. *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora UNESPE, 2008.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A política externa brasileira: busca de autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WEBER, M. *Economie et société*. Paris: Presses Pocket, 1995.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.